

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**Título: O Monumento e o Lugar.
Relação entre o espaço público e o
monumento na intervenção patrimonial
contemporânea.**

José Miguel Mendes Freitas Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos

Orientador Científico:

Orientador: Doutor Carlos Dias Coelho
Co-orientador: Doutor Gonçalo Byrne

Júri:

Presidente: Doutor José Aguiar
Vogais: Doutor Carlos Dias Coelho
Doutor Gonçalo Byrne
Doutor Sérgio Fernandez

Lisboa, 15 de Julho de 2010

Resumo

O presente trabalho aborda a temática do património construído articulando o momento com o seu espaço público, particularmente a relação dos edifícios com os tecidos urbanos e paisagens onde estão inseridos, avaliando os diferentes tipos de intervenção possível e as interações mútuas.

Tem como objectivo identificar e analisar o impacto da relação monumento/lugar resultante da aplicação de processos e opções em projecto, no âmbito da reabilitação patrimonial contemporânea, cuja acção prática resultou na transformação de características de contexto, tanto das partes como do conjunto – monumento, espaço público e envolvente.

O espaço público é visto como ponto de relação entre a preservação do edificado, tanto monumental como habitacional, e a aplicação de políticas económicas de desenvolvimento dos lugares, não esquecendo as iniciativas de preservação dos valores históricos intrínsecos.

Este estudo permite interpretar e identificar diversas soluções em projecto, com recurso a casos específicos, explicitando conceitos e ideias casuísticas de recuperação do património edificado que de alguma maneira implicaram efeitos no espaço público e no tecido construído, organizados por categorias.

São assim agrupados ‘tipos’ de intervenção, representativos das diferentes especificidades históricas e culturais de cada lugar, com sedimentação de factores de contexto que pretendem potencializar e valorizar o monumento, encontrando para cada caso uma solução própria.

Complementarmente, propõe-se reconhecer o contributo metodológico interventivo do arquitecto contemporâneo, na protecção dos valores conservacionistas e na valorização do património em Portugal.

Palavras-chave: Reabilitação, Conservação, Espaço público, Monumento, Lugar, Projecto

Abstract

Monument and Place. The relation between public space and monument in the contemporary heritage sites intervention.

This work deals with the theme of the built heritage articulating the monument with its public space in particular, the relationship between buildings and the urban fabric and landscapes where they stand, evaluating the different types of intervention and possible interactions between them.

It aims to identify and analyze the impact of the relationship monument / place which results from processes and project options as part of contemporary heritage rehabilitation, which practical action resulted in the transformation of the characteristics of context, both the parts and the whole - monument, public space and environment.

Public space is seen as a point of connection between the preservation of buildings, both monumental and housing, and implementation of economic policies for the development of places, not forgetting the efforts of preservation of historical values intrinsic.

This study allows us to interpret and identify various solutions in design, using specific cases, concepts and ideas casuistic for recovery of the built heritage that somehow implied effects on public space and the built fabric, organized by category.

Thus are grouped 'types' of intervention, representative of different historical and cultural particularities of each place, sedimentation of context factors that aim to enhance the monument, finding in each case a specific solution.

In addition, it is proposed to recognize the methodological interventional contribution of each contemporary architect, on the protection of conservation values and perpetuating the heritage in Portugal.

Keywords: Rehabilitation, Conservation, Public Space, Monument, Place, Project Design

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer todo o apoio e disponibilidade dos meus orientadores e professores Carlos Dias Coelho e Gonçalo Byrne, no acompanhamento paciente e sábio que tiveram para com este estudo.

Agradeço aos autores dos projectos a compreensão e amabilidade que demonstraram na cedência de tempo e material, pelas conversas realizadas, em muito representam um contributo fundamental para a execução da tese.

Agradeço a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a pesquisa com informação e conhecimento, pelo esforço e simpatia prestada na recolha da documentação, e que simbolicamente deixo aqui associadas:

Adalberto Dias, arquitecto

Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, arquitectos

Alexandra Gesta, arquitecta

Ângela Melo, arquitecta (DRCN)

António Viana Barreto, engenheiro silvicultor

Eugénia Costa e João Paulo Machado, arquivistas (IHRU)

Helena Rodrigues, Bibliotecária (IHRU)

João Pedro Falcão de Campos, arquitecto

João Luís Carrilho da Graça, arquitecto

José Bernardo Távora, arquitecto

João Carreira, arquitecto

João Teixeira, arquitecto, e Miguel Soromenho, historiador (IGESPAR)

José Cristóvão, arqueólogo

José Laranjeira, arquitecto

Luís Aguiar Branco, arquitecto (AHMP)

Maria José de Freitas, arquitecta

Nélia Rodrigues, arquivista (AHMPDL)

Rui Lobo, professor (DARQ da FCTUC)

Paula França, arquivista (AHMC)

Paula Ferreira, arquivista (AHMM)

Pedro Tavares, engenheiro

Victor Ramos, arquitecto (CMVV)

Índice

1	Introdução	9
	Iniciativas de reposição contextual	11
	Referências nacionais	14
2	Enquadramento e definição de categorias	18
	Processos de descontextualização	19
	Processos de recontextualização	21
2.1.	Valorização do monumento por ‘demolição’ de partes anexas ou envolventes	22
	Demolição do ‘tecido urbano’ envolvente	23
	Demolição de ‘partes’ anexas	25
2.2.	Integração ou desintegração na ‘deslocação’ do monumento no espaço	26
	Deslocação para valorização do ‘lugar’	27
	Deslocação para valorização do ‘monumento’	28
2.3.	‘(Re)construção’ e valorização do velho com o novo	29
	Construção de ‘espaço público’	30
	Construção de ‘edificado’	32
	Construção de ‘paisagem’	33
2.4.	‘Consolidação’ do espaço público para valorização do monumento	35
	O redesenho de ‘texturas’ como opção de consolidação	36
2.5.	Relação entre ‘categorias’	37
3	Demolição	45
3.1.	Criação de uma praça como exaltação do monumento	45
3.2.	Relação entre morfologias urbanas	58
3.3.	Isolamento como requalificação	72
4	Deslocação	83
4.1.	(Re)integração como valorização do lugar	83
4.2.	Deslocação como valorização do monumento	95

5	Construção	106
5.1.	Reintegração do monumento como marca de domínio do espaço urbano e da paisagem	106
5.2.	(Re)construção da paisagem para recontextualização dos monumentos	117
5.3.	Construção e adaptação do monumento a novos usos contemporâneos	129
5.4.	Redefinição e recontextualização do monumento e do lugar na paisagem	142
5.5.	Relação entre a pré-existência e a arquitetura contemporânea na requalificação do Lugar	153
5.6.	Território e desenho na construção do espaço público	165
5.7.	Construção de um novo edifício para unificação do conjunto: monumento e lugar	175
5.8.	Reciprocidade entre consolidação e construção de partes do lugar	185
6	Consolidação	197
6.1.	Integração por requalificação do espaço público	197
6.2.	Consolidação como exaltação de uma consciência urbana revista	210
6.3.	Articulação do lugar com o território para agregar o espaço público	222
7	Conclusão	234
8	Fontes e Bibliografia	238

O Monumento e o Lugar.

Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea.

1 Introdução

O principal objectivo deste estudo passa por identificar e analisar um conjunto de intervenções em Portugal, cuja intenção seja a valorização da relação do monumento e do seu lugar de enquadramento. Ou seja, acções práticas ligadas à intervenção no património arquitectónico que transformaram a leitura tanto das partes como do conjunto: monumento, espaço público e envolvente.

Da análise metodológica e morfológica do espaço físico, resultante de iniciativas conceptuais que modificaram o modo como se relacionam contextualmente os conjuntos urbanos e rurais (lugar e paisagem), pretende-se agrupar 'tipos' de intervenções representativas das diferentes especificidades inerentes às opções de projecto. Dado o sentido casuístico e multi-característico dos projectos em estudo, foi adoptado como processo de análise, documentação e uniformização do trabalho, a leitura do espaço antes e depois das intervenções, embora, sempre de acordo com as categorias propostas. As diferentes tipologias ou categorias geradas exemplificam atitudes em projectos que incidiram os seus programas e conceitos na valorização do legado histórico por aplicação de processos que conduziram à transformação de factores contextuais que caracterizam o lugar. O resultado dessa vertente modificadora de contexto em projecto varia entre a descontextualização de um qualquer elemento formal do espaço ou de recontextualização por introdução de novas valias na requalificação do monumento.

O contexto físico e temporal do monumento e do espaço que o envolve, entenda-se como edificado e espaço público, são fundamentais para a compreensão da identidade e do valor patrimonial enquanto conjunto urbano ou rural. Esta noção é consequência da interacção de diversos elementos fragmentários como o lugar e o território, os intervenientes contemporâneos e transactos, aspectos sociais e culturais que, por vezes, definem a forma como interagem os monumentos e a comunidade. Terá assim, o projecto através do espaço público, a capacidade de regenerar o lugar no intuito de valorizar o monumento?

O espaço público, fruto dessa relação de conceitos, passou a potenciar ou a ser primordial na conservação da identidade histórica e funcional dos lugares, procurando consolidar a relação (usufruto) monumento/envolvente, a reinserção do objecto no meio urbano ou rural e o aumento da qualidade de vida local.

Estes mecanismos contextualizadores, que definem a implantação e a relação entre o monumento e a envolvente, são parte de um processo evolutivo que se entende no tempo com princípio na noção

de objecto individual e fragmentado, até ao reconhecimento do conjunto e da pertença a um território consolidado¹.

A consagração da importância do enquadramento na contextualização do monumento e do espaço público, permitiu reintegrar na vivência do lugar o edifício monumental e a envolvente edificada e humana, bem como relacionar o conjunto, urbano ou rural, à escala alargada do território. Esta relação reaproxima a cidade e a história no mesmo ponto de influência, o lugar patrimonial.

A metodologia utilizada procura assim associar soluções teóricas e práticas, no sentido de contribuir para demonstração e estruturação da pluralidade de opções em projecto na reabilitação dos conjuntos patrimoniais em Portugal. É uma abordagem que pretende gerar conhecimento como fundamento às diferentes práticas aplicadas, no sentido de formar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito e assertivo nas hipóteses levantadas.

O objectivo é demonstrar em cada uma das diferentes intervenções a sua veracidade como fundamentos intemporais, reconhecendo-lhes na sua relação efeito/causa, entre a intervenção e cultura temporal da sua época, independentemente da concepção teórica e espacial por parte do projectista, fundamentos semelhantes em diferentes períodos temporais. Tanto é verdade no passado como pode ser hoje, desde que seja salvaguardado o contexto histórico e social, e perpetuados os seus valores identitários na sociedade.

É importante ressaltar que as soluções em estudo não representam uma preconcepção de um ideal de intervenção mas sim uma ampla panóplia de casos que representam múltiplas formas casuísticas. Cada exemplo em estudo caracteriza-se pela sua singularidade, cada caso é um caso específico e individual. Por isso deverá ser analisado e documentado por si e em si mesmo.

A questão é perceber em que medida a abordagem metodológica estabelecida, conjuntamente com o universo de exemplos escolhidos, são suficientes para garantir uma análise fidedigna e definir as categorias de intervenção.

Nesse sentido foi desenvolvido um trabalho de campo que envolveu investigação bibliográfica, de forma geral relacionada com as intervenções nos conjuntos patrimoniais e na sua relação com o espaço público e especificamente relacionado com cada caso de estudo proposto. A partir da observação directa foi desenvolvido um levantamento dos lugares, possibilitando a compreensão e

¹ Historicamente, consagra-se em primeiro lugar, como objecto individual, o monumento enquanto valor patrimonial, sobre o qual imperam as teorias de Alois Riegl na identificação dos valores do património, de John Ruskin para as ideias conservação estrita e, Viollet-le-Duc na noção de restauro estilístico. Para a ampliação do conceito, definindo o conjunto como 'objecto patrimonial', contribuíram de forma decisiva John Ruskin e Camillo Boito com a conservação histórica e memorial, Camillo Sitte associa à noção da cidade a ideia de património artístico e Gustavo Giovannoni defende a importância da salvaguarda do contexto, urbano e ambiental.

identificação no espaço das características e processos de transformação morfológica. Do mesmo modo reconhecem-se comportamentos e usos, conceitos modificadores político-ideológicos, económicos e sociais.

Complementarmente e no intuito de obter a perspectiva conceptual que fomenta as intervenções em estudo, foram abordados os diferentes projectistas intervenientes para uma troca de ideias, mais ou menos informal sobre o tema, e em concreto sobre o caso do seu trabalho em estudo.

Iniciativas de reposição contextual

As modificações da cidade no tempo são resultantes das vontades e necessidades sociais de uma determinada época ou período cultural. 'La dinámica urbana no parece entender de cuestiones psicológicas y sentimentales: ejerce una tensión dialéctica frente a la necesidad individual y social de estabilidad formal'². Existe uma dimensão temporal associada à prática de projecto que reconhece diferentes especificidades inerentes ao espaço, modifica-o por apropriação a uma determinada forma e função, processos de entropia, e como se verá conceptualmente, por valores histórico-ideológicos.

Com apoio em programas conceptuais representativos de uma ideologia artística, cultural e temporal, foram introduzidas novas linguagens na arquitectura e no espaço – no desenho e construção de edificado e espaço público – onde o projectista intervém com real conhecimento histórico-cultural das características permanentes e não permanentes que qualificam o lugar. O arquitecto em projecto difunde acções contemporâneas, de aplicação de ideias, materiais e tecnologias, mas a matriz estruturante tem por base o carácter histórico e arquitectónico do lugar.

No século XIX este sentido de justaposição temporal, de vivências e manifestações culturais, rivaliza com as teorias em que a arquitectura deve ser mantida temporalmente sem alterações, um conceito diferenciado pelas escolas inglesa e francesa: por um lado John Ruskin revê na cidade histórica o 'papel memorial' do monumento, na qual defende a importância dos lugares na contextualização dos monumentos, da identidade cultural, no espaço e no tempo. A sua teoria de conservação apoia-se na preservação da imagem do monumento sem variações temporais, opondo-se às transformações de restauro por adição e subtracção de partes, no monumento e na envolvente – 'restauration est la pire forme de destruction que puisse subir un bâtiment'³.

² Francisco de Gracia, Construir en lo construido. La arquitectura como modificación, Editorial Nerea, 1992, p.178

³ Françoise Choay, Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat. France: Éditions du Seuil, Outubro de 2009, p.XXIII

Para Viollet-le-Duc, símbolo de uma atitude mais progressista francesa, 'restaurer un édifice, ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné'. O fundamento de restauro baseado na arquitectura e na restituição da forma quer por demolição ou reconstrução, para estruturação dos edifícios para melhoramento da estética urbana⁴. A tese de Viollet-le-Duc propõe uma 'ruptura' com o passado ponderando a valorização do espaço urbano actual e futuro. No entanto, sem descorar 'à historiografia um papel fundador, mas desmitificada e liberta de qualquer dogmatismo'⁵.

Estes factores modificadores de contexto e a génese do lugar, com práticas de projecto que resultam em processos de contextualização, por adição contemporânea na preservação histórica do monumento e da envolvente. Seria aceite a existência de uma cidade histórica e contemporânea em simultâneo, numa variação entre a ideia de preservação da imagem do centro histórico, tradicional quase intocável, com a introdução de uma nova arquitectura, construção de edificado ou espaço público.

Na verdade, intervir significa sempre acrescentar algo novo ao processo dinâmico da cidade, mesmo quando a intenção de projecto é restituir uma imagem primitiva do monumento e do espaço. Deve ser reconhecido os limites do espaço interventivo, com o desenho perpetuar a identidade resultante deste processo lento de caracterização do lugar, mas extrapolar a escala de intervenção e os seus limites físicos e programáticos de forma a integrar o espaço público numa sequência de estratégias territoriais. Para Gustavo Giovannoni⁶ (1873-1947), fervoroso defensor a importância da salvaguarda do contexto dos monumentos, deve ser conservada a identidade dos lugares com a integração/relação dos monumentos com o território, articulação entre os edifícios de maior relevo urbano e o que os rodeia, de forma a preservar a escala e morfologia do conjunto.

O seu contributo significa o reconhecimento das exigências do desenvolvimento técnico da cidade industrial, de adaptação da contemporaneidade à cidade histórica – "uma cidade histórica constitui em si um monumento", mas ela é ao mesmo tempo um tecido vivo⁷ – simultaneamente complementa as teorias de John Ruskin e Camillo Sitte (1843-1093), enquanto à perspectiva da

⁴ Françoise Choay, *Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat*. France: Éditions du Seuil, Outubro de 2009, p.146-163

⁵ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70 LDA; Lisboa 2006, p.163-165

⁶ Antecipando o livro 'Vecchie città, edilizie nuova' introduz o conceito da 'arquitectura menor' alargando a noção de monumento à envolvente e às relações entre núcleos urbanos. Destaca a relação que os monumentos têm com os sítios e com edifícios envolventes na estruturação de uma identidade urbana e ambiental.

⁷ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70 LDA; Lisboa 2006, p.171

conservação estrita e museológica⁸ e, de Viollet-le-Duc na relação do monumento e do lugar à escala alargada da cidade (relação entre conjuntos históricos).

Hoje a intervenção contemporânea tem a mesma capacidade de se constituir como história: os monumentos são parte integrante e caracterizadora de um momento temporal da cidade. Esta noção foi consolidada no passado por pensadores, teorias, e acções que conseqüentemente influenciaram leis e tratados para a preservação e restauro dos lugares. Entre outras: a Lei de Malraux de 1962 permitiu salvaguardar algumas áreas históricas francesas da degradação do tempo e da destruição generalizada proclamada pela filosofia modernista. Os princípios de conservação e valorização intrínsecos na Lei pretendiam regular e limitar a reconstrução, a demolição e a alteração dos conjuntos patrimoniais em França⁹.

Sob os desígnios teóricos de Cesare Brandi foi criado um novo pensamento, a Teoria do Restauro, que influenciou as recomendações das Cartas de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios em 1964, e a Carta del Restauro de 1972.

Na Carta de Veneza foi definida uma noção de monumento histórico que englobava no seu conjunto os monumentos e os lugares por serem 'o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico'¹⁰. Recomendava ainda a preservação da paisagem tradicional, não permitindo a remoção de qualquer parte do monumento e, alerta para a importância de adequação de novos usos e programas ao edifício antigo.

Com a Carta de 1972 recomendava-se a preservação dos elementos que constituam a envolvente (paisagem) dos monumentos: o espaço público, estruturas históricas e militares significativas e, elementos naturais. Previa a reestruturação do contexto urbano e territorial para relacionar o centro histórico com futuras áreas de desenvolvimento, tanto da sua rede viária e infra-estrutural como de novos usos, numa instrumentalização e ornamentação do território através de planos reguladores.

Assim, a sequência do trabalho permitirá também compreender de que forma é aplicada esta diversidade de processos teóricos na transformação dos conjuntos patrimoniais ao longo do

⁸ Camillo Sitte em 1889, no livro 'Der Stadtbau nach seiner künstlerischen Grundsätzen' introduz à noção da cidade histórica a ideia de arte ('monumento historicista'). Esta reflexão resulta na tomada de consciência para a falta de beleza urbana nas cidades industriais, onde se estrutura o espaço público favorecendo o seu aspecto funcional em detrimento do prazer estético e da cultura histórica dos lugares.

Sitte conjuntamente com Ruskin, 'defende a importância da envolvente enquanto integração contextual dos monumentos, por exemplo, destacando a relação entre "construções, monumentos e praças", ou explicitando as íntimas relações entre as igrejas e as praças históricas onde aquelas frequentemente se localizam'. José Aguiar, Cor e cidade histórica, FAUP publicações. Porto 2005, p.83

⁹ Idem, p.90-91

¹⁰ Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, ICOMOS, VENEZA, 25 a 31 de Maio de 1964, artigo 1.º. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.104.

tempo, consoante a leitura evolutiva do espaço caso a caso. Um fundamento com base em exemplos históricos nacionais que de alguma maneira marcam a arquitectura, a história e cultura portuguesa.

Referências nacionais

Em Portugal a reabilitação e revitalização dos conjuntos patrimoniais compreende-se entre a adaptação a processos de afirmação política, social e económica, e a consolidação e preservação dos valores históricos e arquitectónicos dos nossos lugares. Nas principais intervenções urbanas, incutidas pela prática de projecto, consideravam-se por adição, subtracção, e reestruturação de parte do tecido existente, acções incisivas que pretendiam reorganizar e incutir novas valias aos monumentos existentes.

Ramalho Ortigão em 1896 descreve essa actuação sobre o património como um 'egoísmo dos tempos modernos incompatíveis com o conhecimento de tão grandes obras'¹¹. A transformação do contexto envolvente e do próprio monumento no século XIX foi descrita no seu livro 'O Culto da Arte em Portugal' como actuações incapazes de dar continuidade à obra, compreendendo e reconhecendo os sedimentos transactos do monumento, pelo que 'representaria um pavoroso retrocesso na sua história'¹².

Como diz Champolion Figeac, todos os monumentos e lugares, independentemente da sua qualidade estética, 'contêm factos cujo conjunto é como estática moral das sociedades extintas'¹³. Esta noção pretendia reconhecer a capacidade do monumento ou do conjunto patrimonial, em representar diversas formas arquitectónicas sobrepostas, transformadas através de sucessivas fazes e processos de construção.

Veja-se o exemplo da intervenção no Mosteiro dos Jerónimos, desmoronado em 1878 num 'mero desequilíbrio de si mesma', seria para Ramalho Ortigão uma intervenção de restauro com um programa deficitário. O problema da intervenção não se tratava de arte, arqueologia ou 'dessas subtis dificuldades inerentes ao estudo das formas construtivas'¹⁴, ornamentos e estilos, mas de conhecimento do tempo e do lugar a que o edifício pertence.

Posteriormente, reinterpretaram-se valores nacionais, artísticos e de conservação, na redefinição dos monumentos como símbolos de uma ideologia política, social e cultural, em concordância com a forma

¹¹ Ramalho Ortigão, o Culto da Arte em Portugal. Lisboa: António Maria Pereira, 1896, p.4

¹² Idem, p.6

¹³ Como citado em Ramalho Ortigão, o Culto da Arte em Portugal. Lisboa: António Maria Pereira, 1896, p.9

¹⁴ Ramalho Ortigão, o Culto da Arte em Portugal. Lisboa: António Maria Pereira, 1896, p.19

como uma determinada sociedade descodifica os processos e conceitos de preservação e perpetuação do património. De um lado salvaguardavam o aspecto original, como forma de preservação e materialização de um acontecimento histórico, depurando-o de qualquer acrescento posterior, por outro, determinam uma quase 'não intervenção' como conservação da imagem pictórica dos lugares.

Implementadas em parte pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estas intervenções de reconstituição por demolição de partes existentes, foram justificadas com a necessidade de recuperação, pelo menos, dos mais importantes exemplos 'da história pátria assente nos seus momentos de triunfo' no intuito de educar e avivar o espírito do povo português¹⁵.

Estas práticas acompanham todo o período do Estado Novo, (1926-1974) mas foi nos anos 40, com a celebração das Comemorações do Centenário da Restauração da Independência, que se realizaram as intervenções mais representativas da política patrimonial do regime. São exemplo as modificações morfológicas e viárias nas envolventes à Sé do Porto e Paço Episcopal, projecto do arquitecto Arménio Losa em 1939. Com recurso a processos de demolição de partes do edificado histórico, deslocação física da Capela de Nossa Senhora de Agosto e a construção de um novo espaço público idealizaram a sua valorização, antes mesmo do valor religioso, como símbolos de um conceito político-ideológico.

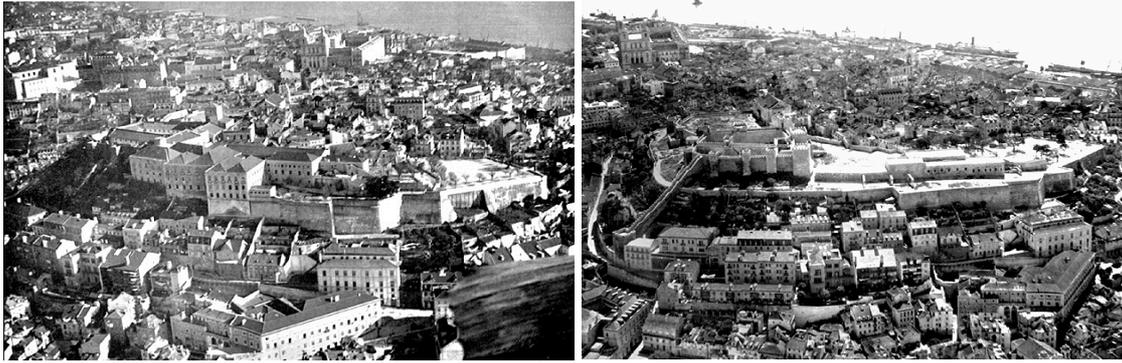
Na cidade Guimarães, a reestruturação do tecido urbano resulta na sobreposição de um conjunto de planos e ideias preconizadas pelos arquitectos Rogério de Azevedo (1932), Alberto da Silva Bessa (1951) e Luiz Benavente (1952), culminando no trabalho do engenheiro silvicultor António Viana Barreto em 1957. Foi criado um novo espaço público, comum a todos os monumentos individualizados por desafrontamento, o Castelo, o Paço dos Duques de Bragança¹⁶ e a Igreja de São Miguel, e contextualizados na paisagem verde característica daquela zona minhota.

O Castelo de São Jorge em Lisboa, símbolo do poder militar e da fundação da nacionalidade, foi profundamente reconstruído em articulação com um miradouro voltado para a cidade e para o rio, definindo assim o espaço público como um factor de valorização do monumento. A intervenção de 1939 – 'Plano de reintegração e urbanização do Castelo de São Jorge' – teve como principais mentores o Ministro das Obras Públicas engenheiro Duarte Pacheco, o Director dos Monumentos Nacionais arquitecto Baltazar de Castro, e como responsável pela obra o arquitecto Joaquim Areal e Silva. Os trabalhos de 'reintegração' envolveram a demolição das antigas casernas e das torres militares, bem como, a consolidação e reestruturação das muralhas do Castelo¹⁷.

¹⁵ Maria João Baptista Neto, Memória, Propaganda e Poder – O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960), FAUP publicações, 2001, p.13.

¹⁶ O projecto de reconstrução do Paço Ducal data 1936-1939 e é da autoria do arquitecto Rogério de Azevedo.

¹⁷ Joaquim Areal e Silva, Memória Descritiva das obras de demolição, consolidação e reestruturação do Castelo de São Jorge, Lisboa – 1ª fase. Lisboa, 31 de Agosto de 1939. (PT DGEMN:DSID – 001/011-1304)



Castelo de São Jorge cerca de 1938 + 1940
DGEMN

Em Vila Viçosa, uma intervenção à escala urbana, que em detrimento de parte do tecido histórico enquadró os pontos nucleares – a Igreja, o Castelo, e o Paço dos Duques com o seu terreiro frontal. A intervenção Calipolense foi realizada em dois períodos diferentes: o primeiro entre 1938 e 1941 teve como intervenientes, entre outros, o ministro Duarte Pacheco e o arquitecto Pardal Monteiro; e finalmente em 1948 a Câmara Municipal de Vila Viçosa desenvolveu o projecto de ‘Arranjo urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco’.

As intervenções nas Igrejas de Leça do Balio (1934), de Sanfins de Frietas entre Valença e Monção no Minho (década de 30), e de São Martinho de Cedofeita no Porto (1930-1935), representam a importância do objecto na definição e preservação dos valores de contexto associados à micro-escala, tais como: as vivências sociais, culturais e identitárias.

Estas iniciativas de projecto, na recomposição da envolvente do monumento, tiveram diversas vezes como tendência a destruição e não a contextualização social e cultural no enraizamento do passado no presente. ‘Entre os temas mais interessante no âmbito da abordagem projectual do contexto de monumentos conta-se precisamente a aproximação projectual ao objecto monumental e à paisagem, que levaram à transformação dos adros em plataformas mais o menos regularizadas para observação e estabilização visual do conjunto edificado’. Como demonstra a deslocação do cemitério contíguo ao antigo Mosteiro de Leça do Balio, numa total incapacidade de reconhecimento dos ‘valores espiritual e material do binómio igreja/adro’¹⁸.

Na década de 50 registam-se as iniciativas de Paulino Montês com a elaboração do ‘plano de Regularização e Embelezamento’ em Mafra. O plano abordava o conjunto histórico numa relação de projecto urbanístico com base na sua micro-escala, abordando pontos específicos mas sem alteração dos instrumentos metodológicos. Ou seja, limitava-se a um exercício de redefinição do

¹⁸ Miguel Tomé, Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995), FAUP publicações, 2002, p.88.

espaço, sem incidir nas questões sociais ou históricas, para valorização do monumento. O exemplo deste plano em Mafra, implicou o desafrontamento do convento e redefinição dos limites da praça numa forma elíptica para aumentar a sua relação visual com a envolvente.

Por um lado a intervenção nos conjuntos urbanos foi unificada nos programas e processos, vejamos por exemplo as transformações de Balio e Cedofeita, como diz Françoise Choay numa relação de 'museification' dos monumentos perante a envolvente que, de alguma maneira, transfiguraram a noção património num marchandaizing ideológico¹⁹. Por outro a cidade histórica deixa de ser entendida como cidade museu para se adaptar ao paradigma da conciliação do seu futuro desenvolvimento económico e turístico, com a herança legada pelo seu passado histórico.

Esta relação actual de monumento versus urbe foi consequente da criação de regulamentação que concilia o processo de crescimento socio-económico das cidades, a adaptação a novas metodologias de intervenção numa visão estratégica global e a preservação da memória dos lugares. Esta nova visão permite classificar a cidade no seu conjunto e não apenas os seus monumentos: contextualiza-os à escala do território.

'Agora, mais uma vez, é necessário "desenhar" a expansão e ao mesmo tempo reorganizar o existente, para que o centro originário não perca funções e não se desertifique, evitando cópias absurdas de experiências que, sob a bandeira do desenvolvimento, falharam noutras cidades portuguesas. Desenho urbano precisa-se'²⁰.

O desenho é entendido como instrumento de organização, requalificação e consolidação do território, num processo de estruturação da morfologia urbana, que procura aproximar a cidade, o sítio e monumento. Alguns exemplos assinaláveis são as intervenções de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça em 2002 da GB Arquitectos, do conjunto histórico de Idanha-a-Velha pelos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez em 2004, e o 'Arranjo da praça de São Tiago' em Guimarães (1998) da autoria do arquitecto Fernando Távora.

¹⁹ Françoise Choay, *Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat*. France: Éditions du Seuil, Outubro de 2009, p.XXXVI

²⁰ Nuno Lopes, *O futuro nas nossas mãos, texto sobre a intervenção em Évora*, 2007.

2 Enquadramento e definição de categorias

Na diversidade de intervenções que abrangem a problemática da reabilitação patrimonial em Portugal é possível estabelecer uma relação entre o significado momentâneo do monumento com a intenção de requalificação, quer por factores revivalistas, quer por afirmação de 'novos' conceitos.

Uma duplicidade conceptual que fomenta o conhecimento da prática por acumulação de iniciativas projectuais na transformação dos lugares, numa variação correspondente a contextos arquitectónicos e culturais heterogéneos, urbanos e rurais, que resultaram assim em diferentes soluções na requalificação do património.

O interesse, é agrupar esta pluralidade de opções em projecto, resultantes muitas vezes de intervenções casuísticas, com o objectivo de definir categorias de intervenção, representativas dessa multiplicidade cultural, dos objectivos e programas, e das ideias dos diferentes projectistas intervenientes.

Para estruturar e articular estas hipóteses processuais no estudo, são definidas quatro categorias que agrupam e tipificam os diferentes procedimentos processuais na redefinição do contexto dos monumentos, espaço público e envolventes: 'demolição', 'deslocação', 'construção' e 'consolidação'.

Quadro das Categorias de Intervenção:

Contextualização	Descontextualização	Demolição	Tecido urbano
			Partes
	Deslocação		Lugar
			Monumento
	Recontextualização	Construção	
			Edificado
		Paisagem	
	Consolidação		Texturas

A categoria 'demolição' abrange intervenções cuja estratégia de projecto é valorizar o monumento por perda de 'partes' anexas ou do 'tecido urbano' envolvente.

A 'deslocação' é a acção de integrar ou desintegrar o edifício, demonstrando processos de transladação do 'monumento' como valorização do 'lugar' e dele próprio.

Como 'construção' definem-se intervenções com práticas de redefinição e valorização do 'velho' com o 'novo', por acrescentarem novos conceitos de 'espaço público', 'edificado' e 'paisagem' na valorização do lugar.

Para a categoria de 'consolidação', pretende-se relacionar idealização/concepção no redesenho do espaço público – 'texturas' e matérias – com as diversas vicissitudes do desenvolvimento urbano na preservação da imagem histórica do lugar e da paisagem.

Transversais aos processos são 'descontextualização' e a 'recontextualização', por englobarem acções de transformação contextual entre monumento, envolvente e em última análise de conjuntos de indivíduos.

Numa primeira abordagem serão individualizados as categorias e os respectivos processos com recurso à apresentação dos casos de estudo, caracterização e inserção temporal na definição da categoria, para melhor se compreender e enquadrar a ideologia social e cultural que impulsiona as diferentes práticas de projecto, para culminar na representação esquemática de um conjunto de articulações causa/efeito entre as categorias e intervenções em estudo.

Os exemplos que compõem as categorias, para além da definição casuística que lhes é inerente, têm valor apenas em si mesmo, podendo ser avaliados como projectos de qualidade distinta. A sua escolha tem como principio e intenção inicial, que com a transformação sejam salvaguardados e valorizados os monumentos e os lugares, e de alguma forma se constituíram operações emblemáticas.

Processos de descontextualização

A descontextualização é consequência da destruição de características físicas, históricas e sociais, conceitos arquitectónicos e simbólicos, associados à sobreposição de diferentes apropriações culturais e temporais sobre o monumento e a envolvente. No espaço público, primordial na relação social e cultural entre o monumento e o homem – factores de enraizamento no passado –, as intervenções de recomposição do lugar resultam na transformação do carácter identitário que os contextualiza e rompe com o passado.

Os processos de metamorfose das cidades, ou a orgânica evolutiva e transformadora das nossas urbes, criam sucessivas camadas históricas que coexistem e compõem a nossa própria identidade. Desintegrada, cria vazios temporais que poderão originar a perda do carácter espacial urbano e a quebra de laços que contextualizam e que estimulam a memória colectiva.

Neste ponto demonstram-se processos de transformação da envolvente cujos projectos resultam na quebra de conceitos de relação social, e entre o monumento e o espaço. Descontinuidade de características históricas que contextualizam os valores da história local por sobreposição de um novo valor simbólico e projectual.

Representam uma separação entre os conteúdos transactos intrínsecos no conjunto monumental, partes de um processo temporal contínuo, negligenciando a preservação de valores culturais e sociais que qualificam o carácter do lugar. Os monumentos são transformados em peças de exposição, musealizados e sobrevalorizados numa forma dita 'ideal', em detrimento do seu enquadramento – espaço público e edificado.

Neste contexto são exemplo as intervenções de 1934 e 1970 na Igreja de Leça do Balio onde foram aplicados processos de desanexação, demolição de partes contíguas e a transferência do cemitério. A abordagem projectual ao monumento e à paisagem resulta na regularização e caracterização do adro num tipo de imagem pictórica centrada no elemento dominante. Como definição, o desenho cria um cenário, mais ou menos estável, resultante de processos de demolição, por subtracção das partes anexas, isolado da envolvente e forçado a um novo confronto visual – imagem contextual.

Em muitos projectos de restauros a fragmentação do tecido urbano envolvente reflectiu-se na tendência de deslocação de zonas funcionais adjacentes e do próprio monumento, como é o caso da reconstrução da Capela de Nossa Senhora de Agosto em 1951 no Porto. A trasladação física do monumento é resultante da aplicação dum processo de salvaguarda que o consagra no valor simbólico e artístico em detrimento dos contextos sociais e urbanos.

No projecto de requalificação da Cava Viriato e Áreas Envolventes de 2001, foi desenvolvida a consolidação da preexistência com perda de um caminho público, contíguo e enraizado no monumento por um processo temporal, que pelas características e vivências do espaço davam contexto a memória viseense. A prática de restauro do monumento, por reconstrução de partes ou da sua totalidade, quer por reposição um determinado acontecimento histórico ou porque (re)define uma forma física, poderá resultar na descontextualização de características temporais e sócias de apropriação do espaço público envolvente.

Processos de recontextualização

Recontextualizar significa redefinir uma nova relação entre o edifício, o tecido e as paisagens envolventes, no intuito de restituir uma noção primitiva do espaço, seja ele público ou edificado, de reintegração no contexto urbano ou rural, podendo esta última abranger tanto a construção como a demolição de estruturas existentes. Outras características ou acções a assinalar nesta definição são as intervenções que consolidam o espaço já existente, procurando apenas enfatizá-lo e/ou redefinir características físicas do espaço público envolvente.

Exemplos são as intervenções do arquitecto Fernando Távora na praça 8 de Maio em Coimbra e na 'Casa dos 24' no Terreiro de D. Afonso Henriques no Porto, e do arquitecto Gonçalo Byrne no Rossio de Alcobaça.

O 'arranjo urbano da praça 8 de Maio' de 1993 resultou na recontextualização da praça, 'refundá-la para a sua cota inicial reconstitui-se não apenas o valor do seu espaço inicial bem como a leitura da Igreja de Santa Cruz, referências'²¹ ao núcleo histórico. Trata-se de um projecto que sem recorrer a cópias nem a analogias directas estabelece uma simbiose contextual entre o monumento, espaço público e a envolvente, os quais prolonga e revaloriza de acordo com a sua estrutura de valores formais (história e social), com recurso a processos de articulação entre o objecto individualizado e o tecido urbano.

Em 1998, com a construção da 'Casa dos 24' o arquitecto Fernando Távora promove conceptualmente a reinserção contextual envolvente à Sé do Porto, ou seja, com o projecto são definidos critérios processuais de recontextualização do edificado patrimonial, evidenciando uma reflexão e conhecimento do processo de transformação do lugar.

Um projecto de arquitectura integrada, ou que integra, na qual se reconhece a pertença a um momento histórico (materialidade contemporânea e simbologia histórica) e que estabelece uma continuidade entre o novo e o velho conforme o carácter enraizado no lugar.

Na praça 25 de Abril, 'Projecto de Requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça' em 2001, desenvolveu-se um conjunto de processos programáticos de recontextualização do monumento e do espaço público no território.

O desenho como instrumento preferencial na resolução ou interacção de valores de contextualização – de forma a dar continuidade ao processo de sobreposição de intervenções, camadas que fomentam a memória colectiva da sociedade, e que compõem momentos da linha

²¹ Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva e Justificativa, Março de 1993

temporal do conjunto patrimonial. Dar continuidade não significa ser redundantemente homogeneizadora, poderão existir elementos dissonantes que favoreçam e actuem como factores reformistas e criativos dentro da lógica da reabilitação.

A intervenção objectivou restituir o protagonismo de outrora ao monumento, elemento morfológico de maior importância no contexto territorial, recuperando a sua posição de destaque na estrutura urbana envolvente, englobando-o em actividades culturais, económicas e turísticas, acções de reciprocidade entre o monumento e o meio.

2.1. Valorização do monumento por ‘demolição’ de partes anexas ou envolventes

O conceito base da categoria ‘demolição’ reside na análise de intervenções cuja intenção de valorização do monumento resulta no detrimento de partes adoçadas ou envolventes. A incidência de projecto sobre o lugar define a transformação do enquadramento contextual do monumento com base em dois diferentes processos: um de subtracção do ‘tecido urbano’ que envolve a destruição de uma parte considerável do construído, e outro de demolição e reposição de ‘partes’ anexas ao monumento.

Em ambos os processos correlacionam-se características de análise que implicam a recontextualização do monumento por reestruturação do espaço público, e de descontextualização por perda de factores históricos e sociais próprios do lugar. Em 1941, sobre o restauro da Sé do Funchal, o arquitecto Raul Lino escrevia que ‘o mais atraente neste monumento “não é a pureza do estilo, mas o aspecto do seu conjunto”, para o qual concorrem o pitoresco, o amouriscado, a cor, a vegetação’²². A importância do passado histórico e do valor de conjunto são sinais da preservação do contexto ou carácter do lugar.

Estas iniciativas de projecto sobre o espaço público e o monumento, teriam principalmente entre os anos 30 e 50, conceitos teórico-práticos que evidenciavam um revivalismo histórico e artístico mas que não deixavam de assumir uma nova atitude no processo contínuo de transformação do conjunto patrimonial. A alteração do ‘tecido urbano’ envolvente proporcionou a criação de amplos espaços públicos que recontextualizaram o monumento e o lugar num novo ‘quadro’ cenográfico, e criaram novas condições à permanência e à sua contemplação.

Os monumentos foram elementos preponderantes no ordenamento e fundação do território, pontuando e marcando zonas precisas, atribuindo-lhes significado social por adição de

²² Ângelo Costa Silveira, Sé do Funchal, revista ‘Monumentos’ n.º 19, Setembro de 2003, p.108

processos temporais lentos, ou seja, movimentos divergentes e convergentes de crescimento urbano que contextualizam o percurso de vida do monumento. Trata-se de ‘factos urbanos’ que dão sentido ao lugar pela diversidade de valores comparativos entre o monumento e a envolvente adjacente.

Neste contexto, o processo de intervenção por detrimento de ‘partes’ integrantes e enraizadas na expressão do lugar considera-se descontextualização. Perdem-se valores relacionados com a memória e de identificação social sobre a ambiência de ‘dia-a-dia’ do espaço público, como as feiras ou cerimónias religiosas, relacionados com as igrejas e os cemitérios adjacentes – adro como encontro de vivências sociais e religiosas.

Como fundamento prático agrupam-se três tipos de melhoramentos sobre o lugar, resultado da iniciativa projectual de ‘demolição’, cujos processos evidenciam acções de detrimento do ‘tecido urbano’ e de ‘partes’. Assim, da subtracção de tecido analisam-se as intervenções de 1939 na envolvente à Sé do Porto, num processo que deu origem à criação de uma praça como exaltação do monumento; e no projecto de 1940 na Praça da República em Vila Viçosa para definição de uma nova relação entre morfologias urbanas. Como exemplo da subcategoria de demolição de ‘partes’ anexas ao monumento, são estudadas as intervenções de recomposição (1934) e requalificação (c. 1970) na envolvente ao antigo Mosteiro de Leça do Balio.

Demolição do ‘tecido urbano’ envolvente

Este processo explica e resume intervenções que recorrem a demolições do edificado urbano para construção de espaço público como ideal de valorização dos monumentos. Circunscreve-se à transformação do espaço público e edificado adjacente, com objectivos individualizados, próprios da génese territorial e dos próprios monumentos, que modificam volumetrias e características formais do lugar. No entanto, as intervenções obedecem a uma regra de manipulação cénica da paisagem, em que o monumento está voltado para a envolvente, e o espaço público firma a ideia.

Poderá justificar-se assim, que o fundamento ou critério ideológico do projecto, neste nível de intervenção, é ‘deixar falar o edifício’ através da criação de um novo enquadramento paisagístico, destacando-o com ‘pontos-de-vistas’ e perspectivas que outrora estariam bloqueadas pelo tecido. São introduzidos processos de construção na definição de novos espaços públicos, desenhados intencionalmente para recontextualização do monumento

enquanto objecto dominante no território. No entanto, ocorrem acções de descontextualização por subtracção da história física edificada e das múltiplas vivências enraizadas no espaço.

Com a intervenção do arquitecto Arménio Losa em 1939 no terreiro frontal à Sé do Porto, exemplifica-se um projecto que redesenha o 'quadro' do lugar e cria uma nova praça como exaltação do monumento. O 'Projecto de Arranjo Urbanístico da zona da Sé e Paços do Concelho' propõe a demolição da envolvente ao monumento, com objectivo de enaltecimento e valorização do conjunto patrimonial portuense, onde são desobstruídas as faces voltadas à cidade, Norte e Oeste, e do espaço resultante foi desenhada uma plataforma, no topo no morro da Sé, num aproveitando topográfico para afirmação territorial do monumento.

Outro conceito em estudo na categoria são intervenções que tenham idealizado requalificar os monumentos por relação entre edifícios dominantes no território – 'relação entre morfologias urbanas' –, na sua imagem cénica e arquitetónica-urbana, por processos de esvaziamento do tecido urbano intermédio. O desenho estrutura o prolongamento do espaço público como plataforma de relação entre as diferentes morfologias, por afirmação de eixos visuais, perspectivas apoiadas na (re)construção das suas formas e conteúdos, e na homogeneização do espaço público ao carácter material regional.

A definição de contexto varia entre a leitura da escala conjunta dos monumentos, recontextualização da imagem de domínio sobre o espaço público, de adequação a novas texturas e ambiências; e de descontextualização ao nível social pela subtracção de valores referências enraizados na memória colectiva e no lugar.

São exemplos de estudo as intervenções encetadas no final dos anos 30 pelo Ministério das Obras Públicas em Vila Viçosa. Da vontade ideológica do engenheiro Duarte Pacheco, foram suprimidos vários quarteirões de origem medieval para permitir uma relação entre o Castelo, a Igreja de São Bartolomeu e o Paço dos Duques de Bragança. Para tal, é redesenhada e duplicada a praça preexistente, praça da República (antiga praça Rainha Dona Amélia) e actual avenida Bento Jesus Caraça, e construído um novo arruamento, a avenida Duques de Bragança. Em 1948 a Câmara Municipal de Vila Viçosa conclui o processo com o 'Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco'. O novo traçado teve como principal fundamento a requalificação dos vazios resultantes das demolições de acordo com as 'tradições e monumentos'²³ enraizados na história do lugar.

²³ Câmara Municipal de Vila Viçosa, Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva, 1948, p.7

Demolição de ‘partes’ anexas

A subcategoria ‘partes’ pretende abordar processos de demolição de construções anexas ou contíguas, resultantes do crescimento e apropriação da envolvente edificada sob a estrutura do monumento. O projecto centraliza a acção na transformação e valorização do edifício dominante, incutindo processos de subtracção de todos os elementos sobrepostos, no intuito de o isolar da envolvente, requalificando-o ou até mesmo reconstruindo-o, para enaltecimento do seu valor enquanto símbolo do lugar ou região.

Durante o período de influência do Estado Novo foram recorrentes os processos de reconstituição de um determinado momento artístico e histórico dos monumentos²⁴, que para além do sentido político inerente, evidencia a vontade de os restituírem numa forma artística ‘original’, num ideal de ‘pureza de estilo’. São definidas estratégias político-ideológicas que descoram o potencial do espaço envolvente e centralizam a acção apenas no invólucro do monumento, muitas vezes sem ponderação de desenho no espaço contíguo. Restitui um estilo arquitectónico e encena uma imagem pictórica urbana ou rural, onde apenas a forma do monumento é valorizada.

A desobstrução da Igreja de Leça do Balio, desenvolvida pelo arquitecto Baltazar de Castro em 1934, é na categoria um exemplo de um projecto que centra o objectivo na reintegração da ‘traça primitiva’ do antigo mosteiro. O monumento foi descolado da envolvente, resultando num percurso circundante que o ‘dá-a-ver’ em todos os seus ângulos, disposto em novas perspectivas urbanas como se fosse uma peça de museu implantada num pedestal. No intuito de preservar e perpetuar o monumento, o espaço público, apesar de não ter sido desenhado, foi aqui utilizado como espaço de exibição do monumento.

Nos anos 70, correspondendo a uma segunda fase da intervenção, foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Matosinhos o ‘Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio’ que fomentou a demolição e trasladação do cemitério adjacente à igreja, numa acção de descontextualização da relação da comunidade com o espaço envolvente.

Em suma, por demolição de partes anexas, acopladas à estrutura do monumento ou envolventes, construídas no tempo em processos humanizados de apropriação do espaço, ou

²⁴ Importa salientar o contributo de Alois Riegl ao decompor os valores e conceitos de património, como contributo à consagração de monumento histórico. Tal como no exemplo de Leça do Balio explana a sobrevalorização do valor artístico passado do monumento em relação ao valor histórico do conjunto. Uma manifestação apenas direccionada ao monumento independentemente do lugar, das sedimentação histórico-sociais e território. Françoise Choay, *Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat*. France: Éditions du Seuil, Outubro de 2009, p.165

por parcelas fragmentadas na envolvente, a acção recontextualiza o monumento numa nova imagem arquitectónica que decorre nos diferentes períodos interventivos.

2.2. Integração ou desintegração na ‘deslocação’ do monumento no espaço

A categoria exemplifica intervenções que recorram a processos de reintegração por ‘deslocação’ física do monumento, como forma de preservação e perpetuação dos seus valores histórico, arquitectónico e cultural. Os monumentos são trasladados do seu lugar, numa acção que implica ‘demolição’ e posterior ‘construção’, originando a transformação do carácter contextual do ‘monumento’ e do ‘lugar’.

O processo e a acção resultam numa variação de contexto, ou sejam, recontextualização e descontextualização por integração e desintegração do monumento no espaço. Estes factores analíticos ajudam a explicar a génese da categoria em estudo: integrar significa reconhecer os aspectos essenciais de um determinado elemento urbano, introduzindo processos necessários à sua preservação e valorização. Desintegrar, se a hipótese for a salvaguarda do monumento, é conseguir identificar e entender processos de resolução de problemas e das respectivas conexões. Se a desintegração for resultado de uma descontextualização, então a definição oscila entre a transformação por redefinição da génese do ‘lugar’ e do ‘monumento’.

Estão implícitos no conceito de projecto processos de recontextualização da paisagem que actuam complementarmente com a envolvente e o monumento na definição das vivências do espaço público. Estes novos factos resultam não só do processo contínuo no tempo, gerado na relação entre as diferentes sociedades, culturas e ele próprio, como deste novo processo modificador. Daí a relevância em preservar estes significados que contextualizam a cidade e a própria memória colectiva: ‘O monumento é inseparável da história, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido. Consequentemente, a deslocação de um monumento, na totalidade ou apenas de uma parte, não pode ser permitida, a não ser que a sua salvaguarda o exija, ou quando razões de relevante interesse nacional ou internacional o justifiquem’²⁵.

Neste sentido, o monumento cumpre historicamente um papel determinante no desenho do espaço envolvente, contextualiza o lugar e constitui-se, por vezes, desde a formação da própria cidade, como um motor dinamizador e regulador da ‘forma urbana’. A sua ausência do lugar

²⁵ Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, ICOMOS, VENEZA, 25 a 31 de Maio de 1964, artigo 7.º. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.105.

fundacional, seja por imposição de projecto (deslocação e demolição) seja por abandono natural (tempo), 'representa, de certo modo, vazio de significado'²⁶.

As reconstruções da Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, no Porto, e das 'Portas da Cidade' em Ponta Delgada, são exemplos de intervenções cujos projectos apresentam o recurso a soluções de desintegração forçada do contexto envolvente ao monumento, com o objectivo da sua salvaguarda e perpetuação futura. O reconhecimento do seu valor cognitivo, de preservação e perpetuação dos valores memoriais, históricos e sociais em detrimento da noção e espírito do lugar.

Deslocação para valorização do 'lugar'

Na subcategoria 'lugar' estudam-se intervenções em que o processo de reintegração resultou na valorização do lugar em detrimento da requalificação do monumento. Esta afirmação torna-se redundante tendo em conta que a acção evita o desaparecimento do monumento como aconteceu nas demolições das Igrejas de São Paio e São Sebastião em Guimarães no início do século XX. Estas igrejas foram demolidas, conjuntamente com parcelas do edificado de origem medieval, para ampliar o largo da Condessa do Juncal e Alameda da Resistência (Toural), ficando irremediavelmente perdidas.

O que interessa salientar nesta subcategoria, apesar da sua salvaguarda, é o facto que por terem sido introduzidas num novo lugar poderá significar a perda de factores contextuais permanente (físicos), funcionais ou vivências do espaço público a ele relacionadas. Poderá ainda, do ponto de vista estético e morfológico, melhorar e valorizar o espaço de acolhimento.

No exemplo da Capela de Nossa Senhora de Agosto, o monumento foi retirado (por processos de demolição) do seu contexto histórico, social e urbano, frontal à Sé do Porto, antecedendo o plano de melhoramento da envolvente da Sé do Porto, para ser reconstruída em 1951 num novo lugar – Largo da entrada da rua do Sol, junto ao Convento de Santa Catarina na mesma cidade. Neste caso, o projecto resultou na desintegração do monumento, e na descontextualização de vicissitudes temporais e sociais do terreiro da Sé: a congregação dos Alfaiates e o mercado.

²⁶ José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, Outubro de 2007, p.104

Transforma-se assim a génese do novo lugar e do monumento por valorização do espaço urbano, anteriormente sem um elemento dominante qualificador, num processo de recontextualização e reformulação das relações identitárias e de memória.

Deslocação para valorização do ‘monumento’

Na subcategoria ‘monumento’ exemplificam-se intervenções em que o processo de ‘deslocação’ resultou na valorização do monumento em detrimento do contexto lugar. Nele perpetuam agregadas características de enraizamento do conjunto, como arte, história, cultura e sociedade, que representam ‘signos’ de contexto na memória das pessoas e do lugar. Quando com a deslocação lhe são subtraídos estes ou outros significados de pertença ao lugar, como por exemplo a função, o monumento permanece enquadrado num contexto museológico, de memória a um momento histórico, podendo ou não ter uma relação estética com a envolvente.

Exemplo para a preservação e valorização do monumento são as ‘Portas da Cidade’ de Ponta Delgada na Ilha de São Miguel nos Açores. Imóvel de Interesse Público e símbolo histórico como ponto de entrada na cidade, foram erguidas no século XVIII na Zona do antigo porto marítimo e, por imposição do Antepiano Geral de Urbanização de Ponta Delgada da autoria do Arquitecto João Aguiar em 1946, remontados na novíssima Praça Gonçalo Velho Cabral.

Pela localização mantinham próxima a relação com o poder religioso – a Igreja Matriz – e o poder político – a Câmara Municipal –, representaram simbolicamente o papel monumental de entrada de cidade de Ponta Delgada, sendo por exemplo, o lugar cerimonial de recepção e entrega das chaves da cidade aos Reis Dom Carlos e Dona Amélia na sua visita à cidade em 1901.

A transformação da morfologia urbana em meados do século XX fez deslocar o monumento para um local próximo do original, atribuindo-lhe apenas um papel museológico. Como escreve F. Choay ‘uma iconização museológica e abstracta’²⁷ que descontextualiza e insere cenograficamente o monumento num ambiente sintético, no caso das ‘Portas da Cidade’ ainda se vê dotado de algum ‘valor pictórico suplementar’, onde o monumento tem uma relação material, forma e cor idêntica à envolvente. No exemplo da Capela dos Alfaiates o sentido museológico é menor, está aberta ao serviço religioso, mas descontextualizado pela inserção num lugar sem relação com as suas características, físicas, estéticas e históricas. Durante o

²⁷ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70, 2006, p.116

processo de análise inserido na categoria foi homogeneizado o cenário urbano com a pintura a branco da fachada norte do edifício que actualmente aloja a Universidade Lusófona, tal como o monumento.

2.3. '(Re)construção' e valorização do velho com o novo

Consideram-se na categoria 'construção' processos de intervenção que envolvam a transformação física do lugar e do monumento, por adição ou reconstrução de partes, sem recorrer necessariamente a processos de cópia miméticos. Reconhece-se a capacidade de aplicação no património de novos conceitos – de (re)construção da 'paisagem', 'edificado' e 'espaço público' – como valorização e requalificação dos conjuntos patrimoniais.

A inserção de uma nova construção potencia a revitalização e perpetuação dos valores de contexto do lugar, relevando as suas vicissitudes morfológicas, naturais ou culturais, que sem descorar a salvaguarda do monumento gera novas valias de integração no território.

Demonstram-se processos de (re)construção com fusão do velho com o novo, a ponto de se tornar legível a sua diferença e se afirme como um novo testemunho do presente no futuro. A mutação das cidades correspondem no tempo a necessidades sociais e culturais, num processo dinâmico que acrescenta e prolonga factores de identidade e memória colectiva.

Construir sobre o construído como solução de reabilitação e revitalização dos conjuntos patrimoniais, numa modificação determinada em projecto, num novo desenho que evidência a intenção de valorização e marca um novo momento na linha temporal²⁸, sem desprezar a especificidade histórica e social do lugar. Cumpre o objectivo e traz algo de novo aos contextos urbanos e paisagísticos²⁹.

²⁸ Para Cesare Brandi, tal como Camilo Boito, é primordial 'a conservação dos acrescentos [e] deve considerar-se regular e excepcional a [sua] remoção'. Esta prática revê-se nas suas teorias sobre as intervenções de restauro que envolve transformações físicas: adição e reconstituição de partes e, em processos de anastylosis ou cópias.

Os monumentos sofrem alterações no tempo que marcam momentos precisos na história, e como tal são testemunhos de transformações sócio-culturais da própria natureza humana. A sua destruição poderá significar a perda irremediável de importante documentação da nossa história. 'A distinção entre acrescento e reconstrução esclarece-se ao considerar-se que o objectivo da reconstrução, ao contrário do acrescento - que se documenta sempre a si próprio -, é abolir um lapso de tempo'. Aguiar, José, Brandi e o conceito de espaço: Teoria e praxis no restauro arquitectónico, Power Point inserido nas aulas de Fundamentos e história da conservação, restauro e reabilitação. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, 2006/2007.

²⁹ Francisco de Gracia, Construir en lo construido. La arquitectura como modificación, Editorial Nerea, 1992, p.177-179

Na categoria, tal como a intervenção do arquitecto Fernando Távora na ‘Casa dos 24’ no terreiro da Sé do Porto em 1998, o projecto de revitalização e integração do monumento teve por base a compreensão e afirmação da identidade do lugar a reabilitar. Analisando todas as suas vicissitudes sociais, económicas, geográficas e históricas foi introduzida uma construção nova, procurando reenquadrar, relacionar e devolver algum contexto perdido com a degradação no tempo. Ora esta categoria – ‘construção’ – não representa apenas o edifício, mas em igual forma, a historicidade e capacidade de integração que a paisagem e o espaço público exercem sobre o monumento.

Um exemplo de revitalização dos monumentos, mas contextualizado no Centro Histórico, foi a intervenção dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez em Idanha-a-Velha – ‘Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha’ de 1995. Foi definida uma estratégia de consolidação e reconstrução das ruínas, e no desenho de uma ‘área de expansão, [estruturada num Plano de Pormenor,] associando os aspectos de estética e de ordenamento do território com os da eventual resposta a aspectos sociais da habitação e de comércio’³⁰. Importa salientar à luz das recomendações da Carta de Veneza de 1964 que os trabalhos, tanto arqueológicos como arquitectónicos, demonstraram determinação na valorização do conjunto para conservação e perpetuação do legado histórico e, em certa medida, revelaram procedimentos práticos de anastilose. No processo de reconstrução da ‘Porta Norte’ foram aplicadas cilharias dispersas no lugar embora, e para a completar os torreões, tenham sido introduzidas novas cantarias actualmente irreconhecíveis das preexistentes.

Construção de ‘espaço público’

Considera-se na subcategoria ‘espaço público’ intervenções cujas opções de projecto e desenho recorreram a processos de ‘construção’ de novas ambiências públicas, no entanto, demonstram conhecimento histórico, urbano e social do lugar, para requalificação, compreensão e valorização do conjunto patrimonial.

Nele se desenvolvem relações de contexto entre os monumentos e o lugar – recontextualização no território dum determinado facto urbano ou vários ‘pontos singulares’³¹ –, enquanto sítio preferencial de contemplação do conjunto, num relacionamento por reciprocidade entre o

³⁰ Paulo Pereira, Património Edificado, Pedras Angulares, Aura Ensaios, 2005, p.47

³¹ Aldo Rossi, A Arquitectura da Cidade, Edições Cosmos, 2001, p.151

exemplo histórico, físico e a sociedade. Ou seja, o espaço público é entendido como processo de contextualização da memória colectiva, numa relação observador, edificado e monumento onde se afirmam conceitos de tempo correspondentes à identidade urbana e de lugar – *genius loci*.

A história do monumento também se faz da rua e das praças, no prolongamento da funcionalidade e influência morfológica no espaço público – acontecimentos efémeros que sobrevivem na cultura social, na toponímia das ruas e dos lugares –, como práticas relacionadas com fenomenologias de contexto, como mercados, morfologias geográficas, ou práticas culturais e religiosas. Trata-se de vários acontecimentos ou acções sobrepostas na relação íntima dos conjuntos patrimoniais que constituem e estimulam a identidade e memória colectiva.

São estes espaços públicos, não como simples vazios circundantes mas no sentido de enaltecimento, que desempenham um papel activo na relação do monumento com o seu meio como é exemplo a requalificação da Praça 8 de Maio em Coimbra.

O projecto de 1993 do arquitecto Fernando Távora apresentou um conjunto de soluções urbanísticas de aproximação gradual ao lugar, numa estratégia de valorização do papel do espaço público assente em circulações pedonais de relação do monumento e com o núcleo antigo coimbrão. Teve como intenção a valorização e reintrodução morfológica da Igreja de Santa Cruz, aplicando um desenho contemporâneo na estruturação dum adro contemplativo e de reaproximação do monumento com a comunidade. No entanto, sem descorar o seu legado histórico, nem denegrir a imagem do monumento e do espaço urbano com a aplicação de novos materiais³².

No 'Plano de Pormenor da Cava de Viriato e áreas envolventes', projecto proposto em 2003 para a Cava de Viriato em Viseu pelo arquitecto Gonçalo Byrne, propunha-se 'a recontextualização da Cava em termos urbanos, associando a sua vocação de espaço público qualificado, enquadrado por sua vez pelos dois parques urbanos também propostos no plano. (...) Assume-se assim também a integração de esforços que permitam uma equilibrada articulação urbana, viária e pedonal, bem como uma adequada conformidade em termos da lógica de espaços públicos. A forte componente paisagística será um dos imperativos do Plano, já que a sua grande ênfase operara ao nível do espaço público e espaços verdes exteriores'³³. A construção de um novo espaço público e em simultâneo de algum edificado surgiu como um veículo de redefinição dos limites da Cava e como charneira entre a zona arqueológica e a cidade de Viseu.

³² Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva e Justificativa, Março de 1993

³³ GB Arquitectos, Plano de Pormenor da Cava de Viriato e Áreas Envolventes, Memória Descritiva, documento para publicação da no J.A. Abril de 2003

Construção de 'edificado'

Na subcategoria 'edificado' abordam-se processos de requalificação do monumento e da envolvente com recurso à 'construção' de novas estruturas edificadas, sejam por agregação ou por aproximação de 'formas singulares', que com o espaço público unificam e valorizam o conjunto patrimonial. Estes projectos evidenciam a definição de novos conceitos na salvaguarda da relação monumento e envolvente, das especificidades histórico-culturais e sociais do lugar, adaptando-os a novas funcionalidades, conotadas em projecto como integradoras na requalificação do monumento.

Contudo 'a obra do passado constituindo um valor cultural do espaço, e porque este é irreversível, não podendo vir a ser o que foi ou mesmo continuar a ser o que foi (...) não deverá ser actualizada pela utilização "pastiche", solução que denuncia apenas a incapacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou'³⁴. Assim, o processo de adição às preexistências deverá incutir a preservação dos valores do passado mas com uma atitude consciente e construtiva, onde acrescenta algo de novo ao espaço com perfeito conhecimento das diferentes vicissitudes que compõem o contexto do lugar.

Deste modo, o recurso às obras contemporâneas tornar-se numa mais-valia na requalificação ou revitalização das áreas antigas, que por definição e actualização em projecto de novos programas assume um novo ponto na evolução temporal do lugar.

O uso de nova estrutura como forma de reposicionamento e valorização do conjunto, do monumento e espaço público no seu contexto, tem como exemplo o Promontório no Barlavento algarvio. Nos anos 90, a Fortaleza do Promontório em Sagres sofreu uma intervenção com projecto do arquitecto João Carreira que 'incluiu a edificação de "obra nova" e, se bem que não isenta de polémica, transformou a parcela construída em centro útil de todo o promontório'³⁵. Para além da intervenção no edificado, todo o espaço envolvente sofreu obras de melhoramento das ruínas pré-existentes, locais visitáveis, e trilhos pedestres. Com a conclusão da obra instaurou-se uma nova discussão: 'o da reutilização dos monumentos e o da compatibilidade da obra nova com a memória recente ou longínqua'³⁶.

³⁴ Fernando Távora, Da organização do espaço, Edições FAUP, 6ª edição, 2006, p. 58

³⁵ In sítio.ippar.pt/sites_externos/sagres/Siteport/interv.htm

³⁶ Paulo Pereira, Património Edificado, Pedras Angulares, Aura Ensaios, 2005, p.21

A intervenção no antigo Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, projecto de reabilitação dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez representa uma das obras mais extraordinárias de arqueologia em Portugal com recurso a processos de redefinição e consolidação da envolvente para preservação do monumento. Neste caso a intenção inicial foi drenar a água que inundava toda a zona inferior do edifício ocultando grande parte do Mosteiro, ao qual, já havia sido dada uma parte da resposta em 1998 pelo IPPAR e posteriormente pelo projecto 'Entrada Poente do Parque Verde Mondego' (2005-2007) da autoria dos arquitectos Gonçalo Byrne e José Laranjeira.

Do projecto de 2002 faz parte a construção de um novo edifício, contemporâneo, que se idealiza útil no apoio à preservação e exposição do espólio arqueológico descoberto. É de todo o interesse da categoria o estudo do projecto pelo confronto constante entre a conservação da ruína, e do seu espaço arqueológico envolvente, com o novo edifício/museu de traçado contemporâneo. Entre eles o 'espaço', privado na propriedade, é desenhado como percurso público de aproximação entre os dois elementos dominantes.

Construção de 'paisagem'

A subcategoria 'paisagem' agrupa todas as intervenções que procuram regularizar e redefinir o enquadramento do monumento e do lugar, articulando os valores históricos e culturais inerentes à paisagem monumental, a fim de integrar e potenciar o monumento num novo contexto urbano e/ou rural. 'A paisagem abrange mais que o território, abrange a parte cultural, é o reflexo da cultura do Homem e das condições do meio. (...) É o resultado das condições ideológicas, do tempo e culturais'³⁷.

Em projecto foi idealizada a valorização e inserção do monumento no território com recurso à construção de paisagem como unificação, aproximação e homogeneização do conjunto monumental tanto na escala do território como ao nível do espaço público.

Esta relação paisagem/espaço público é uma constante que se relaciona na quase totalidade dos casos propostos a estudo. A definição é assim variável nas estratégias e processos de projecto e desenho, e nesse sentido própria da especificidade de cada lugar.

Mesmo assim definem-se dois projectos como potencias exemplos práticos à categoria. Os projectos do engenheiro silvicultor António Viana Barreto, com participação do arquitecto Luís

³⁷ Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009

Benavente, em 1953 na envolvente à Torre de Belém em Lisboa, e em 1957 no Monte da Oliveira em Guimarães agrupando o Castelo, o Paço dos Duques de Bragança e a Igreja de São Miguel.

O contexto da Torre de São Vicente em Belém está entre a articulação de processos artificiais que reconfiguram a relação do monumento com a envolvente – paisagem – e a construção de espaço público. A ‘filosofia do projecto era fazer um enquadramento o mais simples possível, de forma que a atenção fosse para aquilo que é o monumento’³⁸.

A ideia inicial dos Monumentos Nacionais e de Luís Benavente foi estabelecer uma ligação entre a Torre e o espaço circundante, prolongando-se pela avenida da Torre, com a Capela de S. Jerónimo. O projecto da zona envolvente à capela foi desenvolvido, em igual período, pelo arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Foi definida uma estratégia de homogeneização arbórea entre os dois pólos da intervenção, igualmente relacionados por um eixo visual, dado a ver no vazio vegetal deixado no enfiamento e que enquadra a Torre de Belém.

Do espaço público organizou-se uma estratégia de aproximação gradual ao monumento – da paisagem para o jardim envolvente –, articulando os percursos pedonais com a vegetação densa que limita visualmente o fluxo da avenida da Índia.

O sucessivo deslocar da linha marginal diminuiu a sua relação com o rio, mas aproximou o monumento da linha de costa. Numa verdadeira analogia com o passado e de recontextualização, é proposta a piscina artificial em que está implantado, numa representação cénica idêntica aquando da sua construção. Assim, o edifício mantém-se sempre dentro de água permitindo uma continuidade visual com o rio.

Em Guimarães, o projecto de ‘Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede’ estabelece uma ‘unidade de conjunto e a sua ligação paisagística’³⁹ entre os monumentos Castelo, Paço dos Duques e Capela de São Miguel, respeitando a topografia, o ambiente pictórico e costumes regionais do território. Foram consideradas soluções de recontextualização do conjunto por integração de soluções ‘típicas’ do lugar vimaranense, com uniformização do processo em toda a área de intervenção num contínuo entre a paisagem envolvente e o espaço público.

Numa postura semelhante ao projecto em Lisboa o engenheiro António Barreto procurou simplificar os traçados, neste caso preexistentes, hierarquizando-os para promover vistas interiores e exteriores diversificadas e definiu bolsas de estacionamento periféricas ao conjunto patrimonial.

³⁸ Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009

³⁹ António Viana Barreto, Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede, em Guimarães, Memória Descritiva, 13 de Abril de 1957, p.1 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0111)

2.4. 'Consolidação' do espaço público para valorização do monumento

A categoria 'consolidação' pretende exemplificar opções de projecto de reestruturação do espaço público existente como fundamento à valorização e dignificação do lugar patrimonial. O espaço público é entendido como um elemento potenciador da relação recíproca entre todos os intervenientes no espaço – homem, história, arquitectura ou paisagem. São factores de união entre monumento e envolvente que dão expressividade ao desenho e fundamentam a requalificação do monumento no território. Neste caso os processos resultam da consciencialização da sociedade para as especificidades que compõem o crescimento do lugar, e centralizam acção no elemento dominante numa relação de escalas que ultrapassam os limites físicos imediatos.

O espaço físico envolvente aos monumentos é composto simultaneamente por todas as formas permanentes como os edifícios de 'arquitectura menor'⁴⁰, bem como por todos os elementos efémeros que compreendem coretos, feiras, bancos de jardim, todos cheios de significado contextualizador do espaço público. Estes factores, dispostos sobre superfícies morfológicas heterogénias, nem sempre planeadas, representam uma continuidade temporal, de relação entre 'espaço' e o 'tempo' da qual o Homem é o seu principal agente modificador. Actualmente, estes espaços de relação encontram-se num processo progressivo de consolidação à luz da preservação e conservação do conjunto patrimonial.

Até meados dos anos 50 o processo criativo de organização do 'espaço' e 'território' em torno dos monumentos respondia a programas e necessidades político-ideológicas, por vezes justificados na insalubridade dos lugares, reflectindo-se tanto em áreas urbanas como rurais por 'expropriação' e 'demolição' de partes significativas do tecido antigo adjacente. Ora gradualmente esta noção radical de estruturação e reabilitação dos monumentos é substituída por uma ideologia *less is more*, dando maior incidência projectual a uma homogeneização e integração territorial, como política de salvaguarda e de revitalização do património na vida contemporânea.

Das diferentes vicissitudes que compõe o 'espaço', sejam elementos urbanos – formas edificadas – que qualificam o lugar de valores artísticos e históricos heterogéneos, ou de contexto por acontecimentos sociais, actuais e transactos, é também o espaço público uma forma contextual do lugar. Define-se não apenas pela 'matéria' visível numa análise por observação directa, mas

⁴⁰ Para Giovannoni 'a própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais' resulta da relação entre a 'arquitectura menor', que configura e limita espacialmente o espaço público, e a 'arquitectura maior', que é parte dominante e morfológica da identidade dos lugares. 'É por isso que isolar ou "libertar" um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo'. Françoise Choay, A Alegoria do Património, Edições 70, 2006, p.172

também por todas as coisas efémeras ou simplesmente intrínsecas nos valores associados às vivências da rua, da praça e do adro.

‘Esta noção, tantas vezes esquecida, de que o espaço que separa – e liga – as formas é também forma, é noção fundamental, pois é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas e de que uma relação existe sempre, quer entre as formas que vemos ocuparem o espaço, quer entre elas e o espaço que, embora não vejamos, sabemos constituir forma – negativo ou molde – das formas aparentes’⁴¹.

É exactamente nesta relação entre formas ou morfologias urbanas, e no reconhecimento do seu valor histórico na contextualização da identidade do lugar, às quais se junta o espaço público como elemento unificador do conjunto patrimonial que se estabelece hoje, o conhecimento e fundamento de projecto para a dinamização e requalificação das áreas envolventes aos monumentos.

Ao factor político que influenciava a reabilitação dos conjuntos patrimoniais em Portugal, que descurava os factores sociais e de algum modo artísticos, acrescenta-se a noção de conjunto, e a introdução de novas disciplinas pluirifuncionais, desde o campo da arquitectura à economia – entre outras o urbanismo, a arquitectura paisagística e a sociologia.

Sendo a requalificação dos monumentos definida em diferentes escalas de projecto, por um lado ao nível do espaço público e por outro no ordenamento de território, é possível criar um conjunto de estratégias de revitalização relacionadas com a multidisciplinaridade projectual, aplicadas em processos idílicos, actuais, que resultam na transformação do lugar. São introduzidos critérios de aproximação do monumento à comunidade, e vice-versa, no qual o espaço público, passou a potenciar ou a ser primordial na conservação da identidade histórica e funcional dos lugares, procurando promover o aumento da qualidade de vida local, a consolidação da relação (usufruto) monumento/envolvente e a (re)inserção do objecto no meio urbano ou rural onde se encontra.

O redesenho de ‘texturas’ como opção de consolidação

Entenda-se por ‘texturas’ todas as intervenções que reconheçam o valor/qualidade do monumento e do seu enquadramento e que, através do espaço público, reforcem e dignifiquem essas valias.

A importância na organização do território e a materialização da ideia de reforço de uma lógica de implantação são os principais objectivos do estudo desta categoria. O reforço implica simplificação como exaltação de uma consciência urbana revista – conhecimento e preservação das etapas do

⁴¹ Fernando Távora, Da organização do espaço, FAUP Publicações, 6ª Edição, 2006, p. 12

percurso histórico de metamorfose urbana –, potenciar as suas valias em valores de vivência e pertença do espaço. Por exemplo, reorganiza-se o espaço aplicando-lhe materialidades locais, de cor e texturas que são parte do lugar, num espaço desenhado à escala do homem com harmonização, integração e hierarquização do conjunto.

O projecto dos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos para a ‘Requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça’ em 2002 teve como objectivo reaproximar o monumento e o território, potenciar e requalificar o espaço público para valorização do lugar, com reflexão na consolidação e conservação dos valores arquitectónicos e culturais sedimentados no tempo. As opções tomadas pretendiam reintroduzir o monumento, não como motor de organização e expansão territorial, que foi, mas como ponto de inter-relações entre as pessoas e a cidade, sendo o espaço que lhe é envolvente a charneira dessa acção.

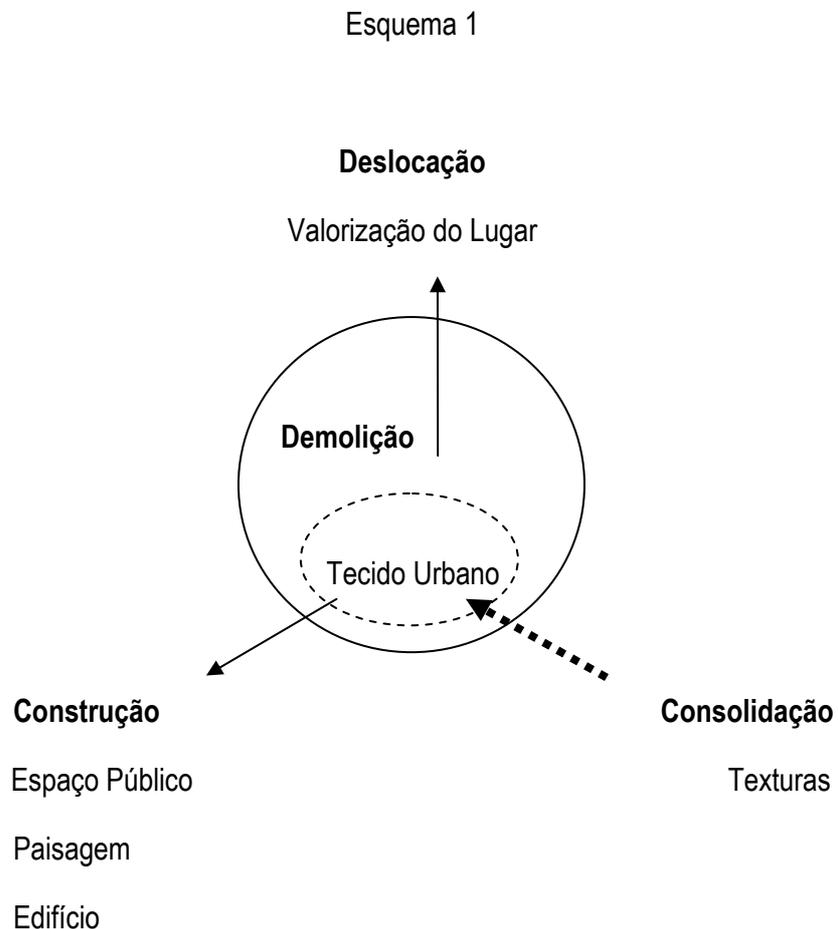
Os projectos do arquitecto Fernando Távora para o arranjo da praça de São Tiago em Guimarães (1989) e na Largo de Santo Ildefonso⁴² no Porto (1999-2001), a intenção dos estudos apresentados são o reconhecimento do valor dos monumentos e/ou edificado envolvente dominante no espaço, da qualidade do enquadramento e dignidade de conservação, materialização e reforço de tais morfologias. Através do desenho urbano foram articuladas a componente histórica do monumento com as necessidades crescentes de desenvolvimento urbano, numa dicotomia entre as escalas da rua medieval pedonal com a mecanização automóvel da cidade pós-industrial.

2.5. Relação entre ‘categorias’

Esta pluralidade e multidisciplinaridade de opções em projecto, estabelecidas nas diferentes categorias, não se limitam apenas à sua explicação singular, mas também, à relação sequencial de causas e efeitos entre os distintos tipos de acções e processos de intervenção. O projecto não se limita numa definição mas à sequência de casualidades que orientam e determinam o percurso do projecto na resolução do seu caso específico. Assim, pretende-se demonstrar de que modo se articulam as categorias nos diferentes casos de estudo propostos.

⁴² Projecto foi integrado na ‘Porto, capital europeia da cultura, 2001’ com o objectivo de requalificar a ‘Baixa’ portuense – Zona Leste A –, sob coordenação do arquitecto Adalberto Dias, no qual foi desenvolvido o estudo para o largo de Santo Ildefonso e Praça da Batalha. Actualmente unificadas no espaço e na toponímia – Praça da Batalha

Representativo de uma demolição de parte do tecido urbano, no sentido de valorizar o monumento, é a intervenção na envolvente da Sé do Porto e do Paço Episcopal. O esquema 1 pretende expressar as acções então desencadeadas e quais as consequências para o espaço público.



Analisando o esquema 1, no centro, como acção principal, a 'demolição' em que 'tecido urbano' agrupa as intervenções nas quais as alterações na relação entre monumento e a envolvente resultaram da destruição de uma parte considerável da estrutura urbana. As demolições efectuadas nos anos 40 na Sé do Porto, integradas nas Comemorações do Centenário, tinham como intenção o desafrontamento da Catedral, a criação de um espaço público voltado para a cidade e a introdução de novas acessibilidades com a reestruturação das ruas circundantes. A intervenção tem como sequelas a descontextualização do lugar por perda de parte do seu património físico, cultural e social.

Numa posição aleatória, a acção 'deslocação' representa a valorização do espaço urbano como consequência da descontextualização imposta pela 'demolição', 'deslocação' e 'construção' do monumento. Exemplo é a Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates que, antes da reconstrução, tinha como contexto a frente da Sé. A sua deslocação permitiu a salvaguarda do edifício, mas retirou-lhe parte da sua identidade visto que a nova localização nem lhe restitui a imagem primitiva nem lhe confere novas valências, apenas se valoriza o espaço que recebe uma nova referência.

Contextualizando: na realização do 'Arranjo da zona histórica da Sé e dos paços do Concelho', em 1939, a Avenida da Ponte a Este da Sé, a execução de um arruamento a nascente (Rua Chã e Largo do Corpo da Guarda) e a abertura de um percurso a eixo da fachada principal, constituem-se como acções de reorganização das acessibilidades da Área Metropolitana do Porto. O arranjo evidencia a falta de flexibilidade do tecido de origem medieval na adaptação às exigências do desenvolvimento da urbe.

Também intenção programática da intervenção foi a regularização do espaço envolvente ao templo, inserindo-se na acção de 'construção' do 'espaço público'. Esta subcategoria abrange todas as intervenções cujo objectivo seja a recontextualização do monumento através da definição e construção de espaço público. Ora, não sendo propriamente um reconhecimento do valor como seria na subcategoria 'texturas', é o uso de um novo espaço público como instrumento de redefinição da relação da Sé com a envolvente.

Em relação à subcategoria 'paisagem' a definição cinge-se às intervenções em que tenham sido regularizados e redefinidos a implantação dos monumentos no intuito de os repor a níveis e conceitos primitivos, de o integrar, potenciar e valorizar o espaço público. Neste caso da Sé do Porto a alteração da paisagem construída resulta na desintegração do monumento e não na necessária integração. A última derivação é o edifício e o uso de nova estrutura como forma de reposicionamento e valorização do conjunto, do monumento e espaço público no seu contexto: A construção da 'Casa dos 24' do arquitecto Fernando Távora recontextualizou ou reenquadrou o conjunto monumental da Sé à imagem e escala primitiva antes da demolição.

O esquema 1.1, ainda incluído na categoria 'demolição', diferencia-se do primeiro na orientação e escala de intervenção. No esquema 1, analisa-se a influência do território sobre o monumento, na subcategoria 'partes', as intervenções que envolvam a reposição ou a modificação do desenho original do monumento e que directamente influenciem uma alteração na leitura do espaço público contíguo, ou seja, muda-se o sentido.



Igreja da Matriz de Lourosa cerca de 1928 + 1932
IHRU

O processo de deslocação foi definido no 'Projecto para a mudança do campanário da Igreja Matriz de Lourosa' pelo arquitecto Baltazar de Castro, com o objectivo de desafrontar a igreja e salvaguardar o campanário⁴⁴. Segundo o boletim da DGEMN, esta deslocação foi justificada por 'além de ocultar⁴⁵, como um remendo grosseiro, cerca de um terço da fachada do nártex, tinha características que não podiam harmonizar-se, de modo algum, quer estética, quer cronologicamente, com a feição da venerável "orada" novecentista⁴⁶. Pode-se facilmente construir um discurso credível para justificar a remoção de anexos recentes, que descaracterizem ou mutilem a estrutura do monumento. Mais difícil é justificar a amputação do contexto histórico, territorial e local de um campanário medieval, relegando-o para uma posição secundária. Em suma, trata-se de uma descontextualização que nem valoriza o lugar nem dignifica o monumento. A 'construção', tanto do espaço público como de paisagem, estão relacionados com a transformação por 'demolição' de 'partes', contudo é evidente a construção de um novo espaço público sobre as ruínas dos anexos numa atitude igualmente díspar às hipóteses levantadas na subcategoria de 'texturas'. Com a paisagem, o desenho materializa vicissitudes históricas e locais na redefinição, regularização do adro e terrenos circundantes.

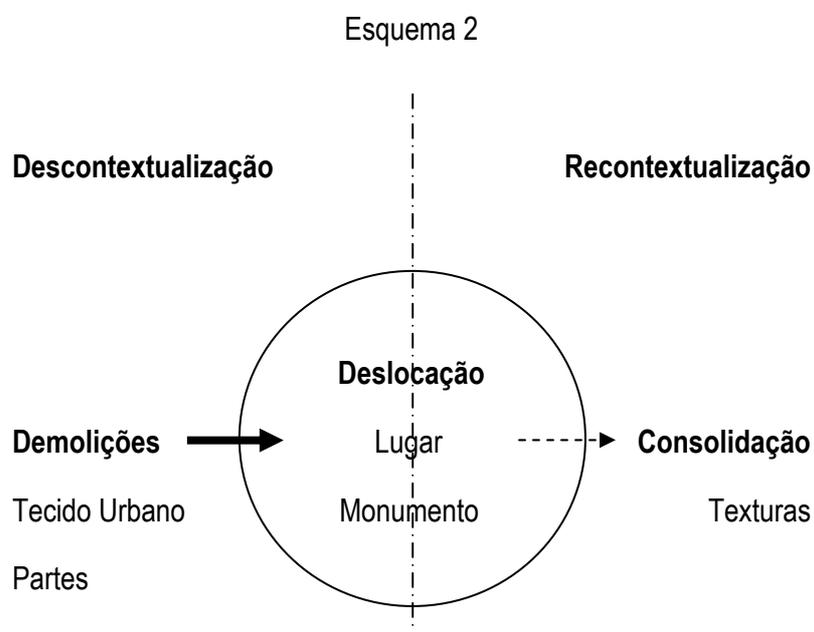
Reiterando os casos da Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates como no campanário da Igreja Matriz de Lourosa, a deslocação resulta da descontextualização devido à

⁴⁴ A memória justificativa do projecto esclarecia que esta solução para a deslocação do campanário permitia que o monumento 'ficasse bem visível por todos os lados', economicamente uma mais-valia (sem recurso a expropriações), e definia a torre sineira como 'uma nota de interesse no terreno circundante, perfeitamente isolado e oferecendo cómoda acessibilidade'. Baltazar de Castro 'memória justificativa referente ao projecto para a mudança do campanário da Igreja Matriz de Lourosa'. Porto, 19 de Julho de 1931. (PT DGEMN:DSARH-010/181-0006)

⁴⁵ De acordo com a memória descritiva do arquitecto Baltazar de Castro, o campanário, 'd' época mais recente', afrontava 'quasi todo o conjunto', justificando-se assim o projecto da 'sua mudança para o lado fronteiro'. Baltazar de Castro, 'memória descritiva e justificativa do 'Projecto de reestruturação da Igreja Matriz de Lourosa'. Porto, 15 de Fevereiro de 1931. (PT DGEMN:DSARH-010/181-0006)

⁴⁶ Boletim da DGEMN, Igreja Matriz de Lourosa, Oliveira do Hospital, Março de 1949, nº 55, p.20

demolição de parte ou do conjunto dos respectivos monumentos (ver esquema 2). Confirma-se que, para estes casos, a acção de 'demolição', 'deslocação' e 'construção' culmina na valorização do espaço urbano e não do monumento.



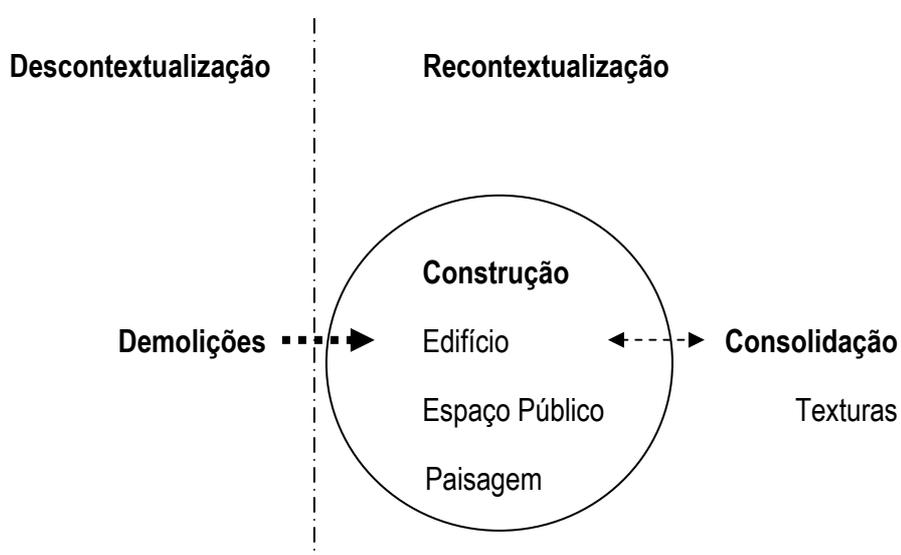
As 'Portas da Cidade' de Ponta Delgada exemplificam a acção em que a intenção principal da 'deslocação' é a reintegração do monumento no intuito de o preservar e valorizar. Neste caso, a intervenção reconhece o valor/qualidade do monumento e apoia-se no desenho e espaço público como instrumento de dignificação ou para atribuição de novas valias tanto ao lugar como ao monumento.

A descontextualização no esquema 3 representa a degradação dos monumentos devido a causas naturais ou à inacção/acção do Homem. Exemplos representativos são o Promontório de Sagres e a Cava Viriato. Para o primeiro, o estado de deterioração foi resultado do abandono e, para o segundo, do amontoar de construções que turvam a sua leitura e pouco dignificam o espaço envolvente.

A recontextualização dessas 'ruínas' envolve processos de reabilitação e construção de novas estruturas e novos espaços públicos no intuito de valorizar e enquadrar os monumentos no território. Na subcategoria 'paisagem' a integração envolve a regularização e redefinição da implantação do monumento no intuito de o repor a níveis e conceitos primitivos a fim de integrar, potenciar e construir espaço público.

A 'construção' e a dinâmica do desenho e gestão do território funcionam paralelamente e complementam-se no desenvolvimento das suas acções. Um, porque lhe reconhece o valor e o enquadra do mesmo modo que a construção do espaço público. Outro, porque aproxima o monumento à cidade com o intuito de o adaptar ao desenvolvimento, interacção e modificação do tempo, infra-estruturas, circulações viárias e pedonais, política e económicas e vivência social.

Esquema 3



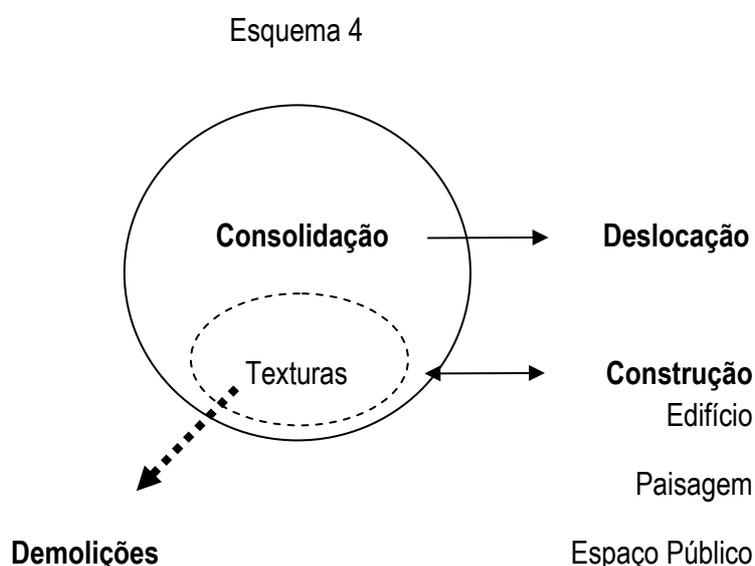
O esquema 4 pretende esquematizar as intervenções de recontextualização dos monumentos antes e pós Estado Novo.

Esta nova filosofia de intervenções contemporâneas são o resultado de uma diferenciação cultural na abordagem às questões do património arquitectónico e, sobretudo, na alteração da noção de conjunto patrimonial. Este conjunto revê-se nos valores de paisagem transformada ou a transformar, na perda de monumentalidade 'estática' dos monumentos, na inclusão de edifícios de menor escala e na redefinição dos conceitos de património.

A influência do monumento deixa de ser sentida isoladamente do seu contexto físico, histórico e social e surge como parte integrante da paisagem, um marco num *landscape* de lugares e territórios, compondo e transformando as vivências e memórias do homem. Compõe-se em definitivo a importância do património como um legado cultural entre gerações e potencializa-se

o espaço público como um instrumento de reabilitação e aproximação do monumento com a cidade.

A Intervenção pretende ser sinónimo da 'obra mínima', em que o resultado é o reconhecimento do valor do monumento e do seu enquadramento e, que através do espaço público, reforcem e dignifiquem essas valias na sua adaptação aos novos desígnios e conceitos urbanos e sociais. Os exemplos propostos na subcategoria de 'texturas' são a 'Requalificação da Zona Envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça', o 'Projecto de arranjo da praça de São Tiago' em Guimarães e o 'Plano de requalificação da Baixa Portuense' no Porto.



O esquema apresenta três categorias de relação: a 'demolição', por acção de projecto e desenho resulta em processos de redefinição do tecido urbano envolvente ao monumento, numa referência às intervenções ainda no Estado Novo, como as da Sé do Porto, Vila Viçosa e as circundantes às muralhas dos castelos de Guimarães, Lagos ou Guarda; a categoria 'deslocação' para enquadrar alguns elementos simbólicos, como os pelourinhos e fontanários; e a constante interacção com a 'construção' de 'obra nova' no intuito de preservar, valorizar e, sobretudo, dar uso ao património. O exemplo é a intervenção de Idanha-a-Velha – 'Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha' –, que para além do restauro da muralha (Porta Norte) e da Basílica (interior e exterior), introduziu o conceito de 'obra nova' com a construção do expositor de epigrafia e do 'Plano de Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão Norte'.

3 Demolição

3.1. Criação de uma praça como exaltação do monumento

Terreiro de D. Afonso Henriques – Sé e Paços do Concelho, Porto

Apresentação e enquadramento

A intervenção urbanística do arquitecto Arménio Losa no Terreiro da Sé do Porto, enquadrada nas Comemorações Centenárias de 1940 e sob alçada da respectiva Câmara Municipal, tinha como objectivos melhorar as condições de trânsito e a libertação de vários edifícios considerados 'inestéticos' para desafrontamento da Sé e Paços do Concelho, 'criando [assim] novas perspectivas e pontos-de-vista'⁴⁷.

Estes processos conduziram ao desenvolvimento do 'Projecto de Arranjo Urbanístico da Zona da Sé e do Paços do Concelho', 'baseado em amplas demolições de edifícios e quarteirões para, segundo outras lógicas de desenho, construir num novo tecido'⁴⁸. A acção do poder municipal foi executada através de expropriações e deslocações de diversos edifícios que compunham o tecido histórico envolvente à Sé do Porto.

A escolha do projecto como exemplo de transformação do tecido urbano pretende exemplificar intervenções em que as alterações na relação entre monumento e a envolvente resultem da destruição de uma parte considerável do conjunto edificado preexistente. Neste caso, o centro da estratégia e fundamento conceptual é a Sé do Porto, enquanto monumento histórico em si mesmo, com objectivo de valorizar e reintegrar o monumento no território.

Em relação à deslocação da Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, demolida em 1935 na eminência do desafrontamento da Sé, o Plano faz referência à sua reconstrução mas não é causa para a demolição. Por isso o seu estudo será aprofundado em capítulo próprio.

Do projecto da 'Casa dos 24' do arquitecto Fernando Távora de 1998 serão analisados os fundamentos de recontextualização da Sé do Porto e da envolvente por confrontação e 'construção' de um novo edifício.

⁴⁷ João de Brito e Cunha, Nascimento Fonseca, Projecto de Melhoramentos do Largo da Sé, Memória Descritiva, 2 de Junho de 1939, p.1 (Processo 642.2, AHMP)

⁴⁸ Miguel Tomé, Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995), FAUP publicações, 2002, p.432

O monumento e o espaço urbano envolvente

O Terreiro da Sé é um espaço amplo e de nível, situado no Centro Histórico do Porto, voltado e destacado na encosta do Bairro da Sé, com relação visual importante com o rio Douro. Tem uma forma geométrica irregular, delimitada e dominada a Este e a Sul pela Sé e Paço Episcopal, complementada a Norte pela 'Casa dos 24', hoje posto de turismo, e a Noroeste pela 'Torre de D. Pedro Pitões'. O espaço é atravessado pela Calçada de Vandôma, que une a 'Avenida da Ponte' (Avenida de Vimara Peres e as ruas de Saraiva de Carvalho – Convento de Santa Clara – e Corpo da Guarda – Estação de São Bento) a um largo confluyente das ruas de Dom Hugo e São Sebastião que cintam o morro da Sé.

A Sé do Porto ergueu-se no século XII, iniciando-se cerca de 1114 por ordem de D. Hugo II, Bispo do Porto e Senhor do burgo portuense, que abrangia nesta época toda a área entre a Campanhã e Miragaia, marginava o rio de onde subia até ao alto de Paranhos. Foi concluída por D. Mafalda mulher de D. Afonso Henriques, 'a mesma que, muito alterada, quase totalmente refeita, chegou aos nossos dias – edifício vasto, com carácter religioso e guerreiro que os arquitectos medievais daquela época timbravam de ajustar às linhas severas do estilo românico'⁴⁹.

'O primeiro povoado [do Porto] remontará ao Bronze Final' situado no monte da 'Penaventosa', onde se encontra implantada a Sé, assumindo uma função estratégica privilegiada pela proximidade do rio e pela posição geográfica alteia que lhe concede defesas naturais⁵⁰.

Vestígios arqueológicos encontrados na envolvente da Sé permitiram descobrir a existência de uma estrutura fundacional ortogonal romana arrasada pelas transformações urbanas do século III d. c., época da construção da primeira cerca defensiva em torno do morro da Sé. Esta atitude marca a primeira renovação urbana profunda conhecida com uso de critérios de subtracção dos aglomerados antigos para construção de novas espacialidades.

Na Idade Média, o poder eclesiástico viria a repetir a atitude reformadora ao nível do espaço público, prestigiando a criação de espaços relativamente amplos em torno dos principais edifícios da Igreja: terreiro do Paço Episcopal, rossio da feira, e o largo fronteiro à Porta de Vandôma (demolida em 1855) que se localizava junto à fachada Norte, 'onde existia o alpendre de São João, assente em arcaria de pedra e coroado de ameias. Próximo do local, [existia um chafariz público memorizado na actual fonte

⁴⁹ Boletim da DGEMN, Sé Catedral do Porto, nº 40 a 43, Junho, Setembro, Dezembro de 1945 e Março de 1946, p.9-10

⁵⁰ Manuel Luís Real, A construção medieval no sítio da Sé, Revista Monumentos nº14, DGEMN, Março de 2001, p.9

de São Miguel que abastecia o Paço dos Bispos e onde] vieram a instalar-se a Casa da Câmara e o Pelourinho⁵¹.

A 'Casa Torre' ou Casa da Câmara erguia-se num trecho da muralha setentrional e elevava-se '100 palmos [c. 22 metros] do lado da rua de S. Sebastião e cerca de 70 palmos [c. 15,4 metros] sobre o terreiro do concelho⁵². O torreão teria uma forma paralelepípedica rectangular e seria coroado com ameias, estruturalmente composto por pedra e madeira, assente na base instável da 'cerca velha' que desde o século XVI apresentava um progressivo risco de ruína⁵³.

Cerca de 1951 foi elaborado pelo arquitecto Rogério de Azevedo e pelo 'Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização' da Câmara Municipal do Porto, o 'Projecto do Museu de História da Cidade e restauro da Casa dos 24'. Em solicitação ao apelo feito pelo Presidente da Câmara Luís de Pina Guimarães (1945-1949) que exprimiu a preocupação pelo estado de ruína que se encontrava o edifício: 'Deve cuidar-se da urbanização dos terrenos entre Sé e S. Sebastião. Mantêm-se eternamente aquelas ruínas, assim? O muro que as circunda e ladeia o terreno de D. Afonso Henriques precisa de ser melhorado. Está muito rústico!⁵⁴ A proposta tinha como fundamento a requalificação da empena 'inestética' do terreno na 'concordância das avenidas de Saraiva de Carvalho e de D. Afonso Henriques e da Calçada de Vandoma, bem como o arranjo que a demolição prevista dos prédios desta última provoque⁵⁵.

O projecto apresentava três soluções distintas: na 'Solução A' foi equacionado o 'restauro da Casa dos 24 com aproveitamento das paredes existentes e portas, assim como uma entrada pelas "Escadas da Sé"', num processo de reconstrução do edifício segundo o estudo de Magalhães Basto. Na 'Solução B' projectava-se a construção de um novo edifício em terreno resultante da 'deslocação da rua de S. Sebastião e demolição de quatro casas'. Nesse edifício previa-se a instalação do Museu de História da Cidade sendo na sua construção utilizadas partes das demolições – 'Casa da Fabrica' e 'Casa da Roda'. Na 'Casa dos 24' alterava-se à primeira solução alguns acessos ao interior com aproveitamento superior para alargamento do terreiro.

⁵¹ Manuel Luís Real, A construção medieval no sítio da Sé, Revista Monumentos nº14, DGEMN, Março de 2001, p.19

⁵² Magalhães Basto, Notas e Comentários às 'Vereações', Memória Descritiva do Projecto do Museu de História da Cidade e Restauro da Casa dos 24 (Processo nº 67, AHMP)

⁵³ Manuel Luís Real, A construção medieval no sítio da Sé, Revista Monumentos nº14, DGEMN, Março de 2001, p.16

⁵⁴ Notificação de serviço, nº 3317, de 2 de Fevereiro de 1949, (Processo nº 67, AHMP). Veja-se Sofia Thenaisie Coelho, A Cidade em Suspensão. Projectos em torno da Sé do Porto (1934/2001). Centro de Cultura Urbana Contemporânea 2001, p.94

⁵⁵ Projecto do Museu de História da Cidade e Restauro da Casa dos 24, Memória Descritiva, (Processo nº 67, AHMP)

A 'Solução C' fundia a proposta de restauro da 'Casa dos 24' na 'Solução A' com o Museu na 'Solução B'⁵⁶.

Para completar o conjunto patrimonial do morro da Sé do Porto acrescenta-se o paço setecentista, construído sobre o antigo edifício episcopal portuense por ordem de D. Frei João Rafael de Mendonça, Bispo do Porto entre 1772 e 1793. O pelourinho foi reconstituído em 1945 pela Câmara Municipal do Porto com base em desenhos do séc. XVIII⁵⁷, e é constituído por uma 'coluna pseudosalomónica [em granito] decorado por frisos de flores e remate de 4 faces côncavas com brasão da cidade'⁵⁸.

Estado anterior

No princípio do século XX a ambiência urbana em torno da Sé e do Paço Episcopal ainda se fazia por entre as ruas e vielas de característica medieval que circundavam e embebiam o conjunto monástico quase na sua totalidade. Constituíam-se num sistema urbano de relação entre quarteirões irregulares e uniformes com a rua, habitualmente através do comércio em piso térreo, em que o edificado facilmente extrapolava a sua funcionalidade para o espaço público. A rua como mercado onde se negociava compra e vende, e eram pavimentadas por lajedos irregulares de grandes dimensões, propícios à passagem dos animais de carga.

Neste burgo antigo, um dos principais núcleos da cidade, localizavam-se os edifícios relacionados com o poder administrativo, religioso e comercial, como são exemplo os Paços dos Bispos e do Concelho, o Cárcere nas traseiras da Capela dos Alfaiates e os Açougues numa rua do Faval junto à Sé.

O adro era assim um espaço esguio e exíguo, longitudinal e paralelo à fachada principal da Sé. Estava delimitado a Norte pelos Paços do Concelho, e a Este pela Sé e a Casa do Cabido. A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, fronteira à porta principal da Catedral, inseria-se no tecido de quarteirões que encerram o espaço a Oeste. Ao pátio do Paço Episcopal, delimitado por um muro, acedia-se por um pórtico a Sul.

⁵⁶ Projecto do Museu de História da Cidade e Restauro da Casa dos 24, Memória Descritiva, (Processo nº 67, AHMP)

⁵⁷ Noronha e Távora, 'Projecto de arranjo Urbanístico da zona da Sé e dos Paços do Concelho, Memória Descritiva e Justificativa, 8 de Janeiro de 1940, p.1 (Ref. D-CMP/3/462, AHMP)

⁵⁸ Isabel Sereno (1994), Paula Noé (1997), Leonor Botelho e Patrícia Costa, Sé do Porto, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2004 (Nº IPA PT011312140018)



Bairro da Sé cerca de 1930 + Abril de 2010
AHMP + fotografia de autor

A feira semanal que aqui se organizava ocupava o espaço da rua das Tendas (depois da demolição da Capela passou a chamar-se rua de Nossa Senhora de Agosto) até ao cruzamento da rua das Sapateiras (rua perpendicular à fachada da Sé em direcção a ocidente), e ‘espraiava-se ainda pelo rossio fronteiro à Sé, onde, num dos contrafortes da fachada ainda se observam duas medidas-padrão, gravadas para uso dos feirantes⁵⁹. Esse rossio da feira era como que uma larga artéria que ligava o Paço do Bispo ao terreiro vestibular do burgo e à Porta de Vandôma, passando em frente da Catedral⁶⁰. Curiosamente este trajecto é hoje repetido no sentido de atravessamento viário do terreiro de D. Afonso Henriques - Calçada de Vandôma.

Frente ao Paço Episcopal existia um espaço público, em forma de T, dimensionalmente mais amplo que o adro da Sé, e estaria inicialmente aberto. ‘Este terreiro era atravessado a meio, no sentido sul-norte, por um alpendre ou galeria coberta, que ligava a porta do palácio do Bispo ao claustro da Sé, passando em frente à capela de João Gordo. Aqui haveria um estrangulamento que, na prática, servia de limite ao rossio da Feira. Este último ficou reduzido a metade da sua largura devido à construção da nova Casa do Cabido. Na época moderna era conhecido por “rua do Paço Episcopal” (distinta da “rua do Paço”, em 1892)⁶¹.

⁵⁹ M.J. Barroca, Medidas-padrão medievais portuguesas, Universidade do Porto, 1992, Sep. revista da Faculdade de Letras, 2ª Série, vol.9, 1992, p. 53-85

⁶⁰ Manuel Luís Real, A construção medieval no sítio da Sé, Revista Monumentos nº14, DGEMN, Março de 2001, p.12-13

⁶¹ Idem p.13

Ideologia e Intervenção

O processo de transformação da envolvente urbana da Sé do Porto insere-se num programa de reestruturação histórica-ideológica, apoiada na sintetização filosófica do restauro em Portugal, em que os monumentos são metamorfoseados para comporem 'cenários privilegiados' à divulgação e estruturação de uma ideia de identidade proclamada pela política ideológica do regime.

A 14 de Dezembro de 1939 foi apresentado à Assembleia da Câmara Municipal do Porto, pelo então Presidente António Mendes Correia, um projecto com base no estudo (2 de Junho de 1939) elaborado pelo Serviço de Obras e Urbanização da Câmara do Porto que apresentava três soluções para os melhoramentos da 'zona circunjacente à Sé e Paços do Concelho, desafrontando estes dois monumentos e criando um melhor acesso até eles'. Nas três soluções são consideradas demolições na envolvente edificada para resolução das acessibilidades aos monumentos, distinguindo-se nas valias económicas e no resultado urbano, alinhamentos e um possível jardim adaptado à topografia. A opção escolhida e aprovada por deliberação (8 de Junho de 1939) favorável da Câmara e pela Comissão Municipal de Arte e Arqueologia foi a que viria a requerer maior esforço financeiro e intervenção no tecido urbano⁶².

O 'Projecto de Arranjo Urbanístico da Zona da Sé e do Paços do Concelho', da autoria do arquitecto Arménio Losa⁶³, tinha como objectivos fundamentais a requalificação e salubridade do lugar patrimonial através da articulação de dois conceitos chave: a conservação 'tanto quanto possível' do carácter histórico do morro da Sé e a exaltação ou evidenciação do valor predominante que o monumento exerceu na paisagem.

A preservação do aspecto pitoresco do lugar, como forma de conservação histórica de tradições artísticas, literárias e sociais, não é mais que a valorização do conjunto centrado na Sé e no Paço Episcopal, representativos desse legado cultural, em detrimento do antigo casario supostamente insalubre que os circundava. Uma estratégia de revitalização que incute processos de homogeneização

⁶² António Mendes Correia, Proposta apresentada à Assembleia da Câmara Municipal do Porto, Porto 14 de Dezembro de 1939. (Ref. D-CMP-03-463-026, AHMP)

⁶³ Os desenhos e memórias descritivas que acompanham o processo são assinadas pelos engenheiros João de Brito e Cunha e Nascimento Fonseca, que à data seriam colaboradores do Serviço de Obras e Urbanização da Câmara do Porto. Como o Arquitecto Arménio Losa era o arquitecto responsável pelo serviço é-lhe atribuída a autoria do projecto. Veja-se Sofia Thenaisie Coelho, A Cidade em Suspensão. Projectos em torno da Sé do Porto (1934/2001). Centro de Cultura Urbana Contemporânea 2001, p.68

do conjunto e regularização do espaço público, sempre com especial atenção à evidenciação e preponderância dos monumentos⁶⁴.

Foram desenhados assim novos pavimentos com o objectivo de estabelecer um enquadramento adequado aos monumentos e, simultaneamente, criar as condições necessárias à circulação automóvel: 'Uma larga praça em frente do Paço Episcopal facilitará o arrumo e estacionamento de numerosos automóveis, proporcionando vasto espaço para manifestações cívicas. Outros trajectos serão abertos ou melhorados para passeios turísticos ou recreativos, primeira parte do programa de arranjo de todo o bairro'⁶⁵.

A topografia e a implantação sobranceira ao rio e a centralidade do sítio em relação à cidade, conferem ao arquitecto Arménio Losa o argumento para a criação de 'pontos de vista' que potenciasssem a panorâmica do morro e permitissem ao observador uma apreciação da Sé e do Paço em diferentes ângulos de aproximação. 'Dar-se-lhe-ia interesse turístico limpando-a e cuidando das suas muitas beleza, rasgando vistas sobre os pontos da cidade ao mesmo tempo que se cuidaria da salubridade das habitações e, finalmente, transformando-a em estação arqueológica'⁶⁶. A desobstrução da zona envolvente à Sé permitiria 'dar-a-ver' o monumento nas suas faces, principal e lateral, de diferentes pontos da cidade. Da avenida da ponte seria possível ter uma percepção da fachada lateral, onde se acopla a Fonte de São Miguel, e a fachada principal teria como relação desde o rio Douro, a cidade de Gaia e os Clérigos.

'A largura desta esplanada permite o afastamento necessário ao espectador para a apreciação da fachada lateral da Sé. A rua que se traçou em frente e no eixo da fachada principal da Catedral, permite observar-se o conjunto do pórtico que se eleva à medida que o observador se afasta, em virtude do declive'⁶⁷.

Outra proposta incutida no plano pelo arquitecto Arménio Losa seria a construção de novas volumetrias e alinhamentos nos vazios criados pelas demolições junto à fachada lateral, numa atitude dúbia – demolição e construção –, que pretendia a reposição do edificado com o fim de manter o enquadramento 'natural' dos monumentos. Trata-se do reconhecimento da importância da escala da envolvente urbana na integração do conjunto patrimonial no tecido e contexto urbano que à 'força de

⁶⁴ Simeão Pinto da Mesquita, Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, Plano de Urbanização do bairro da Sé, 8 de Dezembro de 1939 (Ref. D-CMP/5, AHMP)

⁶⁵ António Mendes Correia, Presidente da Câmara Municipal do Porto, Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho, Memória Descritiva e Justificativa, 14 de Dezembro de 1939 (Ref. D-CMP-03-463-026, AHMP)

⁶⁶ Idem

⁶⁷ Idem

projecto devem avançar para o novo alinhamento, serão reconstruídos com as pedras dos edifícios demolidos mais característicos⁶⁸.

O mesmo fundamento serve de base às propostas do arquitecto Rogério de Azevedo e do Gabinete da Câmara Municipal para a construção das 'Casa dos 24', 'Torre de D. Pedro Pitões'⁶⁹ e do Museu.

Estes estudos pretendiam redefinir a volumetria das empenas voltadas a Norte, com recurso ao desenho e processos de reconstrução próprio de um 'estilo ideal' valorizado na época, a fim de requalificar a relação entre as preexistências envolventes e o monumento. Curiosamente também a proposta apresenta critérios distintos, ou seja, constrói o edificado mas à custa de novas expropriações e demolições como a 'Casa da Fábrica'.

Finalmente, o 'Projecto para a reabilitação das ruínas da Casa da Câmara medieval' ou 'Casa dos 24' com risco dos arquitectos Fernando Távora e José Bernardo Távora, em 1998, propõe novamente essa revalorização ou reinserção da Sé no tecido urbano envolvente. A reconstrução volumétrica e simbólica dos antigos Paços Municipais, ou 'Torre da Casa da Câmara', tinha como intenção a 'transformação em memorial recordatório de longos anos de vida e de história da cidade do Porto, pela criação de um objecto arquitectónico, que invocando a torre outrora existente, em diálogo com as restantes da Sé e do Arquivo Histórico possua um espaço interno capaz de emocionar os seus visitantes recordando-lhes tão glorioso passado'⁷⁰.

O novo edifício foi pensado como um 'acesso fronteiro à Sé, cresce fortemente num amplo vertical, deixando pressentir a sua altura de 100 palmos [c. 22 metros], em parte percorível por dupla escada, e afirmar-se também sobre a cidade que, entre edifícios da Relação e dos Clérigos, vencendo o vale do Rio da Vila, se oferece à contemplação'⁷¹. Em suma procede à remodelação de um acesso ao adro da Sé a partir da Calçada de Vandôma, ao arranjo da sua envolvente e à 'introdução de uma nova leitura do local mais nobre da Cidade do Porto'⁷².

⁶⁸ António Mendes Correia, Presidente da Câmara Municipal do Porto, Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho, Memória Descritiva e Justificativa, 14 de Dezembro de 1939 (Ref. D-CMP-03-463-026, AHMP)

⁶⁹ Da proposta apenas a 'Torre de D. Pedro Pitões' ou 'Torre da Cidade' foi construída. Esta 'Torre Medieval' foi descoberta nas demolições do princípio dos anos 40 e reconstruída, com apoio do arquitecto Rogério de Azevedo, cerca de 15 metros do seu lugar original. Tal como demonstra a diferença de localização entre as plantas do 'Projecto de Arranjo Urbanístico' e no desenho 'Vista de Conjunto' do 'Ante-projecto para adaptação da Torre de Angulo'. A sua reconstrução no vértice daquele quarteirão obriga à demolição do edificado existente, embora no projecto se possam ver alguns edifícios contíguos. O projecto adaptara-a funcionalmente ao 'Gabinete de História da Cidade' e actualmente funciona como 'Posto de Turismo da Porto Tours'. (Ref. D-CMP-05-002-043-FD AHMP)

⁷⁰ Fernando Távora, Projecto para a reabilitação das ruínas da Casa da Câmara medieval – 'Casa dos 24', Memória Descritiva, Fevereiro de 1998

⁷¹ Idem

⁷² Idem

Espaço existente

A implantação da Sé, do Paço Episcopal e da 'Casa dos 24', apesar de coexistirem num mesmo contexto, definem três espaços distintos na vivência do terreiro:

O edifício da 'Casa dos 24' ergue-se de forma isolada sobre a encosta norte do morro da Sé, apresentando uma forma paralelepípedica rectangular formada por três planos opacos e um translúcido que permite uma relação visual de atravessamento. Espacialmente, encerra e define uma primeira zona de recepção, ou de aproximação ao monumento, conferindo-lhe um limite e simultaneamente um momento de confronto entre o aglomerado urbano envolvente com a fachada norte da Sé. Nela se observa o Chafariz de São Miguel adossado ao corpo da Sacristia Paroquial e da estátua de Vímara Peres. Daqui é possível aceder a uma plataforma inferior, através de um percurso escadado (escada do Pelourinho Velho), onde se encontra a pequena igreja de São Lourenço.

O rossio frontal à Sé é um espaço de recepção e acolhimento ao edifício monástico, e simultaneamente de transição viária, de uso pontual para autocarros, CMP e acesso ao Paço, entre a Avenida de Vímara Peres e a rua de Saraiva de Carvalho (Convento de Santa Catarina, Corpo da Guarda, Estação de São Bento) em direcção ao Bairro da Sé. De dimensão reduzida, dominado pela imponência da Sé e delimitado pela estereotomia ortogonal granítica do pavimento, desde o Chafariz de São Miguel à rampa frontal à fachada da Sé. O pavimento é neste caso um elemento uniformizador das duas primeiras ambiências destinadas à recepção e contemplação da Sé.

O espaço de influência do Paço Episcopal é de maior dimensão e funciona como uma 'grande varanda' sobre o Porto e o Rio. É pontuado pelo estacionamento automóvel – autocarros de turismo –, acolhe o pelourinho e desenvolve-se num terreiro ligado ao palácio. O pavimento é um lajedo granítico de cor clara, com uma estereotomia regular mas compondo uma malha diversificada que simbolicamente enfatiza a dispersão do visitante, geralmente em sentido contrário à Sé, para o lado ocidental da cidade. O terreiro é circunscrito por uma balaustrada em granito que serve de base a candeeiros de iluminação pública.

Discussão e fundamento

Os monumentos e edifícios antigos em estudo são parte integrante da paisagem, determinando factores próprios de implantação, forma ou patina, que contextualizam o lugar e perpetuam a memória histórica nas sucessivas intervenções no espaço. Dissociar ou suprimir qualquer uma destas

características poderá descontextualizar o conjunto e renegar a análise espacial para aspectos meramente morfológicos, centrados em si mesmo – edifícios e monumentos –, e decorativos.

A multiplicidade de características da forma urbana medieval, especificidades orgânicas, volumétricas e simbólicas, atribui-lhe um efeito cénico diversificado mas homogéneo na sua génese construtiva (materiais e texturas)⁷³. Cada particularidade integra a ambiência do conjunto, ‘fundindo-se como as vozes de um coral em que o desenho fosse melodia, as cores o timbre, e a luz da paisagem soa numa imensa harmonia que se desprende daquele quadro, enchendo-nos a alma’⁷⁴.

Importa salientar a forma encadeada entre ideologias e estratégias na estruturação contínua – tempo – dos processos de intervenção, em que projecto e desenho assumem uma importância incisiva no redimensionamento e reinserção dos monumentos na paisagem urbana do Porto. Primeiramente numa iniciativa de desafogo que os isola mas destaca como símbolo territorial, para culminar na confrontação de escalas entre edifícios, para definição de novas perspectivas e percursos de aproximação entre o monumento e a envolvente.

O centro histórico composto pela Sé do Porto, envolvente edificada e por todas as vicissitudes históricas inerentes ao espaço público é, em síntese, o ‘elemento base’ para a estruturação e vivência do lugar onde os monumentos se enquadram numa ‘encenação sintética que o dota de um valor pictórico suplementar, sem relação com a sua qualidade estética própria’⁷⁵. O cenário é o espaço público onde se realizava o mercado semanal que contextualizava e dava valor de pertença ao lugar, dinamizando do adro da igreja até ao interstício do burgo; o passeio público texturado, composto pelo lajeado irregular; a presença dos edifícios nobres (religiosos e administrativos) que pontuam e embelezam os vazios urbanos com cor, textura e escala ao conjunto.

O processo de demolição incutida na intervenção dos anos quarenta pelo arquitecto Arménio Rosa tinha como objectivo a valorização do conjunto monumental, reestruturando o tecido urbano com recurso a demolições, e ao mesmo tempo de reconstrução do edificado existente. Foi assim uma opção consciente de substituição da cidade antiga por uma nova, referenciada com memória do passado, nos propósitos ‘puristas’ de reinserção do objecto patrimonial no território para afirmação de temáticas ideológicas e simbólicas. O resultado foi o afastamento do monumento em relação ao edificado, subtraindo o *genius loci* histórico do adro da Sé, mas repondo a centralidade no monumento como referência dum contexto mais vasto, à escala da cidade.

⁷³ José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro de 2007, p.158

⁷⁴ Raul Lino, *Arquitectura, Paisagem e Vida*, Boletim da Sociedade Portuguesa de Geografia, Março de 1957

⁷⁵ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70, 2006, p.116

A reestruturação do centro histórico foi aqui planeada à escala do território para construção de espaços monumentalizados de valorização do monumento e de adaptação 'modernista' do conjunto à contemporaneidade. Esta atitude transformadora representa, em parte, uma síntese à teoria de 'diradamento' de Gustavo Giovannoni: A teoria representa uma contra-acção às iniciativas transformistas do movimento moderno higienista (esventramentos de grande escala), como as de Le Corbusier no 'Plano Voisin' de Paris em 1925⁷⁶, com propósitos de salvaguarda e integração dos centros históricos. Deste modo define como opção a demolição de pequenas construções, procurando reconstituir o monumento num ambiente ou espaço histórico, integrando-os na malha urbana com intervenções precisas ao nível do espaço público, como exemplo, a integração de diversas praças na estrutura urbana⁷⁷.

No caso do terreiro de D. Afonso Henriques, a construção deste novo espaço público, resultado da subtração do tecido, constitui-se como um vazio urbano despojado das referências sociais e edificadas que contextualizavam o lugar da Sé no princípio do século. No entanto proporcionou a criação de uma nova centralidade simbólica de contemplação dos monumentos e da cidade, assumindo-os como objectos turísticos, enfatizando a exaltação do objecto, da sua 'mais-valia de interesse, de agrado, de beleza'⁷⁸ e de atracção em detrimento do conjunto patrimonial.

Na intervenção da 'Casa dos 24' o arquitecto Fernando Távora, recorrendo ao desenho contemporâneo, tinha com objectivo a preservação e valorização das especificidades caracterizadoras do espírito do lugar, reafirmando a necessidade de reaproximação do edificado à Sé. Este conceito já tinha sido revisto no projecto de melhoramento elaborado pelo arquitecto Arménio Losa, no qual propôs a reconstrução do edificado do lado da fachada lateral da sé, repondo o alinhamento anterior entre as habitações e monumento, encerraria a vista a Norte e manteria próxima as diferentes escalas urbanas. O projecto definiu um novo espaço contemporâneo, com base na arqueologia e iconografia, no intuito de restituir simbolicamente uma referência histórica do lugar. Com a introdução de uma nova linguagem, que não sendo um restauro, nem reconstrução com base em materiais originais, como foi o caso da Capela de Nossa Senhora de Agosto, é na verdade afirmação de um novo momento no percurso temporal da urbe, de recontextualização das especificidades do lugar, dotando-o de novas funções e equipamentos.

⁷⁶ 'É preciso fazer tudo de novo', esta frase de Le Corbusier define a forma como os arquitectos do movimento moderno no princípio do séc. XX pensam cidade. Este conceito, à imagem do 'Plano Voisin', introduziu novos conceitos urbanos de substituição da cidade antiga por uma cidade totalmente nova. Os quais o 4º Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM), com a Carta de Atenas de 1933, reteve como os princípios base do urbanismo: O SOL, A VERDURA E O ESPAÇO.

⁷⁷ Aguiar, José; Cor e cidade histórica, FAUP publicações, Porto 2005, p.84

⁷⁸ Françoise Choay, A Alegoria do Património, Edições 70, 2006, p.186



Terreiro de D. Afonso Henriques cerca de 1935
IHRU



Terreiro de D. Afonso Henriques Abril de 2010
Fotografia do autor



Legenda:



 Monumentos

0 10 50(m)



Antes da
Intervenção
c. 1930

DES001

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES002

3.2. Relação entre morfologias urbanas

Praça da República, Avenidas Bento Jesus Caraça e Duques de Bragança – Castelo, a Igreja de São Bartolomeu, e o Paço Ducal (Duques de Bragança), Vila Viçosa

Apresentação e Enquadramento

Vila Viçosa era já no século XIII um importante ponto estratégico de defesa militar daquela região alentejana, que pelo relevo e proximidade de duas importantes linhas de água, uma a nascente e outra a poente, favoreceram a implantação de alguns conventos fundacionais extramuros (Convento dos Agostinhos – 1267). É exactamente nesta relação seminal (...) entre o morro que depois vai dar ao castelo e as duas linhas de água férteis, que definem este vale, o Vale Viçoso⁷⁹.

O processo evolutivo da urbe calipolense faz parte integrante da caracterização da topografia urbana da Vila, sendo possível identificar na singularidade do edificado, conjuntos heterogéneos de diferentes períodos construtivos. É representativa da tipificação dos edifícios medievais, da expansão quinhentista que regrou o traçado urbano por articulação das morfologias urbanas e o espaço público, à incisão reformadora e ideológica do Estado Novo na década de 40.

Entre 1938 e 1941, por vontade do engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, e inserido nas comemorações da Restauração da Independência, foram demolidos partes do tecido urbano, transformado e redesenhado o espaço público, estabelecendo-se uma relação entre edifícios dominantes e mais representativos da história da vila – Igreja de São Bartolomeu, o Castelo e o Paço dos Duques de Bragança.

São rasgadas as avenidas Duarte Pacheco (actual Bento Jesus Caraça) e Duques de Bragança de acordo com processos de demolição, resultando na alteração do contexto, por recontextualização e/ou descontextualização da relação entre os monumentos e o lugar. Da subtracção do edificado resultaram processos de descontextualização da forma urbana, na sua relação de escala entre edifício e espaço público.

O desenho e o projecto são práticas intermediárias na escala territorial e urbana que incutiram acções de recontextualização, valorização e perpetuação da memória colectiva. Foi assim aplicado na prática um programa operacional que pretendia reinterpretar e reintegrar uma nova linguagem arquitectónica sobre a estrutura urbana pré-existente.

⁷⁹ Manuel Lapão, Encontros com o Património, TSF, 20 de Dezembro de 2008

O monumento e ao espaço urbano envolvente

Os aglomerados de origem romana e árabe localizavam-se a sul, junto à ribeira do Rossio ou das Sete Pontes, por onde passava a estrada de acesso ao Mosteiro de S. Tiago. As suas estruturas urbanas resultaram de um processo de desenvolvimento lento em que o sistema construtivo individual se moldava à silhueta do terreno adaptando-se ao sítio e à paisagem. E assim se mantiveram até 1217⁸⁰.

A partir desse momento desencadearam-se diversos programas de crescimento, associados às movimentações e influência da Casa de Bragança, dando origem às sequentes expansões dos núcleos medieval e 'renascentista' da vila.

Entre os séculos XIII e XIV o núcleo medieval ocupava o espaço interior da muralha, num sistema de quarteirões bem definidos que davam lógica urbana à estratégia militar, sendo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a par com a Alcáçova fortificada, o elemento dominante da urbe calipolense. O arrabalde extramuros ergueu-se nos séculos XIV e XV, e o seu aglomerado caracteriza-se por ter uma forma geométrica 'fusiforme', irregular e orgânica, e simultaneamente regular no reticulado de ruas orientadas segundo um eixo central e paralelo ao Castelo, a rua de Lisboa, que ligava Estremoz ao Alandroal⁸¹.

O processo de expansão quinhentista, de 'desenvolvimento [urbano] intempestivo e extensivo', de traçado regular, muitas vezes associado à ideologia renascentista das cidades ideais⁸², surge com a deslocação da família Ducal da Alcáçova para o novo Palácio do Reguengo. Esta descentralização resultou na ampliação do tecido urbano, organizado num sistema global, e que articulava nos extremos os importantes pólos – poder político no Palácio Ducal com a sua 'praça monumental' que consolidada e orienta a malha oriental da cidade; o poder cívico e o religioso na praça Velha –, com o espaço público a ter um papel fundamental na estrutura urbana.

A primeira praça pública da Vila situava-se intramuros, no terreiro da Igreja Matriz de Nossa Senhora, perdurando a sua importância até à extrapolação dos limites defensivos e consequente deslocação para a 'praça Velha' no centro dos dois eixos estruturais dos arrabaldes – a Estrada de Estremoz e a Estrada de Évora. Nesta nova praça localizam-se as principais actividades cívicas, a Torre de menagem, os Paços Municipais e o pelourinho. Existiam ainda a Capela de

⁸⁰ Gabinete Técnico Local, História Urbana de Vila Viçosa, Desenho 1: Desde a origem até 1217, Câmara Municipal de Vila Viçosa. Volume I.

⁸¹ Teixeira C. Manuel, Vila Viçosa, cidade erudita, 'Callipole' revista de cultura nº 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, p.209

⁸² Nuno Portas, A singularidade urbanística da vila ducal, Revista Monumentos nº 27, IHRU, Dezembro de 2007, p.9

Nossa Senhora dos Remédios, os açougues da carne e do peixe, a casa do trigo e da farinha, oficinas municipais, e encostada à cerca antiga a casa da correcção.

Estes edifícios foram demolidos⁸³ entre 1849 e 1880, período das 'Obras Exteriores' no Castelo, por deliberação da Câmara Municipal de Vila Viçosa, e com base em princípios reformadores, foram aformoseados os terrenos contíguos à cerca setecentista. A sua centralidade na estruturação urbana calipolense durou até meados do século XVII com a expansão para ocidente e a definição da 'praça Nova'⁸⁴.

Nesta nova urbanização e 'utilizando a experiência das corredoras ou ruas direitas e dos largos que as articulam ou interrompem, a novidade estava na concepção unitária do sistema de ruas-e-quarteirões claramente inteligível, com os quarteirões vazios formando as praças ou terreiros e a maioria das igrejas, conventos, município, misericórdia ou cadeia integrados na massa desses quarteirões quer estivessem já lá, quer estivessem ou viessem a ser previstos'⁸⁵. A norte, no terreiro do Paço, erguem-se a estátua do rei D. João IV, o Paço Ducal símbolo do poder senhorial e o Convento das Chagas, no extremo oposto o passeio público da Corredoura onde funcionavam as corridas de cavalos, e ao centro como charneira, propondo uma simetria organizacional, a praça Nova. A praça funcionava como um pólo cívico estruturante da urbe calipolense, com o poder político instituído no edifício municipal, e religioso na Colegiada de São Bartolomeu (misericórdia e hospital).

O Palácio, a Igreja, o Castelo e as Praças, monumentos singulares, são dispostos num sistema urbano integrador e unitário, em que cada um deles estabelece uma relação de reciprocidade com o tecido envolvente. Uma imagem cénica que articula os cheios e vazios na contextualização do todo. 'Uma "cidade ideal" em sentido neoplástico, explicitando uma imagem de propaganda da família [de Bragança] com um objectivo político concreto'⁸⁶.

No século XX ocorrem as transformações reformistas do Estado Novo e, já fora do âmbito deste trabalho, definem-se alguns Planos Urbanos estruturantes na Vila – O Anteplano Geral de

⁸³ Deva-se dizer que as primeiras transformações urbanas com recurso a demolições, aconteceram no séc. XVI, primeiro com o Duque D. Jaime e concluídas por D. Teodósio I, foram suprimidos 100 prédios das imediações da cerca. Entre 1663 e 65, consequência das guerras da Restauração, foram demolidas edificações no extra (por Schomberg) e intramuros, (Ruas do Espírito, Caldeireiros, Stª Cruz, Poço e Terreiro de Colo da Gaita) para reestruturação das fortificações exteriores e do polígono estrelado defensivo do Castelo. Veja-se Luiz Sá Pereira, Nota Histórica-Interpretativa de Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa, Revista Monumentos nº6, DGEMN, Março, 1997, p.54

⁸⁴ Gabinete Técnico Local, História Urbana de Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p.102

⁸⁵ Nuno Portas, A formação urbana de vila viçosa. Um ensaio de interpretação, Revista Monumentos nº6, DGEMN, Março, 1997, p.61

⁸⁶ Rafael Moreira, Uma 'Cidade ideal' em Mármore. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português, revista Monumentos nº6, DGEMN, Março, 1997, p.48

Urbanização de 1949 do arquitecto João António de Aguiar, incluindo as três revisões seguintes (1951, 1954 e 1961), mas sem grandes alterações práticas na estrutura da Vila; e em 1974, o 'Plano Geral de Urbanização' pelos arquitectos M. Aragão e Luís Sá Pereira, propondo articular a nova expansão urbana com o sistema de ruas e quarteirões da vila quinhentista.

Estado anterior

A Praça da Rainha Dona Amélia, assim se chamava antes da revolução de 1910, era na sua essência uma praça cívica que obedecia a um programa político e urbanístico instaurado no século XVI, construído e perpetuado no mármore que ainda hoje compõem a textura do espaço público calipolense. Neste período era um espaço estabilizado na sua estrutura formal e urbana, caracterizado por uma topografia apegada à história evolutiva da cidade e de alguma forma romantizada na sua vivência pública.

Tinha uma forma geométrica trapezoidal, em que a Igreja de São Bartolomeu dominava em cota alta o espaço público, com pendente descendente em direcção à Igreja da Misericórdia e aos quarteirões de origem medieval. A topografia concede-lhe escala, enquadramento e significado histórico e arquitectónico, articulando os períodos construtivos entre os séculos XIII e XV.

Este terreiro público organizava-se em duas plataformas separadas por um arruamento que une as ruas Dr. Couto Jardim e Padre Joaquim Espanca, distintas no uso e condicionadas pela morfologia urbana dominante. O topo da praça resumia-se a um 'Jardim' que se confundia com o adro da Igreja de S. Bartolomeu, composto por circulações viárias cruzadas em 'x', que definiam alinhamentos perpendiculares ao sentido longitudinal da Praça. No triângulo mais central ao conjunto urbano localizava-se um antigo coreto, à imagem do que se encontra no Jardim da Corredoura, que viria a ser demolido.

A vegetação arbórea era mais densa que a plataforma inferior e organizava-se de acordo com o perfil geométrico dos arruamentos. Os pavimentos variavam entre o paralelepípedo granítico e a relva.

Em cota inferior existia uma placa de maior sentido público revestida com calçada à portuguesa, delimitada por canteiros, vegetação arbórea alta e espaços de estar. No centro erguia-se a Fonte do Carrascal, composta por um chafariz e zona de lavadouro, cercada por um gradeamento em ferro forjado. A fonte foi construída em 1630 por D. João IV junto da Ermida de São João Baptista, sendo o corpo da fonte transferido e alterado, para esta praça em 1886, e deslocada para o

centro da actual Praça da República⁸⁷ em 1948 na intervenção da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Ideologia e Intervenção

A intervenção do Estado Novo foi realizada no âmbito das duplas Comemorações da Fundação e da Restauração da Independência Nacional nos anos 40, por vontade expressa do engenheiro Duarte Pacheco em conjunto com alguns notáveis da época, tais como: os irmãos Rebelo de Andrade (arquitectos), Francisco Franco (escultor), Baltasar de Castro (arquitecto e Director dos Monumentos Nacionais), Jorge Barradas (design/pintor)⁸⁸ e o arquitecto Porfirio Pardal Monteiro. Assim, por influência do Ministro das Obras Públicas, apoiado pela Direcção Geral e Monumentos Nacionais, foram realizados entre 1938 e 1941 diversos projectos de reestruturação do tecido urbano e espaço público, com o objectivo de criar 'um cenário urbano para exaltação dos monumentos históricos mais significativos'⁸⁹ da vila calipolense.

Segundo José Manuel Fernandes, foi executado um projecto de 'arranjo e mobiliário urbano'⁹⁰ que procurava acrescentar escala e visibilidade entre o reconstruído Castelo e a Igreja, e entre o Castelo e o Palácio.

Deste modo foi redesenhada e alargada a praça da República para nordeste, no sentido do Castelo, demolindo três quarteirões de origem medieval, repetindo o processo entre a Alcáçova e o terreiro do Paço Ducal (avenida Duques de Bragança).

Um outro projecto, da autoria do arquitecto Pardal Monteiro, o 'Plano de Urbanização de Vila Viçosa', foi realizado entre 1938/1941⁹¹. Dele faziam parte um conjunto de estudos que pretendiam redesenhar o espaço público, com recurso a espaços verdes (jardins) e arborização nos passeios, entre a Praça da República e o Terreiro do Paço Ducal, um monumento a Duarte Pacheco e a D. João IV.

Na Planta Geral da 'urbanização de Vila Viçosa entregue a Sua Ex.^a o Ministro das Obras Públicas em Novembro de 1938', o arquitecto Pardal Monteiro traça uma avenida em toda a

⁸⁷ Licínio Rocha Cardoso Lampreia, *Arquitectura da água em Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII*, revista Monumentos nº27, IHRU, Dezembro de 2007, p.148-149

⁸⁸ Nuno Portas, *A formação urbana de vila viçosa. Um ensaio de interpretação*, Revista Monumentos nº6, DGEMN, Março, 1997, p.59

⁸⁹ Manuel Lapão, *Encontros com o Património*, TSF, 20 de Dezembro de 2008

⁹⁰ José Manuel Fernandes, *Sete intervenções urbanas do Estado Novo em centros históricos*, revista Monumentos nº27, IHRU, Dezembro de 2007, p.29

⁹¹ Pardal Monteiro, *Plano de Urbanização de Vila Viçosa – 1938/1941*. Acervo do arquitecto Pardal Monteiro disponível no IHRU

extensão do espaço, abrangendo a Praça da República e a avenida Bento Jesus Caraça. A nova via não respeita o eixo Castelo/Igreja de São Bartolomeu, alinha-a com a via lateral à Igreja, rematando esta 'boulevard' calipolense numa rotunda junto ao Castelo.

O espaço público seria espartilhado em dez plataformas, organizadas em paralelo com a nova avenida e separadas pelos alinhamentos das ruas perpendiculares da vila. Cada 'ilha' seria subdividida de forma a relacionar pequenos espaços verdes arborizados com percursos pedonais.

Uma planta do Plano, datada de 7 de Setembro de 1940, pretendia definir a variante à Estrada Nacional em direcção a Borba, abrangendo a parcela da Avenida Bento Jesus Caraça e o Terreiro do Paço dos Duques de Bragança:

- Na praça foi mantida a plataforma central, circundada na sua totalidade por árvores e ao centro a Fonte do Carrascal.
- A avenida Bento Jesus Caraça teria apenas um eixo viário central, ampliando a dimensão dos passeios a ponto de se plantarem duas fiadas de árvores em cada um dos lados.
- A 'Praça Velha' (junto ao edifício dos CTT) teria ao centro o pelourinho, que hoje se ergue no passeio oposto, rodeado por vegetação arbórea.
- Para a avenida Duques de Bragança, os passeios seriam arborizados, e no seu encontro com o Panteão organizar-se-iam três jardins, com um desenho muito romantizado, adornado por um lago, esculturas, e um chafariz.
- No Terreiro, a via automóvel chegava à porta do Paço Ducal, contornando a placa central com o memorial a D. João IV. Os espaços ajardinados resolvem os limites da praça monumental: do lado do Convento desenharam-se duas 'ilhas' jardim e para o do jardim do Paço foi realizado um estudo para a 'Urbanização do Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa – Arranjo do Muro do Jardim'.

Ao centro a estátua foi o resultado do trabalho do escultor Francisco Franco, devendo-se o desenho da base ao 'Projecto para o Monumento a D. João IV – em Vila Viçosa' do arquitecto Pardal Monteiro.

Para completar este Plano foi desenhado o projecto para o 'Monumento a Duarte Pacheco', cuja planta topográfica localizava-o no topo da avenida Bento Jesus Caraça, central e a eixo no

espaço, do lado do Castelo. Nesta Planta é possível identificar no espaço público da avenida um desenho mais semelhante ao da solução realizada.

Devido à inexistência de uma memória descritiva ou de uma 'planta de alterações' no processo, não foi possível determinar até que ponto este Plano de Urbanização foi, ou não, o projecto responsável pelas demolições em ambas as avenidas. No entanto reconhece-se a sua importância e desenho na estruturação do espaço público envolvente ao Terreiro do Paço dos Duques de Bragança.

Em 1948 foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Viçosa o projecto de 'Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco' com intenção de executar diversos trabalhos gerais de urbanização, instalações sanitárias, iluminação e demais obras de aformoseamento e ordenamento do espaço central da vila. Foram definidos como objectivos: 'a comodidade e a higiene, a segurança e a alegria, o estímulo espiritual e os bons hábitos'; a conservação e perpetuação dos costumes e tradições históricas, que envolveram a formação da Casa de Bragança e a Independência de Portugal, e enraizadas nos monumentos nacionais da Vila⁹².



Avenida de Duarte Pacheco, cerca de 1943 + 1947
IHRU

Aquando das demolições, o espaço público menos considerado ficou organizado em 'três placas que de acabamento, apenas apresentam as respectivas guias: a primeira, junto da Igreja de S. Bartolomeu; a segunda, em frente do edifício da Câmara Municipal, e a terceira, ao longo da

⁹² Câmara Municipal de Vila Viçosa, Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva, 1948, p.6

Avenida de Duarte Pacheco. A iluminação é deficientíssima e não obedece a qualquer plano definitivo⁹³.

Justificava-se assim a imposição de novo desenho de acabamentos, arborização, calcetamento e bancos das plataformas que deveriam 'proporcionar um conveniente descanso à população que ali se junta'. O calcetamento das placas e passeios foi pensado e executado de forma 'tradicional, duradoura e decorativa', com calcário e basalto; foram introduzidas laranjeiras e ulmeiros, como decoração e sombra à população; os bancos, em mármore, revestidos com esteiras a fim de diminuir as diferenças de temperatura sazonal e permitirem uma rápida secagem pós chuva. 'Formam com a plantação do arvoredado e o calcetamento das placas, os trabalhos gerais de urbanização'⁹⁴.

Neste projecto de urbanização foram desenhadas, para higienização do lugar, duas instalações sanitárias para ambos os sexos, de construção subterrânea por uma questão de acessibilidade e economia na ligação à rede de saneamento e, delimitadas por guardas de ferro forjado.

O plano da iluminação pública complementou os trabalhos e foi concebido numa forma tradicional condizente com Vila Viçosa (dimensão). 'Consta dum pedestal, em mármore, sobre o qual assenta o fuste, formado por quatro ferros que se desenvolvem, inferiormente, fazendo a base e, superiormente, dando o respectivo capitel'⁹⁵.

A intervenção foi concluída com as deslocações da Fonte do Carrascal, na zona central da praça e do monumento erigido a Pouzão, 'que se encontra na placa do lado da Igreja de S. Bartolomeu', para permitir o arranjo e rebaixamento da cota do pavimento da estrada frontal à Igreja.⁹⁶

Espaço existente

No centro da Vila, a Praça da República e Avenida Bento Jesus Caraça relacionam a Igreja de São Bartolomeu, inserida na estrutura urbana, com o Castelo isolado e altaneiro à vila. Por sua vez, a avenida Duques de Bragança une o Castelo ao Paço Ducal.

O espaço urbano apresenta uma configuração pentagonal disforme, orientado segundo um eixo sudoeste-nordeste, com o terreno a formar uma superfície côncava, em cujos topos são

⁹³ Câmara Municipal de Vila Viçosa, Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva, 1948, p.7

⁹⁴ Idem, p.10

⁹⁵ Idem, p.12

⁹⁶ Idem, p.8

rematados por dois monumentos, a Igreja de São Bartolomeu a SE e o Castelo, a NO. Dois planos descendentes entre si em que o primeiro tem o toponímico de Praça da República e o segundo de Avenida Bento Jesus Caraça (antiga Avenida Duarte Pacheco).

Para elas confluem os traçados regulares que alinham o Paço Ducal ao Jardim da Corredoura, definindo a praça como o eixo central urbano. A avenida é o remate da estrada que une Vila Viçosa a Évora e alinha as fachadas voltadas a sul.

A estrutura edificada da Praça da República é composta por casas plurifamiliares, medievais e 'quinhentistas', evidenciando os rebocos brancos uniformizadores, adornados no embasamento e nos cunhais com amarelos ou azuis. A rematar o 'quadro' pitoresco e tipológico de raiz arquitectónica alentejana, as pedras em mármore com tons de rosa, ocre e brancos. Nos remates das avenidas Bento Jesus Caraça com a dos Duques de Bragança, dois edifícios do século XX, do período do Estado Novo: os correios e o cineteatro.

O desenho da praça organiza-se numa malha ortogonal formada pelo cruzamento dos arruamentos viários e o sentido longitudinal do espaço, resultando em cheios e vazios que correspondem a espaços pedonais e viários respectivamente. Desse cruzamento sobressai um espaço público central dividido em quatro plataformas cujo significado é personificado em cada monumento evocativo que individualmente as pontuam. Frontal à Igreja de São Bartolomeu, não se constituindo como o adro da igreja, a plataforma relembra Henrique Pouzão; a seguinte é claramente influenciada pela presença física e simbólica (desenho de pavimento no espaço público) dos Paços do Concelho; um terceiro centraliza o desenho do pavimento, espaços de estar e vegetação no 'monumento de homenagem ao Dr. João Augusto do Couto Jardim; por último, de menor dimensão e a servir de remate ao cruzamento das duas avenidas, um pequeno ilhéu, voltado para a praça, com o busto da escritora Florbela Espanca.

A vegetação enfatiza os eixos viários longitudinais, pontuando ritmicamente o passeio público, e determinando intercaladamente com os bancos de mármore as zonas de estar. Os candeeiros de iluminação pública marcam os vértices das placas em alternado com a vegetação arbórea.

Na zona central da Praça da República, erguida em cima de uma rotunda, a Fonte do Carrascal, funcionando como monumento-rótula do sistema viário.

Os materiais aplicados no espaço público são o calcário e os mármore na calçada irregular dos passeios, no mobiliário urbano como bancos, mesas, estatuária, e o basalto para as circulações viárias. 'De facto, são de mármore as simples calçadas das ruas e os lancis dos seus passeios; são de mármore os vulgares socos dos muros e as soleiras das portas dos edifícios, são ainda

pétreas as colunas e cornijas das fachadas de igrejas e solares, ou a totalidade do longo e cristalino alçado do Paço dos Duques – um esforço erudito e singular de Renascença “à italiana”, desterrado em fronteiras de finisterra alentejana’.⁹⁷

Na vegetação arbórea imperam as laranjeiras, que por terem uma dimensão reduzida não interferem com a escala do edificado nem com a leitura da perspectiva em ambos os sentidos longitudinais do eixo visual.

Discussão e fundamento

A transformação do tecido histórico calipolense fundamenta-se no domínio ideológico, dúplice nos valores reformistas, em desenho e em projecto, servindo de contexto tanto na dimensão urbana, à escala dos elementos morfológicos, como territorial na relação contínua entre conjuntos.

Foi recorrente nas iniciativas do Estado Novo a capacidade de modificação do lugar, por práticas de recontextualização dos monumentos, na perspectiva de afirmação ou reposição de valores político-ideológicos. O processo de Vila Viçosa poderá ser entendido como uma sobreposição de malhas, contemporâneas, com critérios ditos historicistas e tradicionalistas, sobre as pré-existências. Contudo adiciona-lhe uma nova linguagem, num estilo reformista mais incisivo, que marca uma nova cultura no processo temporal da urbe calipolense.

Por outro lado foi reconhecido em projecto a importância cívica da urbe, morfologias e formas urbanas, sedimentadas na história e cultura local, que articulam a linearidade temporal com a ambiência social do espaço público.

Quando percorridos os arruamentos da vila, nomeadamente os intervencionados nos anos 40, é possível reconhecer-lhes as transformações por adição e subtracção que determinam modificações no espaço público e no modo como se articulam com o edificado. No exemplo de Vila Viçosa a recontextualização do espaço urbano assume claramente a vontade da exaltação por redefinição da relação entre os elementos construídos destas diferentes épocas ou arquitecturas.

São valorizados preferencialmente lógicas de significado – símbolo – que envolvem a fundação dos monumentos, do que partes construtivas consideradas menores – quarteirões – e inerentes ao crescimento temporal.

⁹⁷ José Manuel Fernandes, A Cidade de Mármore, ‘Callipole’ revista de cultura nº 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, p.205

A estratégia de projecto relaciona diferentes pontos morfológicos de maior relevo urbano, monumentos enraizados na historicidade fundacional da urbe, cujo cenário é centralizado no castelo reconstruído com o brilhantismo interventivo e ideológico. É então estabelecido o ‘vis-a-vis’ entre a Igreja de São Bartolomeu e a Alcaçova fortificada, e desta para o Terreiro do Paço (poder religioso, militar e político).

Através do redesenho da praça da República e da avenida Duques de Bragança no eixo perpendicular, foi demolido o edificado, ampliado o espaço público e descontextualizado o carácter físico e efémero do lugar. O desenho urbano deu forma a um conjunto de relações entre pontos estruturantes da vila numa acção de recontextualização e redefinição da imagem e ambiência da paisagem urbana. A acção de deslocação da Fonte do Carrascal, e do memorial de Pouzão, complementa o processo com o ‘embelezamento’ de um determinado momento do desenho por prejuízo do valor funcional.

A descontextualização é neste caso uma referência à escala das vivências praça. Não se trata de uma perda por ausência aditiva de novos valores formais, que neste caso permanecem ligados à morfologia do lugar – aliás amplia o significado morfológico do espaço –, é sobretudo pela descaracterização da relação do edificado com o espaço público. Antes da intervenção a analogia dimensional entre ambos seria mais homogénea, com o edificado a ter maior preponderância na caracterização do lugar. Com o esvaziamento da praça, o eixo passa a ser transversal à fundação, aumenta a escala do espaço público mas diminui a influência do edificado sobre o lugar.

Se demolir significa a perda do valor contexto intrínseco no traçado de origem medieval da vila então é uma acção de descontextualização da envolvente aos monumentos. ‘Os monumentos existem em referência a contextos rurais ou urbanos onde concretizam a sua dimensão social e cultural, podendo definir a estrutura deste espaço envolvente ou, pelo contrário, serem influenciados por esta’⁹⁸.

Mesmo na aproximação ao desenho do espaço público, projecto implementado uma década após a incursão do engenheiro Duarte Pacheco, a ideologia mantém-se. ‘Vila Viçosa, cujas tradições e monumentos se enraízam e avultam sobre os inescusáveis factos da nossa história que envolvam a Casa de Bragança e se ligam à restauração da Independência nacional, não ficará senhora de quando lhe é devido, para sua conservação e justo progresso, com os

⁹⁸ Miguel Tomé, Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995), FAUP publicações, 2002, p.87

trabalhos com que, agora, deseja aformosear-se. Eles são uma parte, mínima, de tudo o que se impõe, para sua dignificação urbana⁹⁹.

Por resolução de projecto foram aplicados processos de caracterização e recontextualização do espaço público, de uniformização do material aplicado com a geologia do território e feitos cénicos que enfatizam os novos alinhamentos.

O mármore é a rocha que dá textura e cor à cidade, visível nos passeios, nos edifícios, nos equipamentos urbanos, etc. Factor económico de extrema importância local, é também previsto em projecto como articulação do passado com o presente, valor formal que perpétua a memória colectiva da Vila. A vegetação assume a mesma definição de perpetuação com adição de marcação dos espaços de estar e de embelezamento do 'quadro' pictórico da Praça da República.

A Fonte do Carrascal é um caso exemplificativo de descontextualização do objecto no ponto de vista funcional e de lugar. Cada processo de deslocação a que foi sujeito desde a sua construção no século XVII, resulta na progressiva perda funcional para se tornar num monumento evocativo do chafariz e lavadouro de outrora. Actualmente, tem o seu sistema de água a funcionar, localiza-se na confluência das duas plataformas descendentes, central à praça e a uma rotunda cuja acessibilidade é dificultada pelo movimento automóvel. Da fonte funcional a um estético objecto no espaço público calipolense.

⁹⁹ Câmara Municipal de Vila Viçosa, Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva, 1948, p.7



Praça da República cerca de 1930
Monumentos nº27



Praça da República cerca de 1953
Monumentos nº27



Legenda:



 Monumentos

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1930
DES003

Depois da
Intervenção
c. 2009
DES004

3.3. Isolamento como requalificação

Adro da Igreja de Leça do Balio – Igreja do antigo Mosteiro de Leça do Balio, Matosinhos

Apresentação e Enquadramento

A Igreja do antigo Mosteiro de Leça do Balio situa-se num extenso vale agrícola, entre o rio Leça e a Via Norte que liga este povoado ao Porto, e tem como acessos as ruas de Santos Lessa e da Lionesa. Na cercania, mas fora do perímetro da Zona de Protecção do Monumento, existe uma unidade fabril de grandes dimensões da CUPFP e LEONESA.

A abordagem ideológica e temporal à envolvente do antigo Mosteiro levou à transformação do lugar de Balio em dois períodos distintos: Em 1934 pelo arquitecto Baltazar de Castro foi elaborado um projecto para o 'Alargamento do adro do Mosteiro de Leça do Balio', no qual foi realizada uma transformação do monumento, por acção da demolição de partes anexas, no intuito de repor a relação original do monumento com o território. Como tal, a intervenção restituiu um estilo arquitectónico passado, com recurso a processos de subtracção das edificações contíguas, dando origem à descontextualização de algumas vivencias sociais e históricas do lugar.

Entre 1969 e 1971 foi desenvolvido pelo arquitecto Arménio Losa, com a colaboração dos arquitectos Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez, o 'Plano de Valorização da Zona do Mosteiro de Leça do Balio', onde propõe a transformação do terreiro circundante à igreja num amplo espaço de relação e visualização do monumento, conduzindo à desafecção e consequente deslocação do cemitério.

Neste exemplo, o arquitecto definiu o projecto de valorização do monumento e do lugar à escala do território, procurando estabelecer pontos de relação, ou de referência, entre a paisagem circundante e o espaço público. Nele redesenha a paisagem envolvente, com recurso a processos de recontextualização, propondo a construção de edificado e espaço público como complemento à demolição e deslocação do cemitério. Estes últimos processos definem-se como factores de descontextualização por perda de valores histórico-religiosos do lugar.

Com estes exemplos, pretende-se dar a conhecer os diferentes processos de intervenção na morfologia do território de Balio, semelhanças e divergências, quais as escalas de abordagem projectual e qual o seu contributo na preservação e perpetuação da história do lugar.

O monumento e o espaço urbano envolvente

No século XIV o Mosteiro fazia parte de uma pequena vila fortificada que se organizava em redor de uma torre de menagem, cercada por uma muralha, dentilhada de ameias, e flanqueada por quatro grandes torres quadrangulares (cobertas de seteias). No centro do aglomerado destacava-se uma pequena igreja, voltada para um vasto terreiro no interior castelo, e adjacente ao campanário gótico.

Por cima desse templo românico foi construída em 1330 a Igreja de Leça do Balio com régia de Frei Estêvão Vasques Pimentel, responsável pela ampliação do Mosteiro de Leça do Balio e pela construção do novo e actual edifício religioso.

A Torre data provavelmente do tempo da fundação da nacionalidade, num período de transição de domínios entre os monges beneditinos e os monges guerreiros da Ordem de S. João de Jerusalém. Pela estrutura imponente que apresenta, por ser campanário e por ter acoplado na base a igreja, teria função simultânea de defesa militar e religiosa.

Durante estes seis séculos de existência a Igreja do antigo mosteiro de Leça do Balio sofreu diversas obras de ampliação e melhoramento, mantendo intactos o seu estilo construtivo e rusticidades contextualizadoras do lugar. Aquando da intervenção dos Monumentos Nacionais nas décadas de 30 e 40 o templo religioso apresentava sinais de abandono e de uma lenta e progressiva ruína.¹⁰⁰

Estado anterior

Deste antigo aglomerado faziam parte a Igreja, central e dominadora, cercada por edificações que se anexavam à estrutura, muros e hortas, e o cemitério fronteiro ao portal principal do templo, apenas separados por uma estrada de circulação viária. O adro, visto como espaço livre de preparação à entrada da Igreja, cingia-se a um espaço sobrance a Sul.

Constituíam-se por um conjunto edificado de usos diversos, agrupados sucessivamente em torno da Igreja, que deixavam apenas visível a cobertura, a torre, a fachada principal e a muralha superior. Na cabeceira do templo, absorvida quase por completo, existia uma habitação particular propriedade do engenheiro Ezequiel de Campos, com características construtivas

¹⁰⁰ Boletim DGEMN nº 1, Igreja de Leça do Bailio, Setembro de 1935, p.27-33

homogéneas (materialidades, texturas e rusticidades) às da Igreja. A Norte localizavam-se a sacristia, arrecadações e uma fábrica.



Adro Sul do Mosteiro cerca de 1930 + 2008
AHMM + Fotografia de autor

Na fachada Sul, a residência do sacristão, ‘mascarava também grosseiramente todo o lanço da parede compreendido entre a porta lateral do templo e o ângulo da torre’. Na envolvente existiam outras construções como casebres, muros e altas parreiras que limitavam e equipavam os campos agrícolas. ‘Certo, não afrontavam de perto e directamente a igreja, mas impediam, sem nenhuma compensação, o seu justo realce de monumento’¹⁰¹.

O adro assumia características de sepulcro e simultaneamente de terreiro cerimonial. O primeiro abrange o cemitério, praticamente colado à frontaria da Igreja, acentuando a relação entre a Igreja e a comunidade, e entre valores religiosos e sociais (jazigos familiares). A separa-los havia uma estrada nacional, tangencial à Torre, criando uma sucessão de espaços construídos sem áreas livres entre eles. A Sul um pequeno terreiro irregular, deixado livre pelas construções, por onde se assedia à igreja por uma porta lateral que, antes da intervenção, assumia a importância de acesso principal ao templo religioso. O portal frontal estava obstruído por muros, pelo cemitério e pela diferença de cotas para o interior da Igreja: cerca de 1,50 metros.

Definindo a centralidade geométrica deste espaço exterior, e no eixo com a porta lateral, localizava-se o Cruzeiro Manuelino de Leça do Balio. Este cruzeiro foi esculpido em pedra calcária de Ançã no século XVI, cerca de 1514, pelo arquitecto escultor Diogo Pires, o Moço¹⁰². O artefacto originalmente encontrava-se nos domínios do Mosteiro, debaixo de um alpendre.

¹⁰¹ Boletim DGEMN n.º1, Igreja de Leça do Bailio, Setembro de 1935, p.34

¹⁰² Jornal ‘1º Janeiro’, Uma barbaridade, Destruição da parte cimeira de um cruzeiro gótico, Porto, 14 de Maio de 1965 (PT DGEMN:DSARH-010/142-0015)

O pavimento era coberto por uma vegetação rasteira silvestre, e junto à estrada alinhavam-se algumas árvores que enfatizavam e separavam o arruamento do adro.

Ideologia e Intervenção

A intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e do arquitecto Baltazar de Castro em 1934 teve como base três princípios importantes: a restauração do edifício, promovendo a 'independência total do monumento'; a reabilitação das cantarias com a resolução dos problemas patológicos; e a reintegração da 'imagem arquitectónica primitiva'.

Com a proximidade das Comemorações do Centenário, em 1940, o 'vetuoso Mosteiro de Leça do Balio, evocador dos primórdios da Nacionalidade e monumento único no género – como templo/fortaleza, terá que desempenhar primordial papel nesta região nortenha'¹⁰³.

Para se conseguir restaurar a importância do monumento, 'digno de ser admirado por todos os que amam a arte, e em especial este belo e raro exemplar d'arte romano-gótico de transição'¹⁰⁴, foi considerada absolutamente necessária a execução das obras de desobstrução do edifício religioso.

Através de processos de expropriação e demolição, junto às capelas absidais que se encontravam obstruídas, de parte da habitação do Engenheiro Ezequiel de Campos, foram reconstituídas a fachada, os acessos e os muros limítrofes. Projectou-se ainda a 'mudança das vedações de propriedades particulares circunjacentes'¹⁰⁵, a demolição dos anexos da fábrica contíguos do lado Norte e da residência do sacristão que se encostava à torre medieval a Sul. Foram ainda definidos novos alinhamentos entre a envolvente e o mosteiro, e foi regularizado¹⁰⁶ e ampliando o adro 'com rebaixamento médio de 1 metro no nível do terreno'¹⁰⁷.

A implantação do monumento na margem do rio Leça, em terreno de suave pendente e de nível com o rio, não permitia um fácil escoamento das águas. Estava por isso, sujeito à acumulação de águas pluviais que criavam infiltrações no terreno e alguns consequentes problemas patológicos dentro e fora do templo. Neste sentido projectou-se 'a construção de um colector com duas entradas para as quais

¹⁰³ Ofício nº 92/1 Ref. 971 dirigido ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações pelo Governado Civil, 28 de Março de 1940 (PTDGEMN:DSMN-0626/21)

¹⁰⁴ Baltazar de Castro, Arquitecto Chefe da 3ª Secção do Norte, DGEMN, Memória Justificativa a pedir aprovação de um orçamento por estimativa para as obras da Igreja de Leça do Balio ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Porto, 9 de Janeiro de 1930 (PTDGEMN:DSARH-010/142-0021)

¹⁰⁵ Baltazar de Castro, Memória Descritiva e Justificativa – Orçamento, 12 de Agosto de 1930 (PTDGEMN:DSARH-010/142-0021)

¹⁰⁶ Baltazar de Castro, Baltazar de Castro, Memória do orçamento para as obras de conservação e deafrontamento da Igreja de Leça do Balio, 3 de Agosto de 1933 (PTDGEMN:DSARH-010/142-0021)

¹⁰⁷ Boletim DGEMN nº 1 – Igreja de Leça do Balio, Setembro de 1935; p.38

convirjam as águas que de vários pontos acorrem ao local¹⁰⁸. A conclusão destes trabalhos de drenagem e defesa de humidades no interior só aconteceria em 1977 com a conclusão do passeio que circunda todo o templo¹⁰⁹.

O Cruzeiro foi desmontado e deslocado para o extremo SE da rua de Santos Lessa, tendo sido substituído o Alpendre do Cruzeiro por um em betão branco aparente e reconstruída a peça cimeira do cruzeiro. Esta atitude foi justificada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pela degradação da pedra, resultante do tempo e, por duas vezes, 'à pernicioso acção de vândalos'¹¹⁰.

No princípio da década de 70 foi desenvolvido pelo arquitecto Arménio Losa, o 'Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio', 'com vista à reintegração'¹¹¹ do Mosteiro de Leça do Balio em ambiente mais conforme com a sua importância histórica e cultural¹¹².

O plano desenvolvia-se em três fases e tinha como propósito a correcção do enquadramento do monumento, redefinindo a relação entre a paisagem e o espaço público, nomeadamente as construções remanescentes da intervenção da DGEMN na década 30. Estes fragmentos, que não tinham sofrido modificações na primeira intervenção, foram no plano considerados 'elementos de desfiguração' que afectavam o monumento: o cemitério, a estrada nacional, algumas construções existentes e as edificações fabris.

Na primeira fase (fase A) de trabalhos, a zona baixa do cemitério, 'elemento que mais afecta a dignidade do Monumento' pela sua proximidade, foi trasladado para uma nova área a SO o que permitiu integrar o terreno no projecto. 'Metade da área é mantida no nível actual e arborizada, e a restante depois de escavada virá a completar o espaço destinado ao adro'¹¹³.

O arruamento fronteiro municipal foi rebaixado para desobstrução da frente da igreja e o percurso viário mudado para a periferia da área de influência do monumento para possibilitar a realização de eventos exteriores. Com a desobstrução da estrada, cemitério e terrenos anexos, o adro da Igreja de Leça do Balio foi largamente ampliado.

¹⁰⁸ Orçamento para as obras da Igreja do Mosteiro, Memória Descritiva e Justificativa, 19 de Março de 1931. (PTDGEMN:DSARH-010/142-0021)

¹⁰⁹ Mosteiro de Leça do Balio, Defesa exterior com a construção de passeio em volta da capela-mor, limpeza de telhados e ligação à drenagem, 19 de Março de 1979, (PT DGEMN:DSARH-010/142-0028)

¹¹⁰ Jornal '1º Janeiro', Uma barbaridade, Destruição da parte cimeira de um cruzeiro gótico, Porto, 14 de Maio de 1965. (PT DGEMN:DSARH-010/142-0015)

¹¹¹ Em 1957 o arquitecto António da Silva Bessa elabora uma primeira planta para definição do limite da zona de protecção do Mosteiro de Leça do Balio, na qual tecia algumas considerações sobre a necessidade de se proceder a 'um arranjo de desafogo' do monumento. Veja-se António Bessa, Mosteiro e Cruzeiro de Leça do Balio, Monumento Nacional, 14 de Agosto de 1957. (PTDGEMN:DSARH-010/142-0034)

¹¹² Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio, Projecto de Execução, 4 de Novembro de 1971, p.1-8. (AHMM)

¹¹³ Idem

As construções preexistentes, residência e salão paroquiais, foram consideradas igualmente prejudiciais 'à organização do ambiente desejável'. Consideraram os técnicos intervenientes, que os edifícios tinham menor qualidade arquitectónica e uma deficiente implantação que desfigurava a perspectiva do monumento a Sul. Com a sua demolição foi criada uma zona de chegada na proximidade da igreja, cemitério e Junta de Freguesia, com estacionamento automóvel. Foi também desenhado um percurso de peões, acedido por veículos para eventuais solenidades ou de cerimónias religiosas, que une a praça de chegada a norte à 'alameda de peões' na rua de Santos Lessa.

A unidade fabril da Unicer, Bebidas de Portugal SGPS SA [ex Companhia União Fabril Portuguesa das Fábricas de Cerveja e Bebidas Refrigerantes (CUFP)], 'pelo volume de alguns dos seus edifícios e a cota alta em que se situam, têm uma presença de fundo desde quase todos os pontos de observação que amesquinham e afrontam o monumento'¹¹⁴.

Foram criadas ainda zonas de arborização e ajardinamento para definir barreiras ou 'cortinas vegetais', colocadas estrategicamente para quebrar enfiamentos e isolar a igreja de construções indesejáveis e sem qualidade.

Numa segunda fase (fase B) foi construído o novo Centro Paroquial que 'inclui a demolição dos edifícios existentes e a expropriação duma pequena faixa de terreno'¹¹⁵.

Por último (fase C) corrigem-se e beneficiam-se alguns arruamentos com a expropriação de pequenos terrenos.

Espaço existente

A Norte, existe um primeiro espaço de acolhimento com estacionamento, que serve de acesso ao cemitério e à Junta de Freguesia, e é abrangido por uma ampla visão da Igreja e do adro do antigo Mosteiro. Deste, por percurso pedonal ou viário, faz-se a aproximação ao terreiro e ao portal do monumento.

O antigo Mosteiro de Leça do Balio insere-se num contexto misto entre a ruralidade e a urbanidade, entre os campos agrícolas e a vegetação arbórea que contem e limita as vistas do visitante aos edifícios circundantes. A envolvente é homogeneizada pela vegetação típica, equilibrada e relacionada com a

¹¹⁴ Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio, Projecto de Execução, 4 de Novembro de 1971, p.1-8. (AHMM)

¹¹⁵ Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio, Memória Descritiva, Projecto de Execução, 4 de Novembro de 1971, p.1-8. Veja-se também o Extracto do Plano de Valorização do Mosteiro de Leça do Balio, p.1-7 (AHMM)

cultura arbórea da região que, com os granitos dos pavimentos e dos edifícios, definem o carácter da paisagem num misto entre a contemporaneidade urbana e a ruralidade histórica e vegetalista.

O adro tem uma configuração irregular, de nível, limitado pela diferença de cota com a envolvente, e dominado pelo monumento isolado e visível em todas as suas faces. O pavimento é revestido com relva e lajeado em granito, com estereotomia ortogonal e preenchida por paralelepípedos (11x11) regulares. A relva funciona como uma charneira entre a vegetação alta, o pavimento e o monumento, e permite de algum modo atenuar do edificado e do cemitério existente.

A percepção do cemitério é, neste ponto (voltado para Norte e encostado contra o portal da Igreja), praticamente nulo pela diferença de cota entre o adro e o pavimento do cemitério, e pela construção volumétrica dos seus limites que dá profundidade ao espaço.

Do lado da face norte da igreja, espaço rectilíneo e paralelo ao monumento, de características materiais semelhantes ao espaço frontal, estão construídas duas instalações sanitárias, enterradas e apenas marcadas pelas sebes que limitam e dão segurança à descida.

Continuando para nascente entra-se num espaço estreito pela imponente da empena das fachadas exterior da abside e da habitação privada. Caracteriza-se pela imagem rústica e pitoresca da textura das paredes de pedra emparelhada e do pavimento empedrado com cubos de granito.

Na face sul o adro assume a sua maior amplitude espacial, onde é limitado pelos muros das propriedades particulares e tem a porta lateral da igreja e a Torre como elementos dominantes. Voltado a Sul o espaço estreita e assume a dimensão e a direcção da rua de Santos Lessa, em cota mais elevada, acessível por escada ou rampa, em direcção ao Cruzeiro de Leça do Balio. O Cruzeiro encontra-se no eixo visual com a porta lateral do monumento monástico, sob um alpendre cúbico, branco e de linhas contemporâneas, numa dicotomia interessante entre a modernidade e a história.

A configuração do espaço público do terreiro permite estabelecer uma ligação, viária e pedonal, entre as cotas altas da rua de Santos Lessa, valorizando a acessibilidade ao monumento, mas reflectindo-se na constante permanência de carros junto à 'entrada do cavalo' da propriedade privada a sul.

Discussão e Fundamento

Característica comum a ambos os projectos é o recurso a processos de demolição, com conseqüente transformação e descontextualização da história social do lugar, para reintegração do monumento num novo contexto formal e paisagístico. Recorrem à desdensificação do tecido, por subtracção de partes do

tecido edificado, anexo e envolvente, 'desobstruindo' o monumento e abrindo o espaço público, no intuito de preservar, redefinir e valorizar o cenário pictórico e monumental do lugar¹¹⁶.

A abordagem projectual às diferentes escalas de intervenção, de contexto ou recontextualização na aproximação do monumento e da paisagem, define a diferença entre os projectos:

No processo da DGEMN em 1934 a incidência da acção de projecto no monumento tem como objectivo a requalificação por processos metodológicos reconstrutivos que, por um lado, representam o simbolismo político da época e, por outro, recontextualizam-no nos seus valores simbólicos e estéticos na paisagem. A intervenção representa um exemplo de restituição do objecto segundo o ideal de 'pureza de estilo' da época no intuito de reintegrar o monumento como ícone no território.

No que diz respeito à estruturação e desenho da envolvente o projecto limitou-se à redefinição do espaço resultante da desobstrução do monumento. Por ideologia, as práticas intervencionistas do Estado Novo na transformação dos lugares evidenciam total displicência para a história local ou para os valores sociais. No entanto as construções demolidas, mesmo que enraizadas ao lugar, teriam uma menor valia histórica, ao contrário, e por exemplo, das demolições na Sé do Funchal e na Sé do Porto. O primeiro determina a demolição de algumas sacristias com valor artístico e histórico e, do segundo, a demolição de partes do tecido urbano medieval para a construção do terreiro público sobre a cidade.

Em relação à propriedade privada e à sua ligação com o lugar, o processo não determina a sua descontextualização mas apenas a redefinição dos seus limites físicos. Na verdade o processo resultou na recontextualização da relação monumento/espaço público, com a criação de um percurso deambulatório 'pitoresco' e a resolução de problemas patológicos que infligiam tanto a abside da Igreja como os terrenos circundantes. Da restante envolvente, a fábrica desactivada destoava na função e na rusticidade do restante conjunto e a casa do sacristão foi talvez o único que, no ponto vista social, se viu privado do lugar. Conta o actual sacristão, o Sr. Fernando Vieira, filho do proprietário da habitação demolida, que a casa pertencia já a três gerações seguidas e que era dali que se tocavam os sinos da igreja.

Na envolvente próxima compreende-se a inércia da acção em criar soluções de aproximação, mas o resultado é a preservação da morfologia típica local: o arruamento mantém a característica de

¹¹⁶ A Carta de Atenas do Urbanismo de 1933 sobre a salvaguarda do património edificado adopta, ponto 69º, entre outros, a musealização do monumento com a demolição de todas as estruturas edificadas que lhe são circundantes e se encontrem obsoletas, substituindo-as por áreas verdes. Assim 'os vestígios do passado ficarão banhados por um novo ambiente, talvez inesperado, mas certamente tolerável e com o qual, em todo o caso, beneficiarão largamente os bairros vizinhos'. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.52

passagem para o povoado e para os campos, charneira entre a Igreja e o cemitério que permanece junto ao símbolo religioso com o qual se identifica. De igual maneira a vegetação, as cores, as texturas e a pedra que qualificam o carácter do lugar.

O processo restabelece o monumento enquanto signo histórico e artístico no domínio do território, templo e fortaleza, por certo de valor acrescentado no turismo e na microeconomia local, preservando o 'quadro' rústico e rural da paisagem.

Se a escala da primeira intervenção se cinge à do monumento, a do projecto do arquitecto Arménio Losa abrange a envolvente numa acção de transformação e regularização do adro para reintegração do Mosteiro, diga-se conceptualmente 'em ambiente mais conforme com a sua importância histórica e cultural'¹¹⁷.

O processo é numa primeira fase idêntico à ideologia reformista do Estado Novo, uso da acção demolição, mas para ampliação e reestruturação do terreiro circundante, culminando na segregação do monumento e na deslocação de parte do cemitério fronteiriço ao portal da Igreja para cota superior. Metodologicamente estrutura o espaço público como palco primordial de observação e preservação do antigo Mosteiro de Leça do Balio.

Numa espécie de aceitação positiva à demolição e deslocação das partes envolventes, desenha-se um novo enquadramento de reintegração em que é introduzido um cunho contemporâneo, ou de interpretação contemporânea das partes intervencionadas. O projecto procura acrescentar um novo momento temporal, de gerar valias na perpetuação, conservação e musealização do monumento.

Um dos efeitos no lugar foi a descontextualização do valor social associado ao cemitério, num efeito/causa que reflecte a análise da época em relação ao lugar. Os jazigos foram considerados desfigurativos do conjunto e de menor valia a sua preservação no contexto, social e religioso, entre igreja, adro e cemitério. Foram suprimidas igualmente algumas características qualificadoras do ambiente rural para homogeneização do espaço público contíguo. A criação da plataforma nivelada e planificada isola o monumento numa espécie de pedestal exibicionista de um artefacto museológico.

Como exemplo de processos de recontextualização do lugar, assinalam-se a construção de edificado e do próprio espaço público como complemento às demolições encetadas em projecto. A trasladação do cemitério levou à reedificação dos jazigos em novo espaço, sendo a sua contextualização simples por exercer a mesma função e não estar muito distante do lugar original.

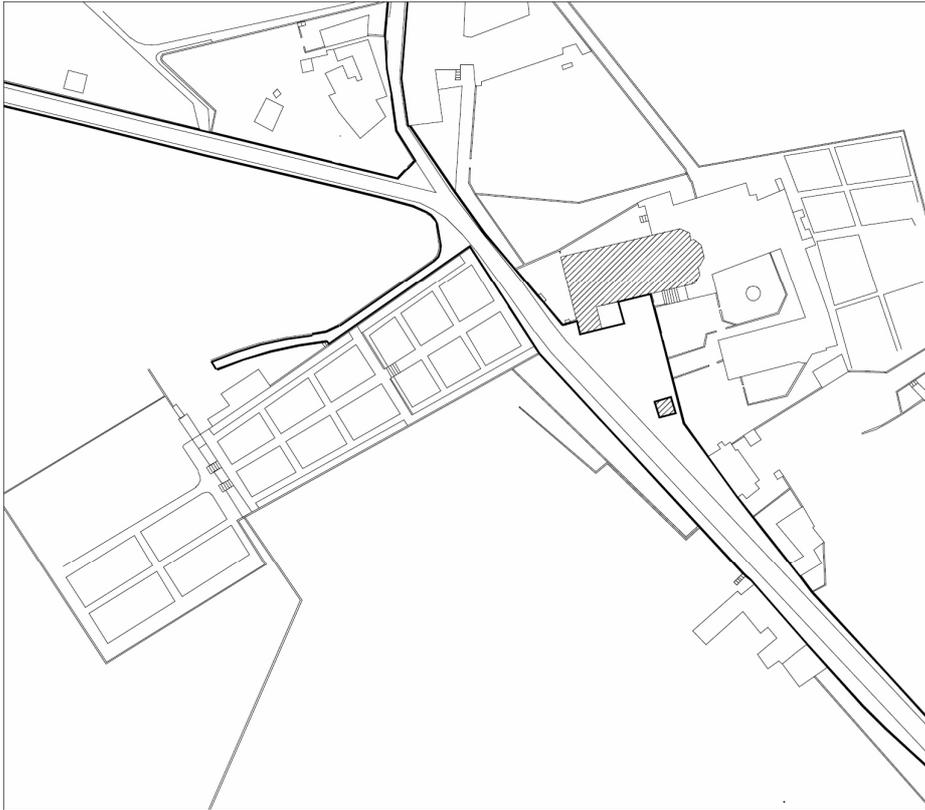
¹¹⁷ Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio, Memória Descritiva, Projecto de Execução, 4 de Novembro de 1971, p.1-8. (AHMM)



Mosteiro de Leça do Balio cerca de 1930
Marques Abreu



Mosteiro de Leça do Balio Setembro de 2008
Fotografia de autor



Legenda:



 Monumentos

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1930

DES005

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES006

4 Deslocação

4.1. (Re)integração como valorização do lugar

Largo da Entrada da rua do Sol (Ruas do Sol e de S. Luís) – Capela de Nossa Senhora de Agosto, Porto

Apresentação e enquadramento

A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates insere-se no contexto urbano do centro histórico do Porto, na confluência das ruas do Sol e de São Luís, entre a Praça da Batalha e o Convento de Santa Catarina. Os limites do espaço público são definidos lateralmente por quarteirões de origem medieval e pelo 'Antigo Recolhimento de N^a S^a das Dores e de São José das meninas desamparadas', hoje Universidade Lusófona do Porto, e na zona frontal, pela rua Augusto Rosa (edifício do Governo Civil).

Foi demolida em 1935, por decisão da Câmara Municipal do Porto, antecedendo a realização do 'Plano de melhoramento da envolvente da Sé do Porto', e foi retirada do seu contexto social e urbano, frontal à Sé, para ser reedificada em 1951 no Largo da Entrada da rua do Sol (Ruas do Sol e de S. Luís).

A reintegração da Capela no espaço urbano portuense é um exemplo de intervenções cujos projectos apresentam o recurso a soluções de desintegração forçada do contexto envolvente ao monumento. O objectivo foi a sua salvaguarda e perpetuação futura, tendo-lhe sido reconhecido o seu valor cognitivo, de preservação e perpetuação dos valores memoriais, históricos e sociais. Foram definidos, por opção de projecto, processos de 'demolição' do monumento, acção de transformação do lugar, que resultaram na desintegração da Capela do tecido urbano frontal à Sé, e na descontextualização das vicissitudes culturais que caracterizam e enraízam o monumento ao lugar.

Os processos de recontextualização ou reintegração no contexto urbano resultaram na subvalorização do monumento e na valorização do novo espaço urbano. Neste exemplo foi o monumento a qualificar o lugar de acolhimento, redefinindo o remate do quarteirão e espaço público anteriormente desqualificado.

Em 2001 foi redefinida a relação do adro da Capela com a rua Augusto Rosa, projecto desenvolvido pelo arquitecto Adalberto Dias e inserido no 'Projecto de Reabilitação da Baixa

Portuense – Zona Leste A'. Com o desenho e prolongamento da plataforma granítica que antecede a sua entrada, pretendia-se reaproximar o monumento e a cidade, para metaforicamente retirar a Capela do beco do Sol e destaca-la no tecido urbano que limita a rua principal.

O monumento e o espaço urbano envolvente

Nos séculos XVI e XVII, o actual 'Largo da entrada da rua do Sol', localiza-se no extramuros a nascente da cidade do Porto, fora da muralha gótica e do Postigo de Santo António. Este acesso à cidade seria apenas um caminho, secundarizado pela preponderância económica e defensiva do terreiro de Santo Ildefonso ou da Batalha, do qual faziam parte a actual Igreja de Santo Ildefonso e as demolidas 'Porta do Cimo da Vila' e Capela de Nossa Senhora da Batalha.

A 'estrada velha' que ligava o centro da cidade, nomeadamente a antiga 'Porta de Vandoma' junto da Sé do Porto, ao Rio Douro e às povoações em Entre-os-Rios, passava na antiga 'Porta de Santo António' e teria menor dimensão que as ruas Chã (das Eiras) e Cimo da Vila que ligavam à Torre da 'Porta dos Carros' (ou Cimo da Vila).

O espaço envolvente foi até meados do século XVIII composto por 'largos campos' (Vale de Asnos), construções habitacionais que no intramuros acompanhavam pontualmente o caminho, incluía-se o convento de St^a Clara, e no extramuros por Quintas como as de São Lázaro (c. 1649), dos Matadouros e da Boa Vista (c. 1717).

Em 1755, com a venda dos terrenos da Quinta da Boa Vista à Misericórdia do Porto, iniciou-se o processo de urbanização e de expansão da cidade a nascente, na qual foram adaptados os novos edifícios aos traçados medievais existentes: a rua das Taipas um 'caminho de ronda' que acompanhava a muralha em conta inferior e ligava este lugar à 'Porta dos Carros', o seu prolongamento em sentido oposto, ou seja, pela rua da Boavista (do Sol).

Na proximidade desse lugar de confluência de pequenos arruamentos foi erguida a 'Porta do Sol' em 1768 por João de Almeida e Melo no lugar do Postigo de Santo António do Penedo, porta que foi arrasada em 1875, para – disse-se – desafrentamento da Casa Pia¹¹⁸.

Para celebrar a fundação da Confraria dos Alfaiates¹¹⁹, foi construída em 1555 a Capela de N^a S^a de Agosto, num terreno pertencente ao Cabido portuense, sobrejacente à sua casa e celeiro

¹¹⁸ Eugénio Andrade da Cunha e Freitas, *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1999, p.323

¹¹⁹ António Cruz, *A Capela dos Alfaiates na Arte e nos Ofícios*, jornal 'O Tripeiro', Porto, Série Nova, Ano 5, nº 11/12 (1986), p.373

na rua das Tendas, fronteiro à porta principal da Sé¹²⁰. A Capela ficava assim inserida num sistema urbano de quarteirões, a eixo com a Sé do Porto, a ponto do ‘sacerdote, que disse misa en esta capilla, puede ver el celebrante de la Iglesia Mayor’¹²¹.

Da autoria do mestre pedreiro Manuel Luís, viria a ser concluída em 1565¹²², na data da celebração das festas a ‘Nossa Senhora de Agosto ou da Assunção de Agosto que, juntamente com São Bom Homem, era a padroeira dos Alfaiates’¹²³.

A 13 de Setembro de 1853¹²⁴ foi criada a Associação dos Alfaiates do Porto, responsável pela revitalização e reabilitação da capela que se encontrava degradada com o terramoto de 1755, e ao abandono desde 1834, com a extinção do sistema de corporativismo. Nesta intervenção foi ‘picada de novo toda a pedra, rebocada e caiada de novo, e muitas causas relativas a carpinteiro são feitas, compostas, reformadas ou alteradas’. A 13 de Novembro desse mesmo ano comemorou-se a reedificação da Capela¹²⁵.

O Tripeiro a 1 de Outubro de 1927 noticiava a consagração da Capela dos Alfaiates como ‘monumento nacional, e assim se poder salvar da ruína iminente que estava ameaçando, a interessante Capella de Nossa Senhora de Agosto, reconstruída em 1680 e localizada em frente da porta principal da Sé’¹²⁶.

A 3 de Janeiro de 1935, a Câmara Municipal ‘deliberou proceder à aquisição da velha capela chamada dos alfaiates, que está em risco iminente de desabamento’¹²⁷ e procedeu de imediato à sua expropriação. A Capela apresentava um estado avançado de degradação, que ameaçava a sua existência e possível ruína. O motivo seria uma fenda, aberta na face Sul que originava

¹²⁰ Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto; Os Mesteirais na Administração Pública de Portugal, p.477

¹²¹ O arqueólogo Dr. Pedro Vitorino num artigo descritivo da Capela de Nossa Senhora de Agosto transcreve as palavras do Padre Navais, memorialista do século XVII. Ver António Cruz, A Capela dos Alfaiates na Arte e nos Ofícios, jornal ‘O Tripeiro’, 3ª série, nº 22 (142), de 15-XI-1926, p.979

¹²² Data da celebração do contrato para a conclusão do Templo onde se incluíam a capela-mor, abobada, coberturas e níveis superior da fachada com o nicho. Ver José Ferrão Afonso, A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, revista Monumentos Nº 14, Março 2001, p.59

¹²³ José Ferrão Afonso, A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, revista Monumentos Nº 14, Março 2001, p.59

¹²⁴ Era possível ver uma ‘inscrição no pórtico, em que se lia Reedificado a 10 de Agosto de 1853 pela Associação dos Alfaiates do Porto’ referida no texto de José Ferrão Afonso, A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates, na revista Monumentos Nº 14, p.62

¹²⁵ António Cruz, A Capela dos Alfaiates na Arte e nos Ofícios, jornal ‘O Tripeiro’, Porto, Série Nova, Ano 5, nº 11/12 (1986), p.478

¹²⁶ Jornal ‘O Tripeiro’, Altar de Nossa Senhora da Assunção na Capella de Nossa Senhora de Agosto, de 1 de Outubro de 1927, nº 43 (163), 3ª série, 2º ano, p.289

¹²⁷ Ofício dirigido ao Ministro das Obras Públicas, redigido pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, a 4 de Janeiro de 1935. (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

infiltrações da água, danificando a estrutura e o espólio interior¹²⁸. Nesse ano foi iniciada a sua demolição e o espólio guardado no claustro da Sé.

Este processo terá antecipado a intervenção da Câmara Municipal do Porto¹²⁹ no largo fronteiro à Sé, obras de desafrontamento da Sé do Porto e do edifício do Paços do Concelho, justificadas na necessidade de resolução dos problemas viários (acessibilidade) e na inestética do aglomerado urbano fronteiro aos Monumentos¹³⁰.

Com o reconhecimento do valor arquitectónico e histórico da Capela para a cidade, foram definidas premissas não só de salvaguarda e preservação na sua demolição, bem como de especial atenção à sua reconstrução em local apropriado. Como descreve Simeão Pinto de Mesquita no parecer da Comissão Municipal de Arte e Arqueológica da Câmara Municipal, 'é considerado do maior interesse que a reedificação da Capela dos Alfaiates se faça perto do local onde já existiu'¹³¹.

Entre 1937 e 1940 são apresentados três lugares possíveis para a sua construção: a primeira proposta apresentada pelo Dr. Vasco Valente recaiu sobre o Largo Actor Dias, fronteiro às muralhas fernandinas e próximo do Convento de Santa Clara. A Capela seria erguida no centro do largo recorrendo à expropriação de dois casebres que lá existiam, mas implicava a construção de duas novas fachadas¹³². A proposta não foi aceite 'em virtude de ser impróprio para a sua implantação, exíguo e demasiado inclinado, obrigando à construção dum grande muro de suporte, além de destoar com o ambiente local no qual estão integradas as muralhas de D. Fernando'¹³³.

O segundo local foi proposto a 7 de Outubro de 1937. O Dr. Vasco Valente, da Junta Nacional de Educação, aconselhado pela Câmara Municipal do Porto, sugeriu que a reconstrução 'da Capela dos Alfaiates seja levada a efeito na esquina da rua do Sol para a rua de S. Luiz, a poucos metros do local'¹³⁴ inicialmente escolhido. Curiosamente voltou a ser refutada 'por obrigar a

¹²⁸ Ver parecer redigido pelo Inspector Geral dos Museus a 8 de Setembro de 1934 (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

¹²⁹ Ver ofício dirigido ao Ministro das Obras Públicas, redigido pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, a 4 de Janeiro de 1935; (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

¹³⁰ Ver Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Arranjo da Zona Histórica da Sé e dos Paços do Concelho assinado por António Mendes Correia, Presidente da Câmara Municipal do Porto, 14 de Dezembro de 1939

¹³¹ Simeão Pinto de Mesquita, Presidente da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, parecer sobre o Plano de Urbanização do bairro da Sé, Porto, 8 de Dezembro de 1939.

¹³² Ver parecer da Junta Nacional da Educação, Conselho permanente da acção educativa, Vasco Valente, Vogal da 1ª sub-secção da 6ª secção; 30 de Julho de 1937 (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

¹³³ Comunicado dirigido ao Ex.mo Sr. Engenheiro Director Geral dos Monumentos Nacionais, em 11 de Novembro de 1940, pelo Arquitecto director da mesma instituição Baltazar de Castro; (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

¹³⁴ Parecer da Junta Nacional da Educação, Conselho permanente da acção educativa, Vasco Valente, Vogal da 1ª sub-secção da 6ª secção; 7 de Outubro de 1937. A proposta viria a ser aprovada pela Câmara Municipal do Porto a

expropriações e não oferecer as condições necessárias, tanto técnica como artisticamente, para a localização da capela, em virtude desta ter apenas a fachada principal e uma pequena janela lateral¹³⁵.

Por último, a 11 de Novembro de 1940, durante as obras de arranjo do adro da Sé, é proposto pelo arquitecto Baltazar de Castro a sua reconstrução num pátio situado junto ao conjunto monástico, em terrenos doados à Câmara Municipal para a construção da casa Museu de Guerra Junqueiro. A proposta reuniu o consenso da Câmara e do Dr. Vasco Valente, por considerarem reunidas todas as condições de espaço e económicas para a realização da obra, e levando inclusive ao início da reconstrução neste lugar.

A obra viria a ser suspensa a 31 de Outubro¹³⁶, por ter sido reputado 'pouco recomendado' o uso de um terreno doado para a construção do museu e que de certo levantaria problemas de 'embargos ou contestações de direito (o que implicou um novo adiamento da reedificação), já porque fica escondida dentro dum pátio, fora de evocação sugestiva que era um dos objectivos da sua conservação, afrontando uma edificação do século XVIII com o qual nada tem'¹³⁷.

Ao fim de 16 anos sobre a demolição, a escolha do local foi definitivamente aprovada na reunião de Câmara de 10 de Julho de 1951¹³⁸. De acordo com essa deliberação, a antiga Capela dos Alfaiates começou a ser reconstruída conforme a segunda proposta de 1937, na confluência das ruas do Sol e de S. Luís. As obras tiveram início em Agosto daquele mesmo ano.

Estado anterior

Cerca de 1850, segundo o projecto para o novo 'alinhamento na rua do Sol' do arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior, existiam entre a rua do Sol com a rua da Batalha (Augusto

14 de Setembro de 1932 (Ofício do Presidente nº 30.408) e homologado por despacho do Ministro da Educação Nacional, C. Pacheco, a 18 de Outubro de 1937

¹³⁵ Comunicado dirigido ao Ex.mo Sr. Engenheiro Director Geral dos Monumentos Nacionais, em 11 de Novembro de 1940, pelo Arquitecto director da mesma instituição Baltazar de Castro

¹³⁶ Idem

¹³⁷ O inspector em serviço na Junta Nacional de Educação, L.º A-3-nº97 (cópia), 1941; (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/01)

¹³⁸ Boletim da Câmara Municipal do Porto – Ano XVII, nº 800, de 11 de Agosto de 1951, p. 668.;

Sobre a escolha para a nova localização da Capela de N.ª S.ª de Agosto, vid., o Processo cit.; Actas das reuniões da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, realizadas em 30 de Novembro de 1939 e em 2 de Setembro de 1940 (L.º de Actas de 1939 e 1940, fls. 25 vº e 34 vº);

Sobre o valor arquitectónico da Capela de N.ª S.ª de Agosto, vid., O Comércio do Porto, de 10 de Outubro de 1935, p. 4, A Capela dos Alfaiates e o jornal de Noticias, de 12 de Outubro de 1935, p. 7;

Rosa), encostados contra o 'Antigo Recolhimento da Porta do Sol', um aglomerado edificado composto por 6 edifícios, levantados e aprovadas as demolições neste mesmo processo¹³⁹.

A separar estas construções da antiga Casa Pia, actual edifício do Governo Civil, em zona central à rua da Batalha (hoje estaria frontal à Capela de Nossa de Agosto) existia um edifício destinado a cavalaria, limitando um pequeno largo composto pela 'Porta do Sol', 'Asilo das Desamparadas' com a sua ermida lateral, alguns edifícios habitacionais e um jardim. A rua de São Luís foi aqui representada apenas com dimensão de viela ou como mero acesso os terrenos e baldios das antigas quintas.

O projecto propôs assim a demolição dos edifícios, definindo novos alinhamentos ao edificado da rua do Sol, que retomaria o sentido da 'Porta do Sol' e terminaria frontal à rua principal. Propunha ainda a construção sobre as demolições novos edifícios de modo a enfatizar o dito alinhamento, e mantinha secundarizada a rua de São Luís (no desenho foi representada uma nova viela com a mesma dimensão da já existente).

Depreende-se desta configuração, associando a leitura e características do lugar em seiscentos, que o 'Largo da entrada da rua do Sol' só terá existido verdadeiramente como um pequeno largo a partir do século XIX. Em suma, apresentava particulares de um espaço resultante do cruzamento de dois eixos viários, da rua do sol para as 'Portas do Sol' e principalmente com a 'Porta do Cimo da Vila'. Esta organização do lugar dá a entender que num determinado momento da sua evolução urbana, foi dada maior preponderância ao desenho e ao alinhamento contínuo da rua da Batalha que propriamente ao eixo transversal.

Com a intervenção, as ruas do Sol e de São Luís passaram a convergir num pequeno largo longilíneo, que apresentava uma forma irregular e bifurcada, com uma ligeira pendente e transversal à rua Augusto Rosa.

Os edifícios que faziam parte do cunhal do quarteirão (demolidos para reconstrução da Capela dos Alfaiates) eram compostos por 'duas casas térreas com entrada pelo nº133 da rua do Sol; total de outra composta de rés-do-chão e águas furtadas para a rua de S. Luiz, tendo entrada pelo nº131 da rua do Sol; total de sete barracões, sendo cinco ocupadas com oficina de serralharia e dois com depósito de carvão, e bem assim de terreno de pátio'¹⁴⁰.

O largo era um espaço de transição regulado pelo movimento urbano da rua Augusto Rosa e pela afluência das ruas do Sol e de São Luís, desprovido de elementos, arquitectónicos,

¹³⁹ Boletim Cultural, Vol. XIV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1951, p.362 (AHMP: P 05 BOL CULT. (14))

¹⁴⁰ Repartição de Engenharia; Serviço da Carta da Cidade; Porto e Paços do Concelho, 8 de Fevereiro de 1938, O Engenheiro Chefe de Serviço.

arbóreos ou equipamentos urbanos que incentivassem à permanência e uso público do lugar. Estava ainda condicionado pela escala da empena norte do 'Antigo Recolhimento da Porta do Sol', onde hoje se localiza a Universidade Lusófona do Porto, homogénea e sem artisticidade, e que enfatizava a geometria esguia das ruas e ainda lhes conferia sombra.

Ideologia e Intervenção

No estudo de 1951 para o 'Projecto de reconstrução da Capela dos Alfaiates' do arquitecto Alexandre José de Sousa, foram apresentadas duas propostas para a resolução do enquadramento do monumento no topo do quarteirão: A primeira ideia, designada por 'planta de situação', propunha a construção de um novo edifício atrás da ermida de forma a prolongar os alinhamentos das ruas do Sol e de São Luís. O seu desenho foi condicionado 'a fim de evitar destruir o conjunto arquitectónico que resulta da referida construção e dos prédios vizinhos'.

Na segunda proposta, referenciada como 'planta de implantação da capela', previa o isolamento do templo com a criação de um adro livre circundando as fachadas laterais, e o desalinhamento do monumento que seria executado 'à face do alinhamento da Rua do Sol e ligeiramente desviada no cunhal voltado ao alinhamento da rua de S. Luiz'¹⁴¹.

A escolha da solução recaiu sobre a 'planta de situação' porque se considerou satisfatória e com um arranjo de enquadramento que valorizava a capela e simultaneamente o local. 'Houve a preocupação de conseguir para a Capela uma perspectiva agradável para quem circula na rua Augusta Rosa e, para efeito, sentiu-se a necessidade de elevar para a cota 79,5 a actual cota do terreno, vencendo a diferença de nível por intermédio de uma escada de pedra de acesso ao adro que precede a Capela'¹⁴².

O coroamento do adro foi inicialmente proposto, conforme 'perfis de implantação', por uma balaustrada em granito trabalhado a pico fino, 'que se eleva de 0,85 acima do pavimento interior'. Tendo sido a opção final, a solução prevista no 'apontamento de perspectiva' que proponha um gradeamento em ferro, vazado e de menor altura, de forma a evitar o avolumar de alvenaria rústica. Assim, beneficiaria o adro 'dum aspecto mais franco, permitindo maior desafogo da

¹⁴¹ Alexandre José de Sousa. Memória Descritiva, Reconstrução da Capela dos Alfaiates, 1ª Fase. Porto e Serviços de Obras Municipais e Habitações Populares, 4 de Agosto de 1951. (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/04)

¹⁴² Idem

Capela com vantagem para a sua situação e melhor observação de todo o conjunto do presente projecto¹⁴³.

Em 2001 foi inserido no Projecto de Reabilitação da Baixa Portuense – Zona Leste A, o estudo do adro da Capela de Nossa Senhora de Agosto com coordenação e participação do arquitecto Adalberto Dias.

As premissas de projecto passavam pela estabilização do encontro das cotas entre as ruas do Sol e de São Luís e o prolongamento do adro até à rua Augusto Rosa. As ruas evidenciavam uma topografia irregular que desequilibrava o desenho e a regularização das pendentes.

Para o projectista, o largo seria um espaço ‘incharacterístico’ com términos nas escadas da capela mas já intimamente ligadas à história do lugar e do monumento. Por isso, a ideia foi o prolongamento do adro no sentido de confluir as cotas dos pavimentos e destacar a capela ‘encaixotada’ e sem protagonismo no espaço¹⁴⁴.

Espaço existente

O largo tem como edifício dominante a Capela de Nossa Senhora de Agosto, voltada para o edifício do Governo Civil e adossada no topo do cunhal do quarteirão contido entre as duas ruas existentes.

A Capela assenta num embasamento em granito, longitudinal às ruas, espaço destinado ao adro que a eleva ao nível da rua Augusto Rosa. Essa elevação coloca o monumento numa espécie de plinto expositivo que o caracteriza, num efeito cénico museológico.

Está implantada entre dois edifícios, que deixam apenas libertas as fachadas principal e norte. O edifício a sul, com desenho contemporâneo e com cêrcea igual ao monumento, remata a relação do quarteirão como a capela. A sul, tem anexa a sacristia, de menor escala que a Capela, de nível com o adro e assume o alinhamento das fachadas da rua de São Luís.

Reconhece-se continuidade ou uniformização do desenho e materiais aplicados no espaço público entre o Largo e a rua Augusto Rosa, que definem e distinguem a zona pedonal da zona de circulação automóvel. No encontro da rua do Sol com o importante eixo viário, o passeio é elevado e nivelado, proporcionando um espaço de estar com um banco em pedra ‘adornado’ por uma árvore.

¹⁴³ Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Parecer ao Projecto de Reconstrução da Capela dos Alfaiates a 11 de Outubro de 1951. (PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/03)

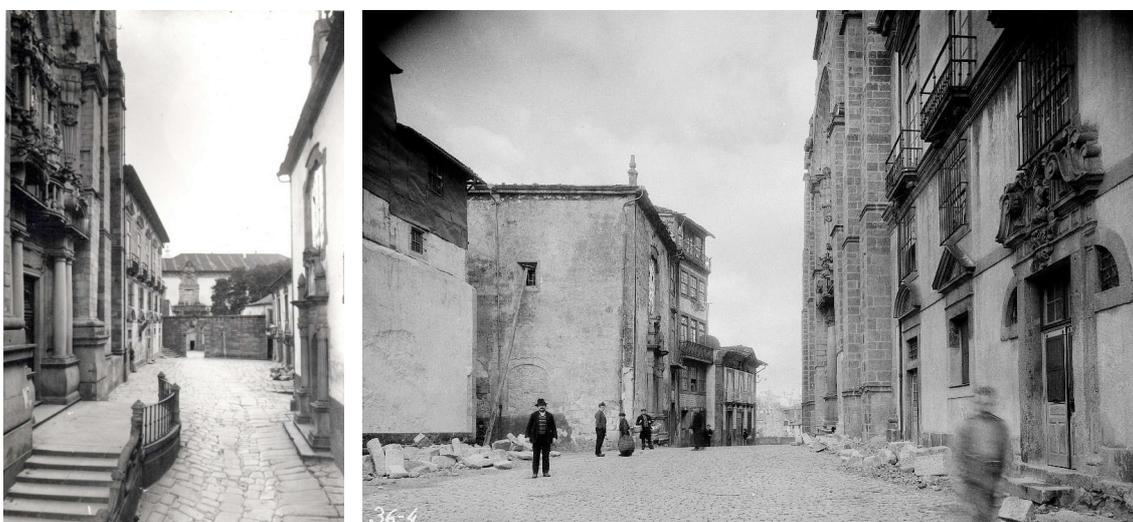
¹⁴⁴ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, dia 30 Julho de 2009.

Na frente da Capela existe uma plataforma em granito, de textura e estereotomia uniforme, desnivelado e numa cota inferior à do adro. É um espaço pedonal, encostado contra o embasamento do monumento e desarticulado o conjunto.

A circulação do tráfego automóvel faz-se tanto na rua do Sol como na de São Luís e, mesmo sendo o estacionamento proibido, existem alguns veículos amontoados na frente do átrio da Capela.

Discussão e fundamento

O primeiro passo para a realização do processo de deslocação da Capela de Nossa Senhora de Agosto foi o reconhecimento do seu valor enquanto objecto histórico, portador de um simbolismo social ligado a uma comunidade e a um lugar. Com a sua consagração como Monumento Nacional desencadearam-se processos de preservação e conservação que pretendiam, de alguma forma, salvaguardar a artisticidade arquitectónica do monumento e perpetuar as memórias históricas e culturais da cidade.



Capela de Nossa Senhora de Agosto, Rua das Tendias cerca de 1935
AHMP + IHRU

Ainda integrada no quarteirão fronteiro à Sé, a Capela distinguia-se do edificado envolvente pelo seu portal e janelão a encimá-lo e pelas referências de contexto, cultural e religioso, inerentes à Associação de Alfaiates do Porto. A sua reconstrução resultou na descontextualização dos valores sociais e arquitectónicos que caracterizavam o lugar e que, com o sequente isolamento, destacaram as proporções do objecto arquitectónico anteriormente irreconhecíveis.

Esta representação figurativa do monumento foi sujeita a uma mutação de contexto no enquadramento paisagístico, para o qual prevalece o desempenho do papel erudito ligado à sua essência. No entanto, é construída uma imagem sintética independente da sua história, de preservação do esqueleto arquitectónico que é iconizado como objecto museológico e abstracto. Substitui-se assim o valor do monumento por uma encenação que acrescenta um valor pitoresco ao lugar sem relação as suas características próprias.

Com a construção do embasamento da Capela foi criado um adro que enquanto limite físico esta nunca teve, porque o adro era o espaço público confundível com a rua, elevando-a num cenário expositivo, como peça de museu para embelezamento das vistas de quem passa na rua Augusto Rosa. Resultou por isso num processo de valorização do novo enquadramento em detrimento do próprio monumento.

O monumento é neste caso um exemplo de um processo de descontextualização, dissociado das suas características históricas e morfológicas, e enquadrado num conjunto 'no qual está cenograficamente inserido: apresentado, documentado, (...) em função desse ambiente, com o propósito de produzir um efeito'¹⁴⁵.

A intervenção de reestruturação do desenho urbano de 2001 procurava através do redesenho do espaço público prolongar o adro preexistente e, assim, aproximar a Capela da rua Augusto Rosa e desta forma destaca-la. Esta acção de requalificação do lugar criou uma nova plataforma, desnivelada em relação ao adro de 1951, que de certo modo resultou num gesto pouco incisivo ou modificador do problema viário daquele entroncamento.

A recontextualização da relação da Capela com o lugar vem acrescentar um novo espaço, que poderia ter assumido o nível da preexistência, marcando a contemporaneidade do novo traçado em união com o antigo, culminando na intercepção desse pavimento com a cota de passeio da rua Augusto Rosa.

Assim, num único gesto, teria sido definido um novo espaço de enquadramento, com princípios semelhantes à primeira transformação, que de alguma maneira também representa uma construção nova na relação adro/capela, e retiraria o estacionamento irregular da frente da capela.

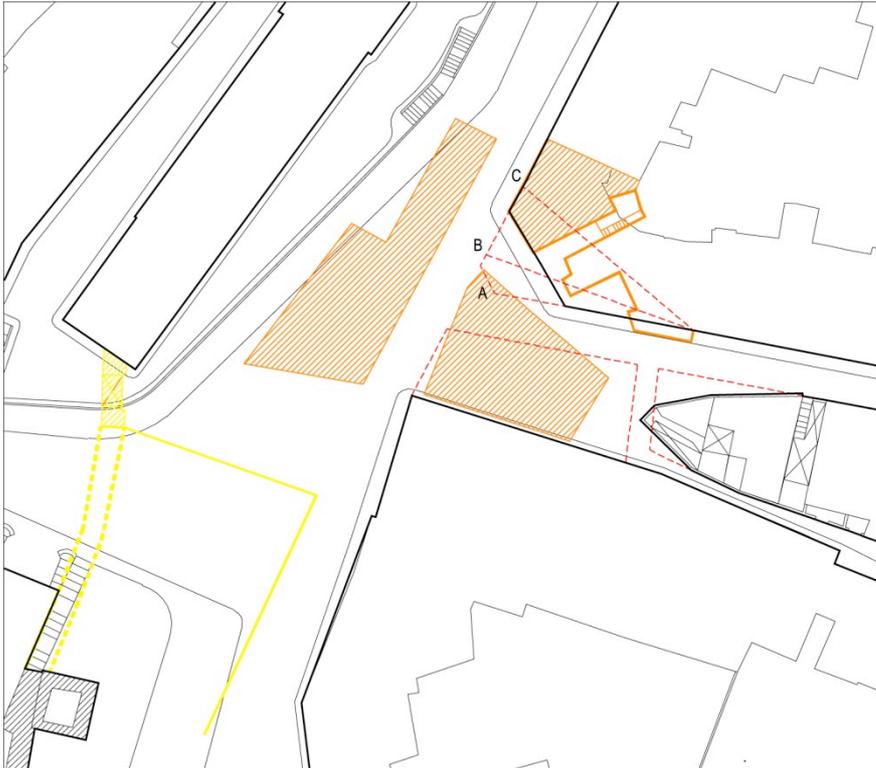
¹⁴⁵ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70 LDA, Lisboa 2006, p.116



Rua Sol e envolvente cerca de 1938
AHMP



Largo da entrada da rua do Sol cerca de 2002
IHRU



Legenda:



 Monumentos

 Demolição (c. 1850)

 Demolição (c. 1875)

 Alinhamento proposto (c. 1850)
c/ as variáveis A, B e C

0 10 30(m)

Antes da
Intervenção
c. 1950

DES007

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES008

4.2. Deslocação como valorização do monumento

Praça Gonçalo Velho – Portas da Cidade e Igreja Matriz, Ponta Delgada

Apresentação e Enquadramento

A deslocação das 'Portas da Cidade' em 1952 surge na sequência da profunda renovação urbana de Ponta Delgada nos finais dos anos 40. Essa transformação de grande escala da urbe micaelense foi definida pelo 'Anteplano Geral de Urbanização de Ponta Delgada', da autoria do arquitecto João Aguiar, no intuito de redefinir a relação da cidade com o mar e criar a actual Avenida Infante D. Henrique.

O lugar antes da intervenção configurava o antigo 'Cais da Alfandega', desaparecido nos trabalhos de aterro da marginal, que conjuntamente com as 'Portas da Cidade' davam carácter e qualificavam a entrada nobre da cidade. Com a reestruturação urbana, foi descontextualizado o carácter simbólico do lugar e forçada a deslocação do monumento para o extremo Norte da nova Praça Gonçalo Velho.

O anteplano foi complementado com a execução de alguns projectos de melhoramento dos espaços públicos, entre os quais, o 'Arranjo da praça a construir a sul do Largo da Matriz' pelo arquitecto Francisco Quintanilha. O projecto definiu as premissas conceptuais e práticas para a reconstrução do monumento.

Em estudo na subcategoria estarão factores de recontextualização e descontextualização urbana com recurso à reestruturação e construção de espaço público e edificado como valorização da paisagem urbana. A cidade é o enquadramento 'natural' – contexto territorial – onde o monumento se insere como parte integrante no tempo e na vivência dos indivíduos.

Como consequência da deslocação, foram descontextualizados não só vicissitudes da envolvente ao monumento mas, e principalmente, valores sociais enraizados no espaço. Por opção de projecto a deslocação pretendia salvaguardar o monumento de forma a evitar o seu desaparecimento físico, em detrimento da sua função social e simbólica, adaptando-lhe um papel museológico de uma memória do passado.

A integração do monumento possibilitou a construção de novos alinhamentos com intenção de valorizar a ambiência do espaço. Por um lado houve a opção de o contextualizar, inserindo-o perto da sua história e da sua memória passada, por outro foi o próprio monumento que potenciou e qualificou o lugar.

O monumento e o espaço urbano envolvente

O burgo de Ponta Delgada formou-se no século XV como vila dependente da capital da ilha, Vila Franca do Campo. Com o terramoto de 1522 a capital foi destruída, o que forçou ao êxodo da população e serviços para a vila micaelense¹⁴⁶. Graças à sua situação geográfica privilegiada foi construído um porto marítimo que desencadeou factores de desenvolvimento económico, político e social conduzindo-a à elevação a cidade em 1546.

Nesta fase já se tinham instalado o poder militar com a construção do forte de S. Brás, a igrejas de S. Sebastião, St^a Clara e S. Pedro formando as primeiras freguesias e as Ordens Religiosas, que com os seus edifícios monásticos delimitam e estruturam funcionalmente a malha urbana da cidade.

No início do século XVII 'já estão definidos os arruamentos da parte mais baixa de Ponta Delgada, com o seu largo da Matriz'¹⁴⁷, e tipificado o aglomerado urbano que caracteriza e uniformiza a paisagem da cidade. 'Exprime-se arquitectónicamente pelas métricas simples e repetitivas de fiadas de janelas com molduras de cantaria escura bem lavrada, onde apenas o portal, e por vezes a ermida, apresentam variação de tratamento com maior exuberância decorativa'¹⁴⁸.

As 'Portas da cidade' foram construídas em 1783, no enfiamento do Largo da Matriz com o antigo 'Cais Velho', e simbolizavam ou formalizavam a entrada solene da cidade. Por ela passaram os Reis D. Pedro IV (1826-1826) e D. Carlos I (1889-1908) e o Presidente Óscar Carmona (1926-1951)¹⁴⁹.

No século XIX o 'Cais de Terra', como o nome indica era uma pequena 'doca seca' de areia em direcção ao mar, composto por uma muralha que se enquadrava entre às Portas e aos antigos açougues da cidade. Este alinhamento definia e limitava o Largo da Matriz, enfatizando uma certa continuidade deste espaço pela antiga 'Praça Velha' (actual Praça do Município no lado poente da Praça Gonçalo Velho) que seria delimitada por edifícios setecentistas dos quais apenas existe o edifício 'com galeria e pináculos de cerâmica à direita da praça'.¹⁵⁰ O espaço

¹⁴⁶ Carlos Duarte, José Lamas, Plano Urbano de Ponta Delgada e Áreas Envolventes. A evolução urbana e histórica de Ponta Delgada, SRHOP e DROU, Junho de 1994, Versão corrigida de Novembro de 1999, p.5.5

¹⁴⁷ Idem, p.5.7

¹⁴⁸ Idem, p.5.9

¹⁴⁹ Ver recorte de jornal, Obras de Urbanização de Ponta Delgada, Novembro de 1952. (PTDGEMN:DSARH-010/201-0040)

¹⁵⁰ Carlos Falcão Afonso, Ponta Delgada Vandalismo ou Desenvolvimento?, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2ª edição, Agosto de 2007, p. 142

entre a Matriz e as arcadas do cais era conhecido por 'Arcada da Feira', lugar onde se realizava a feira hortícola e de gado na cidade.

Entre 1829 e 1831 o antigo 'cais Velho' sofre nova transformação, na qual foram demolidos os açougues e a cerca defensiva, foi assoreada parte da doca, construída a 'Varanda de Pilatos' e redefinido o enquadramento do novo 'Cais da Alfandega'. A intervenção teve risco do alemão João Valentim Schmoll, cujo projecto, segundo a imprensa local, terá sido copiado pelo projectista oficial, Manuel Joaquim da Silva¹⁵¹.

Estado anterior

O 'Cais da Alfandega' era constituído por 'dois cais de cantaria e suas escadas de serventia; e por um estar no meio do porto, faz de um dois, no de leste entram os navios, e no de oeste entram e vão batéis, e está o Pelourinho que disse; e para ambos entram por uma barra. Sobre o cais, da banda do levante está a alfândega com muitas oficinas e ameias, e, da banda da terra, está um peitoril, com sua porta, como muro, com suas bombardeiras, que aparta a praça da cidade de ambos os portos ou do porto dela; no primeiro dos quais, onde entram os navios, parece correr uma ribeira de água quase doce que ali com a salgada se mistura, ainda que por mais certo se tem ser água do mar que com a enchente se sume pela terra e com a vasante torna a sair dela, já menos salgada; e no segundo estava um chafariz grande como tanque, onde tomavam água os mareantes e lavavam roupa, procedido de outro que com a frescura das muitas bicas está ornando a Praça, o qual mandou fazer um Micer Bernardo¹⁵².

No Largo da Matriz, mais estabilizado no tempo que o espaço anterior, tal como hoje, erguia-se a Igreja de São Sebastião, cuja torre seria comparada a um farol que orienta e direcciona as embarcações para o cais e, morfologicamente, referencia no território a Igreja e o Largo.

Por sua vez, as 'Portas da Cidade' estavam implantadas entre a 'Varanda de Pilatos' e um edifício de habitação, que ainda hoje existe no largo da Matriz. O conjunto, Igreja Matriz e as Portas, enfatizavam o carácter simbólico e religioso da comunidade, contextualizavam ou solenizavam a entrada na povoação, os percursos de desembarque e embarque de passageiros.

¹⁵¹ Carlos Falcão Afonso, *Ponta Delgada Vandalismo ou Desenvolvimento?*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2ª edição, Agosto de 2007, p.146

¹⁵² *Idem*, p. 147

O monumento era um lugar obrigatório de passagem, ornamentado nos diversos pavimentos 'de mosaico artístico de brita de calcário e basalto, contribuindo também para o embelezamento dum ponto da cidade onde é frequentado por turistas'¹⁵³.

No cais dos pescadores existiam as 'Arcadas da Feira', que caracterizavam as traseiras dos edifícios limítrofes do largo da Matriz, e delas faziam parte pilastras de cotas variadas pelo declive do acesso ao mar, e o mercado onde se vendiam produtos agrícolas.

Ideologia e Intervenção

O 'Anteplano Geral de Urbanização de Ponta Delgada' da autoria do arquitecto João Aguiar, foi realizado em 1946 e marcou o início de um período de profundas transformações na estrutura urbana e no desenvolvimento económico da cidade. A proposta implementava a reestruturação do tecido urbano, recorrendo à demolição do que se considerava isento de valor histórico e artístico, e à construção de espaço público para monumentalização dos edifícios históricos da cidade. Por exemplo, o 'Cais da Alfandega' que foi aterrado para a construção das novas Avenida D. Infante Henrique e Praça Gonçalo Velho: 'Os espaços públicos de representação (praças, alamedas e avenidas), onde se situariam os principais edifícios públicos e grandes serviços, eram relacionados entre si transformando os edifícios históricos considerados monumentais em referências fundamentais dessa nova estrutura, que os colocava em relevo, desafogando-os também de tecidos construídos envolventes'¹⁵⁴.

No Plano o arquitecto João Aguiar propunha a preservação dos 'Arcos da Cidade' e a conseqüente deslocação para a zona Sul da praça (praça Gonçalo Velho), alinhados pelo novo edifício voltado para Av. D. Afonso Henriques, idealizando que o monumento permanecesse junto à água como forma de recuperar o sentido original.

Já durante o processo do aterro da marginal, o Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes vem em defesa das 'Portas da Cidade' por considerar inconveniente o lugar e o estado em que se encontravam. Nesse parecer propôs 'a deslocação das "Portas da Cidade", para o eixo da Praça, poucos metros a Poente do local actual, (...) concedendo-se para isso a necessária

¹⁵³ Eng. Director Clemente Soares, Memória Descritiva e Justificativa, Projecto e orçamento da obra de calcetamento em mosaico artístico do pavimento sob os arcos do cais, 1 de Abril de 1936. (AHPDL, processo 202)

¹⁵⁴ Carlos Duarte, José Lamas, Plano Urbano de Ponta Delgada e Áreas Envolventes. A evolução urbana e histórica de Ponta Delgada, SRHOP e DROU, Junho de 1994, Versão corrigida de Novembro de 1999, p.5.23

autorização à Câmara Municipal de Ponta Delgada e recomendando-se que haja o necessário cuidado para que não sejam danificados com a sua patina¹⁵⁵.



Praça do Município cerca de 1950 + Agosto de 2009
AHBPPDL + fotografia de autor

Em 29 de Março de 1952 foi elaborado pelo arquitecto Francisco Quintanilha, em parceria com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, o 'Arranjo da praça a construir a sul do Largo da Matriz' que alterava a localização prevista no Antepiano Geral de Urbanização, 'aproximadamente no mesmo alinhamento da localização existente, (...) situadas no eixo do largo a norte da praça, ficando a separar o velho do novo burgo'¹⁵⁶.

Esta nova implantação enquadrava-se na intenção dos projectistas em erguer 'um monumento no meio da praça e voltado para o mar a Gonçalo Velho Cabral, descobridor da ilha de S. Miguel'¹⁵⁷ no intuito 'embora simbólico de indicar aos vindouros que foi este o primeiro a pisar terras açorianas'¹⁵⁸.

O projecto previa também uma praça central, circundada por ruas calcetadas a paralelepípedos de basalto, e era constituída por calçada à portuguesa ornamentada, assim como os passeios, com desenhos idênticos aos da Avenida Litoral, tendo sido integrado nesse conjunto uma rosa-dos-ventos executada com a mesma materialidade¹⁵⁹.

¹⁵⁵ João de Almeida, Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, parecer dirigido ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 27 de Dezembro de 1952. (PT DGEMN:DSARH-010/201-0040)

¹⁵⁶ Francisco Quintanilha, Memória Descritiva do Arranjo urbanístico dos terrenos confinantes a norte da Avenida Litoral, junto ao lado sul do Largo da Matriz e junto ao edifício dos CTT, incluindo a deslocação dos arcos designados por 'Portas da Cidade' em Ponta Delgada, 29 de Março de 1952, p.1 (AHPDL, processo 71)

¹⁵⁷ Manuel Luís de Medeiros e Camara, Memória descritiva e justificativa, 29 de Março de 1952. (AHPDL, processo 71)

¹⁵⁸ Francisco Quintanilha, Memória Descritiva do Arranjo urbanístico dos terrenos confinantes a norte da Avenida Litoral, junto ao lado sul do Largo da Matriz e junto ao edifício dos CTT, incluindo a deslocação dos arcos designados por 'Portas da Cidade' em Ponta Delgada, 29 de Março de 1952, p.1 (AHPDL, processo 71)

¹⁵⁹ Idem, p.1

Espaço existente

Do enquadramento das 'Portas da Cidade' fazem parte a Praça Gonçalo Velho, na qual se implantam o monumento e o memorial ao navegador Gonçalo Velho; a Norte o Largo da Matriz pontuado pela igreja e pela torre sineira; a Poente a Praça do Município onde se encontra o edifício da Câmara Municipal e o memorial ao Arcanjo São Miguel; a Sul, Avenida Infante D. Henrique, o Oceano Atlântico e o novo 'passeio público' denominado 'Portas do Mar'.

A Praça Gonçalo Velho é centro vital na organização viária local, pela centralidade territorial e confluência de movimentos da cidade em direcção à marginal. Está voltada para o mar e orientada segundo o eixo Norte-Sul, tem uma configuração rectangular e é delimitada, a nascente e a poente, por um conjunto de edifícios de três pisos com arcadas e galerias que dão amplitude ao espaço público. A placa central é pedonal, circundada por vias de circulação automóvel (com estacionamento), na qual se posicionam a eixo as 'Portas da Cidade' e a estátua de Gonçalo Velho.

As 'Portas da Cidade' constituem-se por um conjunto de três arcos de volta perfeita, executados em pedra regional: o basalto em contraponto com o reboco branco, sendo o do meio mais alto, embelezado com o brasão da cidade, coroadas pela coroa real. A sua localização no extremo Norte da praça, apesar enquadradas no alinhado dos edifícios da Praça do Município e do Largo da Matriz a norte, retira de alguma maneira, o protagonismo do monumento em relação à avenida marginal. Por sua vez o posicionamento central do monumento memorativo a Gonçalo Velho, destacado em relação às Portas e ao espaço, é valorizado.

A Igreja de São Sebastião no Largo da Matriz tem como características base uma planta rectangular e torre sineira, numa tipologia à imagem das 'igrejas açorianas, situadas em pódio/prança com escadaria, em escorço e recuadas em relação ao traçado, num efeito de grande monumentalidade'¹⁶⁰. A torre tem uma forte presença na cidade, ponto de referência urbana e de domínio sobre a envolvente imediata.

A Praça do Município, tem uma forma geométrica trapezoidal com o edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada de fundo e a eixo, centrada no espaço, implantou-se a estátua do Arcanjo São Miguel. O posicionamento da 'Portas da Cidade' na Praça Gonçalo Velho, aliado à disposição linear da vegetação arbórea do Largo Matriz, faz deste um espaço fluido, em contínuo com o largo e sem relação com o mar.

¹⁶⁰ José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, Outubro de 2007, p.184

O 'quadro' do lugar é composto pela relação recíproca entre as praças, que na sua proximidade diluem os seus limites e têm no monumento e na Igreja Matriz o seu ponto de união e centralidade. A imagem do lugar é assim caracterizada pela influência dos seus elementos dominadores, pela vivência de algum comércio e esplanadas que pontuam o espaço público e sobretudo pelas características pictóricas da sua arquitectura. Os edifícios qualificam o espaço urbano num contexto típico, homogeneizado e representativo do carácter regional, de contrastes entre as tonalidades escuras das pedras dos cunhais ou das molduras dos vãos, com os rebocos brancos que revestem as paredes.

O espaço público é ainda qualificado pelos inúmeros desenhos da calçada à portuguesa que diversificam e singularizam os diferentes lugares da cidade de Ponta Delgada.

Discussão e fundamento

A capacidade do monumento em se assumir como um elemento preponderante na estruturação da imagem do lugar, permite ao indivíduo estabelecer referências urbanas, históricas e sociais, que equilibram e contextualizam funcionalmente o ambiente urbano.

O valor histórico é qualificado pela sedimentação de processos temporais que transformam e qualificam o monumento e o espaço, como aquele que o instaurou símbolo cerimonial de entrada na cidade.

Simultaneamente, o monumento constituía-se como uma referência urbana para a comunidade, que por ele ou dele estabelecia uma sequência de percursos entre o mar e o burgo da ilha. Esta interacção é fruto do acumular de vivências sociais que o qualificam como signo histórico e cultural da cidade de Ponta Delgada. Com o projecto foi redefinido o seu valor funcional como centro estrutural na 'zona baixa' da cidade, reestruturando e adaptando o significado histórico do monumento a uma nova imagem e a um novo contexto.

O Antepiano do arquitecto João Aguiar transformou o centro da cidade num processo de adaptação e recontextualização do espaço público, impondo novos alinhamentos urbanos entre a cidade e o mar. Neste contexto, prevaleceu sobre a historicidade o crescimento económico e a valorização da cena turística, ampliando o porto marítimo e desenhando um novo enquadramento do burgo na paisagem.

A consequência do projecto foi a descontextualização de algumas vivências sociais e espaciais que caracterizavam o limite físico entre a cidade e o mar. Como se depreende dos exemplos da

Torre da Igreja Matriz e das 'Portas da Cidade', estas foram de alguma maneira desvirtuadas das suas funcionalidades, uma como 'farol' que identifica o 'Cais da Alfandega' e a segunda da sua função solene de entrada na cidade.

Outro exemplo dessa descaracterização foi a transformação do lugar das 'Arcadas da Feira', que perderam assim a vivência de limite e de união entre a água e o construído. Hoje têm metade da dimensão devido ao aterro, entaipadas por portas da restauração e estão inseridas num logradouro. Essa simbologia espacial com o Oceano foi recentemente reintroduzida com a construção do novo terminal marítimo 'Portas do Mar'¹⁶¹, que redesenhou o paredão dos anos 40 incorporando factores de aproximação da comunidade ao mar como novas infoestruturas de lazer e recreio, percursos pedonais e a redefinição da 'piscina' marítima.

Se a metamorfose espacial inerente ao Antepiano conduziu a uma perda integral da forma urbana em que as 'Portas da Cidade' se contextualizam, a consequente deslocação e reconstrução do monumento na nova praça Gonçalo Velho traduziu-se na perda dos valores funcionais. A sua reintrodução na lógica urbana contemporânea transformou o monumento numa memória simbólica do que foi e como peça museológica num novo enquadramento urbano.

Como premissa do antepiano e posteriormente integrado no projecto de arranjo da Praça foi a reinserção do monumento perto do lugar onde existiu. Esta opção pretendia preservar os valores de contexto do monumento, mantendo-se simbolicamente próximas características morfologias de organização do espaço urbano da baixa da Cidade: Igreja Matriz de São Sebastião – o valor religioso e espiritual; a Câmara Municipal e a Praça do Município – o valor político; e as 'Portas da Cidade' – o valor monumental.

A reconstrução na localização actual, contrária ao alinhamento proposto pelo do arquitecto João Aguiar e recuperada no projecto do arquitecto Luís Cunha de 1977¹⁶², distanciou e suprimiu ao monumento a referencia contextual – mar, assim como a importância territorial, relegando-o para um segundo plano no posicionamento espacial e por evidência conceptual da estátua do descobridor Gonçalo Velho. É um elemento urbano isolado que passa a figurar num espaço

¹⁶¹ O projecto 'Frente Mar e Terminal Marítimo de Ponta Delgada – Portas do Mar' foi realizado entre 2002 e 2008 e teve a autoria do arquitecto Manuel Salgado.

¹⁶² No projecto do arquitecto Luís Cunha de 1977, com o nome 'Complexo Náutico Turístico', elaborado para a Secretaria Regional do Equipamento Social, mas que não viria a ser concretizado, foi proposta 'a hipótese de transferência das chamadas "Portas da Cidade" para um ponto onde recuperassem o seu pleno sentido, restabelecendo a sua posição originária de abertura sobre o mar'. No projecto previa-se a construção de uma marina na zona marginal, entre a igreja de S. Pedro e a zona central (praça), um conjunto de equipamentos de apoio, como novas piscinas municipais, o reordenamento da Praça Gonçalo Velho Cabral. Veja-se em Carlos Duarte, José Lamas, Plano Urbano de Ponta Delgada e Áreas Envolventes. A evolução urbana e histórica de Ponta Delgada, SRHOP e DROU, Junho de 1994, Versão corrigida de Novembro de 1999, p.5.33

amplo, alinhado com o edificado norte da praça a poucos metros da sua localização original, e sem a funcionalidade que outrora exercia. Com a deslocação, e com consequência pela perda de função, o monumento foi relegado a um papel meramente simbólico de memória do passado, objecto museológico tal como um fragmento urbano exposto tipo objecto de arte visitável ao ar livre.

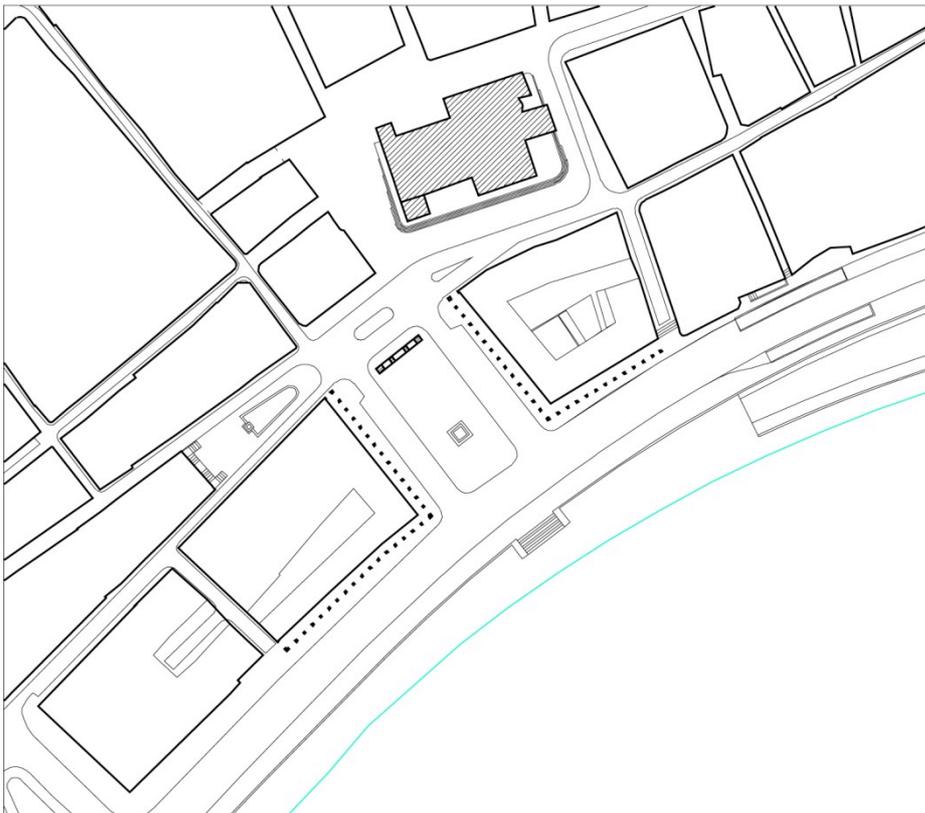
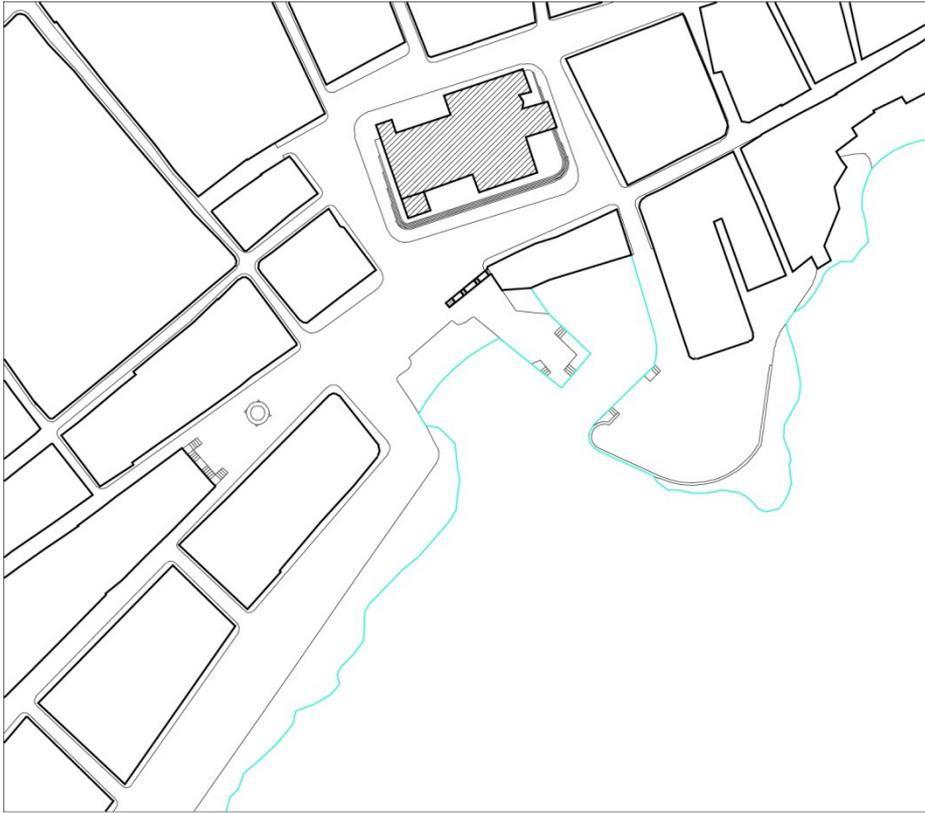
Há uma clara valorização espacial de um espaço novo, não desenhado nem pensado para receber as portas, ou seja, elas são ali implantadas de forma a preservar a sua existência, limitam-se a enquadrar a eixo, e a paisagem. Foi assim preservada a memória e a vivência dos diferentes grupos culturais e sociais que com ela interagem (turistas, habitantes, historiadores, arquitectos/urbanistas).



Cais da Alfandega cerca de 1950
Açores em vista aérea



Praça Gonçalo Velho cerca de 2000
CMPDL



Legenda:



 Monumentos

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1950

DES009

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES010

5 Construção

5.1. Reintegração do monumento como marca de domínio do espaço urbano e da paisagem

Cava de Viriato – Núcleo histórico e arqueológico, Viseu

Apresentação e Enquadramento na categoria.

Em 2003, no âmbito do Programa Polis da cidade e ‘enquadrado na política de gestão territorial assumida pela Câmara Municipal de Viseu através do seu Plano Director Municipal’¹⁶³, foi desenvolvido o ‘Plano de Pormenor da Cava de Viriato e Áreas Envolventes’ pelo arquitecto Gonçalo Byrne.

O objectivo do plano foi recontextualizar o monumento na centralidade urbana, por processos de articulação e estruturação dos diferentes planos de abordagem ao território, o relativo à Cava, casco histórico e os planos para a ‘Envolvente Urbana do Rio Pavia’ e do ‘Parque Urbano da Aguieira’, reformulando e uniformizando as especificidades de cada espaço e projecto das diversas aéreas intervenientes.

As acções implementadas visaram a qualificação do espaço público com a construção e revitalização do percurso pedonal no topo do talude, preservando a ‘relevância’ arqueológica que potencia o monumento e a requalificação dos valores social, cultural e patrimonial.

Em consequência das opções de projecto foram incluídas acções de demolição para afirmação de conceitos, reconstrução de partes inexistentes e consolidação da estrutura do monumento. Estes factores contribuíram para a descontextualização da imagem pitoresca do lugar, parte integrante da memória da população que usufruía da ambiência contemplativa do espaço público da Cava de Viriato.

Neste sentido interessa conhecer de que forma se articularam as regras urbanísticas estabelecidas nos diferentes Planos para a recontextualização e qualificação da Cava, associando os processos de desenho urbano e espaço público idealizados na reconstrução, preservação e perpetuação de um espaço monumental.

¹⁶³ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.1

O monumento e ao espaço urbano envolvente

A convergência de várias vias romanas na cidade de Viseu leva a supor a importância deste lugar geográfico como posto comercial e de domínio territorial durante a ocupação romana da Península Ibérica. A este lugar convergia uma rede extensível a toda a Península, que unificava uma rede urbana composta por cidades e acampamentos militares de expansão e colonização tanto funcional (agro-pecuária) como populacional. Esta sua posição topográfica de proximidade com as vias, o rio Pavia e de relacionamento visual com a zona alta do burgo romano (onde actualmente se implantam a Sé e o Museu Grão Vasco) conferia-lhe a centralidade territorial na estratégia de domínio e defesa do território hídrico da qual dependiam.

Apesar da possível construção da Cava datar do século 56 a.C.¹⁶⁴, como acampamento militar permanente, o espólio arqueológico e historiográfico documenta a presença de uma estrutura defensiva de origem romana construída no século I a.C. Esta fortificação tinha uma forma geométrica octogonal que circunscovia uma área de 32 hectares, acedendo-se ao seu interior através de quatro portas de cantaria estruturadas segundo os dois eixos ortogonais, 'cardo' e 'decumano', frequentes na organização das urbes romanas.

Seria constituída por um talude de terra que poderá ter sido forrado a pedra e provavelmente complementado por um sistema defensivo momentâneo em madeira com estacarias, palissadas e torreões. Os estudos arqueológicos desenvolvidos em 1728 pelo arquitecto Oratoriano Manuel Pereira contribuíram para determinar as dimensões da cerca, entre 9 a 15 metros de altura, de grande espessura como hoje se constata, cerca de 35 metros de base, rodeada por um fosso exterior.

No século XIX foi construído um 'passeio público' que 'dava-a-ver' dois lados do octógono, precisamente do lado do memorial a Viriato, percursos que estabeleciam uma relação entre o 'caminho de ronda' e a zona baixa do talude.

Sobre esse 'passeio público' foi feita uma descrição por Pedro Augusto Ferreira: 'ainda hoje está todo arborizado com algumas árvores antigas e outras modernas, e tem 2 passeios: - um junto da base do grande talude e da horta dos soldados, com alguns assentos de pedra; outro no alto do talude. É o lanço mais bem tratado e mais bem conservado, mas já esteve muito mais alindado, porque antes da extinção das ordens religiosas e de se arvorar em quartel o convento de Santo António de Maçorim, o regimento da guarnição de Viseu ocupava o quartel contíguo á

¹⁶⁴ João Carvalho, Cava Viriato, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 1996 (Nº IPA: PT021823280001)

Cava e a oficialidade transformou o dito lanço em uma formosa alameda, jardim e passeio público. Datam daquele tempo as árvores mais antigas que ainda hoje se lá vêem, mas já desapareceram as flores, as trepadeiras e um lindo caramanchão, etc'¹⁶⁵.

Hoje a Cava de Viriato está totalmente cercada e inserida no tecido urbano da cidade de Viseu 'como ilha vazia no meio de uma progressiva densificação urbana'¹⁶⁶. A temporalidade e a expansão urbana da cidade invadiram e aglutinaram o espaço arqueológico, reestruturando a sua acessibilidade e função, com a construção de um pequeno aglomerado edificado e hortícola, reutilizando cantarias e aterro do fosso o que danificou parte do conteúdo arqueológico.

Estado anterior

Os taludes da Cava de Viriato eram densamente arborizados, com vegetação alta onde predominam os Plátanos e Eucaliptos e vegetação rasteira silvestre a cobrir os declives na sua totalidade. Esta proliferação vegetalista quase 'natural' enquadrava o monumento num cenário paisagístico pitoresco, que enraizava e contextualizava os percursos públicos em torno da antiga cerca defensiva.

A intempérie de 2005 diminuiu a densidade vegetativa e pôs em causa a estrutura do talude, foram derrubadas 'cerca de uma dezena de árvores, cujas raízes arrastaram consigo bocados de terra que durante séculos constituiu os muros desta fortificação militar'¹⁶⁷.

O percurso pedonal sobre os taludes era sombreado pelas árvores, num trajecto rectilíneo que acompanhava as formas dos taludes, sendo o pavimento constituído por um coberto de terra batida que se apresentava firme mesmo em tempo de chuva. Ao verde e à cor dos troncos de madeira juntava-se o castanho da terra, pontuado pela rusticidade dos bancos em pedra, que apesar de parte estarem degradados, terão servido de descanso a este típico 'passeio público'.

A degradação do 'caminho de ronda' não só era visível nos bancos partidos e derrubados por culpa do temporal ou vandalismo gratuito, mas pela falta de cuidado e manutenção na limpeza dum espaço marginado e transformado em lixeira.

¹⁶⁵ Augusto de Pinho Leal, Pedro Augusto Ferreira, Portugal Antigo e Moderno, dicionário...de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias (1873), Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1890

¹⁶⁶ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.6

¹⁶⁷ Núcleo de Viseu de 'Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património Ambiente e Direitos Humanos', Cava de Viriato. Nem a Feira de S. Mateus lhe vale?, jornal 'Via Rápida' de 9 de Agosto de 2007, p.6



Cava de Viriato, antigo 'Passeio público' Agosto de 2007 + cerca de 1956
Jornal Via Rápida + IHRU

A imagem de Agosto de 2007¹⁶⁸ documenta o estado degradado em que se encontrava a zona baixa do talude, no seu 'passeio público' junto ao chafariz erguido no século XIX. Nela se retratam os bancos derrubados e a inutilidade do bebedouro em ferro fundido sem água, as sebes que ladeiam o caminho e a escadaria de acesso ao topo do talude rasgada na vegetação e na estrutura (existiam vários acessos semelhantes ao longo do percurso). Vê-se na fotografia um muro construído pelas pedras de granito emparelhadas em forma de semicírculo que define um espaço de acolhimento e descanso, e faz prova à mancha vegetalista que compunha o espaço verde da Cava de Viriato.

O monumento a Viriato da autoria de Mariano Benlliure foi ali colocado em 1940, em espaço contíguo a este mesmo lugar, para júbilo das comemorações dos centenários celebradas pelo Estado Novo.

Ideologia e Intervenção

Os aspectos mais relevantes na ideologia de requalificação da 'Cava Viriato e Áreas Envolventes' confrontam o desenho geométrico do monumento, inserindo-o no território, numa estratégia de projecto que se baseou na relação entre as diferentes escalas urbanas de intervenção, da interligação entre Planos, e na construção de um novo espaço público na Cava.

¹⁶⁸ Núcleo de Viseu de 'Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património Ambiente e Direitos Humanos', Cava de Viriato. Nem a Feira de S. Mateus lhe vale?, jornal 'Via Rápida' de 9 de Agosto de 2007, p.6

‘O Plano tem como objectivo a reformulação e definição da ocupação urbanística para o território designado por Cava de Viriato e Áreas Envolventes, em Viseu, bem como a definição das regras de recuperação e preservação da parte pública do monumento da Cava de Viriato e estabelecimento das regras urbanísticas de toda a área interior do mesmo monumento’¹⁶⁹.

A articulação entre planos e o desenho dos espaços confinantes pretendia interligar áreas diversificadas, incluindo o centro histórico, e ao nível do sistema viário ambicionava consolidar os traçados existentes, estruturar e aumentar das zonas de estacionamento, e redefinição do sistema pedonal.

Outro objectivo estabelecido era a reintegração da Cava como ‘marca’ de domínio do espaço urbano e da paisagem, na sua relação morfológica à escala do território e ‘como factor potenciador da celebração da Cava de Viriato como espaço de convergência urbana’¹⁷⁰.

Pretendia-se também, a redefinição dos limites periféricos do octógono, com recurso a critérios de continuidade e diluição urbana, entre o vazio da Cava, carácter e densidade periférica e a cidade de Viseu. A acessibilidade exercia aqui um papel disciplinado de relação e unificação contínuo com o tecido consolidado.

A Cava Viriato, compreendida na área Unidade de Execução – UE4, foi entendida como um vazio urbano, de uso preferencialmente para prospecção e estudo, parque arqueológico com recurso a acções e actividades de exposição e valorização do Monumento. Foi definida uma requalificação regrada para salvaguarda e protecção de zonas interiores, pelo respectivo enquadramento paisagístico articulado numa rede de percursos e ciclovias e equipamentos de utilização pública. O espaço arqueológico visa constituir um espaço de ‘testemunho patrimonial e evocação histórica’ e consolidar o contexto residencial e agrícola¹⁷¹.

Para o edificado existente e percursos viários foram apreciados critérios de condicionamento e preservação estabelecidos como base legal às acções de reabilitação, reconversão e construção de novas infra-estruturas no perímetro da Cava de Viriato. Estes factores pretendiam manter uniforme a escala e o aspecto morfológico, bem como potenciar o saneamento, e regar as demolições de anexos e usos originais.

As demolições previstas no Plano destinam-se à ‘construção com os parâmetros urbanísticos definidos na Planta de Implantação, à construção de infra-estruturas e equipamentos, à

¹⁶⁹ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.1

¹⁷⁰ Idem, p.9

¹⁷¹ Idem, p.26

libertação de espaço para instalação de Espaços Verdes e à construção de infra-estruturas viárias¹⁷².

O 'Espaço Verde da Área Pública do Monumento' foi sujeito a uma intervenção de consolidação e recuperação dos taludes, na qual foi recuperado o fosso periférico para solidificação e prevenção de uma futura degradação, assim como a articulação do espaço verde (área pública) com o vazio urbano da Cava.

Os espaços verdes foram criados de forma a definirem uma 'cintura de enquadramento' que qualifique a visibilidade do monumento e privilegie a sua relação com a envolvente urbana. Desejava-se uma maior aproximação e articulação com os espaços verde e arruamentos circunvizinhos, consolidação da relação 'entre os taludes e as praças, passeios e percursos propostos pelo Plano', homogeneizando a morfologia do monumento com a paisagem. 'A plantação vegetal deverá ser processada sobre telas de protecção que salvaguardem a integridade física dos taludes e fossos. Toda a operação deverá ter carácter reversível'¹⁷³.

Foi proposto a recuperação e requalificação do percurso pedonal sobre o talude na totalidade do perímetro do monumento, cerca de 2000 metros, 'sobre a estrutura existente, como meio pedonal de percepção da forma e extensão' da Cava, ou seja, de 'reconhecimento de um percurso'¹⁷⁴. Foram realizados trabalhos pontuais de recuperação de 'cota de nível da crista do Talude, através da construção de pequenas pontes e/ou passadiços pedonais'¹⁷⁵. Foi aplicado mobiliário urbano e um pavimento granítico do caminho e instalaram-se sistemas de drenagem superficial e iluminação para encenação do monumento.

Espaço existente

A Cava Viriato é uma fortificação octogonal, inserida na estrutura urbana da cidade e é composta por quatro espessos taludes a oeste, sendo os restantes lados definidos pelos limites murados, que estruturam em declive os terrenos paludosos existentes. O seu interior é segmentado por campos de cultivo e baldios, a vegetação é rasteira e silvestre, existindo ainda algumas construções efémeras de apoio agrícola e habitações que se desenvolvem junto aos arruamentos.

¹⁷² GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.16

¹⁷³ Idem, p.25

¹⁷⁴ Conversa com o arquitecto Gonçalo Byrne a 11 de Março de 2009

¹⁷⁵ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.23

Iniciando o percurso a sul, numa zona de maior proximidade com a cidade e com o estacionamento, foi criado um espaço verde de acolhimento ao visitante onde estão construídos dois equipamentos de apoio, bar e instalação sanitária, e de onde se acede ao topo do monumento. Estes acessos são feitos através de escadas empedradas ou por uma rampa metálica, com um pavimento revestido a réguas de madeira. Ambas ligam a cota do espaço de acolhimento à cota superior do talude.

Os taludes são percorriéis em toda a sua extensão, retomando a ideia do 'caminho de ronda', e numa primeira observação (Setembro de 2008) materializava-se através duma sequência de lajetas em granito, pintadas, afastadas entre si 15 cm e elevadas do solo cerca de 30cm, que ritmavam o percurso numa cadência pausada e sempre constante. Esta disposição não permitia o acesso a pessoas com mobilidade condicional, à circulação por rodas (bicicleta ou de um carrinho de bebe), ou a passeantes mais distraídos. Nas zonas de transição entre taludes estavam igualmente limitados a ascensão às 'passadeiras de granito' seguintes por só existir acesso por escada. A dimensão do espaçamento entre peças dificultava a observação da envolvente

Onze meses depois (Agosto de 2009) já tinham sido eliminados os intervalos entre as peças com o seu preenchimento total em terra, que desta feita, do passadiço simplesmente assente e elevado sobre o novo relvado do talude passa a estar embebido num 'remendo'. A solução¹⁷⁶ descaracteriza o desenho inicial idealizado para o lugar e constata-se que as tiras intercalares, agora preenchidas, terão acabamento em relva numa atitude uniformizadora com o revestimento dos declives.

Sobre as lajes de granito foram colocados, de dez em dez lajetas, como marcação do percurso e iluminação da vegetação, projectores que encenam o espaço com uma decoração própria de um contexto urbano contemporâneo.

Por curiosidade, a zona da 'Cava de Baixo', descrita no 'estado anterior', foi totalmente entulhada para redefinição ou restituição da forma original da fortaleza.

¹⁷⁶ A proposta do arquitecto Gonçalo Byrne para a solução desse problema previa a colocação nos intervalos de estacas em granito, mais compridas que as lajetas existentes, alterando o desenho do percurso mas resolvendo a questão da circulação. O resultado final foi uma solução apresentada pela Câmara Municipal de Viseu evidenciando apenas preocupações económicas, desvirtuando o projecto e a qualidade arquitectónica do lugar. Conversa com o arquitecto Gonçalo Byrne a 11 de Março de 2009

Discussão e fundamento

O processo de recontextualização da Cava de Viriato resulta da convergência ordenada de partes do território, ou na estruturação das diversas morfologias dominantes à escala da cidade, que se centralizam no espaço monumental na perspectiva de unificação da paisagem e valorização da temporalidade, da história, e da sociedade cultural de Viseu.

A capacidade do desenho urbano em interligar as áreas distintas, 'quer ao nível do sistema viário quer ao nível do sistema pedonal'¹⁷⁷, resultou na articulação da Cava com a envolvente urbana, adequando critérios de requalificação e conservação regrados em plano na reconstrução de uma lógica de espaço público¹⁷⁸.

Esta iniciativa abarca vontades administrativas e da própria população que, em toda a extensão do processo, se constitui como o principal factor de avaliação das diferentes acções a implementadas, com base nas vivências culturais que fomentam a memória do colectivo sobre o espaço urbano.

Assim, reintegrar a Cava de Viriato na paisagem simboliza introduzir critérios de relação que identifiquem a génese espacial de cada lugar e da dimensão territorial – história e património, sociedade e economia. No caso do Plano de Pormenor, que procede do Plano Director Municipal, foi implementada uma solução em rede, que une pontos nevrálgicos na estrutura urbana, a acrópole histórica no topo do monte que se relaciona desde a primeira fundação com o acampamento militar, o rio vital para o sistema hídrico da região (Plano da Envolvente Urbana do Rio Pavia) e o parque verde (Plano de Pormenor do Parque Urbano da Aguieira).

Este tipo de solução que extrapola os limites físicos do monumento para uma escala de domínio do ordenamento do território permitiu reintegrar a centralidade do conjunto, idealizar acções de homogeneização do espaço urbano inserido na paisagem, como são exemplo as propostas de criação (novos ou existentes) espaços verdes periféricos para uniformização do enquadramento onde a Cava se insere.

Define um sistema de relações entre zonas da urbe viseense que aproximam o monumento da cidade, e vice-versa, apoiadas nas redes viárias existentes, na introdução de zonas de estacionamento e equipamentos novos, fomentando zonas de lazer e permanência e a reabilitação das áreas confinantes para consolidação da estrutura do monumento. O resultado que se esperava

¹⁷⁷ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.9

¹⁷⁸ GB Aquitectos, Plano de Pormenor da Cava de Viriato e Áreas Envolventes, Memória Descritiva, documento para publicação da no J.A. Abril de 2003

seria a potencialização de factores económicos associados ao turismo, a protecção e perpetuação do ambiente histórico e a valorização da componente social que usufrui do 'passeio público'.

A prática de projecto à escala do espaço público e do desenho destas ideologias de fusão entre a cidade e o monumento recontextualiza a ambiência e o carácter do lugar numa leitura contemporânea, onde são aplicadas novas conceptualizações que recharacterizam e recontextualizam a preexistência.

Nessa nova relação a população é a que mais sente a diferença. As referências morfológicas que compõem as imagens urbanas são parte integrante da cultura, das pessoas de a vivenciam, numa harmonia com a paisagem. 'Na maior parte das vezes, sentem-se completamente identificados com ela e não desejam abandoná-la; ela simboliza a continuidade e estabilidade' do lugar e do meio em que se insere¹⁷⁹.

Ora, ao construir um conceito de paisagem uniforme são desvirtuadas ou descontextualizadas algumas características enraizadas no lugar, como por exemplo, o recobrimento dos taludes com relva que homogeneiza a morfologia do monumento mas retira o aspecto rústico ao caminho ou a consolidação por demolição da imagem pictórica da zona baixa da Cava dando preferência à forma primitiva da estrutura fortificada. Por outro lado, essas opções em projecto permitiram a 'salvaguarda a integridade física dos taludes'¹⁸⁰, em alguns casos degradada pelas culturas agrícolas que se sobrepunham à cerca, e com a substituição da vegetação solidifica a estrutura.

¹⁷⁹ Kevin Lynch, A imagem da cidade, Edições 70, Janeiro de 2008, p. 125

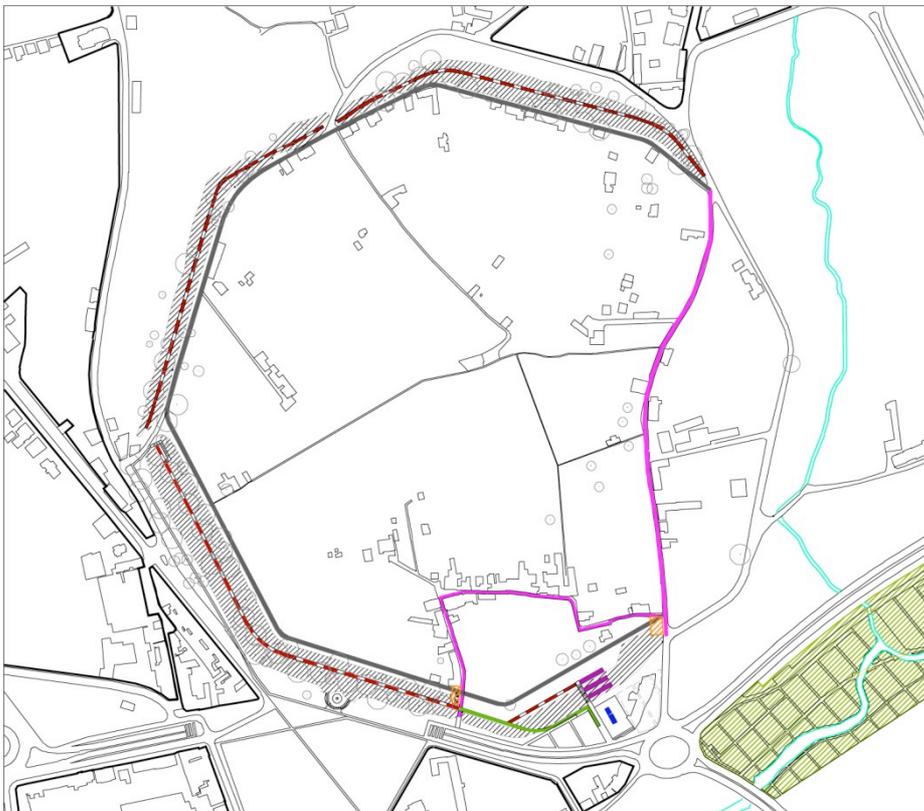
¹⁸⁰ GB arquitectos, Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008, p.25



Cava de Viriato cerca de 1951
IHRU



Cava de Viriato Setembro de 2008
Fotografia de autor



Legenda:



- Monumentos
- Demolições
- Parque Verde
- Circulação Pedonal
- Circulação Automovel
- Acesso a pessoas
Mobilidade Reduzida
- Vias Reabilitadas
- Zonas de Permanência
- Equipamentos

0 20 100(m)

Antes da
Intervenção
c. 1999

DES011

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES012

5.2. (Re)construção da paisagem para recontextualização dos monumentos

Monte da Oliveira – Castelo, o Paço dos Duques de Bragança, as Capelas de São Miguel e Santa Cruz, Guimarães

Apresentação e Enquadramento na categoria

O Monte da Oliveira enquadra-se na paisagem rústica vimaranense, humanizada e extremamente enraizada nos costumes, culturas e materialidades daquela região minhota do ‘Vale do Ave’. A paisagem desenvolve-se ainda num misto entre o espaço agrícola, cultura da vinha – latadas –, ainda muito visível nas hortas periféricas ao centro da cidade, e a expansão urbana que criou zonas densamente edificadas – o rústico versus urbano¹⁸¹.

Desde meados do século XIX até cerca de 1957 a envolvente ao Castelo de Guimarães esteve sujeita a metamorfoses físicas constantes, que modificaram o enquadramento pictórico do lugar. As iniciativas camarárias e políticas do Estado Novo a partir dos anos 40 representam as mais profundas alterações na morfologia e topografia do Monte da Oliveira, determinando a transformação da relação e do carácter contextual dos monumentos existentes: o Castelo, o Paço dos Duques de Bragança e as Capelas de São Miguel e de Santa Cruz.

Neste período foram desenvolvidos o ‘Projecto de Urbanização da zona em volta dos três monumentos’ (1939) do arquitecto Rogério de Azevedo; com o risco do arquitecto Alberto da Silva Bessa traçou-se o ‘Plano de Expropriações a realizar para desafogo do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança’ (1951) e do arquitecto Luís Benavente¹⁸² chegou-nos o projecto de ‘complemento do arranjo da encosta junto ao Castelo e Paço dos Duques de Bragança’ (1953-1955). A fechar este ciclo de intervenções sequentes será estudado o ‘Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede’ de autoria do engenheiro silvicultor António Viana Barreto (1957). Estes exemplos representam na categoria acções de projecto de redefinição do espaço com recurso à demolição do tecido urbano envolvente, (re)construção de espaço público como instrumento de recontextualização dos monumentos e por consequência da própria paisagem que, homogeneizada, integra o lugar no território.

¹⁸¹ Sidónio Pardal, Planeamento do espaço rústico, ADISA e CESUR, Maio de 2002, p.61

¹⁸² O arquitecto Luís Benavente também foi responsável pelo ‘Plano de Urbanização de Guimarães’, 1953-1955, bem como por diversos projectos públicos em torno do Castelo e do Paço dos Duques de Bragança, 1953-1958. Veja-se Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Luís Benavente, Catálogo do Espólio, 1997, p.115-127

O monumento e o espaço urbano envolvente

O Castelo de Guimarães ou S. Mamede foi construído do século X no Monte da Oliveira, por ordem da Condessa Mumadona Dias, para a protecção de um mosteiro edificado onde hoje se situa a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. A imagem actual da fortificação resulta das remodelações de D. Dinis para estabilização dos limites, de D. João I na construção das torres de protecção e da porta da muralha, e do Estado Novo numa reinterpretação da 'imagem primitiva' do Castelo¹⁸³.

Em 1836 os arrabaldes da fortificação eram compostos por propriedades particulares, apresentando sinais de degradação das muralhas e uma contínua descaracterização da colina, outrora militar¹⁸⁴. 'Até as ruínas do Velho Castelo estiveram ameaçadas, pois em 31 de Janeiro de do mesmo ano José Manuel da Costa, botequineiro, lembrando que o Castelo fôra "hua prisão barbara" (por nos tempos do Rei D. Miguel, ter sido prisão) propôs, como sócio de uma denominada "Sociedade Patriótica Vimaranense", que o Castelo fosse arrasado e a pedra aplicada no concerto das ruas, o que, felizmente, não foi levado a cabo"¹⁸⁵.

O 'Projecto de Melhoramentos' de 2 de Outubro de 1863 do engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro previa a destruição de parte da muralha e de algumas edificações entre o Castelo e o Paço dos Duques para a construção de um passeio público¹⁸⁶.

Na segunda metade do século XIX foram realizados os primeiros trabalhos de libertação e restituição de parte do castelo, com recurso à expropriação de quintas, casas e casebres, e à demolição de todos os muros alheios à estrutura medieval¹⁸⁷.

Em 1916 foi realizada uma intervenção de melhoramento do ambiente medieval do castelo de autoria do engenheiro Inácio Menezes, que propôs a criação de um 'local próprio, amplo e belo para passeio, jogos e outras distracções'¹⁸⁸. Dele fazia parte um conjunto de repuxos de água e pontes de cimento armado, adornamentos com canteiros de flores e árvores exóticas, e área colorida para os seus percursos pedonais. Apesar de consumado o projecto, foi contestado por

¹⁸³ Isabel Sereno e Paulo Dordio (1994), Joaquim Gonçalves, Castelo de Guimarães, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2003 (Nº IPA: PT010308340011, IHRU)

¹⁸⁴ Idem

¹⁸⁵ Manuel Alves de Oliveira, Guimarães numa resenha urbanística do século XIX, separata do 'Botetim de Trabalhos Históricos', Vol. XXXVII, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, p.12

¹⁸⁶ Manuel de Almeida Ribeiro, Planta da Cidade de Guimarães, Projecto de melhoramentos de 2 de Outubro de 1863, Câmara Municipal de Guimarães, escalas: 1/2000 e 1/500

¹⁸⁷ Manuel Alves de Oliveira, Guimarães numa resenha urbanística do século XIX, separata do 'Botetim de Trabalhos Históricos', Vol. XXXVII, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, p.12

¹⁸⁸ Miguel Tomé, Património e Restauro em Portugal, FAUP publicações, Porto 2002, p.388

se considerar que ‘toda a arte deve aproximar-se da verdade. A verdade histórica diz-nos que, quando o inimigo abordava o Castelo, todas as árvores que lhe ficavam vizinhas eram, por tática defensiva, derrubadas. Por sua vez, sendo o Castelo de Guimarães, em sua origem, destinado à defesa do povoado, não havia junto dele se não a decoração florestal inerente aos montes maninhos¹⁸⁹.

Já sob a influência político-ideológica do Estado Novo, os trabalhos de transformação do Monte da Oliveira tiveram como apanágio a ‘desobstrução do casario e quintalórios à volta do Castelo’, embora executados num plano de obras parco em recursos financeiros e em projectos convincentes, originaram o derrube de alguns edifícios a noroeste da Igreja de São Miguel¹⁹⁰.

Em 1935, esclarecido que estava o potencial emocional e histórico do conjunto que ‘mais honra o património da Nação’, foram planeadas as expropriações e demolições de edificações nas ruas de Sta. Margarida, Padre António Caldas e Conde D. Henrique. A justificação para estes trabalhos foi fundamentada pela Câmara Municipal de Guimarães, na importância do conjunto histórico, que ‘serve como nenhum outro a ideia nacionalista’. Completaram ainda a justificação, por se tratar do ‘núcleo central de onde irradiou o pensamento da independência e formação do reino’, pela evocação escolar como o ‘primeiro e mais forte castelo de Portugal’ e pelas ‘glórias do Passado’¹⁹¹.

Antecedendo e justificando-se nas celebrações dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, o arquitecto Rogério de Azevedo foi responsável em 1939 pelo ‘Projecto de Urbanização da Zona em volta dos três Monumentos Nacionais e do Largo de São Salvador’. A ideia do ‘arranjo seria de natureza simples como convém para que os artificios não prejudiquem a beleza rude dos monumentos’¹⁹².

Foi traçado um único percurso, desdobrado, a unir os edifícios históricos, e nos terrenos circundantes que seriam semeados de manto rasteiro para não ‘adocicar’ a paisagem. Os percursos eram entendidos como passagens indispensáveis para os visitantes, mas em número reduzido para não ‘tornar o recinto menos devassado e permitir melhor fiscalização dos

¹⁸⁹ A. L. Carvalho, O Castelo de Guimarães – no quadro das Celebrações Centenárias de 1939-1940, Jornal ‘Correio do Minho’, 14 de Abril de 1938. (PTDGEMN:DSID-001/003-0246/1)

¹⁹⁰ Idem

¹⁹¹ José Francisco dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, carta dirigida a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 22 de Julho de 1935, p.2 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0040)

¹⁹² Rogério de Azevedo, Memória acerca do Projecto de Urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, 4 de Abril de 1939; p.2 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0078)

acessos¹⁹³. O acesso automóvel fazia-se num percurso periférico, circular, abrangendo os três monumentos.

O Largo de São Salvador, frontal à estátua de D. Afonso Henriques, foi pensado como ‘uma grande praça que podia ser tratada como enorme plateia onde o povo caberia à larga para assistir à representação ao ar livre tendo por palco a pequena encosta que vem do castelo e como cenário, como “pano de fundo”, o castelo¹⁹⁴.

A entrada para este recinto dos monumentos foi alargada e valorizada com a deslocação do monumento a D. Afonso Henriques, da praça do Toural¹⁹⁵ para a bifurcação do arruamento do Paço dos Duques para a Misericórdia. ‘Quere-me parecer que o monumento neste lugar ganha em grandêsa, além de ser este o local meia próprio pela sua situação de atalaia aos lugares de infância do Fundador da Nacionalidade¹⁹⁶. A estátua está apoiada em granito da região, com forma circular em homenagem a todas as províncias de Portugal.

Em 1949, Rogério de Azevedo alertou para a necessidade de se realizarem as demolições anteriormente previstas e que impediam a conclusão do Parque Histórico, para a limpeza dos espaços arrelvados e para a necessidade de policiamento do local. Estes aspectos foram apontados como ‘graves prejuízos, não só para a conservação e ambiente dos Monumentos, mas também do referido Parque¹⁹⁷.

No início dos anos 50 foi desenvolvido pelo arquitecto Alberto da Silva Bessa¹⁹⁸ o ‘Plano de Expropriações a realizar para desafogo do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança’ (1951). O projecto criava ‘uma ampla zona de desafogo do conjunto, permitindo assim a conveniente observação das suas perspectivas (...) libertando-o de mesquinhas e impróprias construções, cujo traçado geral e mau estado de conservação de alguns causam prejuízo ao grandioso conjunto local’. O plano de demolições tinha três fases de trabalho, primeiro a parte fronteira ao Paço dos Duques (bloco A), numa segunda foi executada a demolição dos edifícios

¹⁹³ Rogério de Azevedo, Memória acêrca do Projecto de Urbanização da zona em volta do três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, 4 de Abril de 1939; p.2 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0078)

¹⁹⁴ Idem, p.1

¹⁹⁵ O monumento foi inaugurado em 1874 no Largo do Toural e é da autoria de Soares dos Reis.

¹⁹⁶ Rogério de Azevedo, Memória acêrca do Projecto de Urbanização da zona em volta do três monumentos nacionais – Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, 4 de Abril de 1939; p.2 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0078)

¹⁹⁷ Rogério Azevedo, Comunicado nº 368 dirigido ao Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 28 de Junho de 1949

¹⁹⁸ Veja-se também o Estudo do arranjo da zona de protecção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paços dos Duques de Bragança de 15 de Janeiro de 1946. Torre do Tombo, Arquivo Luís Benavente, pasta 2043.

anexos ao longo da Muralha (bloco B), e por último alguns edifícios dispersos junto ao Largo Martins Sarmiento e a Este do Paço (blocos C a I).

‘Executado este plano de demolições ficará completado o desafogo de uma vasta área, permitindo assim realizar-se oportunamente o arranjo da zona envolvente dentro de uma feição simples como convêm, para manter em destaque a natureza rude dos monumentos’¹⁹⁹.

Quatro anos depois, e já com os trabalhos na zona do Castelo, Igreja de São Miguel e estátua concluídos, foi executado pelo arquitecto Luís Benavente o projecto de ‘complemento do arranjo da encosta junto ao Castelo e Paço dos Duques de Bragança’ (1953-1955). O estudo visava valorizar os monumentos na perspectiva de quem entrava do lado da estrada de Fafe (Praça de Mumadona), assumindo soluções e características expressas no arranjo executado do lado oposto, aquele do arquitecto Rogério Azevedo, numa atitude de continuidade e homogeneização do lugar. Foi definido para o conjunto ‘um ambiente de beleza e agrado para quem o desfruta’, com a criação de ‘locais aprazíveis de repouso e leitura’, de valorização da envolvente aos monumentos ‘numa expressão arquitectónica nortenha’, mas numa ‘composição e desenvolvimento vegetal de acordo com o que a época apreciava, usava e sentia’²⁰⁰.

Estado anterior

Até à intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais o ‘quadro’ do monte, era dominado pelas ruínas do castelo fundacional, e caracterizava-se pela dualidade entre uma ruralidade bucólica e a incursão de construções particulares que aglutinavam o que restava de um troço da muralha.

Era um ambiente tipicamente silvestre, pontuado pelas propriedades e pelos afloramentos graníticos, e por alguns muros de pedra emparelhada que dividiam as culturas e construções agrícolas. Estas infra-estruturas coabitavam com o monumento por entre os pomares existentes, ‘cuja vizinhança mais favorecia do que prejudicava a velha fortaleza’²⁰¹.

¹⁹⁹ Alberto da Silva Bessa, Castelo, Igreja de S. Miguel do Castelo e Paço dos Duques de Bragança, Guimarães, Memória Descritiva, 25 de Junho de 1951, p.1 (PTDGEMN:DSARH-010/114-005)

²⁰⁰ Luís Benavente. Complemento do arranjo da encosta junto ao Castelo e Paço dos Duques de Bragança, Memória Descritiva, 2 de Outubro de 1955, p.1 e 2 (Torre do Tombo, Arquivo Luís Benavente, pasta 1042, caixa 145)

²⁰¹ Boletim da DGEMN nº 8, O Castelo de Guimarães, Junho de 1937, p.20

A envolvente próxima apresentava alguma densidade construtiva, com edifícios distintos na tipologia e temporalidade arquitectónica, que se organizavam no curso das vias principais que circundavam o monte.

Com o processo de transformação o monte ficou amplo e livre de construções, bem como terraplanado e desprovido de praticamente toda a vegetação arbórea que compunha o contexto do lugar. À medida que a envolvente edificada foi sendo demolida, os monumentos ficaram isolados, relacionados apenas por um conjunto de percursos sinuosos que os circundava.

Em 1957, à data do projecto 'Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede', as demolições já tinham terminado e o espaço público era o resultado das inúmeras incursões, mais ou menos planeadas, ou simplesmente resultantes dos vazios deixados pelos edifícios.

Ideologia e Intervenção

Mais que uma intervenção urbana de interesse local, o 'arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede' do engenheiro silvicultor António Viana Barreto de 1957, tinha como principio a simplificação dos 'traçados que lá existiam e de certo modo hierarquiza-los. Fazer um percurso mais exterior que permitisse vistas para o interior, estabelecer um open space, um espaço aberto onde se pode-se estacionar fora e poder utilizar a vista toda. Simultaneamente compartimentar, estabelecer unidades de vista, tipos de espécies, de certa maneira a unidade nas espécies envolventes. Uma característica nossa é que vamos buscar o apoio às espécies existentes'²⁰².

Pretendia-se respeitar a topografia local, com estruturação e uniformização das opções de projecto em função da paisagem, história e cultura do lugar. A paisagem foi homogeneizada desde o vale de São Mamede 'aos campos mais distantes que a vista abrange do Alto do Pio IX'. Na faixa privada do Paço criado 'um pequeno jardim aprazível de carácter medieval, o caminho será revestido por latadas com esteios de granito e bancos à minhota, estabelecendo desta forma não só a necessária intimidade do recinto como a ligação com a paisagem das brandas encostas do vale [o facto de serem cobertas procura encenar a entrada das quintas da região]. Aqui também, na parte mais baixa, o choupo constituíra elemento importantíssimo de ligação paisagística'²⁰³.

²⁰² Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009

²⁰³ António Viana Barreto, Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede, em Guimarães, Memória Descritiva e Justificativa, 13 de Abril de 1957, p.2 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0111)



Espaço público contíguo ao Paço dos Duques Março de 2009
Fotografias de autor

A articulação entre a vegetação e os monumentos, acentuados na diferença de pavimento, permitiu a criação de zonas de 'mirante', reduzindo ou direccionando o sentido de observação, 'mercê de uma densa plantação arbórea com vista a um nítido efeito de surpresa'. O choupo, o Ameirol, o Loureiro, os Vimeiros, os Carvalhos, e outras espécies de terras húmidas constituem a base das plantações da zona.

O uso da vegetação pretende 'deixar antever' mas não revelar o monumento. A excepção foi na zona fronteira ao Paço Ducal onde foram simplificados os traçados dos caminhos que enquadram a estátua de D. Afonso Henriques.

No lado Sul da Muralha, 'sendo uma faixa de enquadramento dos monumentos constitui também um dos parques públicos da cidade. Por isso, todo o traçado foi conduzido de forma a não entaipar qualquer ângulo de maior interesse dos monumentos que daí seja visível, embora se haja recorrido a um ensombramento nas zonas de estar que se dispõe lateralmente aos caminhos principais. As aberturas entre maciços de vegetação arbórea permite uma ampla visibilidade a quem passa, mesmo de carro, mas estão calculadas de forma a reduzir a permanência da observação nos pontos críticos da estrada'. A vegetação utilizada nesta zona é o Carvalho e Videiro 'uma das mais belas árvores do norte'²⁰⁴.

'O adro da Capela, suficientemente amplo, deverá manter o aspecto rústico que tem hoje, permanecendo também o pequeno murete de suporte que o separa do arruamento marginante.

²⁰⁴ António Viana Barreto, Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede, em Guimarães, Memória Descritiva e Justificativa, 13 de Abril de 1957, p.3 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0111)

Apenas haverá que o alinhar e retocar onde for preciso. Será ideal para os bancos de pedra encastrados no muro e para o tradicionalíssimo alegrete²⁰⁵.

No Campo São Mamede, foi enquadrado o 'palco natural' com a colina do Castelo, conservado o 'aspecto rústico de terreiro', ladeado por 'renques de arvoredos', Castanheiros, Loureiros e outras espécies típicas da paisagem envolvente²⁰⁶.

Espaço existente

O Parque do Monte da Oliveira, localiza-se no limite Norte do centro histórico, é delimitado a Norte pelas Ruas Dona Teresa (estrada que liga a Cidade à Vila de São Trocato), Dona Mafalda, e o Campo de São Mamede; a Sul as Ruas Serpa Pinto e Dona Constança Noronha (estrada que liga a cidade a Fafe) que confluem no Largo Condessa Mumadona; a Este pela Rua do Gravador Molarinho e a Oeste pelo Largo Martins Sarmento onde se implanta a Igreja e Antigo Convento do Carmo / Lar de Santa Estefânia.

Tem uma planta irregular sobre um afloramento granítico e define-se como um vasto espaço verde, relevado, diversificado nos elementos arbóreos e arbustivos e pela fluidez dos seus percursos.

Este enquadramento paisagístico tem como edifícios dominantes o Castelo, sobranceiro no topo do monte, o Paço Ducal e a Igreja de São Miguel do Castelo, igualmente preponderantes mas com uma relação mais urbana (voltada à cidade), e complementa a Capela de Santa Cruz e o monumento a D. Afonso Henriques. Existe ainda um troço de muralha que estaria ligado ao castelo e possivelmente circundava a cidade.

Estes elementos arquitectónicos e escultóricos, estão dispostos de forma isolada, relacionando-se apenas visualmente e através dos caminhos pedestres que os circundam.

Através da densidade vegetal, dos percursos sinuosos e da irregularidade das cotas do terreno, o observador obtém uma leitura gradual e sempre variada do espaço. Em alguns momentos é possível ter um enquadramento total do conjunto patrimonial, como por exemplo no enfiamento visual a partir do largo Martins Sarmento.

Contextualizando os enquadramentos das faces periféricas do Monte da Oliveira: da rotunda do Toural em direcção à praça Mumadona (eixo viário importante e visualmente acompanhado por

²⁰⁵ António Viana Barreto, Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede, em Guimarães, Memória Descritiva e Justificativa, 13 de Abril de 1957, p.3 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0111)

²⁰⁶ Idem, p.4

parte da muralha exterior ao Centro Histórico) a imagem é composta pelo Paço Ducal em grande plano e pelo Castelo altaneiro de fundo, circulando deste ponto para Este, até ao Campo de São Mamede. A vista por entre a vegetação e edificado (vista mais distante) vai gradualmente dando destaque ao Castelo e à muralha remanescente. Do lado do edifício da Misericórdia, a Norte, até ao Largo Martins Sarmento, o eixo visual é o mais abrangente de todos e ganha honras de destaque nas sucessivas intervenções. Caracteriza-se por uma imagem cheia de simbolismo ligado ao heroísmo dos tempos da fundação: num primeiro plano está o monumento a D. Afonso Henriques, enaltecendo o homem e fundador, seguido do Paço e da Igreja de São Miguel, lugares míticos que compõem a fantasia do observador, e por último, mas destacado no topo, o Castelo, símbolo da independência portuguesa.

Os pavimentos dos percursos pedonais são compostos por um betuminoso e em algumas zonas terra batida, em torno aos monumentos e na zona frontal ao Paço dos Duques (entrada solene do conjunto) é um lajeado granítico, no restante espaço difere entre a relva e na vegetação silvestre.

Discussão e Fundamento

O processo de valorização do Monte da Oliveira inseriu-se em dois momentos ideológicos distintos com reflexo na divergência de princípios intervencionistas. Um preconizado pela ideologia política do Estado Novo, aplicada pelos arquitectos Rogério Azeredo e Alberto Bessa, estabelecendo uma ideia de restauro centrada no objecto patrimonial em detrimento de parte do edificado envolvente aos monumentos. A segunda, intervenção do engenheiro silvicultor António Viana Barreto, recorre ao desenho como processo de transformação por consolidação do existente. Mesmo coexistindo temporalmente com as demolições, o projecto pretendia obter uma recomposição do lugar, de forma a unificar o conjunto mantendo a natureza rústica da paisagem circundante.

A 'demolição' não significa necessariamente descontextualizar ou destruir um monumento, como demonstra este caso de Guimarães cujas demolições podem ter tido um papel preponderante na valorização ou recontextualização do lugar. Por exemplo, a muralha estava absorvida pelo edificado, usada como estrutura e material de construção, e quando foi desobstruída ganhou uma nova centralidade no conjunto que até aqui seria inexistente. Mas também é verdade que a história é feita destas metamorfoses urbanas mas, e como foi discutido na época, atendendo ao

mau estado de conservação, de insalubridade, tanto da muralha como do edificado, a sua transformação seria uma solução possível.

No restante conjunto, as demolições foram pontuais e dependentes da vontade de criar enquadramentos visuais entre a cidade e o conjunto monumental. No Largo Martins Sarmiento, exemplo casuístico desta teoria, foram demolidos todos os edifícios que constituíam uma barreira visual ao Paço, considerando inoportunos os edifícios entre Antigo Convento do Carmo e a frente do edifício da Misericórdia. Esta atitude, mais consentânea com o perfil interventivo da época, transformou os limites do espaço por sobreposição do valor do monumento.

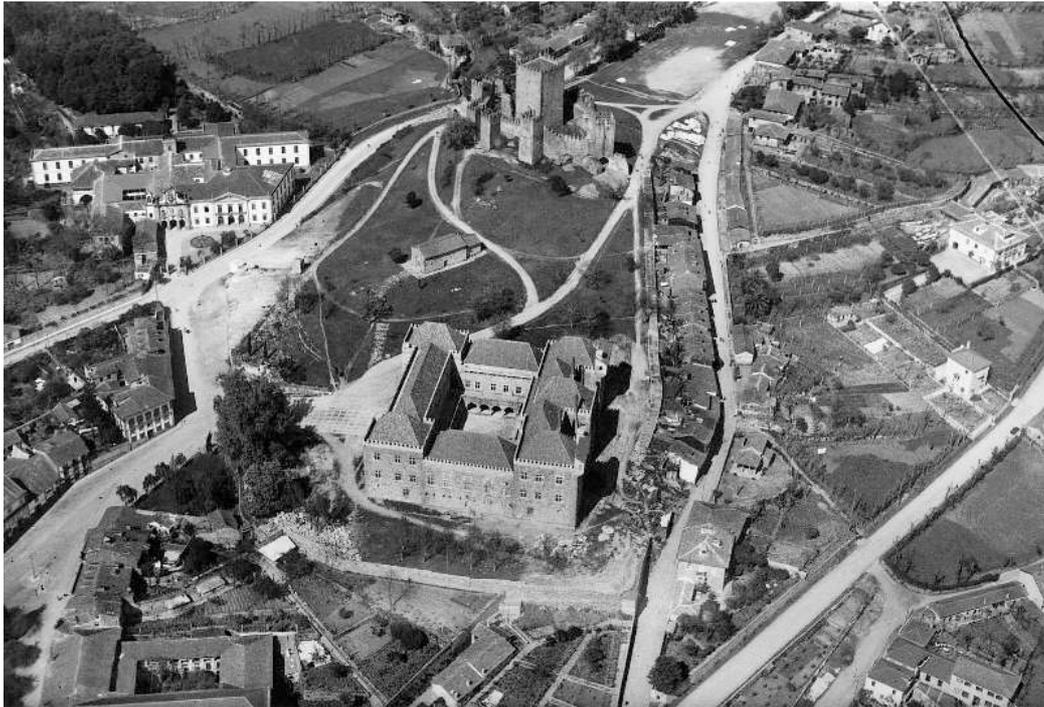
Na relação lugar paisagem e na sua relação com o espaço público, reconhecem-se alguns aspectos característicos da região, de articulação entre arquitectura e a vegetação, que resultaram na apropriação e identificação do espaço por parte do observador. Foi uma intervenção que construiu um espaço público de relação dentro dos monumentos e a envolvente, com aplicação de factores homogeneizadores e característicos do território.

Esse desenho criou zonas de permanência que resultam da interacção entre os percursos, enquadramentos, monumentos e vegetação, definidos numa intenção de preservação e conservação do enquadramento do monte. A simplificação dos processos e traçados valorizou e contextualizou o lugar num novo cenário.

Preponderante na estrutura espacial foi a vegetação arbórea que hierarquizou e deu significado aos percursos, permitiu uma aproximação gradual aos monumentos, e conjuntamente com os muros revestidos a alvenaria e alguns pavimentos mantiveram o aspecto rústico da paisagem.

A paisagem vimaranense é assim o resultado da pluralidade cultural, arquitectónica e vegetal, do lugar e do território, numa relação recíproca que caracteriza e transforma o 'quadro' envolvente aos monumentos, e que por sua vez influenciaram a prática projectual dos arquitectos.

Sintetizando o projecto, e de acordo com a subcategoria 'paisagem', é possível reconhecer-lhe processos de recontextualização do lugar por redefinição do enquadramento dos monumentos, com recurso a soluções que tipificam e relacionam o lugar, do espaço público ao território. Foram desenhadas e estruturadas formas mais ou menos humanizadas, que articulam o 'natural' e a arquitectura, e aproximam a solução do observador, que revê no espaço características da sua identidade, cultura e história.



Monte da Oliveira cerca de 1950
IHRU



Monte da Oliveira cerca de 1995
IHRU



Legenda:



-  Monumentos
-  Demolições

0 20 100(m)

Antes da
Intervenção
c. 1930

DES013

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES014

5.3. Construção e adaptação do monumento a novos usos contemporâneos

Promontório de Sagres – Fortaleza e Igreja de Santa Maria, Sagres

Apresentação e Enquadramento na categoria.

O Promontório de Sagres ou Fortaleza de Sagres localiza-se no extremo sudoeste do Algarve, na Vila de Sagres e faz parte do conjunto de fortificações (São Vicente e Beliche) que constituíram a defesa da cidade de Lagos durante os séculos XVI e XVII. Este monumento é caracterizado na sua história e simbolismo, como um baluarte mítico do território português relacionado com o mito do Infante D. Henrique. A paisagem desta ponta do 'barlavento' algarvio assume um papel importante na contextualização do lugar, e na definição de património 'natural' e cultural.

Em 1988 foi realizado o projecto de autoria do arquitecto João Carreira, inserido no 'Concurso de Ideias para a Valorização da Fortaleza de Sagres', que 'previa a revitalização do uso do monumento', para requalificação do 'carácter mítico'²⁰⁷ do lugar.

Da capacidade de modificação da estrutura edificada, com a construção de novos edifícios, resultou a transformação da relação 'singular' entre o edificado, a história, a paisagem e o espaço público, que compõem o 'quadro' do Promontório de Sagres. O projecto do arquitecto João Carreira modifica o carácter do lugar, com a escala de intervenção a cingir o desenho ao espaço 'intramuros', embora programaticamente tenha sido introduzido, por qualificação espacial, no percurso turístico nacional.

No contexto da categoria 'construção' o caso de estudo pretende demonstrar quais as transformações que ocorreram no espaço público, resultantes da adaptação do novo edifício à pré-existência.

Com a nova construção foi estabelecida uma unidade de conjunto e de confronto entre temporalidades, de redefinição do contexto do lugar com base num determinado momento da história e requalificação do monumento com novas funcionalidades.

Esta noção do conjunto, recontextualiza o carácter espacial do monumento, e de certa forma, a reformulação da memória ligada ao significado histórico e simbólico do lugar.

²⁰⁷ João Carreira, Carta dirigida ao então Presidente da República Dr. Mário Soares. (espólio do arquitecto João Carreira)

O monumento e o espaço urbano envolvente

A história do *Promontorium Sacrum* resultou da capacidade de estimular o imaginário das diferentes sociedades temporais e na sedimentação de novas ideias e culturas, sempre associadas à magnificência da paisagem e à história do monumento. Esta Fortaleza do século XV representa o testemunho real do percurso temporal, das diferentes vicissitudes que dele fazem parte (homem e clima) e na perpetuação dos contextos transactos enraizados no carácter do lugar.

Um desses sinais de imaginário colectivo é a associação de Sagres ao Infante D. Henrique, apontando o Cabo como o lugar eleito pelo Infante para o estabelecimento da 'Escola de Sagres'²⁰⁸, e alavanca da epopeia marítima nos descobrimentos portugueses.

Permanecem dúvidas quanto à localização desta 'Vila do Infante', mandada erguer por este em 1443, provavelmente construída entre o Cabo de S. Vicente e a Fortaleza de Sagres²⁰⁹. Após a sua morte 'os documentos deixam de falar na Vila do Infante e passam a utilizar apenas a designação de Sagres'²¹⁰.

Em 1587, o 'pirata' Sir Francis Drake, aquando da sua incursão sobre a costa portuguesa, desenhou a fortaleza, assinalando a 'correnteza' de cinco edifícios construídos sobre o antigo pano de muralha. No desenho vêem-se caracterizados um edifício linear com frente de nove vãos arcados e janelas de sacada no primeiro andar, ao qual se atribui a função de 'cavaliariças de El-Rei'²¹¹ e que serviu de base histórica à intervenção da DGEMN em 1957. Estão ainda representados três edifícios a poente, o pano da muralha primitiva a descoberto e no fim da 'correnteza' a igreja de Santa Maria (mandada erguer por D. Manuel I). Neste período a praça militar já se dividia em 'duas praças assinaladas pela "Rosa-dos-ventos" e pelo pelourinho'²¹².

²⁰⁸ Revista 'Grande Reportagem', A Escola de Sagres nunca existiu, Maio de 1993 (espólio do arquitecto João Carreira)

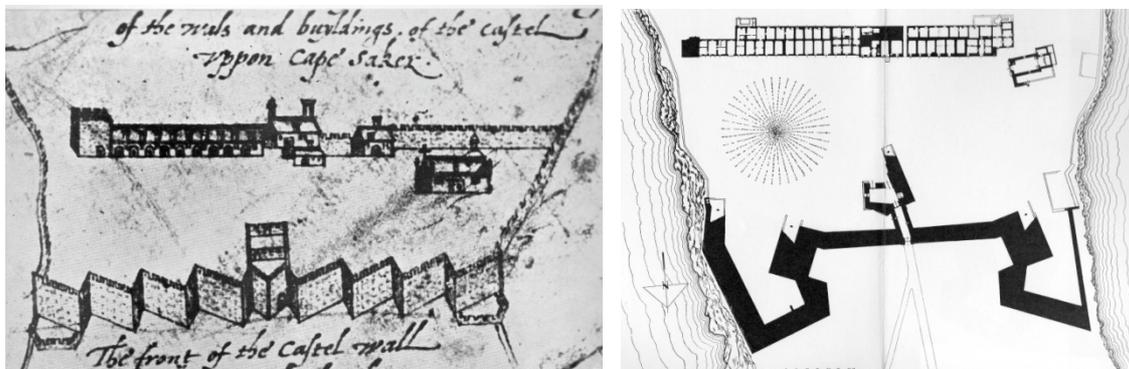
²⁰⁹ Boletim da DGEMN nº 100, Monumento de Sagres, Junho de 1960, p.13-17

²¹⁰ João Melo, Torre e muralhas de Sagres/Fortaleza de Sagres. Lisboa: IHRU, 1991. (Nº IPA: PT050815040001)

²¹¹ Boletim da DGEMN nº 100, Monumento de Sagres, Junho de 1960, p.24-25

²¹² Descrição da 'Planta da Praça de Sagres do ano de 1754', parecer do Departamento de História de Arte da Universidade Nova de Lisboa, Comissão Científica de História da Arte, 31 de Maio de 1994, p.4 (espólio do arquitecto João Carreira)

Na primeira metade do século XVII, entre 1621 e 1642, a muralha ruiu e recebeu obras de reparação, 'segundo o sistema do Conde de Pagan'²¹³, configuração que corresponde à muralha actual.



Francis Drake, séc. XVI + 'Correnteza', c. de 1950

DGEMN

Com o terramoto de 1755 a fortaleza ficou bastante danificada, abandonada e em ruína, sendo apenas reconstruída em 1840 pelo Governador Conde de Vale de Reis. Segundo as plantas de levantamento do Tenente-coronel Sande Vasconcelos, foram reedificados a cisterna, os quartéis, a casa do Governador, armazém, igreja e outras demais partes²¹⁴.

Entre 1934 e 1955, período político do Estado Novo, foram lançados três concursos para a construção no promontório de um monumento de exaltação à figura do Infante e à 'epopeia das descobertas'. Pretendia-se que o monumento fosse caracterizado por um 'aspecto dominador que atraia as atenções e que se imponha ao respeito e à admiração de quem cruze, navegando, o mar do sul de Portugal'²¹⁵. Assim foram premiados: Em Maio de 1935, com o desígnio ideológico 'Dilatando a Fé, o Império', o trabalho dos irmãos Rebelo de Andrade e o escultor Ruy Gameiro; em 1936-37, no âmbito das comemorações do centenário o 'Monumento ao Infante', a proposta do arquitecto Carlos Ramos; e em 1955 para celebrar as comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, concurso 'Mar Novo', vence o arquitecto João Andressen.

²¹³ Descrição da 'Planta da Praça de Sagres do ano de 1754', parecer do Departamento de História de Arte da Universidade Nova de Lisboa, Comissão Científica de História da Arte, 31 de Maio de 1994, p.27 (espólio do arquitecto João Carreira)

²¹⁴ Idem, p.28

²¹⁵ Decreto-Lei 23.405 de 17 de Dezembro de 1933

Nenhuma proposta apresentada foi realizada mas foram extremamente importantes pelas posições e testemunhos políticos de afirmação de uma linguagem contemporânea por parte do Estado. Os projectos eram 'obras de concepção moderna' que proponham a redefinição do próprio conceito de monumento²¹⁶.

O arquitecto Cassiano Branco para o concurso de 1955 apresentou uma interpretação da 'praça fortificada' com base na imagem de Francis Drake, reconstitutiva dos edifícios nele representada, acrescentando apenas um piso às cavaliças. 'Esta reconstituição da Vila do Infante, que, a fazer-se devia ser estudada com mais detença, assenta nos vestígios de paredes e fundações de vários edifícios (...) Estes vestígios existentes encontram a sua perfeita interpretação nas plantas levantadas no século XVIII pelos serviços militares e sobre tudo pelo mais antigo documento local, o desenho da Colecção Cotton no Museu Britânico, que ilustra o desembarque de Draque em 1587, o qual é tão preciso que nos dá não só a configuração nítida daquela obra militar e do conjunto das demais edificações, mas até as suas medições exactas, porquanto as que são ainda verificáveis correspondem justamente às dimensões dadas (...) Teríamos assim a Vila do Infante renascida das suas próprias ruínas (...) Lugar de romagem para portugueses e estrangeiros, Sagres sem a Vila do Infante parece-nos que ficará incompleta, quanto possível reerguê-la como um testemunho de histórica autenticidade'²¹⁷.

Entre 1956 e 1959, com vista às 'Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1960), foi desenvolvido pelos arquitectos Ruy Ângelo Couto e Nuno Beirão com supervisão do arquitecto Luís Benavente, um estudo para a execução de um 'Programa de trabalhos para o arranjo geral e restauro do recinto histórico do Promontório de Sagres'.

Com este arranjo pretendia-se construir um 'simples padrão comemorativo'²¹⁸, a 'adaptação dos edifícios da correnteza a Centro de Estudos da Mocidade Portuguesa'²¹⁹, a regularização dos terrenos da praceta entre as muralhas e os edifícios da 'correnteza', arranjo da Rosa-dos-Ventos e do traçado de arruamentos bem como estabelecer uma ligação mais ampla com o exterior²²⁰.

Em 1959 foram demolidos os edifícios anexos à muralha interior (assina a ordem o arquitecto João Vaz Martins), transformado o paiol, calçetado o percurso deambulatório ao longo do

²¹⁶ José Manuel Pedrinho, Memória dos Concursos de Sagres, Jornal Arquitectos, Julho/Agosto de 1989, p.19-20

²¹⁷ Cassiano Branco em entrevista a Artur Santa Bárbara com o título 'Cinco Séculos depois da morte do Infante' transcrito na publicação de José Formosinho, 'Sagres e o Infante D. Henrique', separata do 'Correio do Sul' Faro de 1957, p.8 (PT DGEMN:DSARH-010/280-0045)

²¹⁸ Valorização do Recinto de Sagres, 15 de Novembro de 1956 (PT DGEMN:DSARH-010/280-0045)

²¹⁹ Ruy Ângelo Couto, Adaptação dos edifícios da correnteza a Centro de Estudos Mocidade Portuguesa, 21 de Agosto de 1959. (PT DGEMN:DSARH-010/280-0076)

²²⁰ Ruy Ângelo Couto, Memória Descritiva ao estudo de 'Promontório de Sagres – Estudo da Praceta', 12 de Outubro de 1957 (PT DGEMN:DSARH-010/280-0045)

promontório e construído o arruamento de ‘circunvalação’ e acesso à fortaleza. No edificado remanescente foi feita uma reconstituição com base no desenho de Drake, mas em vez das ‘janelas de sacada’ visíveis na proposta do arquitecto Cassiano Branco, construíram ‘chaminés falsas’²²¹ que pontuavam as células unifamiliares do novo casebre.

Diz Elísio Summavielle, ‘que partindo de uma certa contenção programática, resultou algo feliz nos resultados, sem a agressividade e o espanto das anteriores propostas que, para bem ou para mal, comprometiam irremediavelmente o lugar’²²².

Estado anterior

O Promontório era acedido por dois percursos que uniam a Vila de Sagres ao monumento, revestidos a betuminoso, alinhados com o portal da Fortaleza, e ladeados por vegetação rasteira própria do lugar e da paisagem. No seu ponto de intersecção decorria ciclicamente a feira e era utilizada como paragem de autocarros. A muralha e o edificado interior eram pintados de branco, e apresentavam sinais de degradação causada pela salinidade do ar marítimo.

O terreiro interior era longilíneo e limitado pela ‘correnteza’ edificada e fraccionada, separadas pelo alinhamento do caminho em direcção ao paiol isolado, e mais distante o farol que marca o limite daquela península fortificada.

Do lado da ‘rosa-dos-ventos’ existia um edifício rasteiro, longilíneo e em ruína, que correspondia ao albergue de juventude. Ao centro dois edifícios habitados em mau estado de conservação, erguidos e anexos nos extremos da muralha interior, com dois andares, de cerceas diferentes e com uma imagem típica da arquitectura popular do sul do país. O espaço intermédio era um vazio que desvendava a muralha, constituída por um pano de pedra emparelhada, adornado pelas ameias e tinha de altura a cercea do edificado.

No extremo da ‘correnteza’ localizava-se a capela manuelina voltada para o terreiro e o pelourinho isolado no meio da vegetação, e do lado oposto a ‘rosa-dos-ventos’ gravada no pavimento.

A rusticidade do monumento era marcada pela graciosidade da paisagem selvagem que tinha como factor qualificador a vegetação rasteira, por entre a superfície irregular das rochas arenosas que compõem a geologia do lugar. Os percursos pedonais eram construídos ao longo

²²¹ Conversa com o arquitecto João Carreira a 17 de Abril de 2009

²²² Elísio Summavielle, Sagres: Mitos, Histórias e Concursos, Jornal Arquitectos, Julho/Agosto de 1989, p.18

do limite físico da plataforma, revestidos a pedra paralelepédica que permitia simultaneamente o acesso a veículos motorizados bem como ao visitante. O passeio pedonal era pausado por pequenos momentos cénicos com os canhões que outrora defenderiam a costa portuguesa.

Ideologia e Intervenção

O 'Concurso de ideias para a valorização da Fortaleza de Sagres' foi preparado a partir de 1987 com a colaboração da Associação de Arquitectos Portugueses, no âmbito das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, e foi fundamentado pela requalificação e 'aproveitamento monumental, museológico e turístico de Sagres'²²³. Com a intervenção pretendia-se que fossem enaltecidos e valorizados a paisagem e o lugar, bem como os seus valores de referência como o património histórico, simbólico e cultural. Uma 'intervenção que ultrapasse a qualidade e dignidade das construções existentes, e reintegrasse os elementos e testemunhos históricos da ocupação da Fortaleza'²²⁴.

Em 1988 a proposta do arquitecto João Carreira, com colaboração das arquitectas Cristina Pereira e Dora Araújo, vence o concurso de ideias²²⁵. 'Este trabalho revela a solução de maior valor plástico, cumprindo os objectivos do concurso pela valorização e revitalização do Monumento nos aspectos histórico-simbólico, arquitectónico e ambiental, preconizados no programa. A criação de um elemento arquitectónico ousado e singular - a "rua" - onde se narra a epopeia dos descobrimientos, poderia constituir um suporte arquitectónico que o júri esperou poder ser valorizado pela adequada intervenção de artistas plásticos, contendo grandes possibilidades de expressão simbólica e monumental'²²⁶.

A ideia de projecto foi salvaguardar todo o simbolismo mítico inerente à história do monumento num cenário ambiental rico em qualidade com as escarpas, pedras e a vegetação. Estes factores

²²³ Vasco Graça Moura, Comissário Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, despacho sobre a questão do aproveitamento Histórico e Turístico da zona de Sagres, 14 de Março de 1990 (espólio do arquitecto João Carreira)

²²⁴ Paula Pinto, Parecer sobre o 'Concurso de ideias para a Valorização da Fortaleza de Sagres', Instituto Português do Património Cultural, informação nº 848/DPA/90, 17 de Abril de 1990 (espólio do arquitecto João Carreira)

²²⁵ Estiveram sob apreciação dez propostas tendo a 22 de Julho de 1988 sido premiados os arquitectos João Carreira (1º Prémio), o Carlos Guimarães (2º Prémio) que propôs a reconstrução da 'correnteza' numa segunda 'muralha' redesenhando um novo espaço interior de relação entre o novo edificio separado e as pré-existências; e o arquitecto João Carlos de Almeida Rafael (3º Prémio), propôs a redefinição de todo o significado funcional, reintegrando 'as pré-existências na revitalização do sítio'. Acta do Júri de concurso, reunido em secção final a 22 de Julho de 1988, Ideias para a valorização da fortaleza de Sagres, Jornal Arquitectos, Julho/Agosto de 1989, p.22-23

²²⁶ Memória Justificativa do Júri à atribuição do 1º Prémio ao arquitecto João Carreira em 1988, Catálogo da Exposição do Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres, Presidência do Concelho de Ministros, Secretaria do Estado da Cultura e IPPC, 1990 (espólio do arquitecto João Carreira)

compunham o enquadramento “natural” de toda a envolvente, em que ‘o objectivo é conferir a tudo aquilo o espírito monumental, o que será reforçado pelo monumento aos Descobridores’²²⁷.

Ao conjunto preexistente importava salvaguardar a sua rusticidade, já em si um símbolo da identidade do lugar, onde foram apenas introduzidas modificações para permitir uma adaptação do monumento a novos usos contemporâneos. ‘Demolir as construções salazaristas, estava para nós, fora de questão. Existiam e, sugeriram até, novos desenhos. Corrigimos geometrias de planos verticais da fachada. Acertamos a horizontalidade dos volumes’²²⁸.

Idealizava-se assim, que fosse transformada a Fortaleza num ‘centro’ útil, revitalizado com um novo programa, preparado para uma multiplicidade de usos e funções, que despertassem o imaginário do visitante com novos acontecimentos, ‘emoções’ e acções de contemplação de ‘outros campos da Arte’.

No espaço foram mantidos os ‘alinhamentos, quer de planos verticais, quer horizontais, de modo a conferir unidades volumétricas a todo o conjunto, respeitando a ideia inicial da “correnteza” de estabelecer com a Muralha, uma Praça. Ideia reposta agora com uma linguagem que afirme os nossos dias, que também devem construir novo património’²²⁹.

A praça foi recontextualizada num novo enquadramento, conseguido por entre a ‘correnteza’ e a ‘Via dos Descobrimentos’. Este ‘elemento lúdico e evocativo do lugar’ definia-se como uma rua longilínea (com duzentos e trinta metros de comprimento, seis de altura e oito de largo²³⁰), estreita e orientada para o mar, ‘em alinhamento dado pela “rosa-dos-ventos” na direcção do Brasil’²³¹. Foi pretendido pelo projectista que esta ‘rua’ fosse enraizada ao lugar, com a sua estrutura de betão aparente a ser esculpido pelo tempo (vento e areias) e revestido pela vegetação existente.

No seu interior, duas fontes (com espelho de água) evocariam simbolicamente a ‘Aventura e o Engenho’, num ambiente revestido com pedra branca irregular com a presença esporádica de afloramentos naturais de rocha. Nas paredes seriam cravadas inscrições sugestivas da história para perpetuação do misticismo e feitos dos Descobrimentos²³².

²²⁷ João Carreira, Morte recupera Sagres, Jornal ‘O Independente’ de 2 de Setembro de 1988, p.13

²²⁸ João Carreira, Breve crónica, Outubro 1996 (espólio do arquitecto João Carreira)

²²⁹ João Carreira, Memória Descritiva, Património Arquitectónico e Arqueológico/Intervenções, p.170

²³⁰ Rafael Moreira, Vítor Serrão e José Sarmento Matos, Parecer do Grupo de Trabalho de História da Arte inserido na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 14 de Março de 1990

²³¹ João Carreira, Memória Descritiva, Património Arquitectónico e Arqueológico/Intervenções, p.170

²³² João Carreira, Catálogo da Exposição do Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres, Presidência do Concelho de Ministros, Secretaria do Estado da Cultura e IPPC, 1990

Para o tratamento da zona envolvente da Fortaleza foi proposto a introdução de equipamentos como 'solução catalisadora de reestruturação do tecido urbano'²³³.

Espaço existente

O Promontório de Sagres está implantado de forma isolada sobre uma península plana, projectada sobre o mar, e constituída por aforamento rochoso revestido com vegetação silvestre. É acessível por duas estradas que ligam o estacionamento regrado e a entrada principal do monumento à Vila de Sagres.

A Fortaleza de Sagres é composta por um sistema defensivo murado e voltado para terra. Existindo no interior uma 'correnteza' edificada e paralela à muralha, a Capela de Nossa Senhora da Graça que delimita o espaço a poente, e mais afastado encontra-se o auditório (antigo paiol) e o farol no extremo da península.

O primeiro espaço de recepção é um terreiro de forma regular, transversal à península e orientado no eixo nascente-poente, revestido por uma calçada irregular, e dele fazem parte um cruzeiro e, inscrita no chão, a 'rosa-dos-ventos'.

O edificado existente caracteriza-se pelas suas linhas contemporâneas, linear com revestimento a pedra e reboco, e coexiste com a 'rusticidade' do pano de muralha interior. A 'correnteza' divide-se em dois conjuntos: um, frontal à 'rosa-dos-ventos', caracteriza-se pelo volume monolítico de planta rectangular, rasgado em ambas as faces maiores por 9 vãos envidraçados, sendo a entrada feita por um plano lateral que conduz visualmente o observador para o antigo paiol.

O segundo volume é constituído por uma galeria que permite circular entre as diferentes épocas construtivas, e abre visualmente para o vasto promontório. Neste conjunto funcionam alguns serviços de apoio ao monumento como as instalações sanitárias e o bar.

A materialidade e a escala do conjunto, incluindo o desenho arquitectónico, integram-se na paisagem sem a denegrir ou transformar o espírito do lugar. O branco e a pedra que compõem o revestimento dos edifícios contemporâneos relacionam-se com os rebocos da muralha principal e da capela, e com o areão dos pavimentos que mantêm o aspecto rústico da paisagem vegetal da Fortaleza de Sagres.

²³³ Memória Justificativa do Júri à atribuição do 1º Prémio ao arquitecto João Carreira em 1988, Catálogo da Exposição do Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres, Presidência do Concelho de Ministros, Secretaria do Estado da Cultura e IPPC, 1990

Discussão e Fundamento

O contexto simbólico, histórico e cultural do lugar e da paisagem do Promontório, fundamentou a transformação, passado e presente, da arquitectura do monumento, no qual foram introduzidos novos acontecimentos programáticos, definidas estratégias de reintegração e perpetuação dos valores intrínsecos no conjunto e no tempo.

A reabilitação do monumento não foi idealizada para recomposição de um momento transacto, no intuito de definir uma coerência no desenho ou na justaposição de uma ideologia circunstancial, mas sim numa recontextualização do carácter do lugar por sobreposição de uma nova linguagem cultural²³⁴. O lugar já por si era um monumento estável e quase intocável que se devia preservar e valorizar não como reinterpretação passadista mas como introdução de uma nova característica. 'A posição que defendemos é a releitura, no lugar da intervenção, do fluir da história e, aceitando sobreposições ou aposições estilísticas ou de linguagem, usar de todos os meios para o explicitar. Esta é a marca mais importante da nossa contemporaneidade'²³⁵.

Neste sentido foi definida uma estratégia de recontextualização e revitalização do conjunto fortificado, redesenhando e reorganizando as funções das pré-existências, dando-lhe uma 'vida condigna com a mística do lugar'²³⁶ e de preservação do seu valor enquanto história, símbolo e cultura.

Sobre estes princípios o arquitecto João Carreira foi contundente quando justificou a mudança de função, por exemplo de albergue, no sentido de valorizar o monumento e dar novas condições ao visitante. Assim, propôs retirar a pousada de dentro da fortaleza, porque a considerava descaracterizadora do espaço, reposicionando-a na vila onde 'poderia ser um elemento vitalizador do núcleo'²³⁷. Com esta opção de projecto, iniciou um processo de transformação e recontextualização do Promontório, relacionando-o com a paisagem e o

²³⁴ Sobre o tema escreveu Costa Martins ao traduzir a Carta de Atenas de 1933: 'o emprego de estilos do passado em construções novas edificadas nas zonas históricas, à sombra de pretextos estéticos, traz consequências nefastas. A manutenção de tais casos ou a introdução destas iniciativas; não deverão ser toleradas de nenhuma forma'. Costa Martins, Nuno Teotónio Pereira, *Urbanismo*. Publicado na "Técnica" – revista de engenharia dos alunos do Instituto Superior Técnico, nº 147-Maio-1944.

²³⁵ Alexandre Alves Costa, Memorandum sobre o 'Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres', Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 17 de Maio de 1994, p.2 (espólio do arquitecto João Carreira)

²³⁶ João Carreira, entrevista ao jornal 'o diabo', 3 de Janeiro de 1989. (espólio do arquitecto João Carreira)

²³⁷ João Carreira, 'Albergue da Juventude? Não imagino no pátio dos Jerónimos, turistas a saírem do duche. Não! Partindo da ideia que o próprio sítio é o monumento, não posso aceitar isso (...). Sagres-vila é ainda bastante selvagem, desorganizada. O albergue poderia ser um elemento vitalizador do núcleo'. Ver entrevista ao jornal 'o diabo', 3 de Janeiro de 1989 (espólio do arquitecto João Carreira)

território, e introduzindo novas programas, tais como: um museu, um restaurante, um café e instalações sanitárias.

Neste contexto foi redefinida a 'correnteza' com a construção de novos edifícios, proposta a nova 'rua' (não realizada) que relacionava o lugar ao feito histórico e mítico do povo português, e redefinida a relação do edificado com a praça Militar.



Praça Militar cerca de 1986 + Março de 2009

João Carreira + fotografia de autor

Com o redesenho e uniformização do conjunto, repondo a volumetria nos vazios organizados entre sólidos preexistentes, o arquitecto propôs a redefinição dos limites da praça, numa relação de linguagem arquitectónica entre o 'novo' e o 'velho'.

Esta analogia teria sido mais firme se o projecto tivesse assumido em pleno o conceito e construí-se toda a volumetria da 'correnteza' (24 casas). Dessa forma a percepção de recontexto volumétrico seria mais preponderante na análise espacial em que a Igreja de Santa Maria da Graça, pela implantação isolada que ocupa, dominaria o terreiro militar.

A Praça é um lugar de encontro e de confluência dos percursos pedonais em torno do Promontório, e sobre tudo, foi em projecto considerada o elo de ligação entre a volumetria, encerrada e voltada sobre si mesmo, com o monumento memorativo 'Via dos Descobrimentos'. Este monumento procurava relacionar a 'rosa-dos-ventos' inscrita na praça, para a projectar numa 'rua' a céu aberto, em espaço público, na direcção da história marítima de Portugal.

O espaço público foi neste projecto preponderante na organização da estratégia intervencionista, de relação do lugar com a sua história, e com as diferentes partes que compõe o conjunto

patrimonial. Por um lado assumiu a volumetria na 'correnteza' e na dimensão da 'rua', por outro pretendia diluir a arquitectura e o conceito escultórico do objecto no espaço público.

O 'passeio público' ambiciona ser pertença do lugar, um elemento contundente que se afirmava na paisagem mas que se deixava dominar pela impetuosidade do tempo, seria absorvido pela rusticidade da vegetação selvagem que caracteriza o Promontório. Com a 'rua' o arquitecto ambicionou dar escala urbana ao lugar, não como uma supremacia da 'obra ao homem e à natureza, [ou como] Andressen pretende contemplar a natureza com a sua obra, o trabalho de João Carreira procura sobretudo organizar e valorizar'²³⁸ as volumetrias do conjunto, a mística ligada à história e ao simbolismo da memória. Aspectos que fazem parte integrante dessa natureza e do carácter do lugar.

A paisagem do Promontório de Sagres foi um factor dominante na concepção de projecto, e cujo aspecto cénico e pitoresco o arquitecto procurou conservar e preservar, nomeadamente os afloramentos rochosos, a vegetação selvagem, as falésias e os elementos arquitectónicos existentes.

Com o projecto foram desenvolvidos e aplicados processos de conservação da paisagem como valorização do conjunto, numa filosofia de sintetize, 'less is more', em que apenas foi intervencionada a área que corresponde às preexistências. Por comparação com as intervenções propostas nos concursos realizados no período do Estado Novo, mesmo que tivesse sido construído o monumento aos descobridores, este seria o que menos afectaria o solo²³⁹.

²³⁸ José Manuel Pedreirinho, Memória dos Concursos de Sagres, *Jornal Arquitectos* 77.78, Julho/Agosto de 1989, p.20

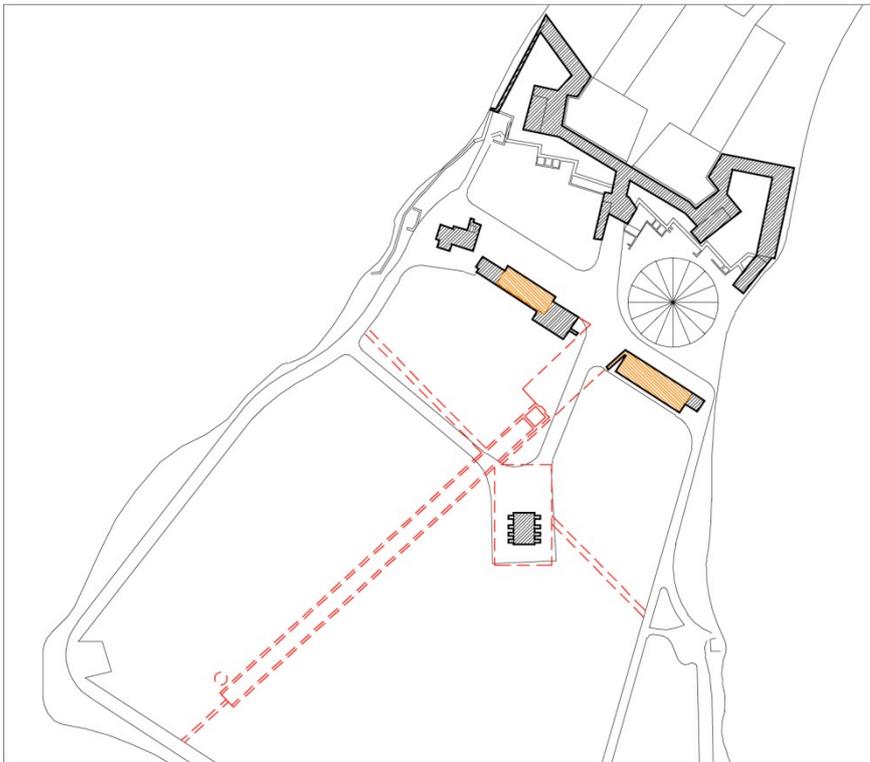
²³⁹Idem, p.20



Promontório de Sagres cerca de 1986
João Carreira, arq.



Promontório de Sagres Março de 2009
Fotografia de autor



Legenda:



- Monumentos
- Construções novas

--- Monumento aos Descobrimentos
(não executado)

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1960
DES015

Depois da
Intervenção
c. 2009
DES016

5.4. Redefinição e recontextualização do monumento e do lugar na paisagem

Jardim da Torre de Belém – Torre de São Vicente/Belém, Lisboa

Apresentação e Enquadramento na categoria.

O Jardim da Torre de Belém é um espaço público, inserido na malha urbana da zona ribeirinha da cidade de Lisboa, enquadra a Torre de São Vicente, e articula este monumento num eixo visual com a avenida da Torre e com a Capela de São Jerónimo. É delimitado e acedido a norte pelas avenidas Marginal e da Índia, separadas pela linha de caminho de ferro; a Sul pelo Rio Tejo e Torre de Belém; a Este pela Doca do Bom Sucesso, e a Oeste pelo Forte do Bom Sucesso.

Em 1953 foi elaborado pelo engenheiro silvicultor António Viana Barreto um estudo para o arranjo do enquadramento da Torre de Belém sobre os terrenos da demolida fábrica de gás de Lisboa. Idealizava-se reintegrar o monumento na sua origem histórica e territorial²⁴⁰, com princípios implícitos na acção de recontextualização e construção de espaço público, com recurso a uma nova linguagem cultural e paisagística.

A análise de projecto ao território não se complementou apenas com a leitura espacial imediata, à escala da rua, do terreiro ou do monumento, mas sim através da articulação de diferentes escalas urbanas sustentar conceitos ideológicos e o próprio desenho do espaço público. Nesse sentido foi ampliada a área de influência do projecto para abranger um conjunto de contextos morfológicos, arquitectónicos, histórico-sociais ou mesmo 'naturais', que enquadravam o monumento na paisagem.

Foi igualmente contextualizado o espaço adjacente à Torre de Belém, na relação histórica do lugar e do monumento à escala do território, articulando e homogeneizando as soluções do plano da Torre com a requalificação do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles no topo da Avenida da Torre onde se implanta a Capela de São Jerónimo.

O espaço público foi desenho e pensado numa escala intimista e humanizada, para criar factores de aproximação entre o observador e o monumento: percursos, pavimentos, equipamentos e vegetação.

²⁴⁰ O 'Diário de Lisboa' noticiava a realização do arranjo da envolvente à Torre de Belém, salientando a reintegração 'na sua traça primitiva e simultaneamente, enquadrado na zona urbanística daquele monumento. (...) Assim, valorizará, devidamente, dos pontos de vista histórico, estético e até turístico, a imortal obra de Francisco de Arruda'. Veja-se 'Diário de Lisboa', A Torre de Belém regressa ao rio e recortará a sua histórica silhueta num belo arranjo paisagístico, 26 de Novembro de 1958

O monumento e ao espaço urbano envolvente

A Torre de Belém ou Torre de São Vicente, em homenagem ao padroeiro da cidade de Lisboa, é um exemplo de arquitectura militar portuguesa do princípio do século XVI (1514 e 1520), mandada erguer por D. Manuel I e desenhada pelo arquitecto Francisco de Arruda²⁴¹.

O contexto do monumento na paisagem, originalmente concebido dentro de água e integrado no sistema defensivo da barra do Tejo²⁴², foi sucessivamente alterado com o assoreamento do rio e consequente integração na linha de costa. Este processo estagnou a poente no reinado de D. José com a construção do Forte do Bom Sucesso²⁴³, e a nascente, em 1883 com a definição do actual limite marginal.

Em 1888 foi construída a fábrica, oficinas e gasómetros, da Companhia de Gás de Lisboa em Belém, junto à Torre, em terrenos cedidos para o efeito pela Câmara Municipal. A contestação à sua localização surgiu de imediato e refutava o consentimento para a implantação 'junto dum monumento histórico, tão digno de apreço por nacionais e estrangeiros, a instalação duma fábrica de gás, que irá com os seus rolos de fumo enegrecer e envolver em sombras um padrão, testemunho das nossas glórias, que deveria sempre ficar desafrontado'²⁴⁴. Este estado prolongou-se até 1944, aquando da mudança do complexo para a Fabrica de Gás da Matinha na zona oriental da cidade, num processo que só foi concluído em 1950 com a sua desactivação e importante demolição²⁴⁵.

O momento ficou registado numa carta escrita ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa por um grupo intitulado 'Amigos de Lisboa', ditos como 'interessados nos estudos olissiponenses', com data de 12 de Dezembro de 1950:

'O grupo "Amigos de Lisboa", não pode ficar indiferente perante o facto da demolição da fábrica do Gás de Belém, que durante tantos anos constituiu uma grave ameaça para o monumento manuelino que é a Torre de São Vicente-a-par de Belém. Cumpre-lhe, antes de mais nada, congratular-se com o desaparecimento das construções industriais que tanto prejudicaram, quer a visão, quer a integridade e conservação dessa peça inestimável do património histórico da cidade'²⁴⁶.

²⁴¹ Rafael Moreira, A Torre de Belém, O Livro de Lisboa. Lisboa: Lisboa/Horizonte 94, 1994, p.176

²⁴² Tela de J. T. Serres de 1811, Torre de Belém em dia de tempestade, óleo sobre tela. 1370 x 1670, Museu da Cidade

²⁴³ António Viana Barreto, Contribuição para o estudo do Enquadramento da Torre de Belém, 1953, p.4 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/0098/19)

²⁴⁴ O século, 8º ano, nº 2298, 27 de Junho de 1888, p.2

²⁴⁵ Ana Cardoso de Matos, Fernando Faria, Luís Cruz, Paulo Simões Rodrigues, As Imagens do Gás, as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e a produção e distribuição de gás em Lisboa, Fundação EDP, Dezembro de 2005, p.81

²⁴⁶ Celestino da Costa, Amigos de Lisboa, 12 de Dezembro de 1950 (AHML)



Fábrica de Gás de Lisboa, Torre de Belém Setembro de 1938 + cerca de 1950
AMFL

Sobre a valorização do espaço envolvente, nomeadamente sobre o 'Projecto de Urbanização das avenidas da Índia e da Torre', decorreram algumas apreciações: Deveria ser considerado o perfil da praia, de forma que a Torre do ponto de observação (Avenida da Índia) não pareça cortada no soco e, portanto, reduzida e 'amesquinhada' a perfeita leitura do seu incomparável recorte sobre o fundo do rio. Acrescentaram ainda, 'que seja considerada secundária a preocupação de fazer circundar de água, na baixa-mar, o monumento, pois embora antes do aterro do século XIX assim sucedesse, em nada a visão da Torre ganha observada de terra, e, do lado do mar, nenhuma diferença sensível resulta desse facto'²⁴⁷.

Os estudos que envolveram o 'arranjo da zona em volta da Torre de Belém' nos anos subsequentes à demolição da fábrica foram estimulados por conceitos de monumentalização do espaço público que, se centraram na ideia de criação de uma 'moldura digna' para enaltecimento da grandiosidade do monumento. O arquitecto Cottinelli Telmo, na memória justificativa e descritiva do 'Projecto de Urbanização da Torre de Belém' escreveu que o 'projecto foi concebido tendo em vista que essa "moldura" deveria ser apenas um elemento destinado a chamar a atenção sobre o monumento, criando-lhe um ambiente dignificante, sem que, contudo, ela própria fosse "um novo monumento"²⁴⁸. O carácter simbólico e o valor arquitectónico do monumento revisto no desenho foram ideias consensuais entre alguns notáveis da época. O arquitecto previa a criação de uma praça decorada com as estátuas dos doze navegadores, e desta forma, enaltecer os feitos de Portugal nos descobrimentos e encher de simbolismo histórico a nova praça projectada²⁴⁹.

²⁴⁷ Celestino da Costa, Amigos de Lisboa, 12 de Dezembro de 1950 (AHML)

²⁴⁸ Arquitecto Cottinelli Telmo, Projecto de Urbanização da Torre de Belém, Memória Justificativa e Descritiva, Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da zona marginal de Belém, 1944, p.1 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/28 e 27)

²⁴⁹ Idem, p.1

Para a composição do enquadramento da Torre, o plano previa a plantação de ‘sebes altas de árvores’ que pretendiam ‘limitar a visibilidade do monumento’ valorizando o eixo com a Avenida da Torre, e para ‘criar quasi uma surpresa para quem a visita, vindo da Avenida da Índia, e que só ao chegar à praça projectada a poderá ver inteira e já então de perto’²⁵⁰. Esta ideia terá sido de menor consenso por se considerar que se deveria poder ver ‘tanto quanto possível o monumento nas suas várias perspectivas’²⁵¹. Outros aspectos considerados foram a elevação do terreno em cerca de 2,00m e a definição de um ‘espelho de água’ que se justificou como ‘artifício destinado a meter o Tejo em aparência, pela terra dentro, e criar, para o visitante, o atractivo de uma caminhada através da água, dado que o nível desta será o mesmo que o das faixas de lajedo a percorrer’²⁵².

No mesmo ano a Câmara Municipal de Lisboa, pelo arquitecto Luís Benavente, emitiu um parecer analítico e em total ‘desacordo com a concepção geral do estudo apresentado’ alertando para a necessidade do projectista, ‘sem abdicar da sua personalidade ter sempre presente que os monumentos não podem ter à sua volta qualquer obra que distraia o visitante fazendo dispersar a sua atenção’.

‘Quando alguém se dirige para a Torre não precisa ver outra composição arquitectónica que não seja dela própria. A importância do monumento é tal que dispensa qualquer guarda de honra de estatuária’.

Nesse sentido orientou que se deveria valorizar o monumento ‘apenas com os elementos imprescindíveis’: ‘A Torre de Belém foi baluarte de defesa erguido sobre um cachopo e isolado da margem. A sua valorização seria separá-la de novo pelo próprio rio. Procuremos restituir-lhe o ambiente em que nasceu: água e isolamento’.

Concluiu salientando a importância duma correcta estruturação da vegetação, elemento tido como primordial no projecto, e para a escolha dos ângulos visuais essenciais que o monumento oferece.²⁵³

²⁵⁰ Arquitecto Cottinelli Telmo, Projecto de Urbanização da Torre de Belém, Memória Justificativa e Descritiva, Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da zona marginal de Belém, 1944, p.1 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/28 e 27)

²⁵¹ Francisco de Mello Ferreira d’Aguiar, Projecto de Urbanização da Zona de Protecção da Torre de Belém, da autoria do sr. Arquitecto Cottinelli Telmo, parecer de 13 de Agosto de 1952 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/14)

²⁵² Arquitecto Cottinelli Telmo, Projecto de Urbanização da Torre de Belém, Memória Justificativa e Descritiva, Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da zona marginal de Belém, 1944, p.1 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/28 e 27)

²⁵³ Câmara Municipal de Lisboa, assina Luís Benavente, Parecer sobre o Projecto de Urbanização da Zona de Protecção da Torre de Belém, da autoria do Arquitecto Cottinelli Telmo, 18 de Novembro de 1952 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/0098/14)

Estado anterior

A paisagem era estratificada e organizada entre as linhas de movimento, Avenidas da Índia e da Torre, num misto entre a ruralidade suburbana e a urbanidade da 'nova' cidade.

Neste período ainda era possível estabelecer uma relação visual entre três pontos de domínio morfológico do territorial: a Torre de São Vicente na planície aluvionar, a Capela de São Jerónimo no topo da pequena elevação e o Mosteiro dos Jerónimos sobranceiro à antiga praia de Belém. O eixo entre a Torre de Belém e a Capela de S. Jerónimo definia a orientação visual e estrutural da malha urbana envolvente, artéria de condução de fluxos entre quarteirões que funcionavam como pequenas ilhas de limites regulares mas divergentes, entre a ortogonalidade e a irregularidade, no seu interior. Os restantes eixos definiam apenas uma relação visual sem influenciar a estrutura urbana adjacente. No sentido transversal está a Avenida da Índia que define uma zona tampão à descida da cidade para o rio, quebra a direccionalidade física da Avenida da Torre, e limita a zona marginal e envolvente ao monumento Manuelino.

Apesar de ainda existirem resquícios da zona industrial, a demolição da fábrica deixou um vazio urbano, amplo, raso e abandonado, fronteiro à Torre de Belém. O solo solidificado com o grau de poluição química oriunda da sua antiga função, ou seja, desprovido de toda a vegetação própria de baldios e charnecas, que só foi possível a reabilitar com a substituição de uma camada de terra, em toda a área da intervenção, por uma arada²⁵⁴.

O limite marginal ao rio fazia-se atrás da Torre alinhada pela frente do Forte do Bom Sucesso, ondulante na zona do monumento, sendo as cotas de transição entre eles de menor pendente. No espaço sobranceiro, onde se implanta a Torre, existiam pequenas parcelas de areia que recordam a antiga praia do Restelo, que a circundavam, excepção feita na face Sul, aglutinada pelo avanço da cidade sobre o rio que a envolvia num novo contexto longe da imagem isolada e original dentro de água.

²⁵⁴ Jornal 'Ecos de Belém', Aquele pousio de Belém, 2 de Outubro de 1954 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/0098/14)

Ideologia e Intervenção

O conceito e opções de projecto assentavam fundamentalmente na estruturação e simplificação do desenho para o arranjo e valorização envolvente à de Torre de Belém. 'A ideia do Luís Benavente²⁵⁵ e dos Monumentos Nacionais era fazer uma alameda com todos os heróis dos descobrimentos²⁵⁶ e eu [Viana Barreto] era totalmente oposto. Achava, e foi a minha filosofia do projecto, não fazer nada, mais simples possível no enquadramento, de forma que a atenção fosse para aquilo que é o monumento'²⁵⁷.

Esta simplicidade significava 'naturalidade', todo o estudo se apoiava na ideia que o enquadramento do monumento fosse o mais natural possível. 'Como isto era água, um sapal, é fazer aqui aquilo que se pode fazer hoje, seja útil, vantajoso, mais simples possível com a vegetação própria da zona marginal aqui do rio'²⁵⁸.

A criação desta 'mata de pequena densidade'²⁵⁹ permite estruturar duas zonas arbóreas que se relacionam entre si e compõem a paisagem onde se insere a Torre. 'Uma, sem dúvida a mais extensa, fracamente aberta²⁶⁰ de forma a não entaipar o motivo principal – portanto a zona de características soalhentas e por isso com uma reduzida extensão de arruamento – e a outra de arborização mais ou menos densa embora com clareiras de onde em onde permitindo a visibilidade

²⁵⁵ O arquitecto Luís Benavente no projecto de 'Arranjo da zona junto da Torre de Belém' proponha dar continuidade à 'rua para peões entre a passagem de nível fronteira à torre', (ver imagem p.141) desviando a circulação automóvel para os 'flancos', mantinha 'a artéria directa à "Porta de Armas"' e previa a demolição dos edifícios junto à Docca do Bom Sucesso. Com base no 'Plano de Plantação' do engenheiro António Barreto completava o enquadramento do monumento definindo 'ângulos e primeiros planos'. Veja-se Luís Benavente, Arranjo da zona junto da Torre de Belém, Memória Descritiva, 25 de Julho de 1953 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/18)

²⁵⁶ A 'alameda' seria construída junto à torre de Belém, a eixo com a Avenida da Torre, enfatizava a relação visual e unia fisicamente o monumento à Capela de São Jerónimo no topo da Av. Da Torre (a requalificação da envolvente da Capela estava a cargo do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles). Curiosamente a ideia da intervenção, semelhante aos princípios do plano do arquitecto Cottinelli Telmo, tinha sido refutada pelo próprio arquitecto Luís Benavente num parecer a 18 de Novembro de 1952. Veja-se pág.145.

²⁵⁷ Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009

²⁵⁸ Idem

²⁵⁹ Para a zona de maior densidade no anel exterior definiram-se diversas espécies de alto porte (*Quercus faginea*, *Q. pyrenaica*, *Ulmus* spp., *Fraxinus* spp., *Olea* spp., *Populus* spp., *Salix* spp.), das quais permanecem os Pinheiros Mansos, as Oliveiras e as Palmeiras. Complementadas por espécies arbustivas e subarbustivas – zona de maior densidade pedonal devido à sombra e à quantidade de caminhos. Este enquadramento pretendia-se igual à envolvente da Capela dos Jerónimos, onde as *Pinus Pinea* aparecem sobre as copas dos carvalhos que revestem a encosta. Veja-se António Viana Barreto, Arranjo da Zona de Enquadramento da Torre de Belém, 27 de Setembro de 1955; Plano de Plantação de Herbáceas, 30 de Dezembro de 1955, Memórias Descritivas. (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/19)

²⁶⁰ No anel interior foram projectadas espécies arbustivas, subarbustivas e herbáceas com características relacionadas com a zona ribeirinha, ou seja, uma flora espontânea baixa, tipo mato. (géneros *Ruscus*, *Citrus*, etc..)

sobre a Torre, situada na cintura mais afastada, no limite do terreno a arranjar, e onde por consequência a existência de sombra justifica amplamente uma mais intensa rede de caminhos²⁶¹.

Os caminhos projectados eram hierarquizados e tinham como intenção enfatizar 'naturalmente' os mais diferentes ângulos de observação dos pontos de maior interesse do monumento. 'Evita-se assim a permanência exagerada sobre o mesmo ponto e a largura excessiva de panoramas que fazem antes diminuir o interesse do objecto visado'²⁶². Com esta estrutura de espaço público, ambicionava-se fechar o jardim ao automóvel para valorizar o lugar como 'zona de respeito' ao monumento.

Por entre a densidade arbórea foram definidos três eixos de observação entre o monumento e a envolvente: um em cada extremo do jardim entre a Torre e as avenidas da Índia, e um central entre o monumento e a Avenida da Torre. E 'a nossa ideia de fazer o enquadramento da torre era só isto, e depois ter aqui o anfiteatro, manter a água e depois fazer isto o mais simples possível'²⁶³. O anfiteatro enfatiza a ideia de isolamento da Torre, restituindo-lhe o seu direito à água onde sempre existiu:

'Considerando o carácter histórico do local e o valor artístico da Torre e tendo em conta que na solução final ela ficará afastada de terra e centrada no eixo da escadaria de arco circular que se dispõe em sua volta em local indicado para representações teatrais de carácter histórico ou patriótico, "ballet" e outras manifestações artísticas ao ar livre; Tenho a honra de apresentar à consideração superior uma sugestão no sentido de se estudar a possibilidade de construção, no canal junto à Torre, das fundações necessárias ao estabelecimento eventual de uma armação metálica desmontável sobre a qual poderia assentar um estrado destinado àquelas manifestações. (...) No anfiteatro em pedra e na área lajeada envolvente poder-se-iam dispor várias filas de cadeiras as quais se destinariam à assistência'²⁶⁴.

Espaço existente

O 'Jardim da Torre de Belém' caracteriza-se por um amplo espaço verde de nível, de configuração trapezoidal e orientado no sentido Este-Oeste. A Este, junto à doca de Bom Sucesso, existem

²⁶¹ António Viana Barreto, Contribuição para o estudo do Enquadramento da Torre de Belém, 1953, p.5

²⁶² Idem, p.7 (PT DGEMN:DSARH-010/125-0098/19)

²⁶³ Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009

²⁶⁴ António Viana Barreto, Sugestão para a construção de um estrado desmontável junto à Torre, informação nº 1172, processo nº 45/MU/54 de 4 de Março de 1959 (PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/14)

algumas construções, de um e dois pisos, de carácter provisório, excepto o edifício da Guarda Nacional Republicana que já existia nos anos 60.

A Torre de Belém domina sobre a envolvente, isolada e circundada permanentemente de água como se estivesse de novo implantada no leito do rio. A ligação com terra é feita por uma ponte metálica, efémera, que assenta sobre um areal e uma escadaria circular.

O Jardim tem uma planta irregular, com forma semi-circular, com caminhos serpenteantes por entre a vegetação alta existente, e é na sua maior extensão um espaço relvado. Os percursos interiores e junto ao rio são revestidos a betuminoso e na zona frontal ao monumento por um lajedo em granito para permitir o acesso pontual do automóvel.

A vegetação arbórea forma alguns núcleos periféricos, distribuídos numa meia-lua com centro no monumento e deixa desobstruída a área mais próxima do monumento. Esta clareira promove uma observação de aproximação, embora não condicionando totalmente o atravessamento visual entre o monumento e as avenidas.

Pelo intervalo central da estrutura arbórea, é perceptível a existência de um eixo com o monumento e a avenida da Torre, e que o une visualmente à Capela de São Jerónimo. No extremo Oeste, sentido Algés-Lisboa, a desembocadura do viaduto metálico existente, rompe uma parte do jardim e deixa obstruída uma das linhas de vista projectada. No extremo oposto são os edifícios existentes a obstruir a relação do monumento com a avenida da Índia e a Doca do Bom Sucesso.

As árvores predominantes são o Pinheiro Manso, a Oliveira e o Choupo, e junto ao Forte de Bom Sucesso, poderão ainda ser vistos algumas espécies rasteiras (arbustos) e exóticas como a Palmeira-das-Canárias.

Existem ainda algumas peças efémeras, comemorativas e evocativas, assinaladas nos equipamentos urbanos – inscrições de autores portugueses – e escultóricas, no caso do avião de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Discussão e Fundamento

A paisagem construída é o resultado do domínio e acção do homem sobre o território, ordenando e transformando o espaço, com meios e objectivos diferentes que variam consoante o modo de utilização e fenómenos culturais e temporais²⁶⁵. Este sentido de identificação de valor patrimonial da paisagem e do território é o reconhecimento do valor do passado na sedimentação do conjunto

²⁶⁵ José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição. Outubro de 2007, p.63

patrimonial. Trata-se de factores que desencadeiam e fomentam os mais variados processos de transformação e protecção dos ambientes singulares, e principalmente, de reaproximação ou recontextualização da história no lugar entre o monumento e a envolvente.

A reintegração do monumento no contexto urbano através da criação de um jardim relacionado com a Avenida da Torre, permitiu alargar a sua acção à envolvente da Capela de São Jerónimo e à vasta paisagem que compõe o enquadramento da Torre de São Vicente.

Com o projecto foi criado um cenário de observação e valorização com base na reformulação do carácter e imagem do lugar, preservando elementos caracterizadores existentes, arquitectónicos e topográficos, que pela simplicidade evidenciam o monumento.

O carácter histórico do local e o valor artístico da Torre, atendendo ao seu posicionamento original, levou a construção de um canal que a circunda e permite reposicionar, metaforicamente ou simbolicamente, a torre no seu contexto histórico, ou seja, isolado da envolvente e inserida no rio. Do mesmo modo que o espaço público foi programaticamente pensado como um cenário monumental, adaptando-o a uma nova funcionalidade, um anfiteatro foi moldado no terreno para a realização de efemérides culturais.

Outro critério de recontextualização na prática projectual foi determinado na articulação da arquitectura monumental e arquitectura da paisagem na valorização do lugar. O amplo espaço verde assume o papel de extensão do objecto e simultaneamente de valor artístico e projectual em si mesmo – definição de materiais e elementos vegetais que definem o espaço e a forma. Trata-se da construção de um novo espaço público com base nas especificidades qualitativas do espaço e do desenho.

Foram igualmente definidos percursos e tipos de vegetação para destacar alinhamentos visuais que retiraram partido de aspectos rústicos e precisos do objecto monumental, limitaram e protegeram o monumento do movimento automóvel da Avenida da Índia, e homogeneizaram o território.

A contingência da paisagem é o tempo, como afirma o engenheiro António Viana Barreto 'a pedra fica a vegetação morre'²⁶⁶. O tempo passa e a arquitectura fica, a paisagem terá que voltar a ser pensada e reconstruída com novos processos, mais ou menos determinados por critérios de valorização ou preservação, mas de recontextualização do monumento numa nova cultura social e temporal.

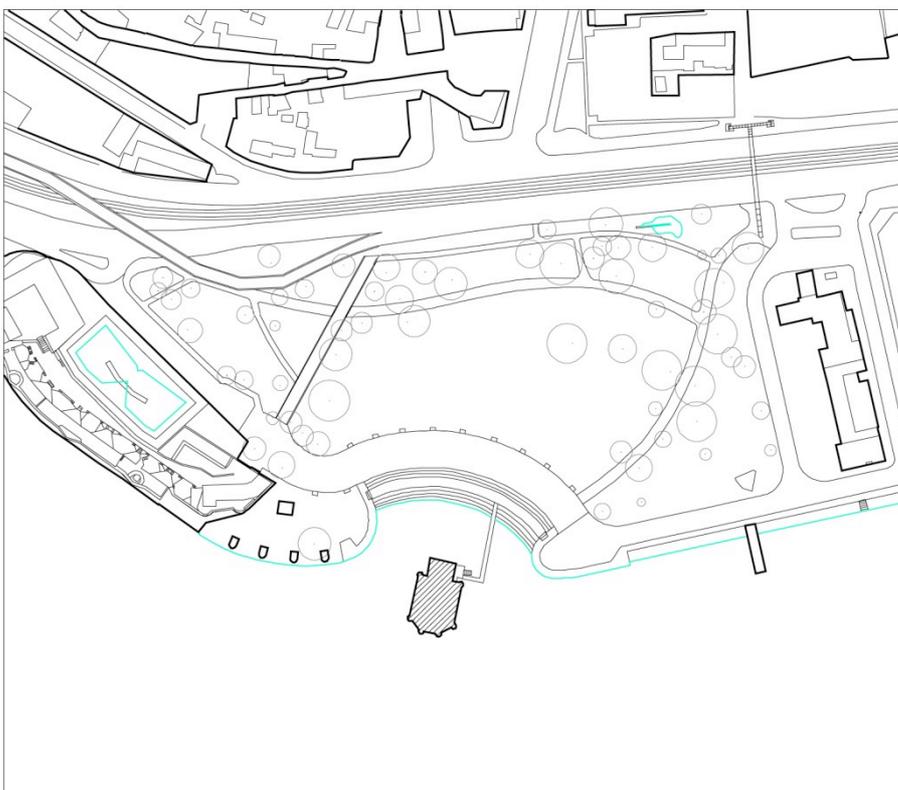
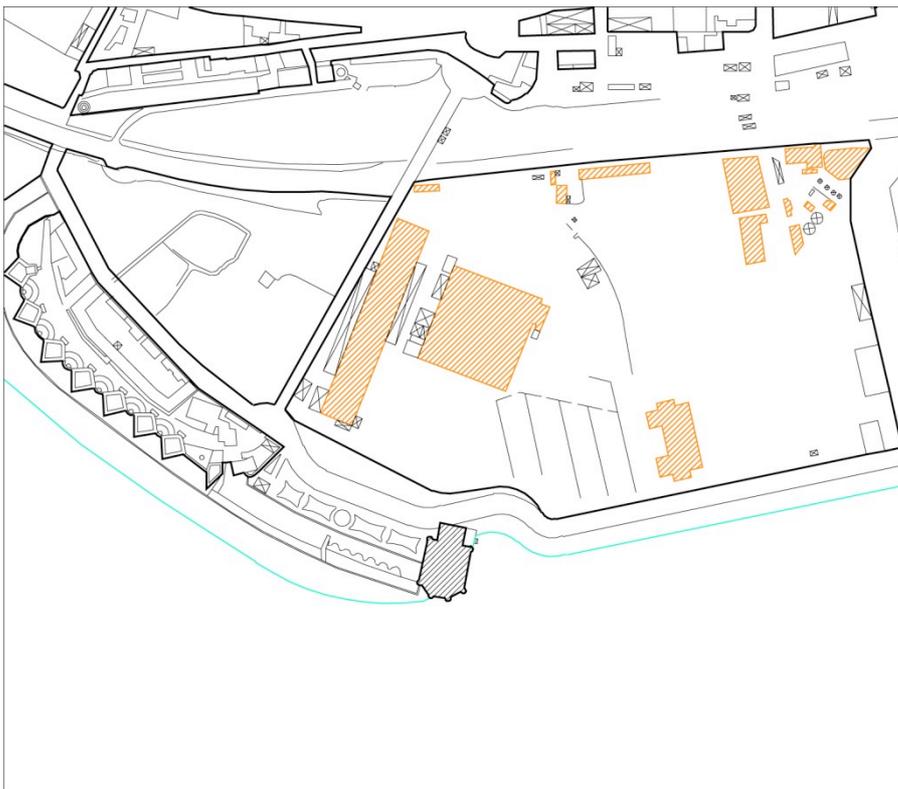
²⁶⁶ Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, 10 de Setembro de 2009



Torre de Belém cerca de 1950
AML-AF



Torre de Belém [s.d.]
Távares da Fonseca



Legenda:



-  Monumentos
-  Fábrica de Gás de Lisboa
Ed. demolidos c. 1950

0 20 100 (m)

Antes da
Intervenção
c. 1950

DES017

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES018

5.5. Relação entre a pré-existência e a arquitectura contemporânea na requalificação do Lugar

Terreiro de Santa Clara – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra

Apresentação e Enquadramento na categoria.

O antigo Mosteiro de Santa Clara implanta-se na margem sul do Rio Mondego e tem como enquadramento o vale aluvionar coimbrão. Durante cinco séculos o mosteiro esteve parcialmente sepultado e abandonado tendo sido usado para os mais variados fins, sobretudo agrícolas, que conjuntamente com acção do tempo e das inundações, deterioraram o estado físico e salubre do monumento.

Apenas no século XIX surgiram as primeiras tentativas de consolidação territorial das margens do rio que despoletaram o início do sentido preservacionista do espaço arqueológico e monumental. Tendo a maior acção conservacionista ocorrido entre 1989 e 2009 com a execução de três projectos de melhoramento do espaço envolvente à Igreja de Santa Clara: o projecto de 'Valorização e Recuperação da Igreja de Santa Clara-a-Velha' dos arquitectos João Rapagão e César Fernandes (1989-1998); 'Entrada Poente do Parque Verde Mondego' da autoria dos arquitectos Gonçalo Byrne e José Laranjeira (2005-2007); e a 'Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e terrenos envolventes' dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez (2002-2009). Cada um destes projectos interferiu numa pequena parcela da envolvente ao monumento, relacionando-o com as diferentes escalas e morfologias urbanas.

Pretende-se aqui reconhecer de que forma foram utilizados os processos de (re)construção do edificado e espaço público na preservação e recontextualização do monumento na envolvente. A construção de um novo edifício como sistema de confronto entre a história e a contemporaneidade, neste caso entre duas matérias isoladas. Em relação ao espaço público definiram-se factores de integração, unificação e fundamento conceptual e prático na articulação dos diferentes projectos.

O espaço público extramuros foi pensado à escala do território, reorganizado segundo processos de relação e aproximação da cidade ao monumento, tendo sido desenvolvidos no percurso intramuros aspectos de unificação do espaço projectual e de demonstração das especificidades históricas ao visitante. Em confronto, esteve a opção dos projectistas em recorrer, como processo de valorização, à bivalência entre a pré-existência e a arquitectura contemporânea com a construção de um novo edifício.

O monumento e o espaço urbano envolvente

Datado do princípio do século XIV o Mosteiro das Clarissas foi mandado erguer pela Rainha Isabel de Aragão e construído por Domingues Domingos, arquitecto régio de Alcobaça, e seu sobrinho Estêvão Domingos. Do seu conjunto, composto por uma Igreja, dois claustros, um hospício, um cemitério e o Paço da Rainha Isabel de Aragão, permaneceram as ruínas da Igreja e do Claustro agora recuperadas.

A sua localização deveu-se possivelmente a um crescente urbano no final do século XIII, que se acumulava nas colinas adjacentes, obrigando a cidade a extrapolar as suas muralhas defensivas e a expandir-se em direcção ao rio. Neste registo foram erguidos alguns edifícios mendicantes como os conventos de São Francisco da Ponte e de Santana, e o antigo mosteiro de Santa Clara. Situava-se este último num ponto nevrálgico no território, ou seja, na charneira do eixo que unia o Sul ao Norte e na proximidade da principal entrada na cidade. A sua fixação deu origem num novo aglomerado habitacional e agrícola²⁶⁷.

O condicionamento que o rio impunha ao crescimento urbano de Coimbra, fruto da instabilidade de traçado das suas margens e sucessivas cheias, foi notório na forma como a se desenvolveram tanto a Baixa como a Alta da cidade, e incontornavelmente, na transformação que inflectiu no território aluvionar, absorvendo pontes, edifícios e destruindo campos agrícolas. Neste sentido, em 1331 o Mosteiro de Santa Clara foi invadido pelas águas do Mondego que o transformaram num espaço insalubre e precário, obrigando à mudança das clarissas na segunda metade do século XVII para um novo convento no Monte da Esperança – Santa Clara-a-Nova.

Só nos finais do século XVIII e século XIX surgiram as primeiras intenções para evitar o assoreamento do rio, como por exemplo o projecto da autoria de Estêvão Cabral em 1870 para a construção de um leito artificial. Propôs, para além da construção de um percurso rectilíneo paralelo ao rio, um programa de plantação de árvores nas margens, do qual resultou o Choupal²⁶⁸. Posteriormente foram executadas transformações nas margens do rio, encetando-se diversos aterros e procedendo-se à subida da cota das margens, como foi o caso das obras no cais das Ameias em 1837²⁶⁹. Este processo de ‘domesticação’ do rio só foi possível, com a construção da barragem da Aguieira e de todo um sistema de controlo e protecção de cheias, de que as avenidas

²⁶⁷ Walter Rossa, O espaço de Coimbra: da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Evolução do espaço físico de Coimbra, Câmara Municipal de Cpoimbra, Dezembro de 2006 p.19

²⁶⁸ Idem p. 49

²⁶⁹ Marta Coelho Macedo, Coimbra na segunda metade do século XIX, Evolução do espaço físico de Coimbra, p.49

Emílio Navarro (1888) e Inês de Castro fazem parte. Em consequência das cheias anteriores o mosteiro e terrenos envolventes haviam sido deixados ao abandono²⁷⁰.

Entre os anos trinta e quarenta do século XX, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais promoveu uma intervenção de valorização do monumento, submetendo-o a obras de restauro. O projecto centrou-se na recomposição do edifício na sua forma original, demolindo acrescentos anexos e refazendo partes do conjunto sem incidir qualquer obra na envolvente ao monumento²⁷¹.

Estado anterior

A ruína da Igreja de Santa Clara implantava-se num vasto plano formado e sedimentado ao longo de anos pelas sucessivas cheias, que caracterizavam este troço do rio e enquadravam o monumento numa paisagem rural. Esse assoreamento natural resultou num imenso terreiro (areal) que se estendia do monumento até à margem do rio, soterrava a ruína até meio corpo e a envolvia de campos agrícolas.

No topo Norte o monumento era confrontado por um conjunto de edificações que se estendiam para Sul, ladeando o terreno conventual, e teriam acesso pela rua da Barrogaça que unia a 'estrada das Lages' à estrada nacional (Lisboa-Porto). Um dos edifícios, até à intervenção da DGEMN, anexava-se ao vértice sudoeste do monumento.

O terreiro era atravessado por um caminho de serviço, de quando em vez ponteados pelos postes em madeira das linhas de telefone, ladeado por muros rústicos de pedra emparelhada que dividiam as propriedades. Servia de acesso aos campos agrícolas e a algumas construções de apoio aos campos já demolidas. As entradas destas propriedades eram assinaladas por um pórtico em pedra, alteado por um pequeno telheiro, e eram encerradas por portões de ferro trabalhados e permeáveis.

Na cerca e adjacências à ruína a vegetação predominante era rasteira embora existissem dois pequenos aglomerados arbóreos de maior porte, um junto à Igreja (Ulmeiros) e outro num dos cantos do terreno. A envolvente apresentava maior diversificidade de elementos naturais sendo a colina de Santa Clara-a-Nova mais densamente ocupada e, junto ao rio, existia uma cortina de Choupos como barreira.

²⁷⁰ Gonçalo Byrne, José Laranjeira, Projecto da entrada poente do Parque Verde do Mondego, Coimbra, Memória Descritiva e justificativa, p.2

²⁷¹ Francisco Pato de Macedo, O mosteiro velho de Santa Clara, Revista Monumentos nº 18, p.17

Sazonalmente o terreiro era invadido pelo rio, definindo um 'plano de água', cortado apenas pela altura dos muros e vegetação, desde a margem direita da cidade até ao monumento que simbolicamente se implantava dentro de água.

Ideologia e Intervenção

Em 1989 o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) lançou um 'concurso de ideias para a Valorização e Recuperação da Igreja de Santa Clara-a-Velha'²⁷² que sagrou como vencedor o projecto dos arquitectos João Rapagão e César Fernandes. O Programa de concurso pretendia 'valorizar esta igreja por meio de uma solução criativa que, sem colidir com a originalidade do edifício, permitisse receber visitantes e animação cultural'. Para tal foi desenterrada a igreja, bem como intervencionada área imediatamente adjacente, com recurso a um processo de bombagem de água²⁷³.

Com a colaboração do arqueólogo Artur Côrte Real foi realizada em 1995 uma escavação arqueológica que modificou a forma de entender este monumento. Os trabalhos definiram-lhe uma nova e 'especial singularidade metodológica', descoberto o claustro, e encadearam uma estratégia diferente de conservação do conjunto monástico²⁷⁴. A proposta de reabilitação envolveu diversas áreas do conhecimento a fim de potenciar o projecto de valorização do monumento e sobretudo no sentido de 'devolver o sítio de Santa Clara-a-Velha à cidade'²⁷⁵ de Coimbra.

Em 1998, com base num estudo de viabilidade técnica desenvolvido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o IPPAR decidiu-se pela preservação do monumento em 'ambiente seco' com a construção de uma cortina de contenção periférica²⁷⁶. Esta intervenção foi encetada no âmbito do Programa Polis para a cidade de Coimbra de 2001 e na sequência dos Planos de Pormenor do Parque Verde do Mondego do arquitecto Camilo Cortesão e do Eixo Portagem/Av.

²⁷² Entre outros, destaca-se o projecto do arquitecto João Mendes Ribeiro premiado com o 2º lugar, 'A cortina de contenção periférica de água (ensecadeira) é preexistente: ignora-se o desenho, enfatiza-se a ideia'. O projecto previa um conjunto de percursos efémeros em 'contraponto à história' da ruína, a delimitação do Mosteiro 'por um plano de água (que recebe e distribui a água pelas várias fontes), uma galeria de exposição, um edifício suspenso' que funcionaria como museu. Veja-se João Mendes Ribeiro, *Arquitectura e Cenografia, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*, Editorial XM, Coimbra, 2003, p.220-227

²⁷³ Francisco Pato de Macedo, *O mosteiro velho de Santa Clara*, Revista Monumentos nº 18, p. 17

²⁷⁴ Idem, p. 17

²⁷⁵ Artur Côrte Real, 'Devolver o sítio à cidade', entrevista ao jornal 'Diário as Beiras', 17 de Abril de 2009, p.2

²⁷⁶ Francisco Pato de Macedo, *O mosteiro velho de Santa Clara*, Revista Monumentos nº 18, p.17

João das Regras do arquitecto Gonçalo Byrne²⁷⁷. Posteriormente, entre 2005 e 2007, o processo é concluído com a realização do projecto designado por 'Entrada Poente do Parque Verde Mondego' de autoria dos arquitectos Gonçalo Byrne e José Laranjeira.

O projecto 'Entrada Poente do Parque Verde Mondego' pretendia conciliar a revitalização urbana do território envolvente ao Mosteiro, nomeadamente o espaço público gerado no projecto em relação com a cidade, e articular os diferentes documentos de planeamento (Planos de Pormenor e Parque Verde Mondego) para aquele importante nó rodoviário de Coimbra.

Para a requalificação do espaço urbano foi organizado um sistema de circuitos pedonais, que articulavam os traçados propostos e os existentes, no intuito de permitir o uso permanente de um novo espaço verde numa relação de proximidade com o convento, o parque e o talude periférico para a contenção das águas.

Na proposta são possíveis de identificar três percursos: o acesso das avenidas João das Regras e Inês de Castro tanto ao Parque Verde Mondego como à Entrada Poente do mesmo, através de uma plataforma desnivelada que desemboca no túnel pedonal. Este espaço pretendia 'proporcionar, a quem o atravessa, um sentimento de segurança e conforto, quer em situações diárias de passeio e entrada no Parque Verde do Mondego, quer em situações especiais quando esta porta funcionar como entrada controlada para os acontecimentos e eventos a realizar no parque'²⁷⁸. O sistema mantém intacto a função do dique da avenida Inês de Castro pois estão criadas as condições de estanquidade na porta projectada.

Um outro, percurso paralelo à cerca do convento, permitia a ligação do cruzamento com as cotas mais baixas atravessando o espaço verde projectado.

Por último, na 'crista' da ensecadeira, um passadiço que permitia percorrer parte da cota alta e periférica do monumento. Esta separação física entre o espaço verde e a cerca conventual privilegia a observação do interior do convento de uma cota superior à do terreiro. O sistema desenhado 'permite ainda que a vista do interior do monumento em direcção ao casco histórico da cidade de Coimbra seja controlado pelo limite desta passerelle sobrelevada, retirando da vista o intenso movimento gerado pela Av. Inês de Castro, tornando predominante a belíssima acrópole da alta coimbrã'²⁷⁹.

²⁷⁷ Gonçalo Byrne, José Laranjeira, Projecto da entrada poente do Parque Verde do Mondego, Coimbra, Memória Descritiva e justificativa, p.2

²⁷⁸ Idem, p.4

²⁷⁹ Idem, p.3

O espaço público/verde resulta na diferença de 'cota entre o terreiro e as circulações envolventes, os percursos pedonais propostos provocam diferentes declives e orientações. O revestimento destas superfícies é constituído, maioritariamente, por prados regados, ou por maciços arbustivos, nas situações onde se pretende evitar o acesso livre dos utilizadores. Através da plantação de espécies arbóreas adaptadas a solos húmidos são criadas áreas de protecção em relação às vias de circulação automóvel e focalizam-se os enquadramentos visuais pretendidos'²⁸⁰.

Em 2002 foi lançada a segunda fase do 'Concurso Internacional para a Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e terrenos envolventes', do qual resultou o projecto dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez como vencedor. Para o arquitecto Sérgio Fernandez, explicando o carácter da intervenção num monumento como este, reconhecer o valor arquitectónico, histórico e o misticismo do mosteiro faz com que se torne, para o arquitecto contemporâneo, um desafio fantástico.

Com o projecto limitado aos terrenos interiores à cerca do convento e condicionado com a posição da ensecadeira, o projecto dividiu-se em dois sectores distintos: por um lado, o mosteiro e a ruína do claustro, sabendo-se que existem outras áreas arqueológicas não descobertas, e que está limitado pela barreira de contenção periférica; por outro, o novo edifício (museu) do lado sul, incluindo o seu principal acesso e estacionamento²⁸¹.

A secagem do espaço intramuros com a barreira de contenção periférica, pré-existente ao projecto, possibilitou definir um percurso que de certo modo musealizou o mosteiro, facultando a sua leitura nas suas diferentes faces voltadas à cidade, nas diferentes leituras da história e das sucessivas transformações que ele foi sofrendo.

'O percurso de visita ao sítio é resolvido por um passadiço de madeira, de nível, que se implanta, em boa parte da sua extensão, sobre o coroamento da ensecadeira. Esta implantação elevada em relação à cota do piso do claustro e da igreja, implicou a criação de um sistema de acessos à área monumental acessível a pessoas com mobilidade reduzida. Este percurso, do lado nascente, sofre algumas variantes, permitindo o acesso directo ao terreno numa tentativa de conferir algum sentido e leitura aos fragmentos de muros da cerca e do caminho medieval'²⁸².

A entrada de serviços e dos visitantes faz-se pela rua das Parreiras, onde foi prevista uma área com estacionamento público considerada insuficiente segundo os projectistas. Foi equacionado em

²⁸⁰ Gonçalo Byrne, José Laranjeira, Projecto da entrada poente do Parque Verde do Mondego, Coimbra, Memória Descritiva e justificativa, p.4

²⁸¹ Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, Luis Urbano, Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, Memória Descritiva, p.1-4

²⁸² Idem, p.1

projecto a demolição de um terreno amuralhado a sul, junto à entrada principal, para a construção de um parque automóvel de ligeiros e pesados (autocarros) para a recepção do público. Porém nada disto foi feito.

O novo edifício remata o lado sul da cerca e 'não deverá competir nem "aproximar-se" do monumento, pelo que terá um carácter fortemente abstracto e unitário, anulando-se na transparência da sua fachada norte, ou transformando-se numa espécie de espelho da própria cena que observa. Do seu interior é possível estabelecer uma relação ampla com todo o conjunto recuperado, ou seja, com a igreja e as ruínas do claustro ao fundo, implantadas a uma cota bem inferior à do espelho de água, em primeiro plano²⁸³.

Esta relação com o mosteiro e lugar foi reforçada pela elevação da cota do piso útil do novo edifício, deixando um piso térreo vazado para criação de uma cota de segurança, em memória das constantes subidas de água que outrora afectavam o monumento e para protecção do espólio arqueológico ali preservado.

Espaço existente

O terreiro envolvente ao antigo Mosteiro de Santa Clara é delimitado a Poente pelas Avenidas Inês de Castro e João das Regras, que fazem parte do eixo viário IC2 e compõem uma das entradas da cidade. A Nascente o limite é definido por um aglomerado edificado, maioritariamente habitacional, e cintado pelas ruas António Augusto Gonçalves e das Parreiras. As avenidas estão numa cota mais elevada que o nível médio do terreiro, quebrando uma possível relação do Mosteiro com o rio e com o Parque Verde Mondego, que de algum modo permite incutir no observador a ideia que o monumento permanece enterrado.

Este amplo rossio está dividido em duas áreas distintas: Um espaço verde de carácter público, enterrado pela força das avenidas limítrofes, que resolve a relação entre as cotas altas e as mais baixas do terreno, e um outro privado que compõe o espaço arqueológico adojado ao Mosteiro.

A diferença de cotas no espaço verde e as circulações propostas permitem diferentes pontos de vista sobre o território e sobre o Mosteiro, sem possibilitar que haja na verdade uma aproximação directa a qualquer um deles.

²⁸³ Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez, Luis Urbano, Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, Memória Descritiva, p.3

A ideia que se tem no contexto abrangente é de um aparente isolamento que apenas permite algumas relações visuais com a envolvente. A excepção é feita no atravessamento longitudinal do espaço verde, que une a cota alta deste com o percurso existente paralelo à Cerca, e o de nível com o Parque Verde Mondego (Queimódromo) através de uma passagem subterrânea. A sua relação com o Mosteiro é neste ponto de observação limitada pela ensecadeira.

A elevação funciona como charneira entre o espaço verde, público e voltado para a cidade e um privado contemplativo e protector do monumento. É simultaneamente um percurso que privilegia a observação do espaço arqueológico, paralelo e equilibrado sobre o caminho pré-existente contíguo à Cerca, como delimita fisicamente os dois espaços. No entanto permite uma relação visual e abrangente sobre toda a área intramuros, mosteiro, ruínas e o museu, e com todo o enquadramento urbano que compõem a paisagem aluvionar de Coimbra (o rio, a Alta da cidade, o parque e Santa Clara-a-Nova).

O espaço dito arqueológico é limitado a nascente pela Cerca e pelo talude da ensecadeira, e a poente por uma frente edificada. Os acessos ao seu interior são feitos nas extremidades longitudinais e um transversal junto ao monumento. O de nível e principal é feito pela rua das Parreiras e dois com desnível pela Avenida João das Regras, e pela rua António Augusto Gonçalves.

O terreno é irregular, fruto da escavação em torno do Mosteiro e da construção da barreira de contenção periférica e acentua duas áreas de análise, que apesar de diferentes na sua origem temporal relacionam-se entre si e no espaço público: uma é o novo edifício destinado ao museu, de linhas contemporâneas e de posição elevada no terreno, que tem o monumento como principal eixo visual e funciona como um espaço de recepção, de demonstração e preservação da história (espólio) do antigo convento. Dele partem todos os percursos de relação e aproximação à zona museológica.

O segundo momento centraliza-se na relação do monumento com os percursos que o circundam, possibilitando a percepção de todas as faces do antigo Mosteiro e dispondo-o como uma peça de arte num espaço museológico.

Discussão e Fundamento

O processo de reconstrução do espaço envolvente ao antigo mosteiro de Santa Clara resultou de actuações isoladas no tempo que confluem no sentido da preservação e recontextualização do

monumento e envolvente. Estas acções fragmentadas e sequenciais anunciaram princípios de projecto semelhantes para a definição de desenho, composição e de complemento ideológico entre eles: consolidação, espaço público e revitalização.

Os trabalhos arqueológicos já haviam permitido desenterrar a ruína dos terrenos insalubres e instáveis assoreados pelo Mondego, e imposta uma nova estratégia de conservação do conjunto arqueológico, claustro e igreja.

Na primeira fase de requalificação foi aplicado um novo sentido metodológico, ampliando a importância arqueológica e arquitectónica do edifício, confirmando a ideia de consolidar os terrenos envolventes permitindo uma preservação do monumento em 'ambiente seco'. Assim foi construída uma 'cortina de contenção periférica' que influenciou e condicionou as opções de projecto no desenho do espaço envolvente ao monumento.

Esta barreira entre as diferentes partes que compõe a envolvente adjacente à ruína, enfatiza o limite da cerca do espaço conventual e separa o espaço público exterior do espaço privado mais intimista.

Os percursos pedonais exteriores são-lhe paralelos, em cota baixa e em cota alta, possibilitando uma aproximação gradual a diferentes pontos de observação do monumento. O mais destacado circula por cima da ensecadura, desvenda três faces da antiga igreja e de todo o espaço interior da cerca, sem no entanto permitir o acesso ao seu interior. Em cota baixa atravessa o espaço público e apenas revela a 'rosácea' e cobertura do monumento.

O espaço público constitui-se neste exemplo como um factor estruturante do território e das diferentes vicissitudes de desenvolvimento temporal. Posiciona-se como uma charneira entre a envolvente urbana e o monumento, adequa as diferentes escalas de intervenção, o desenho e a ideologia à requalificação e preservação da história do lugar.

A irregularidade topográfica oriunda das intervenções de domínio sobre o rio, Av. Inês de Castro e a barreira de contenção, cingem o espaço numa oposição vivencial entre cotas que não permite um acerto da cidade ao monumento de forma directa e regular.

O desenho foi pensado à escala urbana, permitindo reorganizar ou estruturar novas analogias entre áreas morfológicas da cidade, num processo dinâmico de extrapolação dos limites específicos de cada intervenção que interagem no espaço humanizado. Este espaço público define-se como um ambiente global, onde 'o homem vive numa comunidade ambiental e as formas

urbanas ou territoriais são constituídas pela composição de diferentes unidades espaciais e elementos morfológicos²⁸⁴.



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha cerca de 1930 + Fevereiro de 2009
IHRU + fotografia de autor

O projecto de 'valorização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha e terrenos envolventes' divide-se entre a conservação da ruína e a construção de um elemento de arquitectura contemporânea para a preservação do espólio arqueológico descoberto.

A relação repercute-se na reintegração ou recontextualização de um conteúdo poético no carácter do lugar, envolto nos percursos pedonais que relacionam fisicamente os dois edifícios e 'dá-a-ver' o monumento. São dois tempos e duas linguagens em confronto, isolados espacialmente, mas relacionados entre si.

Por exemplo, parte da vivência interior do museu foi projectada e influenciada na imagem cenográfica do monumento e, a cota do novo edifício desenhada acima do nível das águas criando um 'espelho de água' imaginário dos tempos em que o monumento estaria soterrado.

Em suma, o processo de recontextualização acrescenta um novo sentido crítico entre dois pontos morfológicos opostos, mas que se constituem como uma arquitectura integrada na ideologia e no sentido histórico. A solução pretendia ser homogeneizadora nos diferentes percursos públicos, inseridos num sistema privado de preservação e perpetuação simbólica do património nacional.

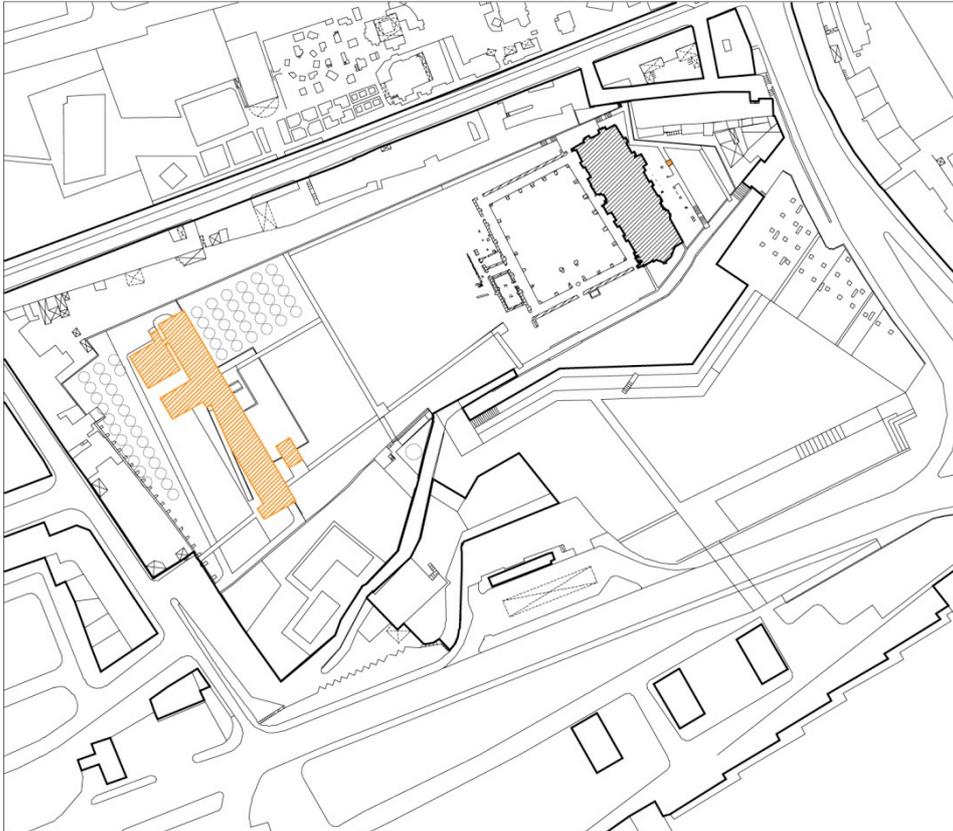
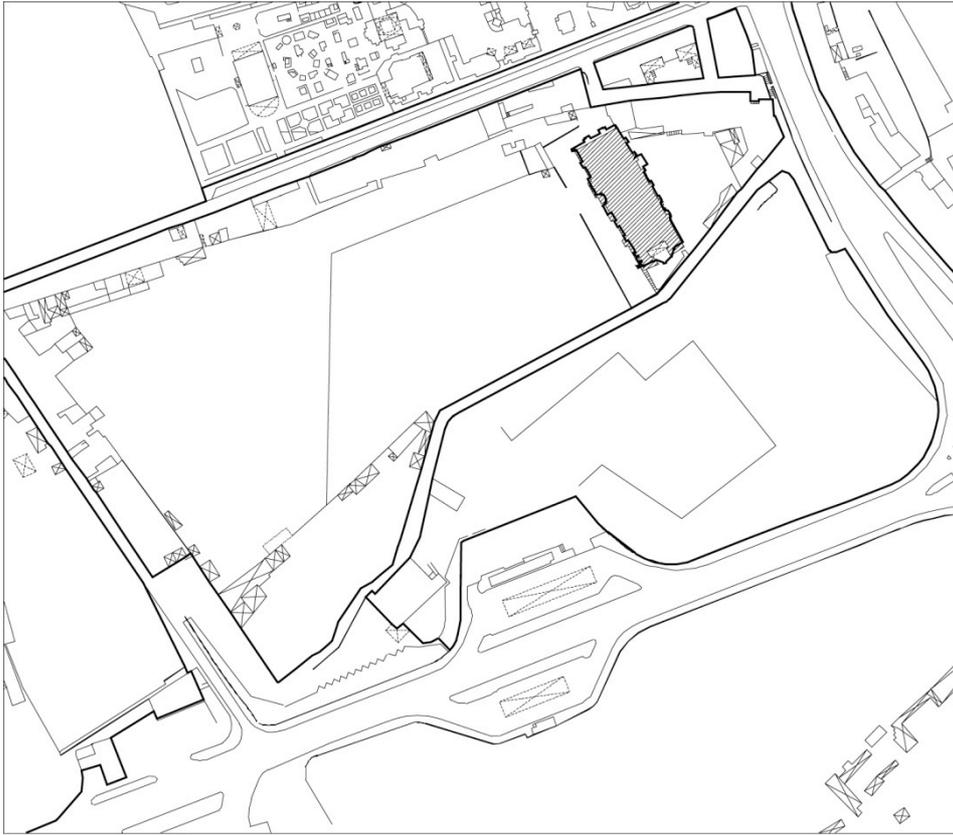
²⁸⁴ José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição. Outubro de 2007, p.73



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha [s.d.]
IHRU



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha Fevereiro de 2009
Fotografia de autor



Legenda:



 Monumentos

 Construção nova

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1980

DES019

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES020

5.6. Território e desenho na construção do espaço público

Praça 8 de Maio – Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra.

Apresentação e Enquadramento na categoria.

A praça 8 de Maio localiza-se na parte baixa da cidade de Coimbra, é um elemento estruturante e identitário da lógica urbana da cidade, parte integrante das vivências culturais da comunidade e define-se, entre outras coisas, como espaço de contemplação e monumentalização da igreja de Santa Cruz.

As sucessivas subidas da água do rio Mondego e os consequentes aterros das ruas e do espaço público da 'Baixa', originaram uma separação entre as cotas da praça e do Mosteiro de Santa Cruz, a ponto de modificar a analogia fundacional deste com a cidade e o burgo antigo.

Em 1993 o arquitecto Fernando Távora desenvolveu um conjunto de soluções urbanísticas, de planeamento e requalificação do espaço público, designadamente os projectos de 'Arranjo Urbano da Praça 8 de Maio'²⁸⁵ e do 'Plano da zona do "Bota-abaixo"', idealizando a revitalização da área urbana e a recuperação da praça fronteira ao antigo Mosteiro.

Com base no desenho do espaço público, o arquitecto propôs um programa interventivo relacionado com as sedimentações históricas do lugar, com o objectivo de redefinir os percursos e alinhamentos da praça para valorização do lugar e do monumento.

Na composição do 'quadro' da paisagem urbana da 'baixinha' de Coimbra, introduziu factores de recontextualização à escala do espaço público na Praça 8 de Maio, mas elege no Plano questões práticas relacionadas com a descontextualização em acções de demolição por detrimento do tecido urbano de origem medieval.

Esta bivalência projectual esclarece e associa um conjunto de instrumentos de composição conceptual e de projecto na requalificação da Praça e do 'bota-abaixo', dos quais interessa compreender de que forma articulada esses factores de desenvolvimento com a preservação e contextualização do património urbano.

²⁸⁵ Em alguns documentos consultados o projecto tinha a designação de 'Remodelação da Praça 8 de Maio'

O monumento e ao espaço urbano envolvente

O Mosteiro de Santa Cruz é um exemplo da arquitectura religiosa do século XII, época da fundação da nacionalidade, e foi construído nos arrabaldes da fortificação da cidade medieval, a Norte do Mondego e ao longo do Vale da Ribeira.

Com os limites da sua cerca a impedirem o crescimento da urbe para norte, o mosteiro determinou o sentido da expansão urbana entre si e o rio, originando o prolongamento do edificado da Alta para a Baixa da cidade num misto de ruralidade hortícola e urbanidade²⁸⁶. Num espaço intermédio surgiu a praça 8 de Maio, constituindo-se como um dos motores de desenvolvimento económico (fundiário), urbano e religioso²⁸⁷ da cidade.

A dominar o espaço arquitectónico está a fachada da Igreja de Santa Cruz, exemplar românico coimbrão (séc. XII), onde se sepultaram os primeiros reis de Portugal, domina a face Leste da Praça com a sua imponente fachada em calcário da região (Pedra de Ançã). 'As sucessivas intervenções artísticas dos séculos XVI e XVII alteraram-lhe a fachada, acrescentando-lhe decoração e um pórtico que constitui um corpo único e singular sobre o lago. As primeiras devem-se ao cinzal de João de Rulão e de Nicolau de Chanterenne'²⁸⁸. A imagem actual vem da época de D. João III, na qual Diogo de Castilho e Nicolau de Chanterenne levantaram o portal em pedra branca de Ançã²⁸⁹ e posteriormente o artista barroco José do Couto esculpiu o pórtico. Pela Praça se conduzia 'o tráfego que ligava, pelo litoral, o norte ao sul do país, cruzando o Largo da Portagem e percorrendo [a rua Coruche] até Santa Cruz, e daí à saída pela rua da Sofia, prolongando na rua das Fora de Portas. Era este o caminho urbano da estrada real, na ligação de Lisboa com o Porto e por aqui passavam as carruagens ao serviço da mala-posta'²⁹⁰. Em 1866 o percurso de entrada de Sul sofreu alterações com o alargamento da rua em cerca de dez metros, para assim resolver o problema de congestionamento causado pelo tráfego da Estrada Nacional. Esta obra de grande escala demonstrou a importância central da Praça,

²⁸⁶ Walter Rossa, *Evolução do espaço físico de Coimbra, O espaço de Coimbra. Da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 20

²⁸⁷ Rui Lobo, *Santa Cruz e Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo do século XVI*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2006, p. 28

²⁸⁸ *A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público*, p. 307

²⁸⁹ Câmara Municipal de Coimbra, *Memórias de Santa Cruz*. Coimbra: ed. CMC, 2003, p. 61

²⁹⁰ Marta Coelho Macedo, *Evolução do espaço físico de Coimbra. Coimbra na segunda metade do século XIX*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 50

envolveu a expropriação e demolição de alguns edifícios, e desenhou um novo eixo viário a artéria Visconde Luz²⁹¹.

Durante o período do Estado Novo foram produzidos diversos projectos, para a reestruturação e requalificação desta zona baixa da cidade que não foram concretizados, com base em processos de demolição do tecido urbano existente: Abel Urbano (1919-1928), Luís Benavente (1936), Étienne de Groër (1940), Antão de Almeida Garrett (1955), Alberto José Pessoa (1956) e Serviços de Obras e Urbanização da Câmara (1971-1973)²⁹².

Estado anterior

Na segunda metade do século XX os limites da Praça 8 de Maio estavam estabilizados com os dois edifícios na face Sul a memoriarem as obras de alargamento da rua Coruche, actual Visconde Luz. Uma rua larga e ladeada por edifícios novecentistas, pavimentada com o betuminoso no eixo viário e calçada à portuguesa nos passeios, diversidade comercial tornavam-na num pólo económico da cidade, associado à centralidade no território e ao atravessamento viário nacional.

A Igreja de Santa Cruz, na face nascente da praça, estava num plano inferior à da cota da rua, que passava fronteira à fachada a cerca de 1,30 metros acima da soleira do edifício religioso. Seria necessário descer oito degraus para aceder ao seu interior, protegidos por um gradeamento, de meia altura em ferro, com seis pináculos em pedra a marcar as entradas para a Igreja.

Cerca de 1900, a praça era desnivelada e composta por um único pano calcetado a cubos de granito e pontuada por dois canteiros de palmeiras que separavam a via do confronto com a baixa e o quiosque na face sul. Já por lá passava os carros públicos puxados a molaes e o acesso entre a rua Visconde Luz e a rua Sofia fazia-se de nível. A configuração viria ser alterada nos anos 40 vincando a diferença a meio da praça com a construção de um talude de meia circunferência, gradeado a meia altura onde se posicionavam os candeeiros de iluminação

²⁹¹ Marta Coelho Macedo, *Evolução do espaço físico de Coimbra. Coimbra na segunda metade do século XIX*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p 50

²⁹² Os Planos assinalados foram objecto do estudo de Sandra Maria Fonseca Almeida, *A Cidade Baixa. Evolução e caracterização do espaço urbano, Coimbra 1997*, Dissertação de licenciatura de arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Veja-se Nuno Rosmaninho, *Evolução do espaço físico de Coimbra. Coimbra no Estado Novo*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 65

pública. Nos extremos o acesso pedonal, por escada a sul onde estava o quiosque, e automóvel de nível a norte.

A praça em 1990, configuração que se comprova no levantamento elaborado para o projecto do arquitecto Fernando Távora, mantinha-se dividida e diferenciada na cota entre o afluente viário nacional, e junto à face Este por um espaço em cota inferior que acolhe o fluxo proveniente das ruas do núcleo antigo da baixa (ruas Direita, da Louça, do Corvo e da Moeda). A vincar essa separação um talude de menor impacto que o de 1940 e estendia-se dois terços para dentro da praça. Mantinha a lógica de acesso entre cotas, pedonal e por escada junto ao edifício de topo na face sul e deixando passar em declive ligeiro o tráfego automóvel na face oposta.

O pavimento era generalizado a betuminoso, marcando a área destinada ao automóvel e ladeado, contíguo aos edifícios, por passeios irregulares de calçada à portuguesa.

Ideologia e Intervenção

Com o projecto de 'Arranjo da Praça 8 de Maio', do arquitecto Fernando Távora, seria pretendido relacionar a importância do monumento no centro da cidade, em articulação com a envolvente urbana. Foi proposto a redefinição da ligação entre a rua Visconde Luz e a rua Sofia, pedonalizada e conseqüente desafogada do 'tráfego mecânico', e recuperada a cota primitiva da praça para o nível da Igreja.

Em 1992 o pároco da Igreja escreve que o 'plano arranjo da Praça 8 de Maio tem em vista e muito bem, realçar Santa Cruz como Monumento Nacional de primeira grandeza, dando-lhe o destaque que merece na Baixa coimbrã'²⁹³.

Assim, 'reconstitui-se não apenas o valor do seu espaço inicial bem como a leitura da Igreja de Santa Cruz referencia às ruas Direita, da Moeda, da Louça e do Corvo que aí afluíam frontalmente à fachada do monumento. A leitura tangencial da Igreja pelo eixo Visconde da Luz – Sofia é agora substituída pela leitura ortogonal daquele conjunto de ruas da estrutura medieval'²⁹⁴.

²⁹³ O pároco da Igreja de Santa Cruz escrevia um parecer sobre o projecto onde relatava a importância na manutenção de uma dupla perspectiva de 'Monumento e Igreja', ou seja, o direito a ser admirado e valorizado, e à consagração religiosa por todos os paroquianos. Coimbra: 5 de Novembro de 1992 (espólio Fernando Távora)

²⁹⁴ Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva. Porto: Março de 1993 (espólio Fernando Távora)



Igreja de Santa Cruz cerca de 1960 + Fevereiro de 2009
IHRU + fotografia de autor

No projecto o espaço público foi estruturado e subdividido, a eixo da Igreja por dois degraus, e no sentido longitudinal, numa 'separação do nível central dos dois níveis laterais a conservar (Câmara Municipal e Café Santa Cruz) por intermédio de muros de suporte, e a criação de duas rampas vencendo os desníveis agora criados'²⁹⁵.

Os materiais utilizados foram 'o vidro branco e a pedra de ataija (cinzento/agulado, amelado/rosado) em revestimentos de pavimentos e o calcário de Coimbra em muros de suporte'²⁹⁶.

Com a criação de uma nova área urbana na zona do 'bota-abaixo', incluída no 'Plano da zona do "Bota-abaixo", expandiu-se a escala e o âmbito da intervenção, determinando-se a descentralização e dinamização da Praça 8 de Maio aliada à revitalização do espaço degradado entre ambas. A intenção do projecto seria enfatizar a ligação entre a Alta e a Baixa, prolongando a rua Nicolau Rui Fernandes (avenida Sá da Bandeira) em direcção ao Rio Mondego (avenida Fernão Magalhães).

Contudo o processo não se demonstrou fácil de executar, levando a críticas por parte da comunidade académica dos quais se destaca o Professor Costa Lobo com um artigo de sua autoria no Jornal de Coimbra, onde explana a sua opinião e contrapõe com uma solução:

²⁹⁵ Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva. Porto: Março de 1993 (espólio Fernando Távora)

²⁹⁶ Idem

‘A ideia resume-se a tentar evitar as rampas “de tipo” propostas na solução que está em curso e os consequentes muros laterais que formam “baías” altas a um e outro lado da igreja, obrigando à inestética entrada da rua Visconde da Luz. É o que pode conseguir desistindo do eixo recto na via de construção e aceitando uma curva e contra curva que lança esse eixo mais para junto das ruas da Baixinha, como convêm, e o afasta da fachada de Santa Cruz. Resultaria um largo mais amplo, de estadia, e, dos lados, muros de altura descendente, portanto menos agressivos para o desafogo pretendido’²⁹⁷.

Espaço existente

O espaço público da Praça 8 de Maio resulta da articulação entre o percurso pedonal e longitudinal que liga a rua Visconde Luz com a rua Sofia, com a influência da Igreja de Santa Cruz, e a confluência de quatro estreitas vias da malha urbana de origem medieval – as ruas Direita, da Louça, do Corvo e da Moeda.

A transição entre a rua Visconde Luz com a rua Sofia é feita através de duas rampas que resolvem a diferença de cotas para com a praça e estabelecem uma ligação entre elas, prolongando um importante eixo comercial, político e social. Ainda resultantes da diferença de cota são dois pequenos ‘átrios’ frontais à Câmara Municipal e ao Café da Arcada, que definem momentos de abrandamento no sentido longitudinal ao movimento das pessoas. Este momentos de pausa remetem o observador para uma atitude contemplativa do espaço, permitem o acesso aos edifícios confinantes, e pelo alinhamento dos seus limites desimpedem a fachada da Igreja.

A praça é praticamente de nível com a cota da Igreja de Santa Cruz e é estruturada na relação entre o eixo da rua Visconde Luz e o da Igreja. A escala confortante dos seus limites associada ao movimento e à perspectiva transformam a praça num paralelepípedo alongado e paralelo à fachada do Mosteiro.

Por sua vez o alinhamento da Igreja influencia o desenho do pavimento e posiciona a fonte, a eixo com esta mas desalinhado com o transversal, enriquecendo e enquadrando o Monumento num cenário urbano e decorativo apelativo à permanência do observador.

²⁹⁷ Costa Lobo, Prof. Costa Lobo sugere alterações às Obras em curso na Praça 8 de Maio, Jornal de Coimbra, 24 de Janeiro de 1996, p.8 (espólio Fernando Távora)

Os materiais utilizados para o revestimento dos pavimentos são a pedra calcária, de diferentes tonalidades e compoendo uma estereotomia diversificada, e para as rampas é aplicada pedra granítica rugosa para permitir maior segurança na circulação.

No espaço frontal à Câmara Municipal as características são distintas por ser espaço de transição entre a zona pedonal a nascente e a zona destinada ao tráfego automóvel a poente. O desenho do pavimento é composto por uma estereotomia com malha regular preenchida com pedra calcária irregular.

Discussão e Fundamento

O projecto do arquitecto Fernando Távora procurava restituir a importância territorial da Igreja de Santa Cruz fundeada na temporalidade do pavimento, através de processos de reconstrução e recontextualização do espaço público que valorizam e qualificam a sua morfologia social, edificada e histórica.

As opções de projecto apresentadas pelo arquitecto definiram uma estratégia de organização do espaço público, fomentando a contemplação do monumento e do lugar, de forma gradual, com uniformização das soluções, materiais e território, de correlação entre pontos urbanos que se enquadram nos percursos já existentes ou propostos em desenho.

A pedonalização e consequente supressão do tráfego automóvel da Rua Visconde da Luz resultaram num novo 'passeio público' que une o largo da Portagem a Santa Cruz, e 'a construção do prolongamento da rua Nicolau Rui Fernandes pelo interior do quarteirão até ao cruzamento com a avenida de Fernão Magalhães e ligação ao rio vêm provocar novas soluções de arranjo e recuperação da Praça'²⁹⁸.

Do 'Plano da zona do bota-abaixo' foram executadas as demolições e sequente construção dos edifícios propostos no projecto, faltando apenas a ligação da avenida Fernão Magalhães com a rua Nicolau Rui Fernandes. A ideologia do projecto nos finais do século XX definiu o esvaziamento do tecido urbano histórico com recurso a expropriações e demolições para potenciar a requalificação e circulação urbana. Foi ainda projectada a ligação da Alta à Baixa solucionando um problema urbanístico e fundacional da cidade, reabilitado o espaço público com a diminuição do fluxo viário na rua da Sofia (diminuição de patologias no monumento) e reforçada a centralidade da Praça 8 de Maio.

²⁹⁸ Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva. Porto: Março de 1993 (espólio Fernando Távora)

A pedonalização da praça e da rua Visconde da Luz, associada ao rebaixamento do espaço público para a cota primitiva e de nível com o Monumento, revalorizou a fachada da igreja que é recontextualizada na componente histórica e social do lugar, de domínio e relação convergente com as ruas da baixa. 'A leitura tangencial da Igreja pelo eixo Visconde da Luz – Sofia é agora substituída pela leitura ortogonal daquele conjunto de ruas da estrutura medieval'²⁹⁹.

O reposicionamento do eixo, sentido monumento 'baixinha', e o redesenho dos limites do espaço permitiu valorizar formal e programaticamente o novo e amplo espaço público. Supõem-se que a praça, facilmente confundida entre um rossio urbano ou adro da Igreja, seja um lugar de encontro e permanência, de acontecimento e práticas sociais e manifestações eruditas. O desenho realça a preponderância da fachada da Igreja de Santa Cruz enaltecendo todo o seu esplendor artístico e cultural, aproxima-a da envolvente imediata convergente das ruas da Baixa, e cria condições à acessibilidade ao culto e ao turista.

Foi mantido o atravessamento da rua Visconde Luz em direcção com a rua da Sofia através da criação de dois muros de suporte e de rampas que vencem a diferença de cota, e permitem o acesso pontual ao automóvel, permanece a relação da praça com o território profundamente relacionada com este importante eixo político, social e económico.

Os materiais definidos em projecto e aplicados no revestimento do pavimento e muros de suporte mostram-se integrados na especificidade do lugar, brancos e cremes, mas extremamente lisos (vidraços) que dificultam a locomoção quando o piso está molhado. Por causa da contestação, e contra vontade do projectista que previu faixas de vidro bujardado, foi aplicado nas rampas materiais rugosos e cinzentos que facilmente destoam do conjunto.

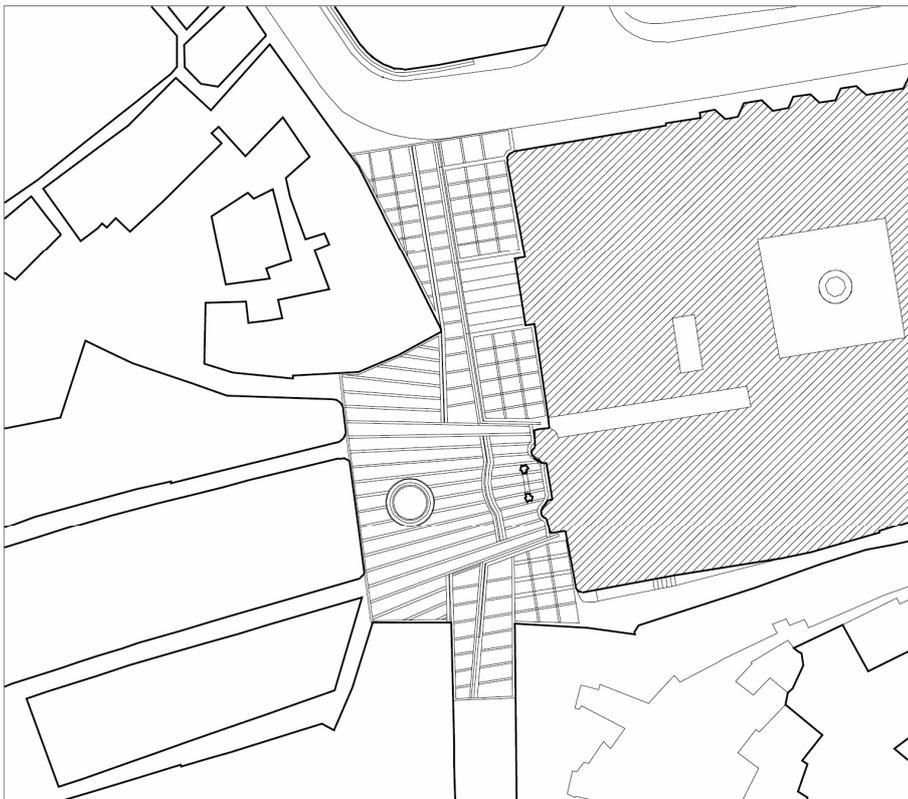
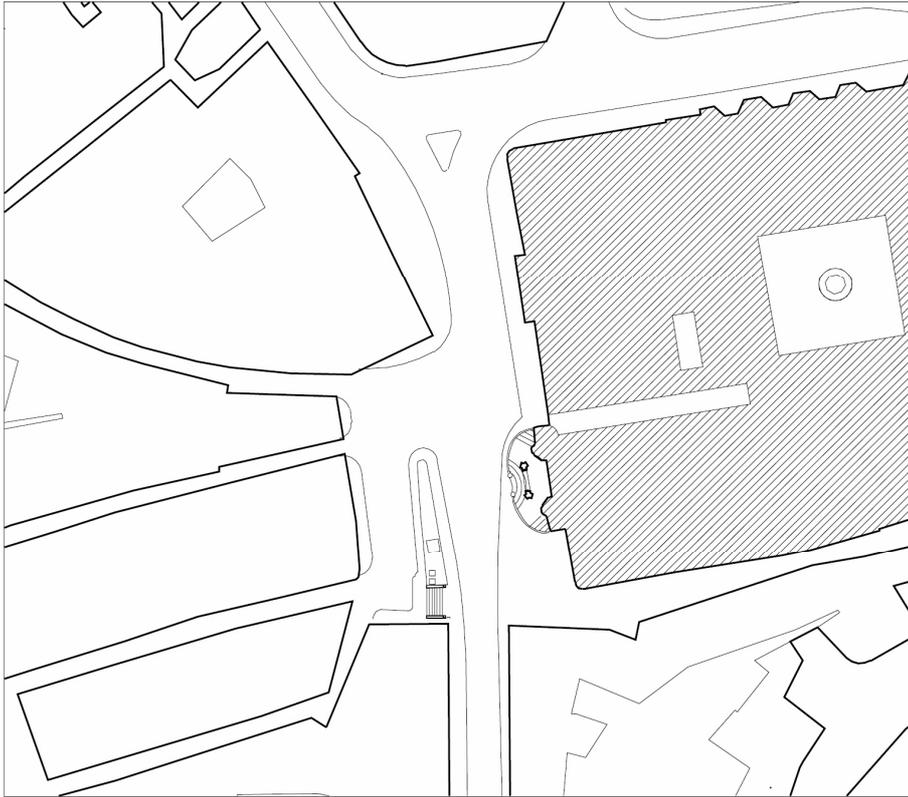
²⁹⁹ Fernando Távora, Remodelação da Praça 8 de Maio, Memória Descritiva. Porto: Março de 1993 (espólio Fernando Távora)



Praça 8 de Maio cerca de 1900
AHMC



Praça 8 de Maio Fevereiro de 2009
Fotografia de autor



Legenda:



 Monumentos

0 10 30(m)

Antes da
Intervenção
c. 1980

DES021

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES022

5.7. Construção de um novo edifício para unificação do conjunto: monumento e lugar

Monte da Lapa - Ruínas de São Paulo Igreja de Nossa Senhora, Macau

Apresentação e Enquadramento na categoria.

As Ruínas de São Paulo em Macau são a reminiscência do antigo colégio da Madre de Deus da Companhia de Jesus destruído pelo fogo em 1835. O monumento tem uma presença forte na imagem da cidade macaense, assume o papel simbólico de memorial do passado, cultura e espiritualidade portuguesa. Por isso, foi considerado importante recuperar e reintegrar o monumento em todo o seu interesse patrimonial e centralidade cultural e territorial.

Em 1990 foi desenvolvido um projecto com a premissa de requalificar e musealizar o sítio das Ruínas de São Paulo, integrado num programa de consolidação e valorização da fachada e adjacências com relação ao espaço envolvente. A intervenção arquitectónica, através da modificação do espaço público, teve como objectivos a consolidação e exaltação do monumento como signo cultural, a preservação e perpetuação do legado histórico, mantendo um diálogo recíproco entre a escala do monumento, do lugar e da paisagem.

O processo de recontextualização e de construção deu forma a este diálogo espacial, entre o passado e moderno, construindo e adaptando novas estruturas conceptuais e edificadas à exaltação das especificidades intrínsecas no monumento. Esta interacção repercutiu-se na modificação do espaço público envolvente à ruína, com a qual o observador foi influenciado a relacionar-se gradualmente e sequencialmente no espaço.

No interior da ruína existia um terreiro público desqualificado, cuja acção reformista propôs modificar e confrontar com o monumento, construiu-lhe um novo edifício, e criando um espaço com significados culturais, históricos, e memoriais da antiga Igreja paulista.

Com este exemplo pretende-se reconhecer as valências do desenho contemporâneo na consolidação e perpetuação dessa identidade espacial e humana, com a introdução de uma nova linguagem, de 'musealização como forma moderna de sacralização'³⁰⁰ e valorização do monumento. Foi opção de projecto a conservação do espólio arqueológico do passado, onde se incluem a escadaria monumental e as ruínas remanescentes, que com a Fortaleza do Monte compõe o 'quadro' pictórico do monte da Lapa.

³⁰⁰ José Daniel Santa Rita, Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo, relatório diagnóstico - Arquitectura, Julho 1990, p.23

O monumento e ao espaço urbano envolvente

As Ruínas de São Paulo erguem-se no topo do Monte da Lapa, constituídas pelas reminiscências da Igreja da Assunção de Nossa Senhora, fachada e escadaria frontal, e espaços ajardinados envolventes, contíguos à fortaleza do monte, e que seriam inicialmente ocupados pelo conjunto formado pela igreja e pelo colégio. Constituem com a Fortaleza do Monte, a Este, a ‘acrópole’ do centro histórico de Macau considerado pela Unesco como ‘Património Mundial da Humanidade’.

Está orientada segundo o eixo Norte/Sul, com a frente voltada a Sul, em concordância com o Fong-Soi (vento e água). Os padres jesuítas assumiram a crença que o povo chinês dava no séc. XVI aos espíritos fluidos do lugar, numa referência à geofísica dos lugares, na implantação dos seus edifícios³⁰¹.

Na paisagem assume uma importância estratégica e simultaneamente simbólica, na qual o seu posicionamento alheio e isolado serve de referência urbana no território, eleva o seu significado religioso e favorece a relação de proximidade com a população.

A igreja integrava o Colégio da Madre Deus da Companhia de Jesus³⁰², devoto a São Paulo, e foi mandada erguer pelo Padre Valentim de Carvalho, Reitor do Colégio Jesuíta, com autoria de um jesuíta genovês, o Beato Carlos Spínola³⁰³. O corpo da igreja foi concluído em 1602 sendo a fachada apenas terminada quarenta anos depois, entre 1637 e 1640. Para a sua implantação ‘foi necessário fazer uma plataforma, cortando grandes pedras (de granito) e levantando muros para sustentar a nova construção do complexo colegial’³⁰⁴.

Um incêndio³⁰⁵ a 26 de Janeiro de 1835 derruba todo o conjunto monástico deixando apenas a fachada setecentista da igreja como imagem simbólica da presença portuguesa e cristã no extremo oriente. Esta ‘escultura em granito’ e estátuas de bronze, ‘verdadeiro “retábulo de pedra” que a fachada procura transmitir – na linguagem tipicamente contra-reformista da 1ª metade do século XVI

³⁰¹ Monsenhor Manuel Teixeira, A fachada de S. Paulo, Imprensa Oficial de Macau, 2ª edição actualizada pelo autor, p.40 (Espólio Monsenhor Manuel Teixeira – Centro Científico e Cultural de Macau)

³⁰² Os primeiros jesuítas chegaram a Macau em [a 29 de Julho] 1563, tendo sido erguido primeiramente pelo Padre Francisco Peres em 1565 uma residência da companhia junto da ermida de Santo António. Apartir desse momento desencadei-se um processo de fixação da comunidade, defenindo-se como Colégio, espaço de ensino do latim, sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus. A última localização foi no local actual das ruínas. Veja-se Monsenhor Manuel Teixeira, A fachada de S. Paulo, Imprensa Oficial de Macau, 2ª edição actualizada pelo autor, p.9 (Espólio Monsenhor Manuel Teixeira – Centro Científico e Cultural de Macau)

³⁰³ Idem, p.12

³⁰⁴ Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.65

³⁰⁵ O Colégio sofreu diversos incendios desde a sua edificação, em 1595 arderam todos os edifícios que dele faziam parte, sendo de novo erguido junto às actuais ruínas; ‘em 1594, reedificou-se a igreja, mas em 1601 sofreu novo incêndio’. Veja-se Monsenhor Manuel Teixeira, A fachada de S. Paulo, Imprensa Oficial de Macau, 2ª edição actualizada pelo autor, p.10 (Espólio Monsenhor Manuel Teixeira – Centro Científico e Cultural de Macau)

– a ideia da vida humana como viagem – percurso, itinerário – que tem na morte um ponto de chegada e, simultaneamente, um ponto de partida³⁰⁶.

Dois anos após a calamidade as ruínas foram transformadas no cemitério provisório de São Miguel, tendo sido utilizados os resquícios arquitectónicos como capela-mor e morgue, e as paredes demolidas para construir os jazigos. Posteriormente foi desafectado e as sepulturas trasladadas³⁰⁷.

Estado anterior



Gravura George Chinnery cerca de 1835 + **Escadaria de São Paulo** cerca de 1967
Lee Yuk Tin

Com base na gravura do pintor inglês George Chinnery (1774-1852), é possível ter uma perspectiva do enquadramento da Igreja antes das fatalidades do incêndio de 1835 e do tufão de 1874, que vitimaram a transformação do monumento e da envolvente adjacente. À direita da imagem é possível ver a textura no revestimento dos tijolos compactos que revestiam a taipa dos muros da igreja e serviam de embasamento aos edifícios que ladeavam a escadaria-mor. Desta imagem compreende-se que a moldura do lugar teria um aspecto rústico e pictórico.

Contígua à direita da fachada encontrava-se a torre sineira, que se assumia como uma referência territorial do porto da cidade e do posicionamento da igreja, e estendia os limites do colégio para

³⁰⁶ Instituto Cultural de Macau, *As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro*, 1994, p.82

³⁰⁷ Idem, p.66

nascente (extrapolava os actuais limites). Na 'torre para os sinos com o seu terrado, donde se descobre toda a cidade, e a Barra, por onde sahen, e entrão as nãos'³⁰⁸.

O Padre José Montanha descreve desta forma o adro da Igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus: 'Tem hum adro muito/muito capaz da Largura do Frontespicio da Igreja mas da banda Oeste passa do canto do Frontespicio duas braças, tem o adro bem proporcionados, e antes das trez portas, tem duas braças dous degraus, tudo he Legeado de pedra lavrada branca'³⁰⁹.

Em 1990 a fachada de São Paulo erguia-se isolada sobre um terreiro revestido a 'calçada à portuguesa, rasgada da arquitectura envolvente, toscamente higienizada, o campo arqueológico em volta destruído à superfície, apagadas as pegadas do Colégio, reduzidos à picaresca descrição do Padre Montanha'³¹⁰.

Este plateau era público e cintado por uma guarda em betão, limitando a queda abrupta para a rua D. Belchior Carneiro a Norte, mas existia a possibilidade de relação entre cotas por acesso vertical. O terreiro era formado por um embasamento com potencial arqueológico, capeado a pedra de granito, não aparelhada, em blocos semelhantes aos da fachada.

A calçada de S. Paulo a Este, construída onde estava a torre sineira, funciona como charneira entre o espaço da ruína e os jardins envolventes, contíguos à fortaleza do monte, e que seriam inicialmente ocupados pelo conjunto formado pela igreja e pelo colégio.

Ideologia e Intervenção

As escavações arqueológicas efectuadas em 1988 no recinto da Igreja de São Paulo, permitiram recolher informações úteis sobre o grau de estabilidade da fachada, determinar qual o tipo de estrutura e material das fundações, conhecer vicissitudes inerentes ao efeito do tempo e do Homem, espólio e materiais construtivos, pavimentos, ou sejam, dados reconstitutivos do monumento.

O resultado interpretativo dos seus achados permitiu a elaboração da estratégia de projecto para a recuperação e musealização das ruínas de São Paulo 'devidamente integrado num programa de recuperação de assimilável amplitude visando, para além do tratamento da fachada da igreja, a consolidação da sua estabilidade e a valorização do recinto interior do templo'³¹¹.

³⁰⁸ Padre José Montana, como citado em Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo relatório diagnóstico, Lisboa, Abril 1991, p.13

³⁰⁹ Idem, p.13

³¹⁰ Idem, p.13

³¹¹ Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.87

Na sequência de um concurso público (1988-1990) dirigido pelas entidades responsáveis pelo monumento (Igreja de São Paulo, o Leal Senado e o Instituto Cultural de Macau, conjuntamente com o Laboratório de Engenharia Civil de Macau), foi desenvolvido o 'Projecto de recuperação e musealização das Ruínas de São Paulo' (1990-1994). Para a sua concepção foi constituída uma equipa pluridisciplinar liderada pelo arquitecto Manuel Vicente, fizeram parte: os arquitectos José Daniel Santa Rita, João Luís Carrilho da Graça e Manuel Graça Dias, o engenheiro José Matos e Silva, o arqueólogo António Cavaleiro Paixão e o historiador de arte Fernando António Baptista Pereira.

Este projecto de recuperação obedecia a uma estratégia de musealização do 'Sítio de São Paulo' que terá de 'dar-a-ver' ao visitante o conjunto monumental nas suas formas físicas (planimetria e volumetria do templo), históricas, arqueológicas (por a descoberto os achados, exemplo a pavimentação original da Igreja³¹²) e envolventes (espaços de relação colégio/monte). Desta forma demonstravam-se informações fundamentais à 'revalorização do lugar como local sagrado' (lugar de peregrinação/santuário de relíquias), museológico e cenográfico para 'utilização episódica enquanto sala de espectáculos [ou de culto religioso] ao ar livre'.

'De qualquer forma, a abordagem do Sítio deve insistir no reconhecimento do espaço qualificado em que ele se tornou com a intervenção: não só um monumento, mas lugar de encenação de um discurso que lhe dá novo sentido, ou seja, actualiza o seu sentido original na sociedade dos nossos dias, atribuindo-lhe novas funções e novos simbolismos'³¹³.

A inserção do monumento no contexto urbano fez de si um signo de uma memória passada, retábulo de um edifício monástico desaparecido e subsistido por uma memória funcional de outrora. Neste sentido pretendeu-se dar a conhecer não as Ruínas, mas o que foi, 'lícito ou possível', como se a Igreja e o Colégio de São Paulo ainda estivessem presentes. Uma duplicidade constante entre a 'morte e perenidade' ou entre a matéria desaparecida e a 'nova-obra-de-arte'³¹⁴.

Para os projectistas este significado foi possível de decifrar através da possível aproximação progressiva à fachada, na subida das escadas monumentais (inseridas num circuito de visitas). Proponham dar a conhecer 'uma leitura ascensional do todo, entendendo claramente o contraste

³¹² A re-pavimentação teve por base um 'padrão constituído por uma quadrícula de lancis de granito preenchida interiormente por tijoleiras de barro [maciço cinzento] que se sabe seguramente (através da arqueologia) ter sido pavimento inicial da grande nave central. Esta pavimentação funcionará como memória, estruturando os percursos no interior do plateau'; Veja-se Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.99

³¹³ José Daniel Santa Rita, Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo, relatório diagnóstico - Arquitectura, Julho 1990, p.97

³¹⁴ Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.82

entre a verticalidade/ascensionalidade [clara abordagem às temáticas inscritas na fachada³¹⁵] de todos os signos da redenção e a horizontalidade/queda dos símbolos da morte³¹⁶ num percurso de visita interior.

Foram previstos trabalhos de demolição das guardas em betão que circundam o sítio, bem como da escada que comunicava com a rua D. Belchior Careiro; do pequeno murete junto ao que restava da torre (na entrada nascente do adro) em pedra de juntas rústicas; dos 'arcos' de tijolo num ensaio de entrega do desenho original à contra-luz da ruína; e a Noroeste do edifício da Sub-Estação telefónica. Esta última serviu para a construção da 'Sala Museu, bem como as instalações dos guardas na sequência das casas de banho³¹⁷.

A área de trabalho foi alargada à envolvente como forma de contextualização da génese espacial e histórica do lugar, com recurso aos achados arqueológicos encontrados. Foram criadas as soluções regulamentares que condicionem o crescimento descontrolado do tecido urbano envolvente e que permitiu a aplicação das diferentes propostas de salvaguarda esplanadas no projecto de recuperação. Propunha-se, entre outras, a expropriação e permutas de habitações e terrenos para a construção de uma zona verde defensiva, desafogada de construções tumultuosas, que permitissem definir novos limites na relação monumento/cidade.³¹⁸

As soluções apresentadas para a requalificação da calçada de São Paulo passavam pelo seu encerramento ao tráfego viário, permitindo o enquadramento histórico e da memória do conjunto – leitura da planimetria periférica igual à da antiga Igreja, e pedonal por definição de texturas graníticas na aproximação do adro da igreja, com base no espólio iconográfico estudado. 'É uma mistura de desenhos e desejos'³¹⁹.

Espaço existente

A aproximação ao monumento poderá ser feita pedonalmente, subindo a escadaria monumental frontal à fachada, ou através das vias destinadas ao tráfego automóvel que circundam o monumento, excepto a Oeste, culminando na calçada de São Paulo.

³¹⁵ Sobre a composição e significado da fachada da Igreja de São Paulo veja-se Monsenhor Manuel Teixeira, A fachada de S. Paulo, Imprensa Oficial de Macau, 2ª edição actualizada pelo autor, p.40 (Espólio Monsenhor Manuel Teixeira – Centro Científico e Cultural de Macau)

³¹⁶ Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.83

³¹⁷ Idem, p.115

³¹⁸ José Daniel Santa Rita, Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo relatório diagnóstico; Lisboa, Julho de 1990; p.25

³¹⁹ Idem, p.27

A calçada é um arruamento paralelo à escadaria monumental e às Ruínas de São Paulo, separada fisicamente da primeira por um edifício, apresenta um declive bastante acentuado, e tem como enquadramento 'natural' e toda a sua extensão a envolvente vegetalista da Fortaleza do Monte. O contacto com a fachada é feito na ligação entre as cotas do adro e o ponto mais alto da rua.

Já no interior, a entrada faz-se por um 'pátio', que funciona como zona pública de recepção ao visitante. Tem como características uma forma geométrica ortogonal, regada pela estereotomia ortogonal do pavimento e por ser um espaço aberto ao céu. O percurso até ao espaço interior no museu é ritmado pela visualização, embora distante, de alguns achados arqueológicos e das fundações da antiga Igreja

Deste é possível ascender a um 'varandim', próximo à fachada, quase permitindo o toque, que volta a posicionar o olhar do visitante para o exterior. Em sentido oposto permite uma leitura do todo e do confronto entre a nova arquitectura e a história que se pretende conservar.

Discussão e Fundamento

A operação de restauro e reconstrução do espaço arqueológico envolvente às Ruínas de São Paulo foi definido por um critério de musealização do lugar com recurso a uma nova linguagem arquitectónica.

O binómio morte/perenidade que prevalece na figura da fachada da antiga Igreja da Assunção de Nossa Senhora, dualidade entre a memória do edifício que desapareceu e a 'ascensão' da ruína a 'nova-obra-de-arte' culminando no processo de revalorização, são sinais da dinâmica temporal da arquitectura. A cidade é um espaço mutável, tanto por uma questão temporal – no caso das ruínas de São Paulo a calamidade –, na afirmação histórica e cultural de uma sociedade e no uso como prática projectual.

Intervir nesta dinâmica urbana equivale a uma actuação consciente do valor morfológico, social e histórico do monumento, em que o projecto acrescenta as ferramentas necessárias ao prolongamento da identidade que foi consolidada desde a sua génese urbana.³²⁰

A estratégia de recontextualização do monumento no território passa por 'dar-a-ver' todas as suas especificidades arqueológicas que se afiguravam desvirtuadas no espaço disforme da ruína. O sentido da musealização não é mais 'do que uma disciplina imposta aos mistérios do passado no

³²⁰ Francisco de Gracia, Construir en lo Construido. La arquitectura como modificacion, Nerea, 1992, p.178-179

sentido de os trazer mais claros, resolvidos e explícitos aos nossos dias. Admirar o passado é, ainda, dá-lo em compreensão ao presente já que só podemos admirar o que conhecemos³²¹.

Na relação topológica entre a forma existente e a nova estabeleceu-se a base do programa e das variadas opções e conceitos que compõem o desenho de projecto. Um baseou-se numa intervenção autónoma que ocupa o vazio da ruína, reconstrói os limites da igreja e acrescenta um 'estímulo' com a implantação de um novo edifício. O segundo realçou o valor da fachada pela sua qualidade histórica e artística, adquirindo a presença bilateral (espaço) de interior e exterior. O resultado da sua intersecção foi a revitalização do monumento como um único edifício no espaço museológico, enaltecendo o objecto como arte, o espaço urbano adjacente e a envolvente.

Foram fomentadas características de união entre escalas e espacialidades, compositivas e figurativas com recurso à arqueologia como sustentação metodológica, como opções de projecto na caracterização da tipologia interventiva e arquitectónica. Por exemplo, a re-pavimentação do preambulo na entrada, segundo a quadrícula estabelecida pela arqueologia (quadrados com 1,00 m de lado dispostos de Norte/Sul), foi entendida como uma memória do pavimento 'inicial da grande nave central'³²². A textura e o tipo de pedra usado no revestimento, em concordância com a remanescente na ruína, possibilitam a homogeneização do lugar, e a integração dos espaços da Capela-mor e das Criptas (delimitados pelo estudo de arqueologia) na nova tipologia funcional³²³.

A ampliação da área de intervenção permitiu redefinir ou revalorizar características específicas da relação do lugar/monumento. No interior, e simbolizando a subida para o antigo 'coro alto', contempla-se a envolvente à escala do horizonte; e no exterior regulamentou-se o tecido urbano e foram desenhados percursos de aproximação gradual ao monumento.

Em suma, no processo de recontextualização foram aplicadas acções de integração e valorização da relação monumento e espaço envolvente, com recurso a opções de 'demolição' de algumas edificações precárias e sem valor de conservação; e de 'construção' e desenho do novo espaço e edifício para se privilegiar a requalificação dos sedimentos culturais e arqueológicos do lugar. Foram ainda introduzidos critérios de unificação e homogeneização das características individuais de ambos os valores temporais, sem denegrir ou desvalorizar o ponto central da reabilitação, as Ruínas de São Paulo.

³²¹ Manuel Vicente, Projecto Global de Recuperação das Ruínas de S. Paulo. II - Pesquisa e Programa, Esbocetos para a Musealização do Sítio, Agosto 1992, p.101

³²² Projecto de recuperação e musealização das ruínas de S. Paulo, Instituto Cultural de Macau, As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro, 1994, p.109

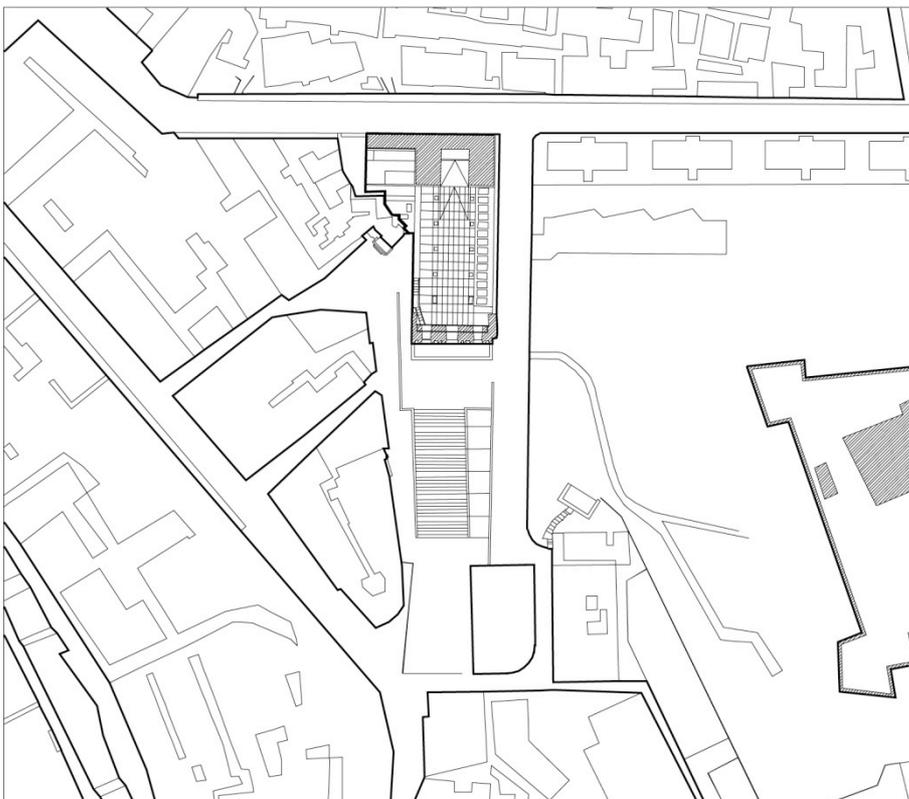
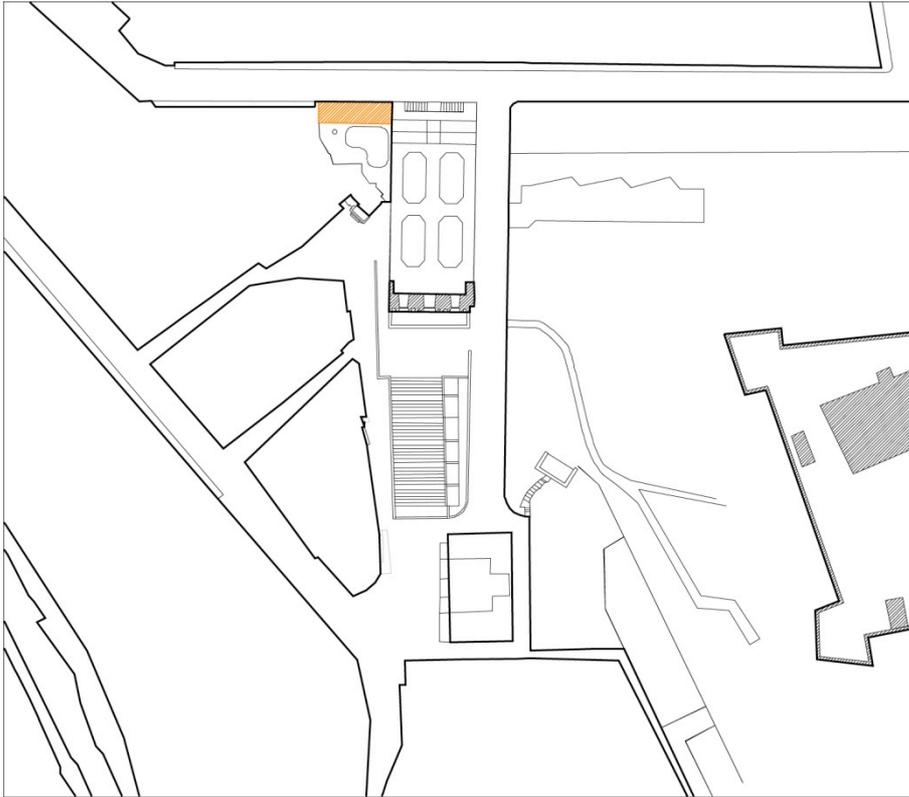
³²³ Francisco de Gracia, Construir en lo Construido. La arquitectura como modificacion, Nerea, 1992, p.187-188



Ruínas de São Paulo cerca de 1985
'Macau visto de cima'



Ruínas de São Paulo cerca de 2000
JLCG



Legenda:



Monumentos

Demolições

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1980

DES023

Depois da
Intervenção
c. 2000

DES024

5.8. Reciprocidade entre consolidação e construção de partes do lugar

Núcleo histórico de Idanha-a-Velha – Porta Norte, muralha e Sé Velha, Idanha-a-Nova

Apresentação e Enquadramento na categoria.

A Vila de Idanha-a-Velha situa-se no distrito de Castelo Branco, conselho de Idanha-a-Nova, com acesso pela estrada Penacor-Acafozes, entre Monsanto e a Barragem de Idanha ou Marechal Carmona. Este aglomerado urbano eleva-se no topo de um pequeno monte circundado, excepto a norte, pelo rio Pônsul.

Em 1995 os arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez desenvolveram o 'Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha', com o objectivo de preservar e revitalizar o conjunto urbano antigo, reconhecendo o seu valor enquanto conjunto monumental, de forma a salvaguardar a sua escala e morfologia, e preservar a sua identidade cultural e histórica. No projecto ficaram demonstrados alguns procedimentos de recomposição, reintegração e reconstituição, com intenção de valorizar o ambiente e a história local, bem como a paisagem construída e natural.

Neste caso o processo de integração e requalificação dos monumentos obedeceu a um conjunto de regras, estabelecidas em programa, que procuravam uniformizar as diferentes intervenções no aglomerado no intuito de tipificar as acções e processos na requalificação do conjunto.

Assim o processo construção do espaço público procurava consolidar as valias revistas na arquitectura, na cultura e no espaço arqueológico, que através da materialização do desenho, adapta-os a uma nova concepção organizacional espacial e a diferentes vivencias e aspectos sociais de habitação e comércio local.

A acção de projecto articula a atitude de consolidação do conjunto histórico, delineando novos espaços públicos de contemplação dos diferentes momentos urbanos, com a necessidade de construção de novas áreas de expansão e redefinição de partes históricas no intuito de valorizar e dinamizar a vila.

Como exemplo prático serão analisadas as intervenções realizadas neste âmbito na 'Porta Norte', na envolvente à 'Sé de Idanha-a-Velha' e nos troços da muralha que a estes projectos dizem respeito.

O monumento e o espaço urbano envolvente

A fundação de Idanha-a-Velha remonta ao século I a.C. com a formação de uma povoação romana de nome *Civitas Igaeditanorum*. O aglomerado era estruturado segundo uma lógica ortogonal romana, em que os seus traçados respondiam a uma regra construtiva de quarteirões regulares, segundo os dois eixos perpendiculares, o *cardus* e o *decumanus*, definindo o seu encontro o lugar mais importante na vivência da comunidade. Prevalcia na estrutura urbana a importância organizativa em torno de uma lógica política e religiosa, como demonstram os estudos arqueológicos³²⁴ que indicam a presença do centro cívico/religioso num dos pontos mais elevados da vila. Em 1245 os Templários construíram sobre o embasamento da parte norte deste *forum romanum* uma Torre de Menagem.

O sistema defensivo com uma configuração oval, ainda visível em alguns troços da vila, foi construído entre os séculos III e IV num período de afirmação cristã, da decadência e insegurança do império, e da própria vila. Este burgo beirão posicionava-se como uma das povoações mais importantes na região, provavelmente³²⁵ foi neste período que se construiu a basílica paleocristã e se elegeu Idanha como sede Episcopal. A 'Sé de Idanha-a-Velha', como é vulgarmente apelidada, foi adaptada e moldada a diferentes períodos sociais e culturais que são visíveis na sua constituição estrutural, tais como: Romanos (pedras); Visigodos (arcos das portas) e remodelações nos séculos XI, XIV, XVI e século XX com a intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

A operação de requalificação da DGEMN e do Arqueólogo Dr. Fernando de Almeida, segundo o 'Plano de Trabalhos para Idanha-a-Velha' em 1961, incidiu-se especialmente na reconstrução da Catedral e na realização de trabalhos arqueológicos no adro, sem ter sido previsto o tratamento ou adaptação daquele a futuras utilizações³²⁶. Na Torre de Menagem foram executadas obras para libertação de construções anexas, foram ainda feitas modificações na muralha, no balneário

³²⁴ Fernando de Almeida, Programa de trabalhos a realizar em Idanha-a-Velha em 1957, monumentos a tratar: Ponte Romana, Catedral e Castelo, Lisboa, 24 de Abril de 1957, p. 6

³²⁵ 'A Sé-Catedral de Idanha-a-Velha é um objecto de análise histórica controverso, de grande importância no panorama internacional da arquitectura pré-românica. Os trabalhos arqueológicos e as teses sobre ela elaboradas não permitiram, ainda, identificar a sua origem ou estabelecer uma cronologia segura para o complexo processo de construções e reconstruções a que foi sujeita ao longo de vários séculos. Os testemunhos, construídos ou documentais, são tão mais obscuros quanto mais se aproximam de um hipotético primórdio, sendo mais facilmente objectiváveis as intervenções mais recentes, de reformas dos séculos XVI ou de restauro no século XX'. Veja-se Alexandre Alves Costa, Recuperação da 'Sé-Catedral' de Idanha-a-Velha, Memória Descritiva e Justificativa, Porto, Novembro de 1998

³²⁶ Fernando Almeida, VII Campanha Arqueologica em Idanha-a-Velha, 30 de Janeiro de 1962, p.3 (Nº IPA: PT020505040022, IHRU)

romano (não concluído por faltar a expropriação do terreno) e na ponte romana sobre o rio Ponsul.

Os trabalhos arqueológicos na envolvente da Catedral permitiram desenterrar o edifício entre 1,80 a 2,20 metros, tendo sido igualmente rebaixado o caminho público junto à 'frontraria' em cerca de 2,30 metros, e na zona poente cortadas as oliveiras que ali existiam.³²⁷ 'A muralha foi estudada e sondada em toda a sua extensão (cerca de 730 metros); encontradas várias [40³²⁸] torres semi-cilíndricas e reposito o arco de uma das portas de entrada [Porta Sul, Romana reconstruída com base num levantamento arqueológico de 1960³²⁹]. Foi prevista a reposição das pedras na muralha danificada, em ruína desde o século XVIII, que se encontravam dispersas na vila compondo muros de divisão de propriedades agrícolas ou simplesmente deixadas ao acaso. Foi ainda construída uma 'estrada de circunvalação através dos olivais', que ficaria enquadrada não só com as oliveiras preexistentes mas também com ciprestes a plantar³³⁰.

Ainda inserido na campanha arqueológica de 1961, foi possível por a descoberto a Porta Norte, oculta pela 'loja do ferreiro local, parte de uma torre semicilíndrica adossada à muralha [a mais bem conservada] e poucos metros mais adiante os restos de uma construção, também saliente da muralha entre duas torres foi completamente tapado por uma casa de construção moderna, precisamente a casa do professor'³³¹. O lado interior da muralha encontrava-se 'enterrada até cerca de quatro metros acima do chão da muralha. Nele viceja um olival da Casa de Marrocos'³³². O arco interior estava intacto, 'pois tanto no arco exterior como no interior e no túnel de ligação, só faltava pouco mais que as pedras de fecho'³³³.

Estado anterior

Sem possibilidade de assumir a sua função de passagem por se encontrar obstruída por um talude de pedra emparelhada, a 'Porta Norte' apresentava sinais de ruína e abandono, transformada 'num beco muitas vezes utilizado como lixeira ou sanitário'.

³²⁷ Fernando de Almeida, Programa de trabalhos a realizar em Idanha-a-Velha em 1957, monumentos a tratar: Ponte Romana, Catedral e Castelo, Lisboa, 24 de Abril de 1957; p. 5

³²⁸ Fernando de Almeida, (s.d.) Relatos da IV e da V Campanhas de Escavações de Idanha-a-Velha (1958-1959), p.6

³²⁹ Fernando Almeida, VII Campanha Arqueologica em Idanha-a-Velha, Lisboa, 30 de Janeiro de 1962, p.1

³³⁰ Fernando de Almeida, Plano de Trabalhos para Idanha-a-Velha, Lisboa, 17 de Abril de 1961.

³³¹ Fernando Almeida, VII Campanha Arqueologica em Idanha-a-Velha, Lisboa, 30 de Janeiro de 1962, p.1

³³² Idem, p.2

³³³ Idem, p.2

A Porta era constituída por dois arcos, um interior e outro exterior, estando o primeiro apeado mas de fácil construção por terem sido recolhidas as aduelas nas demolições de 1983. Dos dois torreões que a ladeiam, 'um está totalmente destruído, enquanto o outro, apesar de muito degradado, ainda (...) mantém perfeitamente perceptível a sua volumetria'³³⁴.

O terreiro envolvente à 'Sé de Idanha-a-Velha', constituía-se por um baldio irregular, sem tratamento ou desenho, numa imagem rústica e pictórica muito característica do lugar mas desqualifica pelo abandono do tempo. De um modo geral a área envolvente ainda apresentava vestígios das escavações arqueológicas do tempo de Fernando de Almeida, com os diversos achados arqueológicos encontrados a monte no terreiro, uns visíveis e outros, na sua maioria, cobertos.

O arruamento em direcção à 'Porta Sul' da muralha serve de acesso entre a aldeia e os terrenos agrícolas extramuros, 'estabelece uma descontinuidade entre o alçado nascente da Sé e o terreiro, de desenho mais ou menos informal, com que confina. Esta descontinuidade é agravada pela diferença de cotas entre o monumento e o referido arruamento, acentuando a sensação de enterramento daquele e conseqüente perda de dignidade e de escala'³³⁵.

Ideologia e Intervenção

Em Setembro de 1992 foi constituído o 'Gabinete de Arqueologia de Idanha-a-Velha', composto pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, o arqueólogo Dr. José Cristóvão e os arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez. A equipa tinha como intenção desenvolver e acompanhar a recuperação e valorização do conjunto urbano de Idanha-a-Velha.

Neste âmbito foi desenvolvido em 1995³³⁶ pelo Atelier 15 o 'Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha', sob a coordenação dos arquitectos referidos, composto por diversos fragmentos interventivos: Posto de Turismo, Forno comunitário, Paços do Concelho, arrecadações, reutilização dos palheiros na rua de S. Dâmaso, Sé, 'Porta Norte' e a recuperação

³³⁴ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - DRC, Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha, Programa Preliminar, [s.d.], p.1

³³⁵ Alexandre Alves Costa, Requalificação da envolvente da 'Sé-Catedral' de Idanha-a-Velha, Projecto Geral/Execução, Memória Descritiva, Porto, Outubro de 2003, p.1

³³⁶ Integrado no 'Programa das aldeias Portuguesas' foi elaborado um documento – 'Programa de utilização de edifícios existentes em Idanha-a-Nova', que pretendia regulamentar as intervenções arquitectónicas programadas em 1995 para o sítio a fim de respeitar todo o seu potencial e interesse arqueológico.

do Lagar das Varas com a criação de novas estruturas e musealização do logradouro. Foi ainda desenvolvido o 'Plano Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão a norte'.

Apesar da pluralidade de intervenções ou da essência casuística de cada intervenção, os projectistas uniformizaram as opções formais e de conteúdo projectual para valorização do conjunto e do próprio projecto de recuperação. Num todo coerente, foram definidos critérios para reger as opções em projecto para cada caso singular, de 'forma a não transformar a intervenção em Idanha-a-Velha numa manta de retalhos ou num mostruário de exibicionismos pessoais'³³⁷.

'É a recuperação da outra imagem de Idanha, a da cidade romana fortificada que também nos importa valorizar como objecto em si e como contentor, não só espiritual, de valioso espólio histórico e arqueológico. O resultado final e global deverá ser de significado múltiplo, antropológico e/ou histórico, deverá dar sinal do fluir do tempo e dos usos, nos novos materiais, nas novas concepções de património'³³⁸.

O 'Projecto de Requalificação da envolvente da "Sé-Catedral" de Idanha-a-Velha' tinha assim como objectivos 'repor a dignidade e a escala do monumento, bem como a sua legibilidade, reordenar ou ordenar os percursos de visita e os de funcionamento corrente para os habitantes, qualificar o espaço público do largo ou terreiro existente e substituir a cobertura do baptistério a sul e construir uma nova para o recentemente descoberto a norte que lhes garanta a salvaguarda e a visibilidade'³³⁹. Foi privilegiando o espaço como laser e descanso, de passagem e de – contemplação - distribuição para os diferentes locais de visita circundantes – Lagar, Sé e arquivo Epigráfico. Esta 'qualificação do espaço público terá efeitos na melhoria das condições de vida de todos os habitantes de Idanha', e por isso foi limitado ao uso pedonal, lajeado com granito e arborizado, articulado entre os muros de contenção de terras transformados em bancos corridos e os percursos a eixo que conduzem aos monumentos.

³³⁷ Alexandre Alves Costa, Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, Projecto Base, Porto, Outubro de 1995, p.3

³³⁸ Idem, p.3

³³⁹ Alexandre Alves Costa, Requalificação da envolvente da 'Sé-Catedral' de Idanha-a-Velha, Projecto Geral/Execução, Memória Descritiva; Porto, Outubro de 2003, p.1



Sé de Idanha-a-Velha cerca de 1994 + Setembro 2008
IHRU + Fotografia de autor

O arranjo dos terrenos a nascente fundamentou-se na consolidação e valorização dos vestígios arquitectónicos, porque 'a existência visível das ruínas pode ser um contributo positivo para a valorização do sítio, não só do ponto de vista estético como, também, simbólico'. Bem como foi considerado necessário desenterrar o 'intradorso da muralha' e requalificar o arruamento que circunda a Casa de Marrocos 'que passará a constituir uma espécie de reserva arqueológica'³⁴⁰.

O desenvolvimento do Plano de Pormenor em 1995 baseou-se em dois aspectos gerais: 'A primeira prende-se da análise do aglomerado existente e com o desejo de salvaguardar a sua imagem; a segunda faz recurso ao conhecimento histórico dos processos de desenvolvimento mais generalizados na cidade portuguesa quando rompe o recinto amuralhado medieval'³⁴¹. Esta proposta foi feita em harmonia com as características idealizadas nas intervenções interiores como forma de integração homogénea na paisagem urbana do conjunto e na preservação do património arquitectónico. A construção de um 'novo património' que salvaguarde e desenvolva turisticamente o povoado como forma de fixação da população.

'A nossa posição vai jogar com estas constatações, já de si "contaminadas" com alguma subjectividade interpretativa, como elementos centrais do desenho, sem o fazer decorrer fatalmente delas – o nosso entendimento da contemporaneidade e o nosso pessoal empenho cultural e estético na figuração do futuro (obrigações do arquitecto, mesmo quando urbanista), serão contributos centrais. Daí a obrigação moral de explicar tudo com a consciência de que

³⁴⁰ Alexandre Alves Costa, Requalificação da envolvente da 'Sé-Catedral' de Idanha-a-Velha, Projecto Geral/Execução, Memória Descritiva; Porto, Outubro de 2003, p.2

³⁴¹ Alexandre Alves Costa, Plano Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão a norte, Antepiano, Memória Descritiva e Justificativa; Porto, Outubro de 1995, p.3

misturamos objectivo e subjectivo, razão e sentimento, vontade de servir e desejo pessoal de afirmação³⁴².

O Plano Pormenor contemplou a construção de 30 fogos exteriores à muralha, o reordenamento do Largo junto à Capela do Espírito Santo, a salvaguarda de uma zona de protecção da muralha, da Porta Norte e de todo o acompanhamento arqueológico que se demonstrou fundamental para o 'enriquecimento' do projecto. Previa ainda novos estacionamento, equipamentos, habitações e a redefinição da acessibilidade viária.

A reconstrução da 'Porta Norte' de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente próxima teve como objectivo a sua monumentalização no sentido de a dignificar e transformar num dos elementos carismáticos e identitários da aldeia. Foi assim proposta a reconstrução dos dois torrões semi-circulares que ladeiam a porta, com base em estudos arqueológicos, 'utilizando silharia romana existente no terreno'³⁴³. 'Julgamos de toda a conveniência a reconstrução, parcial em termos de altura. Destas duas torres de defesa. Tal facto devolverá a esta Porta a grandiosa e a dignidade de outra e, certamente, causará um grande impacto a quem se aproximar de Idanha-a-Velha'³⁴⁴. Foram mantidas visíveis as estruturas em pedra que faziam parte dos antigos baluartes que ali existiam, bem como preservada a rusticidade da muralha e a 'textura xistosa e o movimento da rocha de assentamento'³⁴⁵.

No arranjo exterior foram propostos 'percursos peatonais e um pavimento de lajetas de granito em frente da porta; outra parte do terreno, propomos que, depois de limpa de alguma vegetação excessiva, mantenha o carácter actual'. Um outro percurso paralelo sobre a própria muralha, permitia o seu acesso em toda a sua extensão e 'restituindo-lhe, de certa forma, a sua função original'³⁴⁶. 'Este percurso tratado dá acesso por estreita viela entre palheiros ao interior da aldeia, permitindo várias alternativas ao visitante. O percurso será marcado por um passeio em material totalmente estranho à muralha, madeira ou ferro, e estabelecerá alguns alargamentos semi-circulares refazendo parcialmente o desenho dos antigos torreões'³⁴⁷.

³⁴² Alexandre Alves Costa, Plano Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão a norte, Antepiano, Memória Descritiva e Justificativa; Porto, Outubro de 1995, p.3

³⁴³ Alexandre Alves Costa, Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, Projecto Base, Memória Descritiva, Porto, Outubro de 1995, p.2

³⁴⁴ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - DRC, Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha, Programa Preliminar, [s.d.], p.1

³⁴⁵ Alexandre Alves Costa, Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, Projecto Base, Memória Descritiva, Porto, Outubro de 1995, p.2

³⁴⁶ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico - DRC, Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha, Programa Preliminar, [s.d.], p.2

³⁴⁷ Alexandre Alves Costa, Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, Projecto Base, Porto, Outubro de 1995, p.3

Espaço existente

Este povoamento fortificado tem a Norte o espaço principal de recepção e acolhimento da aldeia, com a muralha e 'Porta Norte' a servirem de primeiro enquadramento ao observador.

A 'Porta Norte' é composta por um duplo arco, ladeada por duas torres de planta semicircular, sem função de passagem por ter como fundo uma parede de contenção de terras em alvenaria pintada de vermelho. O átrio frontal é amplo e desobstruído, permitindo a visualização cuidada do espaço.

No pavimento são visíveis marcas de uma calçada irregular de um antigo caminho de acesso à vila, o restante é um lajeado regular que define um pequeno adro em torno da porta de percurso e espaço de permanência. Obliquo à muralha existe um caminho, igualmente lajeado, por entre a vegetação arbórea (Oliveiras de baixo porte características da região) que permite uma aproximação ao antigo pano defensivo. A vegetação cria uma barreira visual, não totalmente impeditiva, mas que limita a visualização à distância da muralha. O pavimento nas zonas verdes é em terra batida.

Subindo à muralha podemos aceder ao povoado interior através de um passadiço metálico, que relembra o antigo caminho de ronda, pontuado por quatro plataformas metálicas em meia-lua. Estes momentos de pausa estão projectados sobre os torreões da Porta e sobre o espaço envolvente, numa representação simbólica das antigas torres de vigia. A relação do observador com a envolvente é neste ponto muito mais abrangente, sendo por exemplo, possível avistar o castelo de Monsanto.

A 'Catedral' de Idanha-a-Velha é o elemento dominante junto à 'Porta Sul'. Está implantada de forma isolada, sendo o seu adro delimitado a norte pela cerca da 'Casa de Marrocos' e por um arruamento; a sul por um troço da muralha e pela 'Porta Sul', e nas restantes orientações por algumas edificações, entre elas um antigo lagar de azeite.

O contacto com a arqueologia é permanente devido à existência de inúmeras peças dispersas no terreno, fruto do espólio encontrado nas escavações arqueológicas, e das ruínas de antigos edifícios que ali existiram.

O acesso à Igreja é feito por um passadiço, ligeiramente elevado, que envolve e dá a conhecer o monumento em todos os seus lados, como se ele próprio fosse uma peça expositiva.

Os materiais aplicados mantêm o aspecto rústico e quase intocável da envolvente, com os arruamentos em pedra irregular, o espaço arqueológico em terra e o percurso pedonal de acesso constituído por uma estrutura metálica.

Discussão e Fundamento

O 'Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha' representa para o estudo um exemplo prático de opções em projecto que incutiram soluções recíprocas entre a 'consolidação' e a 'construção' de partes do lugar. Por um lado redefine uma nova imagem global da aldeia, com base em princípios de conservação, que objectivaram a consolidação e valorização da história, e cultura intrínsecas na noção de conjunto. Por outro caracterizou e compôs o projecto com base em intervenções dispersas no aglomerado, incidindo algumas soluções inerentes à categoria 'construção', para restituição de partes edificadas, espaço público e de paisagem.

Foi definida uma estratégia de valorização de toda a povoação como um grande monumento arqueológico visitável à escala do aglomerado, noção que permitiu enaltecer o conjunto enquanto valor arqueológico e histórico revisto em si mesmo. Desta forma foram estruturados e adaptados conceitos e programas às vivências da comunidade e dos visitantes.

Por exemplo, uma das pequenas intervenções realizadas foi a reconstrução do 'Forno Comunitário'³⁴⁸ que, de algum modo, recontextualiza o passado próximo e oferece um bem que a comunidade pode usufruir. Ao mesmo tempo procedeu-se à intervenção no antigo 'Lagar de Azeite'³⁴⁹, reconstruindo-o num espaço museológico, e ampliando as condições de visita.

Com a articulação dos dois processos de intervenção foram reconstruídas e requalificadas diferentes espacialidades que relacionam a história ao lugar. A reconstrução da 'Porta Norte' reaviva a memória e simbolismo de entrada principal da aldeia, mesmo sem a funcionalidade prática de atravessamento. O terreiro frontal ao monumento, outrora inexistente ou

³⁴⁸ 'O Forno Comunitário de Idanha-a-Velha permanece em actividade. (...) O seu carácter comunitário tem a ver, simplesmente, com o uso livre das instalações pela população da aldeia, já que a produção é individual ou empreendida em pequenos grupos. É um equipamento de usufruto, sobretudo, feminino, com laboração quotidiana e particularmente activo em épocas festivas'. Veja-se Alexandre Alves Costa, Recuperação do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha, Memória Descritiva e Justificativa, Porto, Outubro de 1998, p.1

³⁴⁹ Foi realizado um 'programa para a recuperação e reutilização museológica o que viria a enriquecer o já importante património daquela povoação. Após alguma reflexão conclui-se que o Lagar propriamente dito deveria ser restaurado e o seu espaço dedicado à temática do fabrico e uso do azeite. O espaço de logradouro poderia ser utilizado para armazenamento' de espólio. Veja-se Alexandre Alves Costa, Recuperação e reutilização do Lagar de Varas, Memória Descritiva e Justificativa, Porto, Outubro de 1995, p.1

desqualificado, é aqui construído numa nova encenação e de composição de um novo 'quadro' paisagístico. Esta recontextualização do lugar, resultante da articulação do monumento com o espaço público, permitiu introduzir novos factores qualitativos para a permanência e contemplação do conjunto.

Outro factor de análise tem a ver com a conservação histórica e adequação dos monumentos à realidade contemporânea, de forma a permitirem a fluência do 'tempo e dos usos, nos novos materiais, nas novas concepções de património'³⁵⁰. Esta relação de contraste da linguagem contemporânea com a dimensão monumental do conjunto e das partes, apresenta neste caso dois critérios distintos: a construção dos passadiços em aço e a reconstrução dos torreões da 'Porta Norte'.

Os materiais aplicados nos passadiços, guarda mãos e edificado novo, definem uma marcação e uma atitude contemporânea nos monumentos do momento temporal e cultural específico. Mas é importante referir que no caso do passadiço na 'Porta Norte', foi concebido de forma não permanente, para salvaguardar a estrutura da muralha e precaver uma futura remoção.

A intervenção sobre as torres semi-circulares da 'Porta Norte' demonstra um exemplo de uma opção de projecto que pretendia conservar e perpetuar o monumento, assumindo uma vontade pedagoga³⁵¹ de mostrar e repor sua forma. Foram reconstruídas com recurso a materiais e pedras existentes, que homogeneizaram a patine construtiva, recontextualizaram a sua forma geométrica original, e de certa maneira enalteceram a própria muralha.

³⁵⁰ Como citado em Alexandre Alves Costa, Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, Projecto Base, Memória Descritiva, Porto, Outubro de 1995, p.3

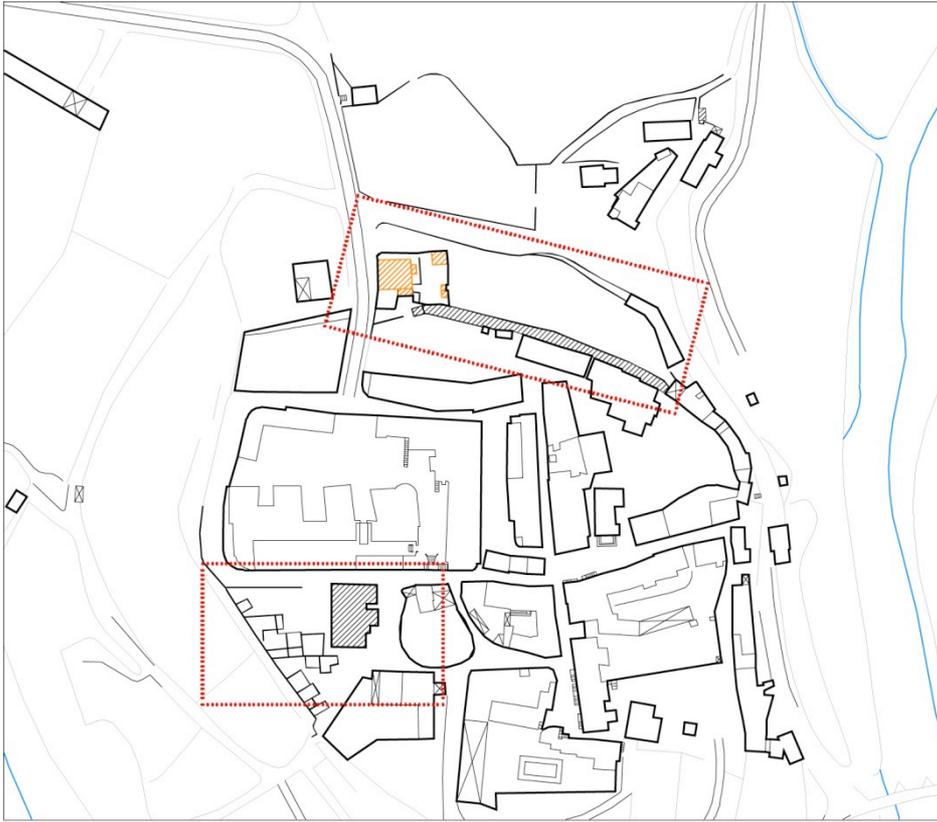
³⁵¹ Dr. José Cristóvão, conversa gravada, Idanha-a-Nova, 14 de Maio de 2007



Porta Norte cerca de 1994
IHRU



Porta Norte Setembro 2008
Fotografia de autor



Legenda:



- Limite da área de estudo
- ▨ Monumentos
- ▨ Ed. Reabilitados
- ▨ Demolição (c. 1961)

0 10 50(m)

Antes da Intervenção
c. 1960

DES023

Depois da Intervenção
c. 2009

DES024

6 Consolidação

6.1. Integração por requalificação do espaço público

Praça 25 de Abril e Praça D. Afonso Henriques – Abadia de Santa Maria de Alcobaça, Alcobaça.

Apresentação e Enquadramento na categoria.

A Praça 25 de Abril localiza-se no 'centro histórico' da vila de Alcobaça, dominada pela forte presença da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, onde confluem em intervalos irregulares, entre outras, as ruas de D. Pedro V e Engenheiro Duarte Pacheco, e a praça de D. Afonso Henriques. O processo de sedimentação e transformação urbana da Praça 25 de Abril resulta em parte da imposição de valores culturais próprios das sequentes sociedades no tempo, que determinaram uma apropriação e caracterização heterogénia do espaço. Estes factores de contexto resultaram dessas sobreposições não consensuais ou sem planificação a longo prazo, pluralização de elementos urbanos descaracterizadores, que degradaram a imagem patrimonial do conjunto histórico alcobacense.

Assim, o 'Projecto de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça', desenvolvido pelos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos em 2001, procurou através do redesenho do espaço público inserir novos conceitos e programas no território para reaproximar o monumento, a envolvente e a comunidade.

O reconhecimento das diferentes especificidades de qualidade e valor na relação entre o monumento, valor patrimonial centrado por si mesmo, e o seu enquadramento, valor social, potenciou a integração e recontextualização daquele no território, através da requalificação do espaço público. Com o projecto foram evidenciados processos de consolidação e perpetuação do carácter histórico do lugar, em que o desenho urbano foi o instrumento de articulação entre escalas de projecto na organização do território e do espaço público. Pretendia-se dignificar o legado temporal e unificar o conjunto patrimonial no espaço que lhes é comum.

Da organização do território como reforço de uma lógica de implantação, simplificação e exaltação de uma consciência urbana (memória colectiva), por exemplo, foram aplicados novos materiais para potenciar e organizar mais-valias na vivência e pertença das pessoas ao espaço.

Interessa por isso compreender como se encadeiam estruturas programáticas operacionais definidas em projecto na recuperação e revitalização do espaço urbano, à necessidade de preservação do símbolo de Alcobaça, e a introdução de uma linguagem contemporânea sem denegrir a perpetuação do carácter histórico do lugar.

O monumento e o espaço urbano envolvente

Os monges cistercienses chegam a Alcobaça no século XII e elegeram para a fundação do Mosteiro a plataforma sedimentar, vale entre as serras de Aire e Candeeiros e confluyente das linhas de água do Alcoa e do Baça. A diferença de cotas entre ambos e o solo rochoso permitiu uma boa base fundacional para o novo edifício e para a condução da água nas levadas que abasteciam a Abadia. À luz e à pedra da arquitectura gótica juntou-se a água como elemento preponderante na fixação e na vivencia da comunidade religiosa³⁵².

A primeira construção foi a pequena Igreja da Conceição, que desencadeou, mesmo antes da própria arquitectura, o processo de humanização da paisagem³⁵³. Os monges transformaram o território através de processos agrícolas, da redefinição dos traçados dos rios adaptando-os às suas necessidades, 'e no redesenho da paisagem surge o desenho e a implantação do mosteiro'³⁵⁴ em 1153.

O mosteiro, no ponto de vista programático e da arquitectura, funcionava como uma micro-cidade que continha todos os usos essenciais à administração do novo território. Geograficamente, era um importante pólo estratégico situado junto à rede viária e marítima nacional, reforçado pela presença do Castelo que anuncia a importância deste lugar e a necessidade de o defender. Pós a conquista de Santarém passou a ser um território de retaguarda que obviamente precisava de ser consolidado, e 'começa-se esse processo de projectar, planear e construir o mosteiro e território'³⁵⁵.

A Alcobaça-urbe e o Rossio só emergiram no séc. XVI com a definição do novo traçado do rio Baça e o recuo da Cerca do Mosteiro. A reconstrução da Cerca excluiu as habitações que dela faziam parte originando o novo aglomerado urbano e atribuiu ao Rossio, e ao seu amplo espaço monástico, característica de charneira entre o Mosteiro e a nova Urbe.

³⁵² Rui Rasquilho, Encontros com o Património, TSF, 16 de Fevereiro de 2008

³⁵³ Como diz Françoise Choay, 'o sagrado e a religião sempre foram, tradicionalmente, os grandes ordenadores do espaço humano'. Françoise Choay, A regra e o modelo, p.14

³⁵⁴ Gonçalo Byrbe, Encontros com o Património, TSF, 16 de Fevereiro de 2008

³⁵⁵ Idem

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, a população da Vila de Alcobaça apropriou-se do amplo terreiro e transformou o Rossio num lugar aprazível de encontro e convívio. Para se atingir tal harmonia e identificação, entre esse ambicioso espaço público e os cidadãos, foram redefinidos usos até ali ligados às cerimónias religiosas dos monges cistercienses, como o mercado semanal e a feira do gado, e suprimida a presença do poder local com a demolição do pelourinho em 1866. Foram ainda consolidados os limites do Largo do Chafariz cerca de 1839, actual praça D. Afonso Henriques, com a demolição da última Portaria do Mosteiro. O resultado foi a exteriorização do pátio até ali encerrado e delimitado por esse corpo e pela Ala Norte, em torno dos quais se articulavam algumas dependências da Abadia, como os estábulos, celeiros e despensas. Esta apropriação progressiva do lugar foi concluída em 29 de Abril de 1872 com a deliberação camarária de proceder à terraplanagem definitiva do Rossio criando as condições ideais para a apropriação do terreiro pelos alcobacenses.

O Rossio humanizado, nos anos subseqüentes demonstrou-se conflituoso entre poder local, estatal e os habitantes, e gradualmente foi perdendo esse carácter ligado aos alcobacenses. Primeiro, a retirada da feira ainda em 1876 e depois o corte dos plátanos em 1930, ao qual o 'Diário de Noticias'³⁵⁶ apelidava o acto de barbaridade, cometido à revelia da população e debaixo dos seus protestos, pelo poder local que interpretava finalmente os desígnios do poder central. A praça 'funcionava como passeio público, com a agradável presença da alameda de plátanos que atravessava a praça. Dispunha de todo um equipamento urbano [coreto, urinol e bancos, conotando o] imenso espaço da Praça (...) como um todo coerente, e ao mesmo tempo multifuncional'³⁵⁷. Na verdade 'deveria constituir uma área de enquadramento do monumento', tal como demonstrou o estudo de modificação e ajardinamento do Rossio apresentado à Comissão Administrativa do Município e Comissão de Iniciativa pelo arquitecto Miguel Jacobetty. 'Sabemos que o referido projecto, elaborado em obediência a um plano de melhoramentos locais e de harmonia com as linhas gerais do monumento (...) o Rossio aparece-nos completamente modificado, sem as rondajantes árvores que lhe dão aspecto duma chameca rústica a impedir que o Mosteiro de Santa Maria se possa admirar'³⁵⁸.

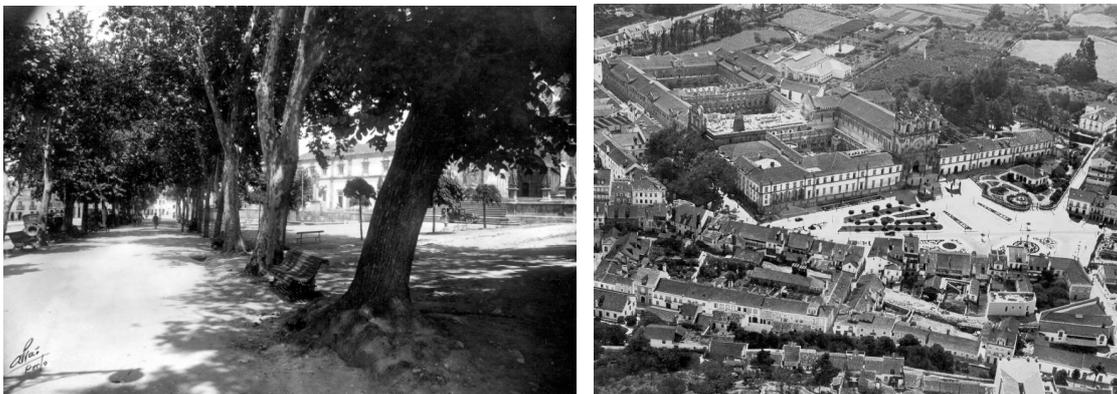
O concurso para o 'Arranjo e aformoseamento da Praça do Município em Alcobaça', nesse mesmo ano, definiu um novo traçado para a estrada nacional, troço que atravessava a Praça, o ajardinamento da Área envolvente, a cobertura do Rio Baça e a nova estação dos CTT, no local

³⁵⁶ Jornal 'Diário de Noticias' de 13 de Fevereiro de 1930, p.1

³⁵⁷ Carlos Gil Moreira, Rossio de Alcobaça, Praça ou terra de ninguém?, Oeste Cultural, Urbanismo, p.80

³⁵⁸ Idem, p.85

onde estivera a Igreja Nova demolida em 1915. Participam nele os arquitectos Ernesto e Camilo Korrodi, Fernando de Barros Santa-Rita, Januário Godinho e Joaquim Areal (1º lugar); Jorge Segurado (2º lugar), mas não constava o de Tertuliano Lacerda Marques, que foi o autor do projecto final. As obras do novo jardim iniciaram-se em 1933 e foram concluídas em 1938.



Alameda de Plantámos cerca de 192 + **Jardim Tertuliano** cerca de 1938
Alvão + IHRU

O 'jardim do Tertuliano' teria 'uma escala humana, e que as diversas placas ajardinadas, das quais as duas principais eram separadas pela estrada nacional, conseguiram ter um certo grau de diferenciação. Esta ditava uma especialização de usos, consoante os estratos etários e a situação social dos utentes: crianças, jovens, reformados e os próprios internados do Asilo'³⁵⁹.

Nos anos 50, a Câmara Municipal de Alcobaça, manda demolir o Jardim-Escola João de Deus³⁶⁰ e promoveu o 'Plano de Urbanização' da autoria do Arquitecto João Filipe Vaz Martins (1957). O novo arranjo do Rossio foi contextualizado na necessidade de criar um novo traçado viário para a Estrada Nacional, que passava em frente ao Mosteiro, invocando as pressões do aumento de tráfego automóvel. O estudo impôs uma nova simetria à praça, um desenho que nunca teria tido, um Rossio à imagem do Mosteiro, 'e na sua dependência directa, seguindo um eixo de simetria que passa pelo eixo da Igreja. Como o desenho que produziu não cabia no espaço disponível, houve que retirar toneladas de terra do talude que ladeava a Rua Dr. Zagalo, antiga Calçada da Algaminha, destruir e recuar o próprio arruamento, que existia desde as origens do Mosteiro,

³⁵⁹ Carlos Gil Moreira, Rossio de Alcobaça, Praça ou terra de ninguém?, Oeste Cultural, Urbanismo, p.86

³⁶⁰ A 11 de Dezembro de 1910, no topo sul do Rossio, foi inaugurado o Salão Animatógrafo, no local onde quatro anos mais tarde (1 de Dezembro de 1914) se veio a construir o Jardim-Escola João de Deus. Quanto a este ultimo edifício, projecto do Arq. Raul Lino, viria a ser demolido no princípio dos anos 50 anos, e reconstruído na Quinta da Gafa, junto ao edifício da Câmara Municipal. A sua reconstrução em Maio de 1956, a partir do mesmo projecto de Raul Lino, definiu como património não o edifício, porque esse foi (re)construído com novos materiais, mas o projecto do arquitecto que permanece inalterado. Veja-se Carlos Gil Moreira, Rossio de Alcobaça, Praça ou terra de ninguém?, Oeste Cultural, Urbanismo, p.80

ligando a Évora desde Alcobaça, e destruir toda a frente de casas dessa rua. A realização das obras de ajardinamento da Praça arrastaram-se ao longo de pelo menos oito anos, pois teriam começado o mais tardar em 1955³⁶¹ e em 1963 ainda não tinham sido concluídas.

Em 1993 a Câmara Municipal, após apresentação de um primeiro 'Estudo de Reconversão do Rossio'³⁶² que se destinava 'à implantação de um jardim urbano' no terreiro frontal ao antigo Mosteiro, amplia a estratégia de intervenção em relação ao monumento com a envolvente³⁶³.

Neste sentido foi elaborado o 'Plano Pormenor de Requalificação Urbana na Cidade de Alcobaça' de 1999, tendo sido aprovado pela Câmara e posteriormente pelo IPPAR³⁶⁴ a solução final apresentada no 'Projecto de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça' dos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos. O projecto tinha como objectivo 'a reintegração e a humanização de um espaço público composto por um terreiro fronteiro à Abadia e por todos os arruamentos que dele convergem ou ladeiam'³⁶⁵, e a reposição da 'dignidade e segurança ao monumento, retirando da sua proximidade o mar de automóveis e autocarros que aí estacionavam'³⁶⁶.

Estado anterior

A praça 25 de Abril situava-se num plano espacial regular, com uma forma geométrica triangular, tendo o espaço público um desenho ordenado mas dominado pela circulação automóvel, usurpando-o com estacionamento tanto nas vias de circulação como nos interstícios das 'ilhas' do jardim.

³⁶¹ Idem, p.90

³⁶² A solução de 1994 'envolve uma intervenção profunda no Largo do Rossio, incluindo a limitação do trânsito ao nível do serviço local; a construção de um parque de estacionamento subterrâneo; reformulação do pavimento; construção de um muro de suporte e gradeamento, delimitando uma área restrita, defronte do Mosteiro'. Considerou o IPPAR a 24 de Março de 1994 a 'não aprovação' da solução por esta propor a construção do gradeamento que obstruía enfiamentos visuais relativamente ao alçado do Mosteiro; excesso de pedra calcária e vidro em toda a extensão do largo; e não justificada a nova circulação por não indicação das áreas destinadas ao peão e serviços locais. Veja-se Alberto Flávio Lopes, Projecto de Reconversão da envolvente do Mosteiro de Alcobaça, comunicação de 27 de Fevereiro de 1995, (Ref. DRL-94/22-1(2), IGESPAR)

³⁶³ Júlio Santos Moreira (arq. Paisagista) e Pedro Silva Moreira (arquitecto), Reconversão da envolvente do Mosteiro de Alcobaça, Estudo Prévio, Câmara Municipal de Alcobaça, Fevereiro de 1995, p.5

³⁶⁴ A proposta foi aprovada pelo IPPAR a 22 de Maio de 2003, Projecto de requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Processo nº 94/22-1(2) 21 de Maio de 2003 (IGESPAR)

³⁶⁵ João Nuno Teixeira, Abadia de Santa Maria de Alcobaça: Uma intervenção no Espaço público, memorando escrito para este trabalho, 16 de Abril de 2009

³⁶⁶ Rodeia, João Belo, Presidente do IPPAR, Zona envolvente do Mosteiro de Alcobaça, Ref. C.S.356217, 5 de Setembro de 2005 (IGESPAR)

O fluxo viário era intenso, por um lado as visitas regulares ao monumento por outro a passagem da Estrada Nacional, no sentido da praça D. Afonso Henriques para a rua Engenheiro Duarte Pacheco, Noroeste-Sudeste. Este atravessamento prejudicava a conservação do monumento com o aumento de patologias, descaracterizava a imagem do mosteiro e do lugar, e não dava condições para a contemplação e permanência do visitante.

O jardim apresentava um desenho simétrico, dividido por um eixo alinhado com portal e escadaria do século XVIII da Abadia de Alcobaça, espartilhado em sete espaços ajardinados formando ilhotas de dimensões variadas, cercadas por pisos betuminosos repletos de carros e autocarros turísticos. Estes mosaicos relacionavam-se no desenho simétrico e no aspecto vegetativo, eram percorriéis e caracterizavam-se pela vegetação rasteira, quadras de geometrias variadas revestidas com relva e encerradas em sebes de meia altura; alguns canteiros floreados que davam cor: o verde, o laranja, tons de vermelho e lilás.

A vegetação arbórea alta era pontual e desordenada, no rossio ocultam a fachada do mosteiro e na praça D. Afonso Henriques, eram de maior densidade, sombreavam as zonas de estar, sendo as restantes apontamentos espaciais sem relevância e com função meramente estética.

O trânsito e sobre tudo o estacionamento seria a sensação mais forte desta área. O largo estava sempre cheio de carros e autocarros de turismo, num ambiente urbano com um aspecto geral muito degradado, sem identidade visual a condizer com a sua importância funcional de adro da Abadia de Santa Maria de Alcobaça. Apesar de se reconhecer uma relação de desenho entre espaço público e a fachada do mosteiro, encontrava-se num plano recuado em relação à vivência urbana, numa perda do papel estrutural de outrora e visualmente desfavorecido.

Ideologia e Intervenção

Em 2001, o 'Projecto de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça', desenvolvido pelos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, tinha como 'intenção valorizar o monumento, retirando-lhe o carácter de "ínsula" desligada da forma urbana circundante, ligando-o à cidade que o envolve. Tinha a preocupação constante de estabelecer o justo equilíbrio entre a Cidade e o seu Mosteiro.

Projecta-se uma nova harmonia em que o contemporâneo para se afirmar não tenha forçosamente que se sobrepor ao passado ou disfarçá-lo, mas valorizá-lo com todo o seu peso e riqueza³⁶⁷.

Neste sentido, foi reestruturado o sistema viário envolvente ao mosteiro, retirado o trânsito de atravessamento e de permanência na praça e criadas zonas de estacionamento periféricas. Estes novos núcleos pontuavam as novas vias de cintura interna e externa, privilegiando as circulações pedonais de aproximação e percepção da relação do território e do mosteiro. O novo centro deve ser entendido como um 'espaço multifuncional o que implica reforçar e melhorar: as condições de habitação; as condições de trabalho, do comércio e serviços; as condições de encontro e convívio; as condições de acolhimento e de representação; e as condições turísticas e culturais'³⁶⁸.

No que diz respeito há arborização do lugar, foi reconhecida em projecto a sua importância na valorização do espaço, na criação de sombra essencial à permanência e celebração do 'encontro e convívio' e a uniformização das diferentes partes que compõem a intervenção. Por exemplo, foi prolongada a estrutura arbórea da praça D. Afonso Henriques para alusão a características transactas da praça, como a nova alameda de plátanos e o 'bosque': A alameda evoca a memória da avenida do século XIX desbastada em 1857 e o segundo, de carvalhos e sobreiros, dos bosques primitivos que proviam os Mosteiros Cistercienses de isolamento contemplativo e recursos naturais.

Sendo a água um factor primordial no contexto do monumento, foi considerado necessário a celebração da água, para a qual os rios têm um papel crucial. Propôs-se a reposição da 'inclinação da praça, assim como as caleiras de drenagem à superfície, [que] acentuam e tornam perceptível o escoamento da água que corre para o rio. Na Praça D. Afonso Henriques pretendia-se valorizar o chafariz, 'restaurando-o e recolocando-o à cota original' onde a água cenariza o espaço com os plátanos existentes, e no topo sul, a fonte desenhada pelo arquitecto João Vaz Martins foi 'renovada e adaptada ao novo enquadramento'³⁶⁹.

'A rua D. Pedro V, a Norte da Abadia, apresentava-se suja, pouco qualificada, não passava de um eixo rodoviário de atravessamento da cidade'³⁷⁰, por isso foi rebaixada para cotas primitivas com o objectivo de desenterrar os cunhais e vãos entaipados pelo nivelamento da estrada nacional.

³⁶⁷ Gonçalo Byrne, Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Memória Descritiva, Junho de 2003, p.5

³⁶⁸ Idem, p.3

³⁶⁹ Idem, p.4

³⁷⁰ João Nuno Teixeira, Abadia de Santa Maria de Alcobaça: Uma intervenção no Espaço público, memorando escrito para este trabalho, 16 de Abril de 2009

Os materiais aplicados pretendiam assinalar as diferentes zonas de percurso, viário e pedonal, bem como privilegiar e controlar os enfiamentos visuais na aproximação da Abadia. Os lajedos de vidro de Atajá, pedra regional, uniformizam tanto as zonas pedonais como viárias. A primeira de aproximação ao monumento tem um desenho igual às estereotomias existentes no mosteiro, uma calçada irregular de pequenas dimensões. Para a circulação viária foi proposta uma calçada irregular de grandes dimensões. O saibro contorna a Abadia e evoca o antigo terreiro, espaço não planeado, de intercâmbio entre o laico e o religioso, entre a Cidade e o Mosteiro.

Foram propostos novos equipamentos que se pretendem enquadrados nos materiais já existentes, bebedouros em lioz, caixotes do lixo, floreiras e bancos em vidro.

A proposta para Praça D. Afonso Henriques passou por dar continuidade à 'Sala dos Monges' para o exterior, modelada em patamares e delimitada por um 'muro' que retoma o limite do antigo espaço monástico que articulava zonas de serviços com diferentes dependências da Abadia.

Espaço existente

Os diversos percursos pedonais que ligam as bolsas periféricas de estacionamento à praça, por exemplo o Campo da Feira e Circular Nacional à rua D. Pedro V que conflui na praça D. Afonso Henriques, funcionam num sistema em rede que dá a conhecer diferentes pontos característicos da Vila: os rios, as pontes, os edifícios e as pequenas praças urbanizadas que antecedem o terreiro.

O percurso pela Rua D. Pedro V é rectilíneo e pedonal, sendo permitido o acesso pontual aos veículos motorizados, o seu eixo visual deixa antever tanto a Praça onde desemboca como o Rossio, mas sem o revelar totalmente.

A Praça D. Afonso Henriques tem forma rectangular e é um espaço de convergência e de preparação para a grande praça. Ladeada por edifícios de habitação e comércio que compõe ordem e ritmo ao espaço, tem no corpo lateral do Mosteiro e na estrutura arbórea de grande porte (plátanos) os elementos mais caracterizadores. O largo é estruturado por três plataformas em diferentes cotas, entre si e com o arruamento pedonal, que por isso é lateralizado para o limite edificado. A única plataforma de carácter de permanência é a de cota inferior, ocupada por esplanadas de exploração comercial. As restantes são 'vazios' irregulares são pontualmente utilizados para atravessamento da praça.

O Rossio caracteriza-se pela forma triangular dos seus limites, ladeado por um casario equilibrado setecentista, excepto a nascente, onde se alteia a fachada da Abadia de Santa Maria de Alcobça. O

Mosteiro, isolado, apresenta-se como um indivíduo autónomo e sobranceiro à restante imagem do conjunto. Não é evidente uma leitura estrutural ou influência forte na malha edificada³⁷¹, mas não deixa de ser dominador sobre o olhar do observador. Carregado de algum sentimento emocional à medida que dele se aproxima, o adro é elevado por uma escadaria de 3 lanços, com plataformas laterais ornamentadas com pináculos piramidais, que se projectam em direcção à praça.

A amplitude da praça é reforçada pelo grande terreiro uniforme em saibro, com aparência de um espaço intocável, circundado por caminhos pedonais e viários, deixando ao seu interstício alguma mobilidade na aproximação. O sistema arbóreo tem ainda uma expressão muito diminuta no contexto em que se insere. O factor tempo é preponderante para a obtenção de maior qualidade tanto visual como prática na composição do conjunto e na criação de sombra importante à permanência de pessoas.

Discussão e fundamento

Com a conjugação em projecto de diferentes escalas urbanas foi possível desenvolver um programa de revitalização do monumento e da envolvente, não só de articulação ordenada com o território, mas como de reintegração e humanização dos diferentes espaços públicos da cidade. Objectivava-se assim, a valorização do conjunto monástico com princípios conceptuais estruturados na articulação de processos preservacionistas e de perpetuação histórica do lugar, por compreensão dos processos transformadores da urbe alcobacense desde a sua formação, com o seu desenvolvimento tecnológico e social.

Como estratégia o projecto estabeleceu uma 'relação de complementaridade entre a Cidade e a Abadia, reaproximando ambos na zona envolvente ao monumento', concretizando-a ao nível do espaço público e principalmente no seu 'monumental terreiro'³⁷².

Foram evidentes as preocupações programáticas, ao nível opcional em projecto, de ênfase e reintegração do 'carácter imanente da preexistência', a opção em processos de recontextualização e consolidação, de articulação entre o desenho do espaço urbano para definição de zonas de apoio e a ornamentação do território. Esta relação potenciou a definição de um sistema integrado, em rede, de aproximação entre o monumento e o lugar.

³⁷¹ Curiosamente 'a matriz do traçado urbano de Alcobaça é muito mais de natureza hidrológica que abacial. As ruas são o paralelo e o perpendicular aos rios'. Engenheiro João Pedro Tavâres, conversa gravada, 31 de Agosto de 2009

³⁷² Gonçalo Byrne, Gonçalo Byrne - Geografias Vivas, Ordem dos Arquitectos/conselho Directivo Nacional, 2005, p.28

O contexto espacial antes da intervenção demonstra sinais de degradação ambiental urbana, com sobreposição dos percursos viários intensamente utilizados por carros e autocarros, coexistindo com as zonas de permanência e contemplação do monumento. O aumento do tráfego no centro histórico resultou em consequências nefastas no usufruto do espaço público, usurpado pelo automóvel, descaracterizando a Abadia, condicionando a vivência do visitante e acrescentando alguns problemas patológicos para a conservação do monumento. A estruturação de um programa à escala da cidade permitiu recontextualizar o monumento enquadrando-o numa primeira fase de projecto à escala do território, planificando e regulando o fluxo de visitantes ao espaço através de uma política urbana consentânea com as diferentes características, escalas e vivências³⁷³.

Foram aplicadas acções de relação entre espaços periféricos e o rossio, pedonais e viárias, por expansão da área de intervenção à cidade, que resultaram na diminuição do fluxo automóvel e na potenciação de cadências de aproximação ao monumento.

Sobre o parque de estacionamento proposto³⁷⁴, o projectista alerta para o facto da não execução poder 'acentuar os problemas de desertificação do centro histórico. Hoje em dia as pessoas que vão as compras, que mantêm vivo o comércio da zona próxima do Mosteiro, têm cerca de 180 lugares de estacionamento no Rossio'. Atendendo que parte destes são destinados a moradores e comerciantes e que a entrada è condicionada, é natural que o exista reflexo na actividade e que a noção de 'ínsula' persista³⁷⁵.

A redefinição da ambiência e dos percursos criados entre estes diversos receptáculos periféricos com o Rossio, centro nuclear na relação entre a Abadia e a Urbe alcobacense, potenciou o valor do monumento enquanto peça importante na leitura histórica do lugar e social. O redesenho do espaço público dá carácter aos percursos pedonais e viários, contrastados e disciplinados na materialidade, cerzidos na morfologia irregular da cidade, que potenciaram momentos de paragem, de estar e de relação/aproximação com o monumento. Esta organização propiciou o desenvolvimento económico com a exploração comercial e hoteleira dos novos interstícios urbanos revitalizados, ao encontro e ao convívio e à melhoria das condições de conforto do visitante.

³⁷³ A contribuição inovadora dos projectistas contemporâneos e da Nova Carta de Atenas na requalificação da cidade existente, para além de uma tendência de união das relações interpessoais, através de diferentes políticas de espaços urbanos e diferentes tipos de medidas e intervenções, é a ampliação do conceito de património arquitectónico, desde a identificação inicial como o monumento, o quarteirão, a praça ou o conjunto típico classificado, acrescenta-se a integração física e social em cada área no conjunto urbano.

³⁷⁴ A pós apresentação dos resultados geofísicos e geotécnicos, o IPPAR 'apresentou algumas reservas, quer no que se refere ao complexo sistema hidráulico, sempre com reflexo no conjunto monumental, quer quanto à natureza arqueológica e patrimonial (arquitectónica e urbana)'. O assunto foi discutido numa reunião na Câmara Municipal a 21 de Agosto de 2002 - Procº DRL-99/22-1(6). (IGESPAR)

³⁷⁵ Gonçalo Byrne, As políticas da Cidade não podem ser políticas do futebol, entrevista ao 'Jornal de Leiria', de 9 de Outubro de 2003, p.16

Do rossio, a opção de projecto foi transformar o espaço existente num 'vazio urbano'³⁷⁶, despojando-o de elementos que contaminavam a leitura do conjunto monumental, ou seja, limitou a presença do automóvel e retirou o jardim para redesenhar o contexto do monumento e daquele núcleo urbano. O resultado foi a libertação da fachada, permitindo ao observador uma leitura limpa e simultaneamente destacada, deu-lhe de novo valor, e reafirmou o seu estatuto no território. Por estrutura de conceito apoiou-se em momentos precisos no passado que caracterizaram o terreiro como um espaço amplo, desprovido de ruído e voltado para a população.

A dualidade analítica sobre a apropriação popular do terreiro permitiu discutir duas acções opcionais de projecto, uma por incisão do risco que traça e posiciona diversos elementos urbanos como vegetação, equipamentos, espaços de estar; e a construção compósita da 'paisagem cultural' alcobacense. O projectista optou por aplicar critérios simples, não descorando a história como é exemplo o 'bosque' no extremo sul da praça, mas que limitaram as zonas de permanência às esplanadas dos restaurantes lateralizados no espaço. Ou seja, faltam equipamentos como os bancos públicos que faziam parte do 'quadro' familiar do rossio, e 'tempo' para que o processo 'lento' de crescimento da vegetação arbórea possa potenciar as sombras que de alguma maneira relembram a antiga 'avenida de plátanos'.

A importância deste 'vazio' na recontextualização do lugar resulta da intenção de transformar o espaço público através de um processo sequencial de acções e vivências temporais. Numa primeira abordagem ao lugar pretendia-se redescobrir o monumento, direccionado para si uma amplitude espacial, limpa e sem árvores, que facilitou a sua leitura. Posteriormente, já com algumas vivências consolidadas e a vegetação arbórea desenvolvida, poderão ser definidas particularidades do espaço público para potenciar a permanência e contemplação.

O desenho contextualizou o lugar a uma linguagem contemporânea de conceito apoiado no passado em que a paisagem plural surge como espaço construído por diversas modificações temporais inerentes à cultura dessas sociedades: 'as árvores, as mudanças e o espaço público que são, naturalmente, a construção de uma verdadeira paisagem cultural'³⁷⁷. Exemplificaram-se as 'levadas' marcadas no pavimento, os materiais do terreiro que acentuam 'um certo despojamento hierárquico, tão subjacente à arquitectura cisterciense'³⁷⁸ e que devolvem a imponência à Abadia. Contudo, deixou um terreiro preso a uma imagem quase intocável para o uso da população.

³⁷⁶ Conversa com o arquitecto Gonçalo Byrne a 11 de Março de 2009

³⁷⁷ Vittorio Gregotti, Gonçalo Byrne - Geografias Vivas, Ordem dos Arquitectos/conselho Directivo Nacional, 2005, p.30

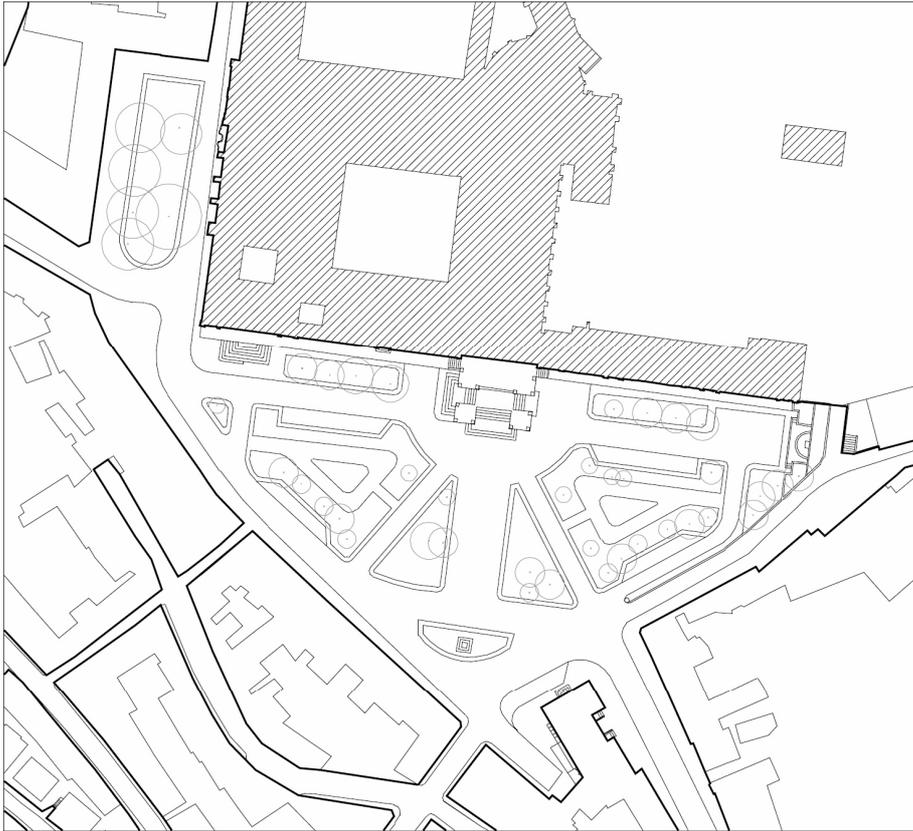
³⁷⁸ Idem, p.30



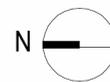
Praça 25 de Abril, Jardim João Filipe Vaz Martins cerca 1995
IHRU



Praça 25 de Abril Setembro de 2008
Fotografia e montagem de autor



Legenda:



 Monumentos

0 10 50(m)

Antes da
Intervenção
c. 1957

DES027

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES028

6.2. Consolidação como exaltação de uma consciência urbana revista

Largo da Oliveira e Praça de São Tiago – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e Antigo Paço do Conselho, Guimarães

Apresentação e Enquadramento na categoria.

As praças de São Tiago e Largo da Oliveira fazem parte da morfologia urbana do ‘centro histórico’ de Guimarães e caracterizam-se pela diversificidade de elementos construtivos que compõe um ‘quadro’ pictórico de elevado interesse arquitectónico e histórico. A centralidade que as praças assumem no território é evidenciada pelos acessos, das ruas de Santa Maria e das Trinas, que as enquadram numa relação abrangente entre si e o Castelo.

Em 1989, o projecto de ‘Arranjo da Praça de São Tiago’, surgiu no âmbito de uma parceria entre o Gabinete Técnico Local a par da Câmara Municipal, e o arquitecto Fernando Távora³⁷⁹, no desenvolvimento prático de projectos³⁸⁰ de renovação e revitalização do antigo tecido histórico ‘intra-muros’³⁸¹.

Na requalificação do espaço público da Praça de São Tiago foram aplicados processos de articulação com a envolvente que a recontextualiza e integra no território, em que o desenho do espaço público foi um factor preponderante na reintegração histórica e simbólica do lugar. Foram assim implementados processos de consolidação como valorização dos valores morfológicos inerentes à estrutura edificada, simplificando o gesto interventivo, reestruturando o espaço público como elemento unificador e revitalizador.

A praça foi adaptada às necessidades contemporâneas, com recontextualização da forma e função, estabelecendo-se com o Largo da Oliveira valores de continuidade e relação espacial como solução de preservação e perpetuação da memória enraizada na população, habitante ou visitante.

³⁷⁹ Em 1979 foi desenvolvido pelo arquitecto Fernando Távora o ‘Plano Geral de Urbanização’ para a requalificação do centro histórico de Guimarães. Esse plano ‘propõe uma visão qualificadora que não se restrinja apenas a monumentos ou conjuntos urbanos, mas antes se alargue, no espaço e no tempo bem como no próprio significado seu conceito, a toda a área urbanizada, sugerindo também a preservação de outros valores que não edifícios e preconizando que essa área fosse considerada como “valor cultural”. Como citado em Alexandra Gesta, Relatório de Estágio, Porto, ESBAP, 1987

³⁸⁰ Para além da Praça de São Tiago, o arquitecto Fernando Távora realizou os projectos de requalificação das Praças do Município e Condensa de Juncal e do Largo João Franco.

³⁸¹ José Aguiar, A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares, dossier de candidatura de Guimarães a Património Mundial, 2000, p.2

O monumento e o espaço urbano envolvente

O núcleo urbano de Guimarães nasceu no século X em função da dinâmica urbana gerada pelo Castelo no Monte Latito, representativo do poder militar e político, e por um antigo Mosteiro, de valor espiritual e religioso na comunidade, implantado no vale de 'Vimaranes' onde hoje está edificada a Igreja de Mossa Senhora da Oliveira.

A vila vimaranense foi-se desenvolvendo de uma forma integrada na estrutura defensiva, sem planeamento, resultando num conjunto edificado amontoado que definiu uma malha de arruamentos estreitos, sinuosos e extensos. Seriam apenas desafogados por alguns interstícios delimitados pela muralha, sobrantes ou esventrados no edificado³⁸², caracterizados pela 'autenticidade de tipos arquitectónicos diferenciados, erguidos com os sistemas construtivos tradicionais (taipa e madeira), constituindo exemplos de evolução da cidade nas suas diferentes épocas'³⁸³.

No caso da Praça da Oliveira e do Largo de São Tiago, ou Praça do Peixe no século XVII, os limites são definidos e caracterizados pelo edificado de cariz medieval e pela presença dominante, no caso da Oliveira, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira do século XII e do Padrão de Salado do século XIV. O antigo 'Domus Municipalis' posiciona-se no espaço como uma charneira entre os dois lugares, tratando-se de um exemplo de arquitectura política dos séculos XVI e XVII que desempenhava o papel de centro cívico da cidade de Guimarães³⁸⁴.

Nos finais do século XVI erguia-se no centro da praça de São Tiago um Templo, ruído em seiscentos (1607), dedicado a Ceres, deusa da agricultura, onde Santiago, Apostolo Hispânico, terá construído um altar a Nossa Senhora³⁸⁵. Sobre esta foi edificada a capela de Santiago, 'de modestas dimensões, com corpo de planta rectangular antecedido por uma alpendrada'³⁸⁶, muito semelhante à igreja de Santa Cruz no Monte da Oliveira junto ao Paço dos Duques de Bragança.

³⁸² Manuel Alves de Oliveira, Guimarães numa resenha urbanística do século XIX, separata do 'Botetim de Trabalhos Históricos', Vol. XXXVII, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, p.8

³⁸³ Alexandra Gesta, Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães, CMG, 2005 p.1

³⁸⁴ GTL - Guimarães, Património Cultural da Humanidade, Vol. I Porto: Janeiro de 1997, p.189-249

³⁸⁵ Sobre 'a imagem da Senhora' escreve o Padre António José Ferreira Caldas, Guimarães, Apontamentos para a sua História, CMG/Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1996, p.353

³⁸⁶ GTL - Guimarães, Património Cultural da Humanidade, Vol. I Porto: Janeiro de 1997, p. 206

No primeiro Plano de Urbanização³⁸⁷ que se conhece da cidade de Guimarães, celebrado entre a Câmara Municipal e o Engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro a 2 de Outubro de 1863, foi elaborado um estudo urbanístico da cidade que terá sido responsável pela demolição da Capela de São Tiago³⁸⁸ e dos edifícios que limitavam as ruas dos Pasteleiros e dos Açoitados.

Segundo o Plano de engenheiro Almeida Ribeiro as praças de 'S. Thiago' e a da Oliveira teriam os seus melhoramentos pela definição dos limites e reconfiguração de alguns alinhamentos. A primeira deveria ser confinada aos edifícios limítrofes e para tal a 'Capela de S. Thiago deve ser demolida ou removida para um dos lados da nova Praça se se entender que deve ser respeitado um edifício que foi templo do Paganismo e a primeira Igreja Christã de Guimarães. Conservei intacta a casa da Camara como um monumento nacional'³⁸⁹. Em 1887 foi totalmente apeada sem registo de ter sido reedificada³⁹⁰.

Para o Largo de Nossa Senhora da Oliveira considerou que devia ser favorecida a 'alpendrada' sul no prolongamento do alimento da Viela de Esterpão, devendo assim remover-se o Padrão gótico para o espaço confinado ao cunhal do portal lateral e a porta principal (encostado contra a parede). Sobre a oliveira, e dada a imprescindibilidade de manter no largo, deveria ser mudada para junto da Torre compondo um enquadramento à rua de Santa Maria que converge na Praça. Em 1869 a Câmara Municipal nomeia uma 'Comissão de Melhoramentos'³⁹¹ para realizar as referidas obras mas apenas a árvore sofreu uma intervenção. Assim, a 20 de Outubro de 1869 foi deliberado o seu desbaste e serrada em 1872³⁹². A fonte do século XV adossada à base da Torre sineira foi demolida em 1904 sendo salvaguardadas algumas pedras pelo Museu da Sociedade Martins Sarmento.

No final dos anos 30, a DGEMN incidiu a sua acção na restituição do 'antigo aspecto arquitectónico' da Igreja de Nossa senhora da Oliveira. Segundo o projecto do arquitecto Rogério

³⁸⁷ O Plano de Urbanização é composto por 13 folhas ente desenhos e memórias descritivas correspondentes a cada troço da cidade desenhado. Tem como base um A0 (aproximadamente), sobre uma base sólida, todo desenhado a carvão e colorido com algumas manchas. Poderá ser consultado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta em Guimarães ou no trabalho desenvolvido por Manuel Alves de Oliveira, obra já citada

³⁸⁸ Para além da Capela de São Tiago, são vários os casos conhecidos transformações urbanas que envolveram a demolição de Igrejas e Capelas da Cidade de Guimarães: a Igreja Paroquial de São Sebastião, a de São Paio da 'Vila', a Conventual de Santa Clara, São Dâmaso, Nossa Senhora da Piedade e da Graça. Veja-se Armando Luís de Freitas, jornal 'O Conquistador', 11 de Abril de 1997, p.8; e CMG, Guimarães do passado e do presente, Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian, Guimarães

³⁸⁹ Manuel de Almeida Ribeiro, Planta da Cidade de Guimarães, Projecto de melhoramentos de 2 de Outubro de 1863, Câmara Municipal de Guimarães, escalas: 1/2000 e 1/500, memoria descritiva, Folha nº8

³⁹⁰ Manuel Alves de Oliveira, Guimarães numa resenha urbanística do século XIX, separata do 'Botetim de Trabalhos Históricos', Vol. XXXVII, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, p.21

³⁹¹ Idem, p.29

³⁹² Idem, p.22

de Azevedo (1939), não implementado na íntegra, procederam-se apenas à ‘demolição’ exterior (1970) de alguns elementos acoplados às faces Norte e Sul, construídos no século XIX, por ter-se considerado ‘de importância vital a sua reintegração’³⁹³.



Praça de São Tiago cerca de 1940³⁹⁴ + Março 2009
IHRU + fotografia de autor

Entre 1954 e 1957 pela Secção de Melhoramentos Urbanos da DGSU em articulação com a DGEMN do Porto, tendo a preponderância do arquitecto Francisco de Azeredo, tece algumas considerações de enaltecimento do valor artístico e turístico de Guimarães, realçando o aspecto cénico ‘natural’ da cidade e propõem orientações de ‘bom senso e gosto artístico’. Foram equacionados trabalhos de valorização de perspectivas e edifícios, sem pretensões de restituição da sua ‘traça primitiva, porque temos de partir do princípio de que certos acrescentos que ao longo dos séculos se lhes foram fazendo só os valorizaram e documentam a passagem dos anos’³⁹⁵.

Numa primeira fase foi proposto para ‘arranjo do Largo de Nossa Senhora da Oliveira’ a restituição da colunata representada na Planta de 1863 pelo engenheiro Almeida Ribeiro, mas a qual o arquitecto Francisco de Azeredo considerou dispendiosa e ‘sem que este melhorasse’³⁹⁶. Posteriormente foi proposto para a Praça de S. Tiago, a requalificação das fachadas voltadas a nascente e a construção de duas placas centrais, com árvores de alto porte e elementos

³⁹³ Miguel Tomé, Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995), FAUP publicações; Porto 2002, p.342

³⁹⁴ Neste período existiam no centro da praça de São Tiago três placas curvilíneas, compostas zonas ajardinadas (canteiros), passeios (calçada) e candeeiros de iluminação pública. Poderá ser vista na Planta Topográfica de 1947 (IHRU: IPA 0308340007 – peça 0402096), e no livro ‘Guimarães, do passado e do Presente’. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Biblioteca pública da fundação Calouste Gulbenkian/Guimarães, 1985, p.222

³⁹⁵ Francisco de Azeredo, Considerações de Ordem Geral sobre a Zona Antiga da Cidade de Guimarães, Porto, 6 de Março de 1956 (PT DGEMN:DSARH-010/114-0116)

³⁹⁶ Francisco de Azeredo, Estudo de Arranjo da Zona antiga da Cidade de Guimarães, Memória Descritiva da primeira fase, Porto, 6 de Março de 1956 (PT DGEMN:DSARH-010/114-0116)

decorativos (canteiros), para 'dar graciosidade à sua forma irregular'. Os pavimentos nas zonas de circulação viária eram compostos por cubos de granito³⁹⁷.

Em 1972 foi elaborado pelo arquitecto José Marques, com acompanhamento do arquitecto Alberto Bessa, o 'arranjo do pavimento do Largo de Nossa Senhora da Oliveira'. O projecto³⁹⁸ define uma configuração em três tipos diferentes, 'de acordo' com a ambiência histórica e morfológica do largo de 'raro valor arquitectónico'. Deverá 'resultar dele uma maior valorização desta zona urbana (...) e, ainda, de um envolvimento arquitectónico da maior valia'. Assim:

1. Na sua parte central [foi constituída] com um esquartelado de guias de cantaria a envolver rectângulos de calçada à portuguesa.
2. Lajes de cantaria [foram aplicadas] na zona envolvente dos imóveis, circundando o antigo Padrão e no patamar fronteiro à entrada principal da igreja.
3. [Aplicaram-se também] em calçada à portuguesa com faixa central de cantaria nas artérias confinantes e Largo 1º de Maio.

O tratamento do pavimento permitiu a restituição de algumas proporções de escala com o edificado, como o 'Domus Municipalis' que viu reposto o pé-direito com o 1º piso, organização do estacionamento para valorização das perspectivas do conjunto (na face oposta e frontal ao portal da Igreja). Do ponto vista construtivo foram aplicadas normas que favoreceram o escoamento de águas e sobretudo 'parece-nos que deste arranjo resulta uma maior valorização tanto do Largo em si, como dos imóveis envolventes'³⁹⁹.

Estado anterior

A praça de São Tiago apresentava nos anos 90 uma imagem pouco ou nada qualificada, onde espaço público e edificado apresentavam sinais de degradação sem qualquer ordenamento ou desenho cuidado.

³⁹⁷ Francisco de Azeredo, Estudo de Arranjo da Zona antiga da Cidade de Guimarães, Memória Descritiva da segunda fase, Porto, 19 de Abril de 1957 (PT DGEMN:DSARH-010/114-0117)

³⁹⁸ Veja-se a Planta da Praça de São Tiago, inserida no Estudo de Arranjo da Zona antiga de Guimarães, de 19 de Abril de 1957 e assinadas pelo arquitecto Francisco de Azeredo (IHRU: foto.449494 - PT DGEMN:DSARH-010/114-0117)

³⁹⁹ José Marques, Arranjo do Pavimento do Largo de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães, aprovado pelo Director Geral da DGEMN Alberto da Silva Bessa, Porto, 25 de Fevereiro de 1972 (PTDGEMN:DSARH-010/114-0118)

O edificado é o elemento morfológico mais importante na caracterização deste espaço histórico da cidade de Guimarães. Deparam-se edifícios de desenho e silhueta diversificada, na génese e risco medieval (séculos XV e XVI), com paredes dos primeiros pisos em granito e superiores em taipa, caiada ou rebocada, varandas de madeira e beirais muito salientes adequam a expressão pitoresco á caracterização da ambiência desde lugar.

Delimitavam um terreiro paralelepipedico de basalto, uniforme em toda a sua extensão, que criava peso visual ao lugar; os passeios eram compostos por pedras em granito de dimensão consonante e uniforme com a largura das ruas envolventes que convergiam a este lugar. Este carácter evidenciava uma supremacia da circulação automóvel sobre os percursos de uso pedonal comuns nos centros históricos na época.

A prevalência do tráfego viário sobre o espaço público influenciou a colocação deste pavimento, habitualmente destinado à circulação do carro, diminuindo a qualidade de usufruto do pedestre, habitante ou visitante, que se via privado de zonas de permanência e contemplação do espaço monumental. Este amplo parque de estacionamento deixava apenas livre o corredor de circulação que liga as ruas de Santa Maria à das Trinas e inclusive ocupava a arcaria do 'Domus Municipalis'.

Em suma, era um espaço desqualificado, sem planeamento e que se traduziu uma evolução negativa do espaço público descontextualizando ou desenraizado da sua essência história e social.

Ideologia e Intervenção

Com corte da 'Oliveira'⁴⁰⁰ nos finais do século XIX, o Largo da Oliveira esteve sem a referência que a contextualiza e que dá lhe dá nome. A oliveira é um ex-líbris da Cidade e que terá

⁴⁰⁰ Em 1881 o Padre António Caldas no livro 'Guimarães, apontamentos para a sua história' documentava assim a existência da oliveira: 'Nos princípios do século XIV existia junto ao antigo mosteiro de S. Torcato uma frondosa oliveira que produzia azeite para a lâmpada do Santo Mártir. Arrancada mais tarde veio a oliveira para Guimarães e plantada de frente da porta principal da Colegiada, aqui secara; e assim deixaram ficar no mesmo lugar, em que permanecera até 1342, quando Pêro Esteves colocou perto dela a cruz que ainda se levanta debaixo do Padrão de Nossa Senhora da Vitória. Foi colocada aqui a cruz a 8 de Setembro do ano referido, e três dias depois então se ficara a chamar de Oliveira. Esta oliveira, substituída por outra e outras, ficou sempre na praça, que lhe tomara o nome (...); até que derrubada por mão ignota, na noite de 9 de Fevereiro de 1870, e ventilada questão, entre a câmara e o cabido acerca da remoção do polígono, e do tronco mutilado foi tudo expropriado ao cabido de utilidade pública'. Como citado em Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães, Trabalhos Realizados, Guimarães, 2005, p.18-19

influenciado a denominação da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e o seu brasão⁴⁰¹. Numa atitude de aproximação e devolução à população deste elemento tão simbólico, foi em 1985 criado pelo arquitecto Fernando Távora o 'projecto da base em granito para a oliveira' junto ao Padrão de Salado no mesmo local onde se havia plantado anteriormente. A plantação da nova 'Oliveira' devolve ao lugar o seu símbolo histórico e cultural, e antecipa a reestruturação da Praça de São Tiago quatro anos mais tarde, ao incluir a árvore como um ponto de referência de 'Projecto de arranjo da Praça de São Tiago'.

Assim, no projecto de 1989, o arquitecto Fernando Távora propôs a requalificação do lugar com base em critérios de preservação dos valores históricos, simbólicos e sociais que marcam a identidade cultural do 'centro histórico' de Guimarães.

Foi definido o desenho do espaço público em articulação com a envolvente, 'tendo em consideração a sua história, as suas relações formais e espaciais', sugeriu uma nova configuração para o pavimento, potenciando o espaço pedonal e regrido a circulação viária. O atravessamento da praça pelo tráfego automóvel foi planeado 'no sentido nascente-poente e ao longo da fachada sul, com estacionamento longitudinal'.

O espaço público foi pensado como um 'continuo urbano' que se estendia desde do 'cabo da Oliveira' até à Praça de Santiago numa proposta que pretendia 'unificar o princípio geral de tratamento do pavimento dos dois espaços generalizando a este a solução já apresentada há anos naquela'. Foram idealizados um prolongamento da estereotomia e escala do pavimento do Largo da Oliveira, a construção de uma malha na praça em granitos dente-de-cavalo preenchidos por calçada à portuguesa, e a delimitação do percurso viário como a colocação de 'marcos com correias semelhantes à solução simétrica já existente'.

Alinhado com a 'Oliveira' por entre a arcada dos Paços Municipais, o projecto continha 'ainda a proposta de implantação em ponto de cota mais alta, junto de edifícios existentes e no enfiamento da arcada da antiga Câmara', um memorial ao Conde D. Henrique, em granito e com cerca de três metros de altura. No pavimento seria gravada uma 'inscrição retirada do foral por ele dado a Guimarães, em 1095: AD VOS HOMINES QUI VENITIS POPULARE IN VIMARANES ET AD ILLOS QUI IBI HABITARE VOLUERINT'⁴⁰².

⁴⁰¹ Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães, Trabalhos Realizados, Guimarães, 2005, p.18-19

⁴⁰² 'A vós homens que vieste povoar em Guimarães e àqueles que aqui quiseram habitar'. tradução de de Aires Augusto do Nascimento, tradução do Foral de Guimarães. Revista de Guimarães, Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, n.º 106, 1996, p.36

No último ponto da Memória descritiva do projecto o arquitecto propõe, de forma meramente indicativa, a construção simbólica da Capela de Santiago, demolida em 1887, através da marcação dos limites do antigo templo no pavimento.

A vegetação pretendia reforçar os planos de aproximação à praça, pontuando o espaço a nascente e a ponte, 'preenchendo' os vazios resultantes de simetrias provocadas pelo edificado e opôs-se aos alinhamentos deles resultantes⁴⁰³.

Espaço existente

A Praça de Santiago tem uma forma irregular em 'S', limitada por edifícios de uso misto, habitação e comércio, em que a materialidade assume relevo importante na caracterização da imagem pictórica do espaço. É atravessada de nascente para poente, sentido do declive do pavimento, por um arruamento de circulação automóvel (pontualmente), em articulação das ruas Santa Maria e das Trinas que confinem os seus limites.

Tem nos antigos Paços Municipais o elemento de domínio, por ter a mesma escala que o restante edificado não exerce influência na leitura do conjunto, mas é decisivo na relação entre a Praça e o Largo da Oliveira. É pela sua arcada e por um piso térreo vazado que se atravessa física e visualmente os dois espaços urbanos, constituindo assim um único e amplo terreiro público.

O desenho e a materialidade do pavimento, idênticos à existente no Largo da Oliveira, são constituídos por uma estereotomia regular, guias em granito e calçada à portuguesa, diferenciadas nas zonas de permanência e de uso pedonal apenas pelo desenho. A circulação automóvel adquire uma leitura fluida pela linearidade do percurso e o pavimento é constituída por paralelepípedos em granito e guia central uniforme com o restante piso viário no 'centro histórico'. A separar as zonas pedonais das de circulação automóvel mecos em granito unidos por correias em ferro.

Particularidades no pavimento são as inscrições no pavimento junto ao 'Domus Municipalis' no enfiamento da 'Oliveira' e o desenho regular no centro da praça delimitando uma área identificada com uma vieiras, símbolo dos peregrinos de Santiago.

Na zona nascente e ao longo da fachada Sul são definidas zonas de estacionamento que posteriormente, por imposição de uma lógica de remoção do fluxo constante dos carros do

⁴⁰³ Fernando Távora, Arranjo da Praça de S. Tiago, Memória Descritiva, Porto: Maio, 1989

dentro, não cumpre a função e é utilizado pelos comerciantes como zonas de esplanada. A praça tem praticamente um uso exclusivo pedonal.

A vivência de toda a praça é de um amplo espaço de estar, repleto com cadeiras e mesas que apelam à permanência e contemplação do espaço envolvente. Esporadicamente a ambiência bucólica é invadida por festividades ou acontecimentos sociais que dão vida e uso a ambas as praças.

A vegetação existente pontua e marca as entradas na praça criando zonas de estar. Isolada a nascente acolhe quem chega da rua de Santa Maria, e no poente duas árvores enquadram uma fonte circular em granito, como recepção a quem se aproxima da rua das Trinas.

Como complementar à descrição da Praça de S. Tiago, o Largo da Oliveira caracteriza-se por uma forma rectangular, definida por edifícios de uso misto, habitação e comércio. Articula dois eixos viários distintos, as ruas de Santa Maria e Rainha D. Maria II, e tem como elementos arquitectónicos predominantes a Igreja da Nossa Senhora da Oliveira e o Padrão do Selado.

A 'Oliveira' é cercada por um embasamento em pedra, pontua o extremo sul da praça e define-se com um monumento simbólico e cultural de contextualização do lugar.

Discussão e Fundamento

O processo de crescimento e adaptação do centro histórico aos novos processos contemporâneos, faz com que o 'Projecto de arranjo da Praça de São Tiago' tenha sido preponderante na adequação do carácter histórico e cultural do lugar às exigências sociais e económicas actuais.

Este projecto de reabilitação do lugar reconheceu de que forma foram sedimentos no tempo as diferentes especificidades do lugar, compreendeu quais os processos e actores que dele faziam parte, de forma a inspirar ou a recontextualizar no espaço um novo desenho. As opções de projecto incutiram soluções de salvaguarda e perpetuação da génese identitária do espaço intervencionado.

Aliás, o próprio arquitecto menciona na memória descritiva 'que a intenção da proposta é a da reafirmação da identidade e da manutenção dos seus valores ambientais' enaltecendo a ideologia implementada na reabilitação do edificado para o eleger como factor morfológico mais importante a realçar.

Com este princípio propôs a consolidação por simplificação desta história vivida, reformulando ou cingindo-se à redefinição do pavimento, como reconhecimento do valor artístico e histórico do conjunto monumental, e através do espaço público requalificou o seu simbolismo regional e nacional.

Por opção de projecto foram definidos critérios de recontextualização do lugar, cujo desenho reuniu dois espaços 'naturalmente' homeótopos, diferentes no simbolismo mas idênticos na singularidade cénica, por definição de valias no contexto que aproximaram visualmente os espaços. A reintegração da praça no tecido histórico foi conseguida com a 'germinação' das especificidades caracterizadores do espaço envolvente, que por si já se constituía parte da história do lugar, na organização da praça em questão.

Assim, em vez de dois espaços isolados pelo 'Domus Municipalis', obteve-se uma única entidade interligada pela escala e desenho do pavimento (cor, textura e material). Uma solução de desenho que enaltece as suas características morfológicas e ainda adiciona novos usos na recontextualização social e histórica do lugar.

No desenho do pavimento foram introduzidos dois factores históricos, a Capela de S. Tiago e a inscrição memorativa da fundação da nacionalidade. A Capela recontextualiza metaforicamente a ambiência que existiria em oitocentos, enquanto a inscrição relembra o momento da entrega do fural à cidade. Por sua vez a implantação da 'Oliveira' reforça a contextualização das vivências sociais do lugar.

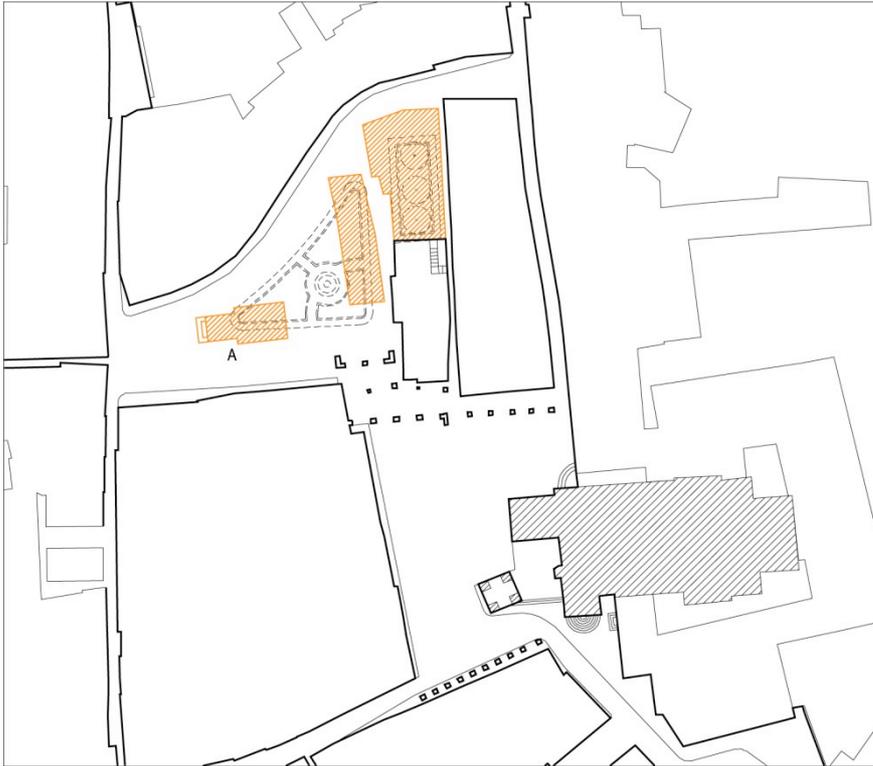
Actualmente as pessoas apropriam-se do espaço público como uma imensa 'sala de estar' urbana, em que a praça é usufruída como um prolongamento das habitações e do comércio que a limita. É curioso ver associada à rusticidade de cada edifício com a roupa pendurada na varanda, as plantas que quase parecem jardins suspensos, e os bares/restaurantes que alimentam de esplanadas que usamos como plateia preferencial deste espectáculo pictórico.



Praça de São Tiago cerca de 1985
GTLG



Praça de São Tiago cerca de 1995
GTLG



Legenda:



 Monumentos

 Demolições (c. 1887)

A Capela de Santiago (c. 1867)

 Proposta de Francisco Azeredo para o arranjo do espaço público na Praça de São Tiago (c. 1957)

0 10 30(m)



Antes da
Intervenção
c. 1970

DES029

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES030

6.3. Articulação do lugar com o território para agregar o espaço público

Praça da Batalha – Igreja de Santo Ildefonso, Porto

Apresentação e Enquadramento na categoria.

A praça da Batalha localiza-se na zona leste do centro urbano da cidade do Porto, espaço de articulação entre o topo do núcleo histórico da Sé e Avenida dos Aliados com a rua de Santa Catarina.

A sua história consagra-a como um centro de convergência de ruas comerciais, que articulavam a vivência das salas de espectáculo (cinema e teatro) e a restauração, sempre abundante de ‘gentes’ da terra, e com a primordial relação intermodal dos eléctricos, que nos séculos XIX e XX relacionavam a cidade do Porto com a periferia urbana.

As transformações do espaço público mais significativas decorreram principalmente na última metade do século XX, com a descentralização económica do núcleo e centro histórico, determinaram a modificação e desqualificação da imagem urbana da praça e do carácter identitário que o une à população.

Em 1999 no âmbito da ‘Sociedade Porto 2001’ foi realizado um ‘Plano de Requalificação da Baixa Portuense’ dividido em cinco partes operacionais de projecto que correspondem a zonas precisas do ‘centro da cidade’. Entre elas a ‘Zona Leste A’ que enquadra a Praça da Batalha, abrangendo o antigo Largo de Santo Ildefonso até ao funicular de Guindais, e no percurso intermédio ergue-se a Capela de Nossa Senhora de Agosto. O projecto de requalificação da Praça ficou a cargo dos arquitectos Adalberto Dias e Fernando Távora.

O processo operativo de projecto abordou diferentes escalas de intervenção para relacionar e aproximar o lugar da cidade. Foram definidas estratégias de reestruturação deste ‘centro’, integrando-o numa rede de fluxos entre a periferia e as diferentes zonas que compõem o Plano.

Em aproximação à morfologia e espaço público da praça da Batalha foram introduzidos processos de recontextualização da ambiência do lugar e da paisagem, objectivaram-se valorizar a relação do edificado e monumentos com a praça, de forma a consolidar o espaço existente e através do desenho perpetuar o valor social e histórico do lugar. Com sequência da requalificação do espaço público foi opção de projecto recorrer à ‘deslocação’ da estátua do rei D. Pedro V.

Por aproximação à materialidade e forma do espaço público foram definidas no programa de intervenção acções de reestruturação e recontextualização que permitiram regar os espaços

pedonais e viários, de articulação com a envolvente edificada e de unificação da Praça da Batalha com o antigo Largo Santo Ildefonso.

O monumento e ao espaço urbano envolvente

A Praça da Batalha implanta-se no sopé de uma das vertentes do antigo vale do rio da Vila, numa cota semelhante à vertente oposta cujo perfil é sinalizado pela Torre dos Clérigos, e tem como elementos morfológicos dominantes a Igreja de Santo Ildefonso reconstruída em 1737, o cineteatro Batalha exemplo de arquitectura civil dos anos 50 (1947), o Palácio da Batalha dos finais do século XVIII e a estátua do rei D. Pedro V.

Até meados do século XVIII a vida urbana da cidade confinava-se aos limites da 'muralha fernandina' e relacionado com duas portas no troço Norte da cerca que uniam por estrada a cidade aos povoados rurais e 'centros piscatórios' na margem do rio. A 'Porta dos Carros' ou do 'Cimo da Vila', situadas no extremo oposto e a eixo da Igreja de Santo Ildefonso e a 'Porta do Sol', inicialmente postigo de 'carvalho do monte' ou do 'penedo', encostada ao actual edifício do Governo Civil. O terreiro de Santo Ildefonso acolhia a estrada velha que ligava a cidade a Valongo, Vila Real e Bragança, e constituía-se como um lugar privilegiado para a concentração de comércio, como feiras e mercados.

Em 1761 foi aberta a rua de Santa Catarina por João de Almada e Melo, governador do Porto, e rectificando parte do traçado urbano da cidade com melhoramentos e criação de novas praças por Francisco de Almada e Mendonça, Inspector das Obras Públicas do Norte. Os 'Almadas' representam um período de grande transformação urbana e de arquitectura, fomentados no âmbito da Junta de Obras Públicas e no 'desenvolvimento urbanístico da cidade'. Neste âmbito interventivo, foram destruídas parcelas da 'cerca fernandina' e sequentemente desenhada a Praça da Batalha⁴⁰⁴. Foi-lhe conferida 'forma urbana na perspectiva da sua utilização como apoio da urbanização nascente, como área de concorrência entre esta e a muralha medieval pré-existente'⁴⁰⁵. Os vestígios dessa acção de reformulação do tecido antigo ainda são visíveis em torno da praça e na dualidade

⁴⁰⁴ Antes da intervenção o Largo de Santo Ildefonso, seria um amplo terreiro, atravessado pela estrada velha (actual rua de Santo Ildefonso) que ligava, pela 'Porta do Cimo da Vila' à rua do Cimo da Vila, a rua de Santa Catarina seria apenas um caminho secundário e a rua 31 de Janeiro inexistente. Entre a 'Porta do Cimo da Vila' e a Igreja de Santo Ildefonso existia a Capela de Nossa Senhora da Batalha, demolida pelos 'Almadas' a quando da reestruturação urbana do lugar, reconstruída e inserida num quarteirão poucos metros ao lado e com frente para a praça da Batalha. Viria a ser demolida no princípio do século XX. Conversa com o arquitecto Bernardo Miranda a 28 de Abril de 2010.

⁴⁰⁵ Bernardo José Ferrão, Projecto da Câmara é medíocre... Batalha – que futuro urbanístico?, Porto, O Tripeiro, Volume I, p.4

de períodos que a compõe. A Poente, o tecido urbano caracteriza por ruas e quarteirões de origem medieval, e a Norte pelos arruamentos traçados no período dos ‘Almadas’.

A praça no século XIX⁴⁰⁶ foi um espaço cinéfilo em que a paisagem se caracterizava pela vegetação arbórea que enquadrava a estátua de D. Pedro V, implantada numa plataforma de calçada à portuguesa, centrada e isolada pela circulação viária, mas dominante no espaço público. Este ‘passeio público’ era pontuado por bancos de ‘jardim’ e por um quiosque, compondo um ‘quadro’ aprazível que envolvia igreja de S. Ildefonso e o largo residual. A plataforma central funcionava assim, como uma placa giratória que divergia em todos os sentidos, envolta num ambiente sereno e bucólico apenas quebrado pelos carros eléctricos que a cruzavam.

As sucessivas intervenções camarárias posteriores e a criação de novas centralidades periféricas resultaram no abandono do sentido permanente e social do espaço público, e de certa forma vieram ‘guetizar’⁴⁰⁷ a ambiência do espaço. Foram derrubadas as árvores que ‘cercavam’ o memorial real e substituído o espaço público pelo movimento dos tróleys numa via que ‘rascava’ a praça quase a diagonal. Ficaram condicionadas e descontextualizadas as vivências entorno dos elementos urbanos, pois o seu uso contemplativo e de convívio foi substituído por paragens de ‘transportes colectivos onde as pessoas são tristes, embora os autocarros sejam cor-de-laranja’⁴⁰⁸.

O Largo de Santo Ildefonso neste período era um terreiro amplo, paralelepípedo, funcionalmente preparado para a circulação viária, e pontuado por um elemento central, uma pequena placa triangular. Esta ilhota era revestida com calçada à portuguesa, pontuada por candeeiro de iluminação pública, que divide o fluxo entre a rua de Santo Ildefonso e a de Santa Catarina. Dele já não fazia parte a escadaria de acesso à Igreja que alinhava com a rua de Santo António (actual rua 31 de Janeiro) o obelisco que actualmente se encontra recuado na lateral da Igreja e no seu sítio está um edifício rasteiro, uma joalheria.

Dando continuidades às tentativas camarárias de resolução do conflito e degradação a que a Praça esteve sujeita, foi elaborado nos anos 80 pela Direcção dos Serviços de Obras da Câmara Municipal do Porto (Divisão de Arruamentos) um projecto para o ‘arranjo urbanístico da Praça da Batalha’.⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ Planta Topográfica do Porto [s.d.] entidade detentora DSID, IHRU. Ref. Desenho 131513 e 131514

⁴⁰⁷ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, 30 de Julho de 2009

⁴⁰⁸ Bernardo José Ferrão, Projecto da Câmara é medíocre... Batalha – que futuro urbanístico?, Porto, O Tripeiro, Volume I, p.6

⁴⁰⁹ Idem, p.5

Estado anterior

A Praça da Batalha nos anos 90 regravava-se em função de uma via de circulação automóvel, utilizada para o atravessamento dos transportes colectivos entre as ruas de Santa Catarina e Alexandre Herculano. O espaço público dividia-se em duas partes, dum lado e do outro da via, delimitado pelo tratamento uniforme do pavimento que unificava a praça da Batalha com o largo de Santo Ildefonso.

O lugar foi considerado 'uma área, que a história, o senso comum e o uso quotidiano definem como dois espaços diferenciados e diferentemente orientados, liderados respectivamente pela Igreja de Santo Ildefonso e pela estátua de D. Pedro V⁴¹⁰. Até este momento essa articulação era apenas acentuada pelo 'edifício-rótula' do cine teatro Batalha.

O pavimento era revestido por calçada à portuguesa, ornamentada por um esquema linear geométrico que variava entre os brancos e os pretos calcários, acentuava o desequilíbrio do traçado urbano e demonstrava total indiferença para com os elementos morfológicos e materialidades que geriam aquele espaço urbano portuense.

Junto ao Teatro de S. João o espaço público era um lugar amplo, relegava a circulação para a face poente da praça, onde se erguia a estátua do Rei D. Pedro V, 'marginalizada' ou sem um enquadramento que a enalteça. Encontrava-se em igualdade com os diferentes elementos de mobiliário urbano desorganizados ali existentes, o quiosque, a cabine de telefone pública, os outdoors publicitários ou até mesmo as inúmeras paragens de autocarros que perfilam na 'margem' esquerda da praça.

O largo de Santo Ildefonso é dominado pela Igreja de Santo Ildefonso, cuja plataforma frontal tinha uma forma triangular resultante da convergência das diferentes cotas de pavimento que compõe o perfil do largo, e com relação de continuidade com a escadaria assimétrica de acesso à Igreja.

Este espaço público era limitado por elementos vegetalistas e pelas escadas que relacionam a rua de Santo Ildefonso, em cota alta, à rua de Santa Catarina, em cota baixa, culminado em três canteiros circulares.

A vegetação existente no lugar dividia-se entre os arbustos rasteiros plantados em canteiros e 'floreiras' móveis que limitam o tráfego automóvel ao pavimento betuminoso, e a vegetação arbórea que pontuava o espaço nos dois lados sem desenho ou sentido de escala. Não acrescentavam ao contexto urbano valores qualificáveis de permanência e revitalização mas de descaracterização e inadequação às acessibilidades económico-sociais do tecido urbano envolvente.

⁴¹⁰ Bernardo José Ferrão, Projecto da Câmara é medíocre... Batalha – que futuro urbanístico?, Porto, O Tripeiro, Volume I, p.7

Ideologia e Intervenção

No âmbito da 'Sociedade Porto 2001', foi realizado em Fevereiro de 1999 um concurso de ideias com o tema 'Porto 2001: regresso à Baixa. Consulta para elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense'. Com este concurso foram constituídas cinco equipas de arquitectos que em conjunto com a Câmara Municipal do Porto deveriam estabelecer, de acordo com as especificidades de cada lugar, uma reflexão consciente sobre a cidade, nomeadamente a 'Baixa'. Foi proposto articular as múltiplas leituras desenvolvidas pelos arquitectos, com a necessária homogeneização dos objectivos e da materialidade final com uniformização das opções de projecto, para uma reabilitação consistente (social, económico, histórico, cultural e político) do 'centro da cidade'.

Este 'masterplan' foi dividido em cinco zonas parcelares coordenadas por um arquitecto vencedor do concurso, que por sua vez poderia convidar outros gabinetes a participar numa escala de revitalização mais próxima, espaço público. Assim, ao arquitecto Adalberto Dias coube a orientação da zona Leste A (Praça da Batalha e Guindais); aos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, a zona Leste B (Praça D. João I e Santa Catarina); arquitecto Camilo Cortesão, a zona Oeste A (Restauração e Cordoaria); e arquitecto Vergílio Moutinho a zona Oeste B (Praça de Carlos Alberto e rua do Almada). Finalmente, ao arquitecto Siza Vieira destinou-se o remate de todos os planos com a reestruturação da zona central, a Praça da Liberdade e Avenida D. Afonso Henriques dos Aliados.

O 'Projecto de Requalificação da Baixa Portuense – Zona Leste A' integrava as ideias conjuntas dos arquitectos Adalberto Dias, coordenador da equipa, e Fernando Távora, arquitecto convidado. Ao primeiro ficou destinado o arranjo da Praça da Batalha com a estátua de D. Pedro V e o Teatro Nacional S. João a serem os elementos morfológicos dominantes, e ao segundo o Largo de Santo Ildefonso centrando-se na Igreja com o mesmo nome que alteia todo o largo fronteiro.

A estratégia do projecto passou pela revitalização do espaço público, para uma requalificação em articulação com a cidade, para restituição da centralidade do lugar na cidade do Porto. Para tal, foi proposta a fixação da Loja do Cidadão para incentivar a deslocação da população a este 'centro' e assim revitalizar a restauração, dar novo sentido à rede de transportes públicos, e requalificar a ambiência com base na vivência social no lugar e com a envolvente.

Como método de reinterpretção da geografia e história da praça foram traçados eixos de relação entre pontos dominantes na paisagem portuense, para recontextualizar o lugar no território e estruturar a composição morfológica do espaço público. Foi definido um princípio de articulação com

a envolvente para promover a agregação entre os dois espaços, de relação mais intensa e mais profunda, posicionando a fonte como rótula de união quer com um quer com o outro⁴¹¹.

Assim, foi reposicionada a estátua D. Pedro V, a eixo com a Torre dos Clérigos, numa relação simbólica às intrigas entre as duas comunidades que procuravam valorizar o seu Templo acima do outro; prolongando-o no sentido da fonte e da Igreja de Santo Ildefonso, que se pretendia restituir da sua escadaria na totalidade; desta para o obelisco, recolocando-o na sua posição original, para finalmente estender o eixo na direcção da rua 31 de Janeiro, ou seja, de volta ao centro – Av. dos Aliados. O reposicionamento do obelisco constitui-se como um novo elemento de rotação.

No Largo de Santo Ildefonso privilegiou-se o enquadramento da igreja, reconhecendo o seu valor e das suas escadarias de acesso, construindo o largo segundo o eixo longitudinal, de forma a 'conduzir o novo arranjo no sentido da conservação e reforço de tais elementos, quer através da simplificação formal que torne mais nobre o seu espaço, que através da utilização de materiais que o dignifiquem'⁴¹².

No desenho da Praça da Batalha propôs-se reintegrar o efeito cénico de outrora, em que o tratamento do pavimento pretendia criar zonas de relação com os elementos dominantes. Foi prolongado o átrio interior do Teatro de São João, reconstruída a placa central que existia no século XIX, reposicionada a estátua na centralidade com o espaço e território enquadrada numa estrutura arbórea regrada.

Os materiais aplicados foram os granitos, por serem as pedras da região e da cidade, e utilizou-se um 'critério muito simples: pedras escuras nos passeios e pedras claras nas linhas de percurso. No fundo o desenho foi limitar os canais na diferenciação de materiais, escuro e claro'⁴¹³. Na Batalha a escolha recaiu na aplicação de um degrade, do mais escuro para o claro, enquanto no Largo foi aplicada a pedra da tonalidade da Igreja, granito amarelo. Em comum o mármore (material neutro ao conceito) que marca a centralidade entre ambos os espaços.

Paralelamente foi desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto, um plano de mobilidade que articula um conjunto de sistemas de transporte colectivo (caminho-de-ferro, o metro, o eléctrico, autocarros, e o automóvel) com a periferização de parques de estacionamento que privilegiem a deslocação pedonal na baixa da cidade num sistema funcional e integrado. Das propostas prevê-se a

⁴¹¹ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, 30 de Julho de 2009

⁴¹² Fernando Távora, José Bernardo Távora, Projecto de requalificação da Baixa Portuense – zona Leste A, Largo de Santo Ildefonso, Memória Descritiva e Justificativa, Porto, Fevereiro de 2000

⁴¹³ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, 30 de Julho de 2009

reintegração do serviço de eléctrico no 'centro da cidade' incluindo a Praça da Batalha e Santo Ildefonso.

Espaço existente

O principal sentido do fluxo no espaço público é longitudinal à praça, resulta da transição entre as ruas de Augusto Rosa e Alexandre Herculano a Sul em direcção às Ruas de Santa Catarina e 31 de Janeiro a Noroeste.

A Praça da Batalha divide-se em dois espaços distintos, um de forma trapezoidal, orientado no sentido Noroeste-Sudoeste e tem como edifício dominador a Igreja de Santo Ildefonso. Aparece destacada e mais elevada em relação à cota de pavimento da Praça, sendo o acesso ao adro feito através de uma escadaria, de granito, escuro e em todo o comprimento da fachada principal. O adro é murado, gradeado, circunda e isola o monumento do edificado envolvente, e no lado norte, num espaço ajardinado e recuado em relação ao plano da fachada, um obelisco paralelepípedo.

Os limites da Praça são definidos por um conjunto de quarteirões de uso misto, habitação e comércio, pela confluência da rua de Santo Ildefonso e complementado no extremo sul pelo Cineteatro da Batalha.

A influência da Igreja de Santo Ildefonso revê-se no espaço público na forma como foi desenhada a plataforma central que articula a morfologia do terreno e as diferentes vicissitudes do quotidiano da Praça, como se fosse um prolongamento do adro. É atravessado pedonal, resolve a diferença de cotas entre os pontos mais alto e mais baixo das vias confluentes, e tem o ponto de união no extremo mais distante à igreja. O espaço residual tem um carácter de permanência e de contemplação do monumento.

O material aplicado no revestimento do espaço é o granito definindo e contrastando os diferentes usos, ou seja, a pedra amarela nas zonas de permanência e as pedras escuras nas zonas de circulação automóvel e pedonal.

Um segundo espaço que compõem a Praça da Batalha, tem uma forma regular longilíneo, orientada no eixo Noroeste-Sudeste, e é dominada pela estátua do Rei D. Pedro V que se ergue descentrada em relação aos limites da praça. É ainda influenciada a norte pelos Palácio e Cine-Teatro da Batalha, e no extremo Sul pelo Teatro Nacional de São João. Para este espaço confluem as ruas de Augusto Rosa e Alexandre Herculano.

O espaço público está dividido entre zonas de permanência, circulação automóvel e uma via destinada ao eléctrico, resultando numa maior dificuldade na articulação e criação de percursos de

atravessamento alternativos. Agravado pelo somatório de equipamentos e sinalizadores urbanos que lhe conferem desorganização e complexidade, tais como: candeeiros que pontuam a plataforma e os espaços periféricos, os postes de sustentação da linha do eléctrico, paragens de transportes públicos, bancos e mesas, pináculos que balizam o percurso automóvel, esplanadas, etc. Trata-se de um conjunto vasto de acontecimentos díspares que desarticulam a imagem do todo.

Os espaços pedonais de permanência são a plataforma descentrada (lajedo regular em pedra escura), contida na simétrica do eixo que atravessa a praça e enfatizado na estrutura arbórea existente. Este espaço culmina num outro de permanência pontual como é o átrio do Teatro Nacional e claramente delimitado pela diferença de pavimento (lajedo regular com pedra amarela). As zonas de circulação são definidas pela materialidade irregular da calçada granítica, com textura e cor escura que lhes confere continuidade e homogeneidade com as restantes circulações da cidade.

A fonte, revestida em pedra amarela, assume-se como elemento de união entre os dois espaços, funcionando como rótula entre o Largo de e Igreja de Santo Ildefonso, espaço público e a estátua do Rei D. João V.

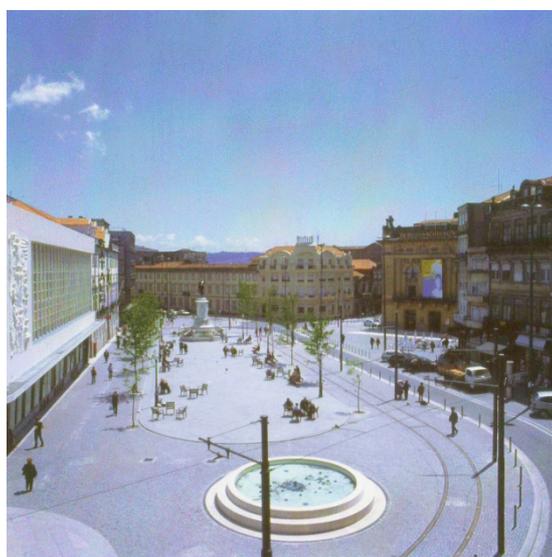
Discussão e Fundamento

O processo de requalificação do espaço urbano da Praça da Batalha foi incluído numa primeira fase, na estratégia de revitalização da 'baixa' definindo um conjunto de critérios à escala da cidade, de uniformização e homogeneização dos objectivos do Plano. Este sentido programático de 'regresso à Baixa', pretendia regrad a intervenção de modo a centralizar a criação em estratégias de revitalização socioeconómica e histórica, reestruturação da mobilidade viária, adequação e valorização do tecido urbanos, incluía-se edificado, comércio e espaço público.

Foram propostos parques de estacionamento periféricos ao plano, que privilegiavam os percursos pedonais em articulação com transportes públicos, por exemplo, o eléctrico – valor histórico e de memória colectiva. No sentido da praça para fora, a proposta refutada pela Câmara Municipal de deslocação da Loja do cidadão para a Praça, permitiria uma maior afluência ao lugar. Paradoxalmente a Câmara num sentido contra-ideológico posiciona o serviço administrativo no extremo da cidade. 'O paradoxo é que se por um lado estamos a fazer um trabalho de centralização contra a descentralização e a própria câmara, simultaneamente, continua a descentralização'⁴¹⁴.

⁴¹⁴ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, 30 de Julho de 2009

O projecto de revitalização do espaço urbano da Batalha e Ildefonso precede ao plano, como 'instrumento de escala intermédia que recupera os conceitos associados' à história e às gentes que vivem o espaço num percurso temporal contínuo⁴¹⁵. Nele foram incutidos processos de consolidação do espaço existente procurando através do desenho urbano enfatizar elementos morfológicos existentes, a Igreja e a estátua D. Pedro V, respeitando os limites espaciais, reintroduzindo novas funções e desenho contemporâneo. Ao processo dinâmico da cidade os arquitectos acrescentaram as suas ideias, preservando os valores históricos e sociais do lugar, mesmo quando optaram pela deslocação da estátua para reposicionar a praça e o próprio objecto à escala do território.



Praça da Batalha Maio 2000
Paula Catrica

A relação pluridisciplinar entre os projectistas permitiu que cada um deles idealiza-se um programa de projecto potenciador das diferentes especificidades da morfologia do lugar, criando pontos rotulares de contextualização no território e simultaneamente de unificação das praças. A Praça da Batalha extensível dos Clérigos ao memorial do monarca, passando na 'fonte-rotula' à Igreja de Santo Ildefonso, compondo um único espaço público, e à rua 31 de Janeiro passando no suposto obelisco que permanece ainda hoje numa posição secundarizada.

Da mesma forma que não foi reconstruída a assimetria da escadaria de acesso à Igreja e que resultaria na recontextualização da relação do monumento com a antiga rua de Santo António. Inclusive a última acção de interpretação do projecto do arquitecto Fernando Távora por parte da

⁴¹⁵ Sara Sucena, Os elementos de um 'projecto urbano', o caso da baixa portuense, Porto capital europeia da cultura 2001, Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, Porto, 2003, p.9

Câmara Municipal levou à execução de uma plataforma de remate daquele ponto do adro contra o muro de contenção, ou seja, sem o alinhamento previsto em projecto. Ao contrário da deslocação da estátua do rei D. Pedro V em que a sua acção permitiu enfatizar a relação axial entre morfologias e retomar a centralidade espacial que havia perdido desde a destruição da plataforma arborizada do século XIX.

A materialidade foi um elemento fundamental na marcação e delimitação dos diferentes espaços públicos do lugar. 'A pedra domina completamente todas as intervenções e as tonalidades, as texturas e as cores têm relações com a envolvente imediata'⁴¹⁶.

No antigo largo de Santo Ildefonso o material e o desenho do adro enfatizam a relação da fachada da Igreja e da escadaria com toda a envolvente imediata (edifícios políticos e religiosos). O granito amarelo aplicado faz parte integrante da tonalidade do lugar, a simplicidade do traço e de resolução do encontro das cotas de pavimento, impondo uma desobstrução qualificante de todos aqueles elementos sem valor de pretensa ao lugar, enobrece a relação Igreja/adro.

Por sua vez, do claro para o escuro ou da perspectiva do edifício para o 'chão', o arquitecto Adalberto Dias articula a diferenciação da tonalidade das pedras, de degrades em tons cinza como marcação da via de circulação automóvel à nova 'plataforma' arborizada que enquadra a estátua do rei, de cinza escuro (negro) ao mais claro. Esta relação recontextualiza a praça por ser equivalente à ambiência das ruas do núcleo histórico do Porto.

Na frente do Teatro Nacional de São João numa intenção igual à da outra extrema, a pedra clara (brecha de santo António) que compõe o soco exterior do edifício é igual à do átrio interior. Destaca-se do restante pavimento cinza e prolonga-o para um 'adro' do edifício.

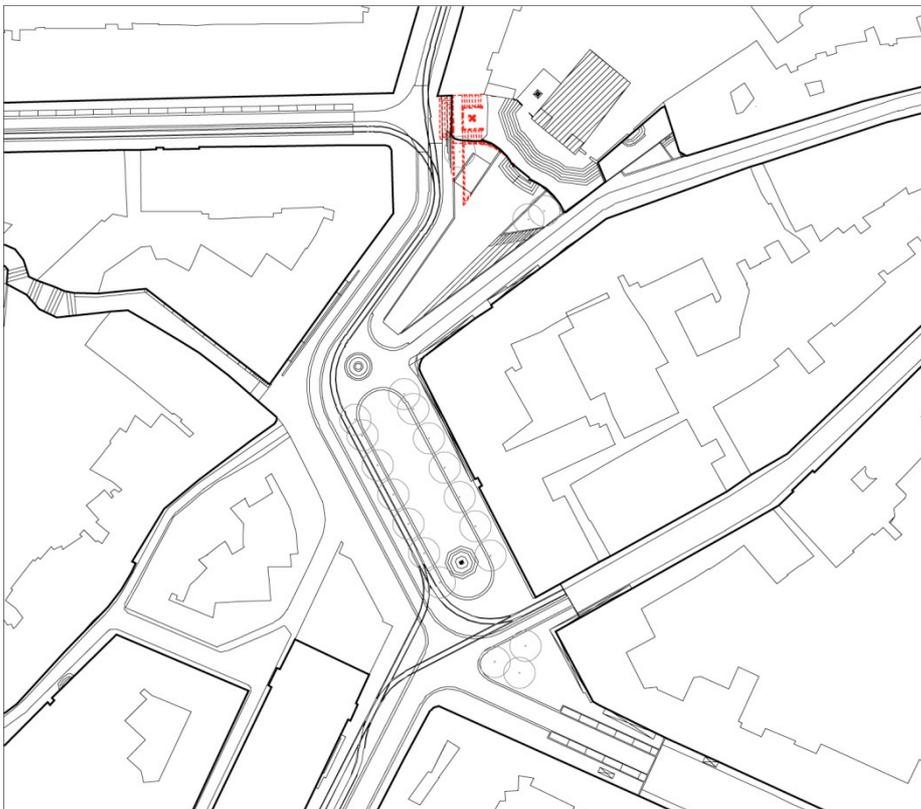
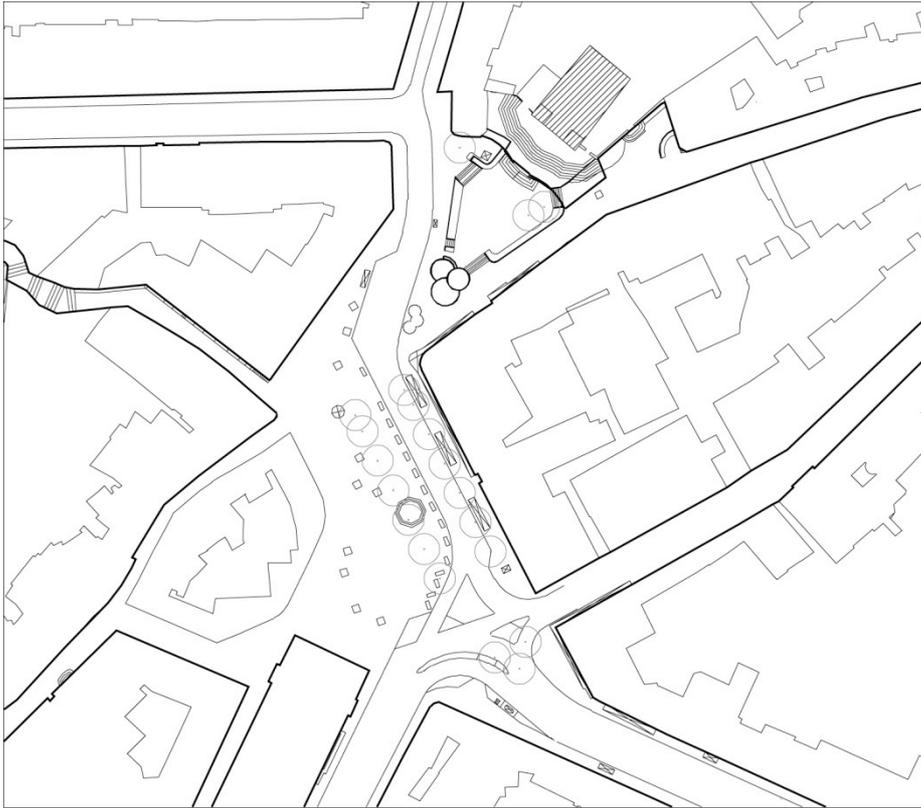
⁴¹⁶ Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, 30 de Julho de 2009



Praça da Batalha (Largo de Santo Ildefonso) Maio 2002
Paula Catrica



Praça da Batalha (Largo de Santo Ildefonso) Maio 2002
Paula Catrica



Legenda:



-  Monumentos
-  Não realizado

0 10 30(m)

Antes da
Intervenção
c. 2000

DES031

Depois da
Intervenção
c. 2009

DES032

7 Conclusão

‘Convém assinalar que a conservação não significa “congelamento” mas sim a defesa de estruturas, áreas ou até “cidades monumento” (como, por exemplo, os núcleos antigos de Guarda, Óbidos, Castelo de Vide, Guimarães ou Évora) que o mereçam. Num sentido Global, a reabilitação de cidades consiste na renovação continua das estruturas existentes, na construção “passo a passo” e no desenvolvimento das suas próprias potencialidades encontrando para cada caso a solução mais adequada e não uma solução genérica preconcebida’.⁴¹⁷

Nuno Portas

A prática de projecto quer à escala do ordenamento do território quer à escala do espaço público, ‘impõem práticas e políticas de arquitectura de grande variabilidade. Essas políticas [casuisticamente compreendidas nas categorias em estudo,] definem [novas] intervenções de continuidade e reinterpretação’⁴¹⁸ dos conjuntos patrimoniais.

Trata-se de uma diferenciação tipológica de projecto com fundamento na forma processual e estratégica de intervenções realizadas no património, na consequência da relação entre o homem e o espaço, e sobretudo da transformação física daí resultante nos diferentes momentos temporais. Resulta da pluralidade de pensamento e técnicas construtivas, de equipas de projecto pluridisciplinares que traduzem no desenho a ampliação e aplicação de novos conceitos, numa sobreposição de aspectos culturais próprios das diferentes épocas de intervenção. Esta noção tende a abarcar não só o edificado isolado ou aglomerado delimitado num qualquer conjunto administrativo, mas também toda a porção de território que com eles define a ‘paisagem monumental’.

‘Face aos perigos reais de uniformização e despersonalização das cidades que o urbanismo contemporâneo tem provocado em todo o mundo, a conservação dos conjuntos históricos reveste-se de grande importância para as populações que procuram preservar a sua verdadeira dimensão cultural e a sua identidade’⁴¹⁹. Com a degradação por ineficácia ou simbiose conservacionista unânime à cultura pós-modernista, os lugares históricos representam o legado

⁴¹⁷ Portas, Nuno - Os tempos das Formas, volume 1: A Cidade Feita e Refeita. Guimarães. Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Outubro de 2005. p.158

⁴¹⁸ Pereira, Paulo; Património Edificado, Pedras Angulares; Aura Ensaio; Lisboa, 2005. p. 156

⁴¹⁹ Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea, UNESCO, Nairobi [Quénia], 26 de Novembro de 1976, Introdução. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Património arquitectónico e arqueológico. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.175.

e o contexto da identidade, pelo que deverão ser salvaguardadas mas sem excluir o pluralismo conceptual (consertado e equilibrado) nas intervenções.

A cidade pluralista de hoje, envolta numa visão evolutiva – diferenciada mas sequente ao urbanismo de 1933 e, no caso português, à filosofia interventiva e ideológica nos anos 30 e 40 –, baseia-se na conservação e perpetuação da história e dos valores humanos. É a consciencialização do próprio técnico para o reconhecimento do valor cultural e artístico do nosso património, é também a visão globalista do problema e articulação de todos os intervenientes na solução⁴²⁰.

O arquitecto desempenha nestes diferentes exemplos interventivos um papel de mediador e organizador de espaços e programas, uns com maior significado enquanto símbolo que outros, mas que coexistem na vontade de valorizar os monumentos e os lugares. Entre os novos paradigmas da valorização e preservação definem-se as exigências económicas, públicas e privadas, que resultam em parte na musealização dos conjuntos patrimoniais como rentabilização do espaço, versus a requalificação e salvaguarda da cultura e identidade social. A sua actuação no espaço varia assim entre a intervenção centrada no monumento, onde desenvolve um desenho restitutivo do seu valor artístico e simbólico, ao posicionamento à escala do território como prática de projecto e desenho de revitalização e integração dos conjuntos.

Depreende-se então que esta diversidade de actuações da prática projectual sobre os monumentos, articulada com o conhecimento e prática do arquitecto, desde que consciente do contexto histórico e social do monumento e do lugar, sejam todas validas. O lugar é composto por todas as coisas visíveis – permanentes – monumentos e envolvente aos quais se reconhece pluralidade temporal, e por todas as invisíveis – não permanentes – que são sinónimos da vivencia continua e diária das pessoas sobre o espaço público.

O projecto de reabilitação é expressão de uma cultura pluralista, parte firme de um segmento evolutivo no tempo, que articula a conservação do legado histórico com variações processuais ‘tipo’ e arquitectónicas na perpetuação do património. É uma relação entre a preexistência, mais ou menos consolidada com a ‘obra de autor’ dando continuidade às ‘características dos espaços

⁴²⁰ Os urbanistas e projectistas como intervenientes no espaço urbano deverão comprometer-se a ‘proteger a integridade e o ambiente natural, a excelência da composição urbana e preservar a herança cultural do ambiente construído para as gerações futuras’. A Nova Carta de Atenas 2003, A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI. Lisboa: CEU-ECTP, Novembro de 2003, p.36

construídos, mas também a continuidade da identidade, que é um valor muito importante a salvaguardar e promover num mundo sempre tão dinâmico⁴²¹.

Desta 'obra nova' incutem-se estratégias e processos de intervenção que revitalizam e perpetuam os conjuntos patrimoniais, tendo por base princípios de salvaguarda que demonstram o conhecimento histórico e social evolutivo no tempo. É uma interpretação do contexto físico, assumindo necessidades programáticas e económicas que resultam em processos de recontextualização e descontextualização do espaço público que é a identidade de uma cultura social.

Trata-se de aplicar e conotar a intervenção contemporânea como um processo de valorização do contexto que, seja consolidação ou construção de novas valias na requalificação dos conjuntos patrimoniais, determina sempre a sobreposição no tempo e no espaço de acontecimentos e intervenções urbanas e rurais, de um modo geral por adaptação dos espaços às necessidades físicas e culturais de uma determinada sociedade.

Por exemplo, neste período temporal em estudo foi possível diferenciar e delimitar atitudes projectuais claras sobre os monumentos. Por um lado reconheceu-se maior impetuosidade nos Monumentos Nacionais nas intervenções de Balio e Vila Viçosa, para a demolição como solução de aforozamento e enaltecimento dos monumentos, e oposto no tempo a concertação estratégica territorial com recurso a processos conservacionistas contemporâneos, mas sem descorar a hipótese 'demolição', como no projecto da praça 8 de Maio em Coimbra. No primeiro os diversos processos interventivos conduziram à perda ou descontextualização de partes consideráveis da história edificada e social, mas também se afirmam válidos por se reconhecer nos projectos soluções de requalificação do monumento e do lugar no contexto territorial. Estas opções em projecto transformaram e recontextualizaram o espaço, por recomposição estética do monumento, e em projectos precisos como a Sé do Porto ou mesmo na fase final o Monte da Oliveira em Guimarães, por (re)desenho do espaço público envolvente na perspectiva de valorização do lugar no seu conjunto patrimonial.

Por semelhança os princípios utilizados nos anos 30, na reconversão urbanística na envolvente à Sé do Porto e 'avenida da ponte', são aplicados em 1993 no Plano da zona do 'bota-a-baixo' em Coimbra, cujo projecto do arquitecto Fernando Távora demonstra o uso de demolições para estabelecer uma relação entre a 'Alta' da cidade e a avenida marginal ao rio Mondego, em que a baixa é charneira e a praça 8 de Maio o centro da acção.

⁴²¹ A Nova Carta de Atenas 2003, A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI. Lisboa: CEU-ECTP, Novembro de 2003, p.9

De certo modo exemplifica-se a intemporalidade casuística destas teorias e ajuda a afirmar que qualquer que seja a solução aplicada, esta faz parte de uma conjuntura de hipóteses ou ‘tipos’ de intervenção que poderão ser utilizados hoje como foram no passado. Contrário à posição melindrosa e actual que é, por vezes, incutida na preservação dos conjuntos patrimoniais, resultando num certo abandono operativo por falta de meios práticos que cativem o uso do espaço – revitalização e aproximação da envolvente ao lugar patrimonial.

‘Em verdade há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defende-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas’.⁴²²

Neste contexto o espaço é desenhado e pensado num processo de integração e consolidação do existente. Projectado do território para a escala do homem, com diferenciação entre o risco contemporâneo e o preexistente, mantendo-se a importância do conceito estruturado no conhecimento histórico, físico e social do lugar. Objectiva-se a revitalização do conjunto e perpetuação das especificidades de contexto dos monumentos e dos lugares, seja pela adição de novas construções quer por desenho do espaço público, organizando-se programas e introduzindo-se valias de qualificação e integração das áreas antigas – artístico, histórico, económico e social. Como exemplificam os projectos como o Rossio de Alcobaça em que a abordagem de projecto é ao nível do território para fundamentar a reestruturação do espaço público, ou na praça de São Tiago por homogeneização do espaço público para aproximação de duas praças tradicionalmente embrionárias.

Em suma, fica clara a importância da pluralidade de conhecimento e de soluções na prática de projecto, inserida na problemática da reabilitação dos conjuntos patrimoniais. Que se constituem parte de uma cidade mutável, inseridos num percurso temporal repleto de factores de contexto, e que por si já representam a diversidade morfológica e de valores que estão associados à identidade cultural das pessoas – memória colectiva.

⁴²² Távora, Fernando. Da organização do espaço. Edições FAUP, 6ª edição: Porto, 2006, p. 58

8 Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Projecto de arranjo urbanístico da zona da Sé e Paços do Concelho, 1939-1940, D-CMP/3/462
Projecto de urbanização na zona da Sé, Aditamento ao mesmo projecto, 1939, D-CMP/5 (1)
Alfaiates; Miradouro: Casa dos 24; Casa da Torre, 1938-1940, D-CMP/5 (2)
Jardim dos Paços do Concelho; Edifícios na rua de acesso; Perspectivas; Arqueologia; Capela dos Alfaiates;
Miradouro: Casa dos 24; Casa da Torre, 1938-1940, D-CMP/5 (2)
Projecto do Museu de História da Cidade e restaura da Casa dos 24, 1949-1951, D-CMP/5 (71)
Arranjo da Capela dos Alfaiates; Correção da Rua de São Luís, 1946, D-CMP/4 (47)
Capela dos Alfaiates – Pormenores e Perfis, Guia 19/2003, nº56, rolo1
Capela dos Alfaiates – Implantação (1949-1951) e Anexo (1953), Guia 19/2003, nº 52, rolo 2
Planta Cadastral do Plano de Urbanização à volta da Sé, 1939, folha 181-182, Guia 2/2003, nº 75
Capela dos Alfaiates (1941 – ofícios e informações, propostas), folha 151-163, Guia 2/2003, nº 75
Carta Topográfica da cidade do Porto de 1892 de Augusto Geraldo Telles Ferreira
Levantamento fotográfico aéreo da cidade do Porto realizado pela CMP em 1938/40

Arquivo Histórico Municipal de Matosinhos

Plano de Valorização da zona do Mosteiro de Leça do Balio, Memória Descritiva, Projecto de Execução, 1971

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Planta Cartográfica de 1845 de Isidoro Emilio Expectação Baptista
Planta Cartografia de 1934 – Quadriculas Q9 Q10 Q15 Q16
Fotos aéreas de 1932

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães

Engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro, Planta da Cidade de Guimarães, Projecto de melhoramentos de 2 de Outubro de 1863, Câmara Municipal de Guimarães, escala: 1/2000 e 1/500

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

Celestino da Costa, Amigos de Lisboa, 1950

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

Arquivo Municipal de Ponta Delgada

Projecto e orçamento da obra de calcetamento em mosaico artístico do pavimento sob os arcos do cais, Processo nº 202

Arranjo urbanístico dos terrenos confinantes a norte da Avenida Litoral, junto ao lado sul do Largo da Matriz e junto ao edifício dos CTT, Processo 71

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Acervo do Arquitecto Luís Benavente, Pastas: 323, 550, 854, 1005, 1006, 1007, 1042, 1043

Arranjo da Praceta de Mumadona e da zona envolvente do Castelo e Paço Ducal de Guimarães

Complemento para o arranjo da encosta junto ao Castelo e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães.

Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães de 1952

Arranjo da área junto da Torre de Belém – Memórias Descritivas de 16 de Dezembro de 1952 e 25 de Julho de 1953.

Parecer sobre o projecto de urbanização da zona de protecção da Torre de Belém da autoria do arquitecto Cottinelli Telmo de 18 de Novembro de 1952

Atelier 15

Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra,

Recuperação da 'Sé-Catedral' de Idanha-a-Velha, 1998.

Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente, 1995.

Plano Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão a norte, Anteplano, 1995.

Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha,

Recuperação do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha, 1998.

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Arranjo Urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco, Memória Descritiva, Planta de Trabalhos 1:500, 1948

Centro Português de Fotografia

Acervos de Domingos Alvão

Direcção Regional da Cultura do Centro (Coimbra)

Artur Côrte Real, 'Devolver o sítio à cidade', entrevista ao jornal 'Diário as Beiras', 17 de Abril de 2009

GB Arquitectos

Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Junho de 2003

Projecto da entrada poente do Parque Verde do Mondego, Coimbra,

Plano de Pormenor da Cava Viriato e Áreas envolventes, Viseu, relatório do – revisão R01. Fevereiro de 2008

Plano de Pormenor da Cava de Viriato e Áreas Envolventes, Memória Descritiva, documento para publicação da no J.A. Abril de 2003

Grupo de Estudos Olissiponenses

Planta da Cidade de Lisboa, 1909. Ref. URBA-LT-03-005-2B e URBA-LT-03-012-3B

Planta da Cidade de Lisboa, 1949. Ref. Mp4102 e Mp4109

Gabinete Técnico Local de Guimarães

Alexandra Gesta, *Relatório de Estágio*, Porto, ESBAP, 1987

José Aguiar, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, dossier de candidatura de Guimarães a Património Mundial, 2000

Alexandra Gesta, *Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães*, CMG, 2005

José Ferreira Caldas, *Guimarães, Apontamentos para a sua História*, CMG/Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1996

Instituto da Habitação e Recuperação Urbana

Acervo António Viana Barreto

Acervo Pardal Monteiro

Plano de Urbanização de Vila Viçosa – 1938/1941

Urbanização do Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa – Arranjo do Muro do Jardim

Projecto para o Monumento a D. João IV – em Vila Viçosa

Projecto de Urbanização da zona em volta dos três monumentos nacionais: Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. PTDGEMN:DSARH-010/114-0078

Arranjo em volta do Paço Ducal e Campo de São Mamede, em Guimarães.

PTDGEMN:DSARH-010/114-0111

Considerações de Ordem Geral sobre a Zona Antiga da Cidade de Guimarães.

PT DGEMN:DSARH-010/114-0116

Estudo de Arranjo da Zona antiga da Cidade de Guimarães. PT DGEMN:DSARH-010/114-0116

Arranjo do Pavimento do Largo de Nossa Senhora da Oliveira. PTDGEMN:DSARH-010/114-0118
Contribuição para o estudo do Enquadramento da Torre de Belém, 1953.
PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/0098/19
Projecto de Urbanização da Torre de Belém. PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/14, 28 e 27
Arranjo da zona junto da Torre de Belém, 1953. PTDGEMN:DSARH-010/125-0098/18 e 19
Alargamento do adro do Mosteiro de Leça do Balio, 1930-1934. PTDGEMN:DSARH-010/142-0021
Defesa exterior com a construção de passeio em volta da capela-mor, limpeza de telhados e ligação à drenagem, 1979. PT DGEMN:DSARH-010/142-0028
Reconstrução da Capela dos Alfaiates – 1ª Fase. PT DGEMN:DSARH-010/209-0021/04
Valorização do Recinto de Sagres, 15 de Novembro de 1956. PT DGEMN:DSARH-010/280-0045
Adaptação dos edifícios da correnteza a Centro de Estudos Mocidade Portuguesa, 21 de Agosto de 1959. PT DGEMN:DSARH-010/280-0076
Promontório de Sagres – Estudo da Praceta, 1957. PT DGEMN:DSARH-010/280-0045
Cassiano Branco em entrevista a Artur Santa Bárbara com o título ‘Cinco Séculos depois da morte do Infante’ transcrito na publicação de José Formosinho, ‘Sagres e o Infante D. Henrique’, separata do ‘Correio do Sul’ Faro de 1957. PT DGEMN:DSRH-010/280-0045
Projecto de separação do Mosteiro de Leça do Balio da Casa de Habitação. Refª 423646

IGESPAR

Projecto de requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Processo nº 94/22-1(2) 21 de Maio de 2003
João Belo Rodeia, Zona envolvente do Mosteiro de Alcobaça, 5 de Setembro de 2005, ref. C.S.356217
Parecer da Câmara Municipal de Alcobaça, 21 de Agosto de 2002, Processo nº DRL-99/22-1(6)
Gonçalo Byrne, As políticas da Cidade não podem ser políticas do futebol, entrevista ao ‘Jornal de Leiria’, de 9 de Outubro de 2003

José Bernardo Távora, Arq.

Remodelação da Praça 8 de Maio, 1993
Parecer do Prior da Paróquia de Santa Cruz sobre o projecto de ‘Arranjo urbanístico da Praça 8 de Maio’. Coimbra: 5 de Novembro de 1992
Prof. Costa Lobo sugere alterações às Obras em curso na Praça 8 de Maio, Jornal de Coimbra, 1996
Projecto de requalificação da Baixa Portuense – zona Leste A, Largo de Santo Ildefonso, 2000
Projecto para a reabilitação das ruínas da Casa da Câmara medieval – ‘Casa dos 24’, Memória Descritiva, Fevereiro de 1998

João Nuno Teixeira, Arq.

Abadia de Santa Maria de Alcobaça: Uma intervenção no Espaço público, 2009

João Carreira, Arq.

Carta dirigida ao Presidente da República Dr. Mário Soares, [s.d.]

Revista 'Grande Reportagem', *A Escola de Sagres nunca existiu*, Maio de 1993

Parecer do Departamento de História de Arte da Universidade Nova de Lisboa, Comissão Científica de História da Arte, 31 de Maio de 1994

Memória dos Concursos de Sagres, *Jornal Arquitectos*, Julho/Agosto de 1989

Sagres: Mitos, Histórias e Concursos, *Jornal Arquitectos*, Julho/Agosto de 1989

Despacho sobre a questão do aproveitamento Histórico e Turístico da zona de Sagres, 14 de Março de 1990

Parecer sobre o 'Concurso de ideias para a Valorização da Fortaleza de Sagres', Instituto Português do Património Cultural, informação nº 848/DPA/90, 17 de Abril de 1990

Memória Justificativa do Júri à atribuição do 1º Prémio ao arquitecto João Carreira em 1988, Catálogo da Exposição do Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres, Presidência do Concelho de Ministros, Secretaria do Estado da Cultura e IPPC, 1990

Morte recupera Sagres, *Jornal "O Independente"* de 2 de Setembro de 1988

João Carreira, Breve crónica, Outubro 1996

Parecer do Grupo de Trabalho de História da Arte inserido na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 14 de Março de 1990

Património Arquitectónico e Arqueológico/Intervenções

Catálogo da Exposição do Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres, Presidência do Concelho de Ministros, Secretaria do Estado da Cultura e IPPC, 1990

Alexandre Alves Costa, Memorandum sobre o 'Projecto de Valorização da Fortaleza de Sagres', Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 17 de Maio de 1994

João Carreira, entrevista ao jornal 'o diabo', 3 de Janeiro de 1989

Memória dos Concursos de Sagres, *Jornal Arquitectos* 77.78, Julho/Agosto de 1989

Maria José de Freitas, Arq.

Projecto Global de Tratamento e Recuperação das Ruínas de S. Paulo, relatório diagnóstico, 1990.

Projecto Global de Recuperação das Ruínas de S. Paulo. II - Pesquisa e Programa, Esbocetos para a Musealização do Sítio, 1992

Nuno Lopes, Arq.

O futuro nas nossas mãos, texto sobre a intervenção em Évora, 2007.

Fontes Áudio e Gravadas

Encontros com o Património, TSF, Arquivo de emissão em <http://tsf.sapo.pt>:

24 de Novembro de 2007 – Idanha-a-Velha e Marialva

8 de Dezembro de 2007 – Mosteiro de Santa Clara

16 de Fevereiro de 2008 – Mosteiro de Alcobaça I

23 de Fevereiro de 2008 – Mosteiro de Alcobaça II

20 de Dezembro de 2008 – Vila Viçosa I

10 de Janeiro de 2009 – Vila Viçosa II

30 de Julho de 2009 – À volta da Torre de Belém

Engenheiro João Pedro Tavares, conversa gravada, Lisboa, 31 de Agosto de 2009

Engenheiro silvicultor António Viana Barreto, conversa gravada, Lisboa, 10 de Setembro de 2009

D. José Cristóvão, conversa gravada, Idanha-a-Nova, 14 de Maio de 2009

Arquitecto Adalberto Dias, conversa gravada, Porto, dia 30 Julho de 2009

Fontes Impressas

A NOVA CARTA DE ATENAS 2003, A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI. Lisboa: CEU-ECTP, Novembro de 2003, p.36

AFONSO, José Ferrão, A Capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates. Monumentos, dossier: Paço Episcopal do Porto e Envolventes. Lisboa: DGEMN, Mar. 2001, nº 14, p. 59-63

ALMEIDA, Elisa Manuela Domingues, Coimbra e o Rio Mondego. *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 92-106

ARQ./A, revista; Projecto de Requalificação da Baixa Portuense – Zona Leste A; Ano II; N.8 – Jul./Ago. 2001.

BARROCA, M.J., *Medidas-padrão medievais portuguesas*, Universidade do Porto, 1992, Sep. revista da Faculdade de Letras, 2ª Série, vol.9, 1992

BOLETIM da DGEMN, Igreja de Leça do Balio, nº 1 Set.1935

Idem, O Castelo de Guimarães, nº 8, Mar.1937

Idem, Igreja de S. Miguel do Castelo, nº 20, Jun. 1940

Idem, Castelo de São Jorge, nº 25-26, Set./Dez. 1941

Idem, Sé Catedral do Porto, nº 40 a 43, Jun./Set./Dez. 1945 e Mar. 1946

Idem, Igreja Matriz de Lourosa, nº 55, Mar. 1949

Idem, O Jardim da Manga - Coimbra, nº 89, Set. 1957

Idem, Monumento de Sagres, nº 100, Jun. 1960

Idem, Paço dos Duques de Bragança – Guimarães, nº 102, Dez. 1960

Idem, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira – Guimarães, nº 128, 81

BOLETIM da CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Vol. XIV e XVII, Porto: ed. CMP, 1951

BOTELHO, Leonor; *Do restauro à conservação. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Sé do Porto (1929-1982)*; Revista Património - Estudos, nº8, p.12-20; Lisboa 2005

BYRNE, Gonçalo; *Santa Maria de Alcobaça: o regresso ao presente*; Estudos: património – nº2, p.56-61; 2002.

Idem, *Geografias Vivas. VI Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo (2005)*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos/CDN, (s.d.)

Idem; SIZA, Álvaro; CUNHA, Luísa Maria Brito e, *Intervenções no Centro Histórico. Monumentos, dossier: Sé de Viseu e Envolvente*. Lisboa: DGEMN, Set. 2000, nº 13, p.93-97

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *A ponte e a avenida. Contribuições urbanísticas no centro histórico do Porto*. Porto: ed. CMP 2001,

COELHO, Carlos Dias; *A complexidade dos traçados*; Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico apresentada na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, em 2001

COELHO, Carlos Dias; *A sedimentação e o vestígio : a integração das pré-existências arqueológicas na cidade e no planeamento urbano*; *Geha : revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo - Ano 2, nº 2-3 (Mar.-Out. 1999)*. - p. 121-131

CÔRTE-REAL, Artur; *Intervenção no Mosteiro de Santa a Clara-a-Velha de Coimbra*; Estudos: património – nº2, p. 23-32; Lisboa, 2002.

COSTA, Alexandre Alves; FIGUEIRA, José, *Terreiro da Sé – ideias e transformações. Monumentos, dossier: Paço Episcopal do Porto e Envolventes*. Lisboa: DGEMN, Mar. 2001, nº 14, p. 73-81

CRUZ, António, *A Capela dos Alfaiates na Arte e nos Ofícios*, jornal 'O Tripeiro', Porto, Série Nova, Ano 5, nº 11/12, 1986

Idem, *A Capela dos Alfaiates na Arte e nos Ofícios*, jornal 'O Tripeiro', 3ª série, nº 22 (142), de 15-XI-1926

Jornal 'O Tripeiro', *Altar de Nossa Senhora da Assunção na Capela de Nossa Senhora de Agosto*, de 1 de Outubro de 1927, nº 43 (163), 3ª série, 2º ano

FARIA, José Santiago, *Evolução do espaço físico de Coimbra. Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 7-16

FIGUEIRA, Jorge, *O emergente pólo de Santa Clara. Monumentos, dossier: Mosteiro de Santa Clara-a-Nova*. Revista nº 18 Lisboa: DGEMN, Mar. 2003, p.101-105

FERNANDES, José Manuel, *Sete intervenções urbanas do Estado Novo em centro históricos. Monumentos, dossier: Vila Viçosa*. Lisboa: IHRU, Dez. 2007, nº 27, p. 28-35

Idem, *A cidade de mármore*. Revista Callipole nº 12. Vila Viçosa: CMVV, 2004, p. 205-206

FERRÃO, Bernardo José, *Projecto da Câmara é medíocre... Batalha – que futuro urbanístico?*, Porto, O Tripeiro, Volume I

TÁVORA, Fernando; *Projecto de requalificação da Baixa Portuense: zona Leste A*; *Arq./a: revista de arquitectura e arte – Ano 2. Nº8, p. 40-43; Porto, 2001.*

- LINO, Raul, Visto por ele próprio. Autobiografia. Revista Vida Mundial. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, Nº 1589, 21 de Novembro de 1969, p. 28-42
- LAMPREIA, Licínio Rocha Cardoso, Arquitectura da água em Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII. Monumentos, dossier: Vila Viçosa. Lisboa: IHRU, Dez. 2007, nº 27, p. 146-151
- LOBO, Francisco Sousa, Um olhar sobre o Castelo Artilheiro. Monumentos, dossier: Vila Viçosa. Revista nº 27 Lisboa: IHRU, Dez. 2007, p. 36-43
- MACEDO, Marta Coelho, Coimbra na segunda metade do século XIX. *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 43-63
- MACEDO, Francisco Pato, O mosteiro velho de Santa Clara. Monumentos, dossier: Mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Revista nº 18 Lisboa: DGEMN, Mar. 2003, p.17-23
- MARTINS, Costa; PEREIRA, Nuno Teotónio. *Urbanismo*. Lisboa: Revista 'Técnica' de engenharia dos alunos do Instituto Superior Técnico, nº 147, Maio de 1944.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, Tradução do Foral de Guimarães. Guimarães: Revista de Guimarães, Sociedade Martins de Sarmento – Centro de Estudos do Património, n.º 106, 1996, p.35-41
- MONEO, Rafael, *La vida de los edificios. Las ampliaciones de la mezquita de Córdoba*. Madrid: Revista Arquitectura nº 256, 1985
- MONEO, Rafael, *'La Soledad de los Edificios' in Rafael Moneo 1967-2004: antologia de urgência*. El Croquis nº20, 2004 [1.ª ed.1985], p. 608-615.
- MOURA, Abel de, Breves notas sobre o restauro do retábulo'. Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, sumário dos fascículos 1-2, Vol. XVII Março/Junho de 1995, p.433-435 (AMP: P05 BOL. CULT. (17))
- MOREIRA, Rafael, Uma 'Cidade Ideal' em mármore. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português. Monumentos, dossier: Paço Ducal de Vila Viçosa. Lisboa: DGEMN, Mar. 1997, nº 6, p.48-52
- NOVO, José de S. João; Leça do Balio. O Tripeiro. Porto, Livraria Fernando Machado, 1912, nº101, 3º ano, p.461-463.
- PEREIRA, Luiz Sá, Nota histórico-interpretativa de transformações urbanísticas de Vila Viçosa. Monumentos, dossier: Paço Ducal de Vila Viçosa. Revista nº 6 Lisboa: DGEMN, Mar. 1997, p.54-57
- PORTAS, Nuno, *A formação urbana de Vila Viçosa. Um ensaio de interpretação*. Monumentos, dossier: Paço Ducal de Vila Viçosa. Lisboa: DGEMN, Mar. 1997, nº 6, p.59-63
- Idem, *A singularidade urbanística da vila ducal*. Monumentos, dossier: Vila Viçosa. Revista nº 27 Lisboa: IHRU, Dez. 2007, p. 6-12
- REAL, Manuel Luís, A construção medieval no sítio da Sé. Monumentos, dossier: Paço Episcopal do Porto e Envolvertes. Lisboa: DGEMN, Mar. 2001, nº 14, p. 9-19
- REBELO, João, *Esta arquitectura não é. Esta arquitectura é*. Ponta Delgada: edição do autor, (s.d.)
- RODRIGUES, Vasco, Coimbra: caracterização da margem esquerda. Monumentos, dossier: Mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Lisboa: DGEMN, Mar. 2003, nº 18, p.9-15

- ROSSA, Walter, O espaço de Coimbra. *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 17-41
- ROSMANINHO, Nuno, Coimbra no Estado Novo. *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: ed. CMC, Dezembro de 2006, p. 65-91
- SILVEIRA, Ângelo Costa, Sé do Funchal. Monumentos, dossier: Sé do Funchal. Lisboa: DGEMN, Set. 2003, nº 19, p. 107-111
- TEIXEIRA, Manuel C., A evolução urbana de Vila Viçosa. Monumentos, dossier: Vila Viçosa. Lisboa: IHRU, Dez. 2007, nº 27, p. 14-27
- TOUSSAINT, Michel; A paisagem segundo Raul Lino; *Jornal arquitectos*, nº206 – p.106-109; 2002.
- Idem, O novo no antigo: teorias e práticas de intervenção em arquitecturas recentes; *Jornal arquitectos*, Lisboa: AAP, Nov./Dez. 1896, p.10.
- DIAS, Manuel Graça; Mostrar a História; *Revista Expresso*, n.º 1510, Outubro 2001; “30 EXEMPLOS (Arquitectura Portuguesa no Virar do Século XX), Relógio D’Água Editores, 2004.

Bibliografia

- AFONSO, Carlos Falcão, *Ponta Delgada, Vandalismo ou Desenvolvimento?* 2ª ed. Ponta Delgada: ed. CMPDL, 2007.
- AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica*. Porto: FAUP publicações, 2005.
- BENTO, Carlos Melo, História dos Açores. Da descoberta até 1934. Ponta Delgada: ed. do autor, 2008
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, *Memórias de Santa Cruz*. Coimbra: ed. CMC, 2003.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, *Guimarães do passado e do Presente*. Guimarães: ed. CMG e Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian/Guimarães, 1985.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA, Gabinete Técnico Local, *História Urbana de Vila Viçosa*, Vols. I e II. Vila Viçosa: 1999/ 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA, Plano Director Municipal, Aditamento ao volume III: *análise da evolução histórica e caracterização biofísica*. Vila Viçosa: Novembro 1994
- CALDAS, Padre António José Ferreira. Guimarães, apontamentos para a sua história. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmiento, 1996
- COELHO, Sofia Thenaisie, *A Cidade em Suspense. Projectos em torno da Sé do Porto (1934/2001)*. Porto: Centro de Cultura Urbana Contemporânea, 2001.
- COELHO, Carlos, [et al], *A Praça em Portugal: Inventário de Espaço Público – Continente*. Lisboa: DGOTDU, 2007
- COLLINS, George R.; COLLINS, Chritiane C., *Camilo Sitte y el Nascimento Del Urbanismo Moderno*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1980

- COSTA, Alexandre Alves; *La arquitectura como arte de transformar – reflexiones sobre Idanha-a-Velha; Renovación, Restauración y Recuperación Arquitectónica y Urbana en Portugal*, Universidad de Granada, 2003.
- CHOAY, Françoise; *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70 LDA, 2006.
- Idem, *Le patrimoine en question. Anthologie pour un combat*. France: Éditions du Seuil, 2009.
- Idem, *A regra e o modelo. Sobre a teoria da arquitectura e urbanismo*. Lisboa: ed. Caleidoscópio. Abril de 2007.
- ESPANCA, Padre Júlio Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: CMVV, 1983-1987, 32 fasc. (Cadernos Culturais)
- FREITAS, Eugénio Andrade da Cunha e, *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1999.
- GABINETE TÉCNICO LOCAL DE GUIMARÃES, *Guimarães, Património Cultural da Humanidade, Vol. I e II*. Porto: Janeiro de 1997.
- GARRET, Antão de Almeida, *História a evolução dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto*. Porto: FEUP, 1975.
- GIOVANNONI, Gustavo, *Città vecchia ed edilizia nuova (1913)*, em *Nuova Antologia*. Milão, Turim: Tipografico-editrice, 1931.
- GRACIA, Francisco de, *Construir en lo Construido*. Madrid: ed. Nerea, 1992
- GRILO, Maria (coord.), *Boletim da DGEMN números 1 ao 131, (CD ROM)* Lisboa: DGEMN, (s.d.)
- INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: IAN/TT, 1997.
- INSTITUTO CULTURAL DE MACAU, *As ruínas de São Paulo em Macau: Um monumento para o futuro*. Lisboa: ICM e Missão de Macau em Lisboa, 1994.
- LAMAS, José Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 4ª edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, Outubro de 2007.
- LINO, Raul – *A propósito da Sé do Funchal, a restauração de monumentos*. Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa, 1941.
- LOBO, Rui, *Os colégio de Jesus, das Artes e de São Jerónimo: evolução e transformação do espaço urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da FCTUC, 1999
- Idem; COSTA, Alexandre Alves, *Santa Cruz e Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo do século XVI*. Coimbra: EDARQ, D.L., 2006
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- LYNCH, K., 1960, *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1989
- MATOS, Ana Cardoso de; FARIA, Fernando; CRUZ, Luís; RODRIGUES, Paulo Simões, *As Imagens do Gás. As Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. A produção e distribuição de gás em Lisboa*. Lisboa: Fundação EDP, Dezembro de 2005

- NETO, Maria João Baptista; *Memória, Propaganda e Poder – O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*; FAUP publicações 2001.
- NÉU, João B. M.; *Em Volta da Torre de Belém: evolução da zona ocidental de Lisboa: defesa marítima e sanitária do porto de Lisboa*; Livros Horizonte, 1994
- OLIVEIRA, Manuel Alves de, *Guimarães numa resenha urbanística do século XIX*, separata do 'Botetim de Trabalhos Históricos', Vol. XXXVII. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986
- ORTIGÃO, Ramalho; *O culto da arte em Portugal*. Lisboa, 1896.
- PARDAL, Sidónio, *Planeamento do Espaço Rústico*. Lisboa: ADISA e CESUR, Maio de 2002.
- PEREIRA, Paulo, *Património Edificado, Pedras Angulares*. Lisboa: ed. Aura Ensaios, 2005.
- PINA, José Soares de; *A Coordenação do Projecto de Conservação Exterior da Torre de Belém; Torre de Belém, Intervenção de Conservação Exterior*; 2000
- PORTAS, Nuno, *Os Tempos das Formas, vol.1: A Cidade Feita e Refeita*. 1ª ed. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Outubro de 2005
- ROSSI, A., 1966, *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, Lisboa, 2001
- TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*. 2ª edição Porto: ESBAP, 1982.
- TÁVORA, Fernando, *Guimarães do passado e do presente*. Lisboa, Manuel João Leal, 1947
- TEIXEIRA, Monsenhor Manuel, *A fachada de S. Paulo*. 2ª edição actualizada pelo autor Macau: Imprensa Oficial de Macau, [s.d.]
- TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002.
- RIBEIRO, João Mendes, *Arquitectura e Cenografia*. Coimbra: ed. XM, 2003.
- SANCHES, José Dias, *Belém do passado e do presente*. Lisboa: AAP, SGL e RAG, 1964
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994
- SILVA, Augusto Alves; MOURÃO, Catarina; VAZ, Gabriela; MIRANDA, Jorge Gomes; GOUVEIA, Patrícia, *Registos de uma transformação*. Porto: Porto 2001, 2002
- SITTE, Camilo, *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos (1889)*. Editora Ática, 1992.
- TIM, Lee Yuk, *Olhar as Ruínas*. Macau: Livro Oriente, 1990

Abreviaturas e Siglas

- AHMC Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra
- AHMM Arquivo Histórico e Municipal de Matosinhos
- AHMP Arquivo Histórico e Municipal do Porto
- AMAP Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
- AML-AF Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico

AML-AH Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico
 AMPDL Arquivo Municipal de Ponta Delgada
 ANTB Arquivo Nacional Torre do Tombo
 CIAM Congresso Internacional de Arte Moderna
 CMVV Câmara Municipal de Vila Viçosa
 CMG Câmara Municipal de Guimarães
 CMP Câmara Municipal do Porto
 CPF Centro Português de Fotografia
 DARQ-FCTUC Departamento de Arq. da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra
 DGEMN Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
 DRCC Direcção Regional da Cultura Centro
 DRCN Direcção Regional da Cultura Norte
 ESBAP Escola Superior de Belas-Artes do Porto
 FAUP Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
 IGESPAR Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
 IHRU Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
 IPPAR Instituto Português do Património Arquitectónico
 GTL Gabinete Técnico Local
 LNEC Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Lista de imagens

Capa IHRU: Ref. foto.074630 (1961)
 p.16 Boletim da DGEMN nº 25-26, Castelo de São Jorge, Set./Dez. de 1941
 p.41 Boletim da DGEMN nº 55, Igreja Matriz de Lourosa, Mar. de 1949
 p.45 AHMP: Ref. F-P-CMP-10-003464-001
 p.56 Monumentos, dossier: Paço Episcopal do Porto e envolvente. Revista nº 14 Lisboa: DGEMN, Mar. 2001, p. 14
 p.64 IHRU: Ref. foto.162771 (1943) + IHRU: Ref. foto. 162786 (1947)
 p.69 Monumentos, dossier: Vila Viçosa. Revista nº 27 Lisboa: IHRU, Dez. 2007, p. 33
 p.73 AHMM: Mosteiro de Leça do Balio
 p.81 Boletim da DGEMN nº 1, Igreja de Leça do Balio, Setembro de 1935
 p.91 AHMP: D-PST 1629 + IHRU: Ref. Foto.042354
 p.93 AHMP: f20_n439 + IHRU: Foto.678780
 p.99 AHBPPDL, Arquivo Histórico e Biblioteca Pública de Ponta Delgada

- p.104 Açores em Vista aérea, Argumentum, 2008 p.128
CMPDL, www.cm-pontadelgada.azoresdigital.pt
- p.109 Núcleo de Viseu de 'Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património Ambiente e Direitos Humanos', Cava de Viriato. Nem a Feira de S. Mateus lhe vale?, jornal 'Via Rápida' de 9 de Agosto de 2007, p.6 + IHRU: foto.084165
- p.115 IHRU: Ref. foto.084172
- p.127 IHRU: Ref. foto.508666 + IHRU: Ref. foto. 521345
- p.131 Boletim DGEMN nº 100, Monumento de Sagres, Jun. de 1960
- p.138 Arq. João Carreira (espólio pessoal)
- p.140 Arq. João Carreira (espólio pessoal)
- p.144 AMLAF: imagem: AF\img45\A22226.jpg, Ref. PT/AMLSB/AF/POR/058012 + AMLAF: AF\img54\A26820.jpg, Ref. PT/AMLSB/AF/KPI/I00263
- p.151 AMLAF: imagem: AF\img54\A26820.jpg, Ref. PT/AMLSB/AF/SAL/S00078 + CPF: TAVLOC0034030
- p.162 IHRU: Ref. foto.094741
- p.163 IHRU: Ref. foto.024659
- p.169 IHRU: Ref. foto.095167
- p.173 AHMC: Ref. Bmc_b049
- p.177 Lee Yuk Tin, Olhar as Ruínas, Macau: Livro Oriente, 1990 p.32-33
- p.183 Macau visto de cima, CCCM, p.64
- p.190 IHRU: Ref. foto.001184
- p.195 IHRU: Ref. foto.001164
- p.200 Imagem cedida por Pedro Tavares, eng. + IHRU: Ref. foto. 501120
- p.208 IHRU: Ref. foto.066199
- p.213 IHRU: Ref. foto.066199
- p.220 GTL de Guimarães
- p.230 Augusto Alves Silva, [et. al.] Registos de uma transformação. Porto 2001, 2002, p.226-227
- p.232 Augusto Alves Silva, [et. al.] Registos de uma transformação. Porto 2001, 2002, p.230-231